

TÍTULO - I

CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL COMETIDOS DELIBERADAMENTE DURANTE O GOVERNO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

“Se Deus não existe, tudo é permitido”
(‘Crime e Castigo’- Dostoiévski)

Curitiba, 12 de outubro de 2001
Festa de Nossa Senhora da Aparecida, Padroeira e Rainha do Brasil.
(Lei Federal n.º 6802, de 30 de junho de 1980)

CAPÍTULO - I

A NOVA ORDEM MUNDIAL

e

a Verdade sobre a “GLOBALIZAÇÃO”

“None dare call it conspiracy”
(Gary Allen)

1. A GLOBALIZAÇÃO - geratriz de uma nova ordem mundial:

1.1. Introdução - a “Globalização” – mais um “determinismo histórico”:

A História da Sociedade humana parece estar demarcada ciclicamente por alguns supostos “**determinismos históricos**”, aos quais os falsos intelectuais e os sôfregos por novidades, logo aderem incondicionalmente porque os prenunciam como “**inexoráveis**”, mas que - depois de atormentarem aos povos durante algum tempo - são todos relegados ao lixo sempre surpreendente da fecundidade maligna da mente humana.

Sem tentar focalizar exaustivamente o tema, anteontem foi o **determinismo** de Thomas Hobbes - do *homo homini lupus* - que nos propôs a primeira versão do Estado totalitário, o *Leviathan*; ontem, foi o de Thomas Malthus profetizando uma **inexorável** explosão populacional e ameaçando-nos com a caminhada também **inexorável** da Humanidade para a hecatombe de uma fome universal, o que “justificaria” a eutanásia, o aborto e até o genocídio; mais recentemente, foi o **determinismo** da superioridade da raça ariana e do seu **direito ao espaço vital**, que nos trouxe o pesadelo do Nacional Socialismo Nazista, prometendo durar mil anos, mas que se extinguiu em curto prazo, não sem antes devastar a Europa na primeira Guerra Global e depois de produzir várias dezenas de milhões de mortos, muitos dos quais vítimas do primeiro mega genocídio da História; e foi somente há poucos anos que conseguimos nos livrar do **determinismo inexorável** da “**caminhada do mundo para o socialismo**”, também depois de sofrermos quase cem anos de imensas tribulações e após uma contabilidade macabra da perda de milhões de vidas humanas, muitas delas vítimas da fome durante a implantação do sistema de produção coletiva na URSS; outras tantas exterminadas pelo “Exército Vermelho” de Leon Trotski com requintes de perversidade; e muitas outras assassinadas nas prisões tipo LUBIANKA, ou mortas de inanição, doenças e maus tratos nos campos de trabalho forçado dos GULAGS comunistas, que proliferavam em alguns dos países dominados por este maligno “**determinismo**” que nos prometia a *Justiça Social* perfeita e o fim da História. Mas que foi definido magistralmente pelo Papa Pio XI como “*sistema intrinsecamente perverso*” e hoje poderíamos aplicar para ele o mesmo anátema que o Papa São Pio X lançou contra outro “**ismo**” (o modernismo), definindo-o como “*síntese de todos os erros*”... neste caso, políticos, econômicos, sociais e até religiosos.

Bem examinados, todos eles ovos da mesma serpente... e todos portadores da “*síndrome de Caim*”.

Eis que agora - chocado há pouco mais de vinte anos - já nos atormenta um novo **determinismo histórico**, também supostamente **inexorável**, e cuja **excelência** nos tem sido orquestrada *ad nauseam* por todos os grandes Órgãos de Comunicação de Massa (OCMs), dos quais ele recebeu um nome fantasia – **GLOBALIZAÇÃO** -- e este, hoje, nos promete o paraíso de um progresso econômico contínuo para todos os povos, desde que nós, os tupiniquins, aceitemos obedecer fiel e submissamente às teses, postulados e princípios indemonstrados, cuja aparente coerência técnica foi engendrada nas universidades dos Países Principais... mas cujos efeitos empíricos já COMPROVADOS são nada menos do que DEVASTADORES...

a. A GLOBALIZAÇÃO - na teoria, apenas um novo “internacionalismo”:

Ninguém ignora que a utopia **internacionalista** - sonho de um planeta sem fronteiras, dirigido por um Governo Mundial único, com uma só moeda, um só idioma, uma só religião, etc., - não é uma idéia nova, pois já há muitas décadas ela vem integrando o receituário de muitas das “doutrinas” ou movimentos políticos, sociais e econômicos, como o socialismo utópico, o socialismo marxista, a maçonaria internacional, o ultraliberalismo econômico, e de algumas correntes religiosas, como o islamismo, o sionismo e, recentemente, de um ecumenismo irenista e sincretista surgido após o Concílio Vaticano II - versão religiosa do *internacionalismo* leigo - em busca de uma herética síntese mundial de todas as religiões.

O que é novo nesta atual proposta **internacionalista** gerada em matrizes intelectuais estrangeiras, é que essa velha utopia já se descolou dos movimentos para os quais servia de inspiração, ampliou-se, aprofundou-se, gerou desdobramentos políticos, sociais e econômicos próprios, foi batizada pelos OCMs como - **GLOBALIZAÇÃO** - e já configura, agora, uma autêntica IDEOLOGIA, posto que tem “slogans”, postulados, axiomas, teses, dogmas e *práxis* próprios, que seus corifeus e adeptos vêm difundindo diligentemente, buscando a adesão de terceiros, em especial dos “intelectuais” e dos formadores de opinião.

Coerentes com a sua própria lógica interna, essa NOVA IDEOLOGIA tem, como decorrência necessária, - por sua proposta fundamental **internacionalista**, - um caráter antinacionalista imanente, quase sempre não-explicito.

Isso explica porque os corifeus desse novo **determinismo** são - disfarçada mas militantemente - antinacionalistas, como o comprova o seu proselitismo, orquestrando as teses indemonstradas da “*inexorabilidade*” e da “*excelência*” da **globalização** e da decorrente **interdependência entre as Nações**, teses que negam explicitamente e/ou que extenuam implicitamente, muitos dos tradicionais conceitos, valores e princípios essenciais à sobrevivência dos Estados Nacionais Soberanos, como a INDEPENDÊNCIA e seu corolário, a SOBERANIA; a AUTODETERMINAÇÃO e seu corolário a NÃO-INTERVENÇÃO, etc..

Agora, esses valores e princípios tradicionais estão sendo substituídos pelos novos conceitos da “*soberania limitada (ou relativa)*”; e/ou da “*administração compartilhada*”; pelo “*direito de ingerência*” e por outras teses correlatas, onde já se inclui até mesmo - ainda de forma um tanto velada e oblíqua - a dissolução das Forças Armadas Nacionais e/ou a modificação de sua tradicional destinação constitucional de Defesa/ Segurança Nacionais.

O mais maquiavélico efeito psicossocial dessa propaganda é que essas teses **internacionalistas**, difundidas **ad infinitum** pelos ideólogos da **globalização** através de múltiplos Órgãos de Comunicação de Massa (OCMs), contaminam como um vírus a todo o tecido social do País com idéias, valores e conceitos que induzem aos falsos intelectuais, às pessoas inexperientes e/ou incultas, e aos sôfregos por novidades, a aderirem a esse antinacionalismo imanente, não declarado, apenas implícito.

Sancionando todas essas deduções, no Brasil nem é preciso comprovar que alguns dos acordos internacionais assinados sem ressalvas pelos nossos inefáveis diplomatas, já comprometeram gravemente a SOBERANIA do nosso País pois, ao firmá-los, já transferimos grande parte do poder de decisão do Estado Brasileiro para entes internacionais multilaterais, como a OMC, o FMI, o Banco Mundial, etc., todos eles dominados pelas Nações Principais.

Essa abdicação de uma parte essencial da nossa SOBERANIA e INDEPENDÊNCIA - verdadeira renúncia do Estado Brasileiro à sua autonomia para decidir livremente sobre o que convém (ou não) ao País, em TODOS os campos do Poder Nacional - agora já se tornou uma opção quase irreversível pois se, amanhã, o nosso governo decidisse descumprir ou romper alguns desses acordos, as retaliações políticas e econômicas que o País sofreria seriam tão severas e de conseqüências tão graves que nos obrigariam a recuar dessa decisão e a aceitar submissos às imposições desses organismos.^(*)

(*) Dá-nos uma pálida idéia do vulto e das graves conseqüências que teriam essas retaliações se ousássemos romper drasticamente os “acordos” - por exemplo - com o FMI, BIRD, OMC, etc., a fulminante reação dos países membros do NAFTA (EUA, México e Canadá) quando nosso Ministro de Indústria e Comércio adotou posições enérgicas em defesa da empresa brasileira Embraer, no seu confronto com a canadense Bombardier. Nessa ocasião o NAFTA - em bloco -- moveu uma caluniosa campanha internacional contra as nossas exportações de carne, literalmente “inventando” que teríamos em nossos rebanhos a síndrome da “vacas loucas”, o que causou aos exportadores brasileiros um prejuízo acima de US\$ 1 bilhão em apenas poucos dias. Não é difícil imaginar o que fariam se rompéssemos com o FMI, etc.,...

Por conseguinte, quando qualquer Estado Nacional Soberano aceita aderir incondicionalmente à **globalização** e à **interdependência** decorrente desta, estará aderindo *ipso facto* a todos aqueles novos conceitos, propostas e teses indemonstradas, que foram engendradas por matrizes intelectuais estrangeiras, exatamente para instrumentalizar o domínio das NAÇÕES HEGEMÔNICAS sobre as NAÇÕES SECUNDÁRIAS (ou PERIFÉRICAS), entre estas o Brasil. (1) (Ten. Brig. Ivan Frota - 1993 – não textuais)

A novidade é que essa nova utopia **internacionalista** – depois que se transmutou em **globalização** – vem pouco a pouco desnudando o seu secreto desígnio final, qual seja, a instituição de um GOVERNO MUNDIAL único. E esse desígnio de se instituir um Governo Mundial único não nasceu ontem. (*) Ele vem precedido de inúmeras iniciativas anteriores, todas elas visando a criação e ampliação de megabloco de países, com variadas motivações e inspirações a animá-las. (**)

Por isso, nos parece lícito concluir que uma das etapas da evolução histórica em direção à instituição de um Governo Mundial único, passa pela criação e ampliação de megabloco de países, iniciativa que NÃO É NOVA, NEM ISOLADA, **NEM ESPONTÂNEA**, como se pode inferir pela persistente busca da criação e ampliação de agrupamento de países em blocos econômicos. Essa idéia tem sido diligentemente pregada e perseguida, ao longo das últimas seis décadas, mediante alternativas várias, das quais os primeiros vetores tiveram origem em alguns países europeus mais desenvolvidos (Inglaterra, França, Alemanha, etc.) mas que, hoje em dia, tem a liderá-la os EUA.

Por conseguinte, é impositivo deduzir que existem forças sociais organizadas - filosóficas/ ideológicas/ religiosas/ econômicas (?), pouco importa – (segundo se supõe de inspiração maçônica e/ou sionista), que impulsionam a idéia da criação e **ampliação** crescente desses megabloco, tendendo a uma integração tão ampla entre seus estados membros que permita, em futuro aleatório, a instituição do tão almejado Governo Mundial único.

Ocorre, porém, que a criação de um Governo Mundial único – meta óbvia para a qual tende essa **“globalização”** – sem dúvida ameaça gravemente a existência dos Estados Nacionais Soberanos (com especial ênfase a dos Países Periféricos ou Secundários), eis que os dogmas e a práxis desse processo **globalizante** acarretam necessariamente para estes Países a perda progressiva da sua Independência, Autonomia, Soberania e Autodeterminação, sacrificadas em proveito dos entes multilaterais mundiais e em benefício da irrestrita liberdade global das Grandes Corporações econômico-financeiras internacionais dos Países Principais, vetores e beneficiários evidentes desse desígnio **internacionalista**.

É assim que caminha – sob a indisfarçada liderança dos EUA -- o processo da lenta e gradual fragilização institucional da Independência, da Soberania, da Autonomia e da Autodeterminação dos países ditos “emergentes” (ou Periféricos, ou Secundários), como o Brasil, até que se chegue em breve à extinção – indolor e incruenta - daqueles tradicionais valores e conceitos essenciais à sobrevivência dos Estados Nacionais Soberanos quando, a partir da falência desses princípios, muitos países deixarão de ter existência *de fato*, embora *de direito* pos-

(*) (Arnold Toynbee, historiador - in "**Surviving the Future**"- 1971): *"Estamos nos aproximando do momento em que a única escala efetiva de operações de alguma importância será a escala global. Os estados nações terão que ser privados de sua soberania e subordinados à soberania de um governo mundial global. Penso que esse estado mundial necessitará de uma polícia armada e deverá dispor de força suficiente para poder impor a paz... O povo de cada atual estado soberano independente terá de renunciar à soberania de seu país e subordinar-se à soberania suprema de um governo mundial estabelecido"*.

(**) As várias iniciativas para a formação de "megabloco" incluem a BENELUX, União de Direitos Alfandegários entre Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, criada em 1944; e, na ordem cronológica, a OEEC, Organização Europeia de Cooperação Econômica, que foi criada em 1948; depois foi instituído o COMECON (1950), Conselho de Assistência Econômica Mútua, entre os países do leste europeu e a URSS; em seguida, em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma foi criada a Comunidade Econômica Europeia; depois, em 1961, foi organizada a CECA, (Comunidade do Carvão e Aço), realizadora do Plano Schuman de criação de uma Alta Autoridade supranacional europeia; também em 1961, a OEEC evoluiu para OECD, (Organização Econômica para a Cooperação e o Desenvolvimento); e, foi em 1991, em Maastricht, que a idéia da formação de um megabloco político/ econômico/ social, incluiu a maioria dos países europeus, com os acordos para a União dos Estados da Europa Ocidental, denominada União Europeia (ou Europa Unida). Nas Américas, o primeiro megabloco foi a ALALC em 1960 (depois ALADI); o Pacto Andino foi criado em 1967; o Pacto Amazônico em 1981; o Mercosul em 1988; o NAFTA (North American Free Trade Agreement) em 1992; e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 1994. Na Ásia, a APEC -"Ásia Pacific Economic Cooperation"- foi criada em 1986.

sam ainda ter algum tipo de existência virtual – como o Panamá ou Porto Rico – e, provavelmente, como o Brasil pós-FHC.

b. A GLOBALIZAÇÃO - na prática, um processo sofisticado de neocolonialismo:

O fato é que, hoje, já são inúmeros os intelectuais, entre os quais muitos economistas conceituados e cientistas políticos, que nos alertam de que o conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que configuram o processo de **globalização**, produz nos países em desenvolvimento - não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro - danos tão graves, tão agudos e tão perversos sobre a economia e a sociedade, que nos permitem afirmar categoricamente ser esta uma nova fórmula sofisticada e maquiavélica de neocolonialismo. Os fatos e os dados empíricos COMPROVAM isto indiscutivelmente.

O processo da **globalização** tem um receituário único para a América Latina, que vem sendo aplicado diligentemente em todos os países ditos *emergentes*, inclusive no Brasil, e cujas linhas mestras principais são:

1) uma política monetária dita “austera”, essencialmente baseada em taxas de juros primários excessivamente altas em comparação com a média das taxas internacionais, cujos efeitos perversos sobre a economia, a sociedade e a administração pública são nada menos do que **DEVASTADORES**;

2) uma política cambial centrada na sobrevalorização da moeda nacional em relação ao dólar, à qual se deu a alcunha de “*âncora cambial*”, (que no Brasil foi praticada durante mais de 4 anos, de julho/1994 até o início de 1999), com a qual se pretendia garantir a estabilidade dos preços internos, mas que funcionou em nosso país como um generoso subsídio às importações, e um severo e incontornável entrave às exportações, causando um déficit enorme, crescente e repetido na nossa Balança Comercial, e produzindo severos danos em incontáveis empresas nacionais dos setores produtivos (Primário e Secundário); a partir da desvalorização do real, no início de 1999, passou-se a usar uma “liberdade cambial” monitorada, que obriga o Banco Central a intervir no “mercado” vendendo dezenas (a até centenas) de milhões de dólares em poucos dias, para não permitir que a escassez dessa moeda eleve demais a relação Dólar X Real, causando assim prejuízos vultosos às empresas endividadas na moeda americana, mas dando ganhos astronômicos aos especuladores do câmbio;

3) uma liberação não-seletiva, quase irrestrita, das importações de bens e serviços estrangeiros, sem limites de quantidade ou valor, o que causa no Setor Primário uma severa contração e desestruturação na produção interna de vários produtos rurais; e, no Setor Secundário, provoca a desindustrialização e a desnacionalização de vários ramos de atividades industriais, ambos os fenômenos causados pela substituição das matérias primas, dos componentes, insumos e produtos nacionais por “*similares estrangeiros*”, desencadeando assim um agudo processo de contração (*downsizing*) ao longo de todas as cadeias da produção interna nacional e gerando um maciço desemprego nestes dois setores produtivos da economia do país.

Por conseguinte, quando qualquer Estado Nacional Soberano aceita aderir incondicionalmente à **globalização** e à **interdependência** decorrente desta, estará aderindo *ipso facto* a todos aqueles novos conceitos, propostas e teses indemonstradas, que foram engendradas por matrizes intelectuais estrangeiras, exatamente para instrumentalizar o domínio das NAÇÕES HEGEMÔNICAS sobre as NAÇÕES SECUNDÁRIAS (ou PERIFÉRICAS), entre estas o Brasil. (1) (não textuais)

4) A incongruência dessas medidas:

Os efeitos cruzados e cumulativos da sobrevalorização da moeda nacional; das taxas de juros primários excessivamente altas, e da abertura “selvagem” do mercado interno às importações estrangeiras de bens e serviços, provocam inevitavelmente um enorme desequilíbrio na Balança de Comércio e nas Transações Correntes com o exterior, levando o País a uma permanente ameaça de um colapso cambial, o que o torna dependente da entrada maciça de capitais externos de curto prazo e caríssimos para manter, ainda que precariamente, o equilíbrio em seu Balanço de Pagamentos.

Assim, essas três decisões macroeconômicas incongruentes entre si, máxime pelas suas altas dosagens, criam para o País uma permanente ameaça de súbita evasão de divisas, cujas elevadas reservas e saldos passam a depender essencialmente da contínua entrada daqueles capitais externos voláteis, caros e de curto prazo, ficando a consistência de todo o modelo refém da sua própria política monetária suicida de juros altíssimos, único instrumento capaz de evitar uma fuga cataclísmica dos capitais externos e um conseqüente colapso cambial.

Mas, mantida a política monetária suicida de altíssimas taxas de juros, são atraídos mais capitais externos muito caros e de curto prazo, que levarão o BACEN a vender mais títulos públicos mobiliários, de prazos cada vez mais curtos e/ou de juros cada vez mais altos, visando manter baixa a liquidez monetária, mas fazendo crescer assim exponencialmente a dívida interna, que gerará mais encargos financeiros futuros, e assim por diante...

Desta forma, esse conjunto de medidas incongruentes cria um círculo vicioso perverso e monta uma verdadeira armadilha macroeconômica – que funciona com incrível eficácia como um mecanismo sofisticado de pirataria financeira internacional – gerando uma espiral de remessas de encargos financeiros futuros (juros, principal e *spread*) a serem pagos como serviço dos capitais externos que foram internalizados, quando retornam às suas origens, acrescidos dos altíssimos juros pagos internamente pelo nosso Banco Central aos tomadores – nacionais e/ou estrangeiros - dos seus títulos públicos mobiliários.

Revela-nos a NATUREZA INTRINSECAMENTE DELITUOSA desse perverso receituário macro, o fato de que, para que essa armadilha funcione como um mecanismo de exportação de enormes encargos financeiros, é indispensável que sejam adotadas previamente medidas de afrouxamento crescente dos controles do Estado (pela desregulamentação) sobre os fluxos de entrada e saída dos capitais externos, – tarefa já executada parcialmente pelo atual Presidente do BACEN, o Sr. Armínio Fraga, quando de sua primeira passagem pela Diretoria do Banco Central no Governo Collor – desregulamentação esta, cuja evolução deverá tender até à permissão irrestrita para que os entes estrangeiros do Setor de Serviços tenham total liberdade de se instalar no País (principalmente os entes financeiros, os bancos, seguradoras, previdências privadas, fundos, planos de saúde, etc.) até se atingir ao estágio final de uma completa desregulamentação dos fluxos (de entrada e saída) dos capitais financeiros internacionais, como preconizada pelo absurdo Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) brechado ainda em gestação pelo governo da França.

5) Concomitantemente, é realizada uma “ampla reforma do Estado”, sob o pretexto de se diminuir os seus encargos sociais e administrativos e para se “*retirar o Estado das atividades econômicas que ele indevidamente realiza*”, mas em realidade visando a se fazer uma rápida e lesiva privatização de todas as empresas estatais, PRINCIPALMENTE daquelas que atuam em atividades consideradas estratégicas, como a Embratel, a Eletrobrás, a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, e outras.

Adiante ampliaremos convenientemente este tema importantíssimo.

6) Ao mesmo tempo em que, no campo social:

- é implementada uma **flexibilização** - em verdade a extinção progressiva - de direitos dos trabalhadores há muitos anos já pactuados e pacificamente exercidos, com a justificativa de se “**diminuírem os custos**” das empresas, com vistas a se obterem ganhos em rentabilidade e competitividade.

Neste cenário, assistimos estupefatos Governantes que, até ontem, se auto-intitulavam “líderes socialistas”, como o Presidente FHC, promoverem uma drástica supressão de direitos trabalhistas conquistados ao longo de décadas de lento progresso social; além de provocarem deliberadamente o enfraquecimento institucional do sistema sindical - já bastante reduzido pelo desemprego maciço - mediante a diminuição das suas fontes de receita; e, usando da “**liberdade de associação**” como tese, tentam promover o fim da unicidade sindical, visando fomentar a rivalidade entre os sindicatos e acirrar a luta pela sobrevivência entre as Centrais Sindicais, e/ou entre estas e as Confederações, o que leva ao estiolamento do poder de barganha dos sindicatos, tanto os de operários quanto os de empresários.

O aspecto mais irracional desse processo, é que a “**diminuição dos custos**” invocada para algumas das **flexibilizações** dos direitos trabalhistas, seriam talvez negociáveis, e alguns dos pretextos invocados pelos ultraliberais para propô-las poderiam ser considerados até razoáveis, se limitados por uma escrupulosa preocupação cristã com a justiça social, mas que a sua implementação pelos Governos **globalizantes** ignora solenemente as mais legítimas aspirações de progresso social dos trabalhadores e os seus direitos já adquiridos e há longo tempo pacificamente exercidos, o que não nos deixa qualquer dúvida de que essa **flexibilização**, uma vez admitida, tenderá a fazer involuir as relações de trabalho até à desregulamentação total, devolvendo-nos aos idos da 1ª Revolução industrial e ao ultraliberalismo desumano do **laissez-faire, laissez-passer**.

Confirmando essa estimativa pessimista, agora mesmo, como num paroxismo final da tese da **flexibilização**, o governo FHC levantou a bandeira da **livre negociação** (*) com a qual pretende impor a prevalência dos “*contratos de trabalho entre as partes*” sobre toda a legislação trabalhista já existente, e até inclusive sobre a jurisprudência dos tribunais, destarte fazendo desaparecer – de um só golpe – toda a legislação de proteção aos trabalhadores, para que passe a vigorar aquilo que a sabedoria popular já definiu como o “*acordo do pescoço do enforcado com a corda*”.

Nem é preciso ser profeta para prever que - num ambiente de maciço desemprego e de enfraquecimento institucional do sistema sindical - a aprovação desta última tese maquiavelmente engendradora, traria fatalmente o desaparecimento do direito ao repouso semanal remunerado, ao limite do número de horas trabalhadas, às férias periódicas obrigatórias, à irreduzibilidade dos salários, à remuneração especial por horas extras e por horário noturno, etc., etc., o que tenderia a nos remeter de volta ao indigno cenário ultraliberal das desumanas relações de trabalho do século XIX, que acabaram por suscitar o aparecimento das correntes “socialistas” de várias inspirações.

A realidade é que, sob os pretextos da **flexibilização** dos direitos trabalhistas e sociais, e da **liberdade de associação sindical**, os Governantes submissos ao novo **determinismo da Globalização**, conseguem enfraquecer a capacidade dos trabalhadores e do empresariado nacional de se defenderem contra os excessos de Poder do novo Estado ultraliberal **globalizado**.

(*) O Projeto de Lei do Governo FHC altera a redação do artigo 618 da CLT, reabrindo caminho para a livre negociação em acordos coletivos, de pontos importantes como: a redução do salário, 13º salário, férias, horas extras, jornada de trabalho e outros benefícios da atual legislação trabalhista. Tudo passará a ficar vinculado aos termos dos acordos coletivos podendo, assim, levar o trabalhador individual desta nova norma jurídica a negociar direitos até então garantidos pela própria Constituição, para assegurar o seu próprio emprego. A justificativa é que essa flexibilização facilitará novas contratações, com queda no nível do desemprego. Esta é a terceira investida do governo FHC contra os direitos trabalhistas. A primeira instituiu o contrato de trabalho temporário e a segunda estabeleceu a demissão temporária. Estas duas flexibilizações (já em vigor) também foram implementadas para favorecer o aumento dos empregos. Mas a realidade, não só no Brasil, mas em nível mundial, desmente essa expectativa, pois os dados empíricos já disponíveis demonstram que a “flexibilização” NÃO gera novos empregos, nem estanca o processo de corte de postos de trabalho, mas sim aumenta a precariedade nas condições de trabalho dos empregados, inclusive quanto à estabilidade (mesmo a temporária).

Em síntese, a Nova Ordem mundial gerada pela **globalização** das economias - além de comprometer gravemente a Independência, a Autonomia e a Autodeterminação dos Estados Nacionais Soberanos - também traz no seu ventre mais um perverso efeito de trágicas consequências sociais, pois na medida em que avança a sua implementação, os trabalhadores vão sendo privados progressivamente de tradicionais direitos trabalhistas duramente conquistados ao longo de décadas de reivindicações e lentas conquistas políticas e sociais – direitos que devem ser agora suprimidos por exigência de princípios econômicos aéticos, como as “leis do mercado”, (a concorrência/competitividade, a eficiência/ produtividade/ rentabilidade/ lucratividade, etc.), em cujo ápice é entronizada a sobrevivência dos “mais aptos” – empresas e pessoas – gerando em decorrência uma **impiedosa exclusão social irreversível** dos “menos aptos”: isto é, das empresas “não-competitivas” e dos “desempresários” falidos de um lado; e dos trabalhadores “não-qualificados” ou “inempregáveis” do outro lado.

A fatalidade é que os governantes obedientes às teses ultraliberais da **globalização**, abandonaram o princípio ético greco-cristão de que, na *polis*, **“o Homem deve ser a medida de todas as coisas”**(Protágoras – 480 a.C), substituindo esta prioridade ética por considerações aéticas, macroeconômicas e monetaristas... de fato, materialistas.

Em verdade, quando um governo ultraliberal toma essa decisão de eleger “as leis do mercado” como as suas máximas prioridades econômico-sociais, desencadeia um processo de efeitos muitíssimo mais amplos e funestos do que se supõe, excluindo da PEA e enviando para o limbo da economia informal e do desemprego do país, uma multidão de seres humanos que se afundam – sem esperança de retorno – na involução social e na mais sombria perspectiva de futuro, com a diminuição até mesmo da expectativa de vida de uma grande parcela da sociedade.

Dos efeitos trágicos dessa escolha amoral, cujos frutos amargos foram colhidos em apenas 15 anos de **“Globalização”**, já existem exemplos nada menos do que dramáticos: entre muitos outros, nos países da África subsaariana, na Rússia e na Ucrânia que comprovam abundantemente a escala DEVASTADORA dos danos econômicos e sociais provocados por esse modelo ultraliberal.^(*)

Em alguns países, parece que já estamos assistindo ao cenário apocalíptico descrito por Suzan George no **“Relatório Lugano”**^(**)

Aliás, há dois aspectos desse novo **internacionalismo** que deveriam ser objeto de detida meditação e estudos por líderes religiosos, sociólogos, cientistas políticos e chefes militares. Um deles, é que o PRINCIPAL ARTÍFICE E MAIOR BENEFICIÁRIO por essa **globalização** abrangente e multiforme é o ente apátrida e amoral que se convencionou chamar de Macrocapi-

(*) **“The Decline of Ukraine”** (NR - and Russia): “PREMIUM INTELLIGENCE” - Special Reports -“ *Western governments once hoped that Ukraine would become a major regional power when it achieved independence from the Soviet Union. Instead, Ukraine (as well Russia) is in rapid decline, touting one of the world's fastest rates of depopulation. Social breakdown, economic collapse, emigration, soaring death rates and plummeting birth rates have subtracted more than 3 million people from Ukraine's 52.1 million population in 1991, when the country upon independence... Ukraine risks losing not only an economically vital generation, but the next generation as well. The country appears headed for total demographic and economic collapse...*”

- **A AIDS na África Negra - AIDS** – FSP- 05/06/2001: “Hoje, o maior impacto da doença (AIDS) está na África subsaariana, onde a população adulta de aldeias inteiras foi dizimada, restando apenas velhos e crianças... Na África do Sul, os órfãos da AIDS organizaram-se em gangues e no país, com taxas de desemprego que alcançam os 30% , a violência também explodiu...” E, no entanto, (FSP – 18/04/2001):“As grandes (empresas) farmacêuticas mundiais voltam hoje ao Tribunal Superior de Pretória para defender seus direitos de patente e impedir que a África do Sul importe remédios genéricos mais baratos para o tratamento da AIDS”.

(**) **“Relatório Lugano”** (ou como *“Assegurar a Perenidade do Capitalismo no Século 21”*) – Suzan George - Editora Fayard, Paris, 2000: ... o Relatório passa a discutir as estratégias para “resolver” o problema dos EXCLUÍDOS por meio do que Müller chama de “limpeza social”...“O modelo de Auschwitz é o contrário do que precisamos para atingir o objetivo. (...) A seleção das “vítimas” não deve ser responsabilidade de ninguém, senão das próprias “vítimas”. Elas selecionarão a si mesmas a partir de critérios de incompetência, de inaptidão, de pobreza, de ignorância, de preguiça, de criminalidade e assim por diante; numa palavra, elas encontrar-se-ão no grupo dos perdedores”. [NR: será que a devastadora epidemia de AIDS que grassa nos países subsaarianos é mesmo o resultado de mera transmissão via sexual da doença, ou já estamos presenciando os resultados malthusianos da ficção apocalíptica descrita no “Relatório Lugano” por Suzan George ?]

talismo Financeiro Internacional - cujo principal centro de poder está situado indubitavelmente no FED e em WALL STREET, isto é, nos EUA; e o outro, é que a **globalização** está tornando realidade as duas profecias apocalípticas de Karl Marx, da **concentração crescente do capital** e da **proletarização progressiva das massas**.

Estão aí para confirmar estas profecias, as grandes fusões de conglomerados econômicos e financeiros nos EUA e na Europa, e os milhões de desempregados (30 milhões na Europa^(*) e mais de 10 milhões na América Latina) (2) (Fonte: OIT- 1995); e, no Brasil, durante todo o Governo FHC, o desemprego tem se mantido em uma taxa próxima dos 10% da PEA (DIEESE), ou seja, algo acima dos 7 milhões de desempregados, ambos os fenômenos frutos desse novo internacionalismo *new look*.

Os fatos nos comprovam, mais uma vez, que os extremos sempre se atraem... ou seja, o Macroc capitalismo Financeiro **globalizado** tende a provocar a volta do Socialismo marxista.

Indiscutivelmente, os Estados Nacionais Soberanos que têm promovido de forma imprudente e submissa – como o Brasil - a inserção de seus mercados internos na economia *globalizada*, muito cedo acabam por sofrer os efeitos gravemente danosos da implementação desse maquiavélico conjunto articulado de medidas macroeconômicas e sociais que guardam uma perversa coerência entre si, e que tendem a produzir o caos social e econômico nos Estados aos quais as Nações Principais decidem dominar economicamente.

O Brasil está entre os países que mais rápida e imprudentemente abriu o seu mercado interno à liberação do comércio de bens e serviços estrangeiros e, por isso, é um dos países que mais agudos, extensos e graves efeitos provocou – no curto período de apenas sete anos do Governo FHC - em suas Contas Nacionais e em seus índices sociais.

1.2. As matrizes estrangeiras do processo de *globalização*:

A origem estrangeira das matrizes intelectuais desse conjunto articulado de medidas macroeconômicas e sociais pode ser consistentemente comprovada, se pesquisarmos de onde partem os principais vetores da propaganda sistemática que prega a “*excelência*” de todas essas teses, cujos efeitos LITERALMENTE DEVASTADORES já estão empiricamente mais do que comprovados, pelos gravíssimos danos causados à Economia e à Sociedade – não apenas no Brasil – mas em TODOS os países emergentes aonde elas vêm sendo aplicadas de forma temerária, tais como:

- enormes índices de desemprego;
- incontrolláveis déficits comercial, cambial e em Transações Correntes;
- gigantesco endividamento interno e externo; e
- extrema vulnerabilidade a ataques de capitais especulativos internacionais.

Confrontando as variantes do processo de **globalização** já em adiantada fase de implementação em TODOS os países latino-americanos, é fácil constatar que TODAS as medidas macroeconômicas e sociais enumeradas no item anterior (**item 1.1. - pg. 2, 3, 4 e 5**) podem ser identificadas, integralmente, com os programas *aconselhados* aos governos desses países por matrizes estrangeiras situadas no Primeiro Mundo, entre elas órgãos governamentais dos EUA, como o Departamento de Estado e suas Secretarias de Governo; ou para-

(*) BRUXELAS (ANSA) – “Os doze países da Eurozona, onde a moeda comum é o Euro, não conseguem conter o desemprego que chegou ao 8,4% em outubro, 0,4% a mais respeito a outubro de 2001, informou hoje o Instituto Europeu de Estatísticas. Na Eurozona existem 11,6 milhões de desempregados e a Espanha, com 11,7%, é o país com maior desemprego.” (ANSA – EURO-SUL – NOTÍCIAS DA EUROPA UNIDA PARA A AMÉRICA LATINA E O MERCOSUL - SOCIEDADE)
(NR. Se acrescentarmos o restante da Europa, inclusive do Leste, mais os novos e os antigos países dos Balcãs e a Turquia, a estimativa de 30 milhões parece até modesta).

estatais como o “*Centro Acadêmico Woodrow Wilson*” e o tristemente famoso “*Washington Consensus*”.

Concorrentemente, a aparente consistência teórica desse conjunto articulado de medidas vem sendo maciça e insistentemente orquestrada já há muitos anos por inúmeras Organizações Não Governamentais (ONGs) ultraliberais entre elas o “*Diálogo Interamericano*”, a “*Carter Center A.A.S.*”, a “*Atlas Foundation*”, o “*Mont Pèllérin*”, a Fundação *Friederich Naumann*, e até pela Fundação *Konrad Adenauer* supostamente social-democrata, *et alii*; além de sancionadas por estudos teóricos sofisticados elaborados por Universidades de renome situadas nos EUA e em outros países desenvolvidos (Chicago, Harvard, Princeton, MIT, etc.), assinados por economistas americanos e europeus famosos - e exaltados por técnicos nacionais importantes - estes, via de regra, pós-graduados em Universidades norte-americanas e/ou ideologicamente identificados com os governos centrais de índole ultraliberal dos países *emergentes*.

Sem dúvida, estamos já há muito tempo sendo alvos de uma gigantesca campanha de endoutrinação psicossocial originada em países do Primeiro Mundo, que tem funcionado como uma autêntica lavagem cerebral, realizada com grande competência pelos entes estrangeiros acima enumerados (e por outros tantos) e amplificada/orquestrada por incontáveis Órgãos de Comunicação de Massa (OCMs) em nível de saturação, que vêm difundindo aqueles princípios econômicos e conceitos indemonstrados, e cujo principal público-alvo é a *intelligentzia* nacional dos países *emergentes*, em particular os seus economistas e os formadores de opinião. Mas essa endoutrinação é orientada também, de maneira muito especial, especificamente para seus líderes políticos e governantes (em exercício, ou em potencial), muitos dos quais são convidados a freqüentar cursos de grande prestígio nas mais famosas Universidades dos EUA, onde eles recebem maciças doses de argumentos teóricos e técnicos “demonstrando” a excelência e a inexorabilidade da *globalização*.

Concomitantemente, essas mesmas medidas de efeitos DEVASTADORES já comprovados, são LITERALMENTE IMPOSTAS aos países *emergentes*, quase todos muito endividados, como cláusulas de empréstimos concedidos pelos entes multilaterais que comandam os fluxos financeiros internacionais, como o FMI, o Banco Mundial, o BID, o BIS, etc., todos eles dominados pelos Países Principais.

Tudo “*medido, pesado e contado*”...

Parafrazeando uma notável definição do mestre Gustavo Corção, poderíamos dizer que essa nova corrente ideológica internacionalista é “*liderada por um reduzido número de perversos que têm plena consciência dos males que causam ao seu País, seguidos por uma multidão de tolos e inocentes úteis, e auxiliados por um número crescente de ambiciosos, que se perguntam quanto podem ganhar com isso*” (não-textuais).

Este paradigma se aplica integralmente à **globalização** abrangente e quase irrestrita a que as mais altas autoridades do governo federal estão imprudentemente conduzindo o Brasil já há alguns anos, mas, com especial ênfase, rapidez e repugnante submissão, o atual Governo FHC.

1.3. Os corifeus da globalização :

Informes: (3) Ver adiante no Capítulo II – Textos de Apoio - “*Quem é quem no Governo*” - “*Os homens do Presidente*” – (in “*Carros Amigos – Oficina de Informação*” – n.º 02 - dez./98) e outros.

Já não existe a menor dúvida de que **NÃO É mera coincidência** o fato de que muitos dos titulares dos principais cargos que decidem sobre as políticas macroeconômicas em todos os países “emergentes” (no Brasil inclusive) sejam sempre escolhidos exatamente entre pós-graduados das Universidades norte-americanas que engendraram e vêm difundindo orquestradamente as mesmas medidas “*globalizantes*” que, em dezembro/94, levaram o México a um colapso financeiro - depois provocaram o mesmo efeito perverso em países da Ásia, em seguida na Rússia, no Brasil, no Chile, depois na Argentina e, há pouco, de novo na Argentina levando este país praticamente à bancarrota - medidas que esses *tecnopols* aceitam pôr em prática com impatriótica subserviência, embora estejam cientes e conscientes de que irão produzir em seu país o mesmo desfecho dramático!

Mas ninguém pode se surpreender com a submissão incondicional desses personagens às teses, doutrinas indemonstradas e exigências do FMI, Banco Mundial *et alii*, posto que quase todos eles, até há pouco tempo atrás trabalhavam para grandes entes do sistema financeiro internacional, pressupondo as autoridades que os nomearam, com uma ingenuidade tão irracional que desnuda a sua conivência, que eles se mostrariam irrepreensivelmente fiéis aos interesses nacionais, e que se atreveriam a contrariar as doutrinas engendradas nos mesmos ambientes alienígenas que eles freqüentaram por vários anos.

Adiante vamos focalizar os *curricula vitae* sintéticos de muitos dos tecnocratas xenófilos, que vêm se revezando em postos de especial importância do 1º e 2º Escalões do Governo FHC. (3) ver adiante no Capítulo II

1.4. As privatizações - peças importantes do processo da globalização:

No que concerne particularmente à privatização das estatais brasileiras, tem-se até mesmo notícia da existência de um documento estrangeiro - *"Preliminary Ideas on the Development of a Master Plan for Privatization"* - elaborado em 1990 pelo CS FIRST BOSTON BANK, por coincidência o ano em que o Governo Collor promulgou a Lei n.º 8.031 que instituiu o PND (Programa Nacional de Desestatização). Naquele documento são traçadas diretrizes específicas para a privatização de várias empresas estratégicas brasileiras, tais como o Grupo Petrobrás e algumas de suas subsidiárias (a Petroquisa, a Petrofértil, etc.), a Embratel, a Eletrobrás e outras. (4) (citado no Relatório Final, do senador Amir Lando, na CPMI da privatização - 1994)

Por conseguinte, no processo de **globalização**, as privatizações de estatais que realizam atividades estratégicas como a VALE DO RIO DOCE, a PETROBRÁS, EMBRATEL, ELETROBRÁS, etc., têm importância primordial, posto que o controle delas pelas Grandes Corporações internacionais, fortalecerá e prolongará a supremacia mundial dos Países Principais, particularmente dos EUA, cujos recursos minerais e energéticos já escasseiam, devido ao consumo predatório das suas sociedades super desenvolvidas. Vem a propósito relembrar uma famosa frase de Kissinger :

"Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis (leia-se minerais e petróleo) do planeta. Para isso terão que montar sistemas mais requintados e eficientes de pressões e constrangimentos, que garantam a consecução de seus objetivos." (Kissinger - 1978) (destaques e parêntese nossos)

A julgar pelo que vem acontecendo no Brasil pós 1990, principalmente no governo FHC, esses **sistemas mais requintados e eficientes de pressões e constrangimentos** vêm funcionando muito bem até agora. Adiante analisaremos convenientemente o importantíssimo tema das "PRIVATIZAÇÕES".

1.5. Desmistificando a "globalização", a "modernidade" e a OMC :

Informes e Textos de apoio: (5) "ONU classifica OMC como 'pesadelo' para os países em desenvolvimento" - in Financial Times - on line - 15/08/00 - Da agência Reuters (não-textuais) - (6) "Globalização = corrupção" (Editorial) e "Não quero ser cúmplice" - Prof. Marcos Coimbra - (in Mensário "Ombro a Ombro" - agosto 2000); Entrevista de Joseph Stiglitz difundida pelo SITE de ("JUBILEE + " *Supporting Economic Justice Campaigns Worldwide*", em 29 th april, 2001 - by Gregory Palast - tradução e adaptação de Ed Bittencourt) (não-textuais); e "Crise na OMC" - FSP 15/06/01 - Maria Luisa Mendonça, jornalista e diretora do Centro de Justiça Global - (não-textuais);

a. Um Relatório da ONU:

Se ainda pairassem dúvidas quanto aos verdadeiros objetivos ocultos do fenômeno da **Globalização**, apontados neste nosso Relatório como gravemente danosos a todos os países que adotam o modelo, elas deixariam de existir diante de uma Análise oficialmente encomen-

dada pelo Secretariado Geral das Nações Unidas, na qual uma equipe indicada pela própria ONU classificou a Organização Mundial do Comércio (OMC) como **"pesadelo"** para os países em desenvolvimento e sugeriu que ela deveria ser colocada sob a supervisão da ONU. Essa equipe - em documento apresentado à subcomissão de proteção de direitos humanos das Nações Unidas - também descartou as regras de defesa do livre comércio impostas pela OMC por serem baseadas em suposições **"terrivelmente injustas e até mesmo preconceituosas"**. (5) (não-textuais)

Em seu Relatório final, esses técnicos parecem ecoar as críticas feitas pelos numerosos grupos ocidentais da sociedade civil (ONGs) contrários à liberalização do comércio internacional, e que vêm combatendo energicamente a **Globalização**. Muitas dessas ONGs localizadas nos países em desenvolvimento se opõem – dentre inúmeros outros pontos - ao vínculo entre **"livre comércio"**, **"cláusulas sociais"** e **"defesa do meio ambiente"**, argumentando que esses são apenas novos pretextos para que os países ocidentais (ricos) tenham uma desculpa para erigir ainda mais barreiras contra a importação de produtos fabricados em países mais pobres. Nesse Relatório, os técnicos afirmam que as regras da OMC, que estão sendo impostas aos seus 137 países membros, **"refletem uma agenda que serve apenas para proteger os interesses das corporações dominantes"**, e pedem por uma **"revisão radical de todo o sistema de liberalização do comércio internacional"**, e por uma consideração crítica de sua postura quanto a conceder benefícios iguais **"tanto aos países ricos quanto aos países pobres"**. (5) (não-textuais)

b. Outras denúncias públicas:

1) Está também se generalizando a constatação de que a **"inexorável" globalização** tem um elemento corruptor intrínseco, que não se restringe apenas ao nosso País. (6) **"Globalização = corrupção"**) (não-textuais)

Em muitos outros países amplia-se a percepção de que a **globalização** e a **modernidade** que lhe é atribuída constituem pretextos para um colossal processo de transferência de patrimônio público para grupos seletos de "investidores", para a desnacionalização e concentração do controle das atividades produtivas e de renda, numa escala sem precedentes históricos. (6) (idem, não-textuais) O exemplo paradigmático citado é o México, onde o Governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-94) loteou a infra-estrutura econômica nacional entre um grupelho de asseclas, aumentando de três para 26 o número de bilionários mexicanos (em dólares), que acentuou o desmantelamento econômico do país, culminando com a crise de dezembro de 1994. Não por acaso, Salinas de Gortari, egresso da Universidade de Harvard e íntimo da alta finança internacional – a ponto de o G-7 tentar fazer dele o primeiro presidente da Organização Mundial de Comércio – o que só não ocorreu porque terminou seu mandato mergulhado em acusações de alta corrupção (e suspeito de cumplicidade em um assassinato político), o que valeu para seu irmão uma sentença de prisão como mandante desse assassinato, e a ele próprio um auto-exílio de vários anos... Assim escolhem os Países Principais alguns dos seus mais destacados aliados. (6) **"Globalização = corrupção"**) (não-textuais)

2) Em 2000, em carta aberta com o título **"não quero ser cúmplice"**, (6) Prof. Marcos Coimbra - (idem, ibidem), o Sr. Pierre Galand, secretário-geral da OXFAM-Bélgica, apresentou sua demissão ao Banco Mundial, fazendo várias denúncias, entre elas as seguintes:

(verbis) *"Tomo esta decisão por honestidade intelectual e coerência,... Supus que colaborando estreitamente com o grupo de trabalho das ONGs do Banco Mundial, contribuiríamos para desenvolver... o destino dos povos menos favorecidos da Terra. Isto não aconteceu. A pobreza aumenta, a fome mata. Certamente mais do que as guerras - e cresce todos os dias o número daqueles que não conseguem atendimento médico, de jovens analfabetos e sem família, alcançando cifras sem precedentes. Todavia, os remédios propostos pelo Banco Mundial para o desenvolvimento são remédios envenenados -- que agravam os problemas. Propõem uma política de ajustes estruturais que agravam o "dum-*

ping" social nos países do sul, deixando-os completamente sós e indefesos sob o domínio do mercado mundial. As empresas multinacionais chegaram ao sul porque os senhores e seus colegas do FMI criaram as condições necessárias para produzir com o "menor custo social". A intervenção conjunta do Banco Mundial e do FMI representa uma pressão contínua sobre as economias para que sejam mais competitivas e produzam sempre mais".(6) (prof. Marcos Coimbra) (textuais)

Esta denúncia do Sr. Pierre Galand, dispensa comentários. E ninguém pode acusá-lo de ser adepto de qualquer ideologia “esquerdista”, ele um **“insider”** que já trabalhou para a implementação do “processo”...

3) Em uma entrevista difundida em 29 de abril de 2001, outro “insider”, o Prêmio Nobel Joseph Stiglitz (ex-FMI e ex-Banco Mundial), se transformou num crítico impiedoso das políticas "assassinas", termo que ele usou indiretamente, ao criticar o FMI e, de tabela, o Banco Mundial. (6) (Joseph Stiglitz) (não-textuais)

O título da entrevista, bem adequado, é: *"IMF's Four steps to Damnation"* e foi difundida no SITE de *JUBILEE + "Supporting Economic Justice Campaigns Worldwide"*, no Endereço Eletrônico: http://www.jubilee2000uk.org/analysis/articles/IMF_Four_steps_Damnation.htm

Segundo Stiglitz, esse processo “assassino” envolve um encontro em um Hotel de cinco estrelas, entre representantes dos entes multilaterais financeiros internacionais (FMI, BIRD, etc.), e um suplicante Ministro de Finanças do País a ser assassinado, este a serviço de interesses escusos de qualquer banqueiro do “seu” país, que conhece a arte de tirar dinheiro de dinheiro, o que é condenado nas principais religiões, mais explicitamente pela Bíblia. (6) (Econ. Joseph Stiglitz) (não-textuais)

São quatro as etapas implementadas a partir desta reunião no tal hotel de cinco estrelas, e inclui a extorsão pelo endividamento, recessão, agiotagem, e submissão da política governamental do seu país, aos desígnios do centro financeiro de NY (Wall Street), mas em especial do FED....

- Primeira etapa

PRIVATIZAÇÃO – Aqui, com a ajuda do Banco Mundial para silenciar os possíveis críticos locais, mídia e políticos, os técnicos do país, que deveriam objetar a venda de “suas” empresas estatais, ao contrário, avidamente entregam suas empresas de telecomunicações, eletricidade e de água, **"ARREGALANDO OS OLHOS"** quando confrontados com a possibilidade concreta de gordas COMISSÕES por cortar no preço de venda em vários bilhões de dólares. (6) (idem, não-textuais)

- Etapa dois

LIBERALIZAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS. Em princípio, para facilitar o fluxo de capitais nas duas direções, mas na realidade fazendo com que, como no caso da Indonésia e do Brasil, o fluxo seja unidirecional, do sul para o norte ... A **“e-moeda”** sob comando dos Bancos e dos tecladores chacais das Bolsas, especulam, escoando de volta pelas fibras ópticas, à velocidade da luz, ao menor sinal de problemas, os “investimentos diretos”. À medida em que se esgotam as reservas do País estuprado, o FMI recomenda, para atrair de novo aquilo que justamente mata a vítima, “aconselhando” que os juros sejam aumentados para 30%, 50%, e 80%. Resultado, sem exceção em todos os Países onde isso foi aplicado (e de acordo com Stiglitz) houve queda no valor das propriedades, demolição da produção industrial, esvaziamento do tesouro nacional, processo pelo qual o FMI leva a Nação agonizante para a etapa três:

- Etapa três

"PREÇOS DE MERCADO" - Este é um termo dissimulador para o aumento de coisas como alimento, água, gás de cozinha, eletricidade...

A eliminação de subsídios para alimentos na Indonésia levou aos tumultos de 1998, fato repetido no Equador e na Bolívia. Segundo Stiglitz a dolarização da moeda Equatoriana levou 51% da população para baixo da linha da pobreza. (6) (idem, não-textuais)

A reação social (social unrest) que já era para ser esperada... acontece, como decorrência lógica da injustiça resultante do processo, mas é reprimida com gás lacrimogêneo, e muita cacetada, pelas "forças da ordem".

O resultado que se segue é que os estrangeiros podem então pegar as pechinchas que sobram, a preços de fim de feira livre ... e as empresas nacionais já inviabilizadas são desnacionalizadas na "bacia das almas"... (Aloysio Biondi - 1998) !!!

Isto nos leva à etapa quatro, existindo ainda sangue nas veias da vítima vampirizada pela especulação.

- Etapa quatro

COMÉRCIO LIVRE. Esta etapa é comparada por Stiglitz às famosas e miseráveis "guerras do ópio", que objetivaram também "abrir os mercados", repetindo aquela infâmia do século dezenove, e de outros séculos passados (quando por exemplo os Britânicos destruíram 3/4 de Alexandria).

Hoje, os Europeus e Americanos arrombam os mercados do terceiro mundo, enquanto opõem barreiras contra este mesmo mundo infeliz, impedindo de fato a entrada de seus produtos agrícolas - isto depois de aviltar seus preços e subsidiá-los generosamente aos seus produtores.... A receita é mortal para o "agiotado": ele nunca produz o suficiente para pagar. (6) (idem, não-textuais)

Agora, os bloqueios militares das guerras do ópio foram substituídos pelo bloqueio financeiro imposto pelo Banco Mundial e FMI, depois de discutidos os detalhes deste bloqueio em segredo.

Sob a mão caridosa do FMI, com sua "**assistência estrutural**", a renda Africana reduziu-se em 23 % . Como na medicina da Idade Média, quando confrontados com o resultado fatal de suas políticas assassinas, depois das falhas, sofrimento, crises, os "médicos" comentavam: "provavelmente tiramos as ventosas cedo demais, ele ainda tinha algum sangue nas veias".

(6) (Entrevista difundida pelo SITE de "JUBILEE +" etc., em 29 th april, 2001, by Gregory Palast – tradução e adaptação de Ed Bitencourt) (não-textuais) (para ler a íntegra, ver EE acima citado).

Estas são mais duas denúncias públicas recentes (entre tantas outras), agora partidas de estrangeiros, técnicos altamente capacitados, verdadeiros "**insiders**" dos órgãos multilaterais internacionais (aos quais serviram por largo período) responsáveis pela aplicação do processo de neocolonialismo a que estão sendo submetidas às Nações Secundárias e mais pobres, como conseqüência da assim chamada "**globalização**", imposta aos Países Periféricos (Brasil e Argentina inclusive) pelos Países Hegemônicos, EUA à frente.

c. A verdade sobre a Organização Mundial do Comércio :

Informe e Texto de Apoio: (6) "*Crise na OMC*" - FSp 15/06/01 - Maria Luisa Mendonça, jorn. e Dir. do Centro de Justiça Global - (não-textuais)

Desde que, em novembro de 1999, a chamada "Rodada do Milênio" fracassou devido aos grandes protestos organizados em Seattle (EUA) por interferência de inúmeras ONGs lideradas pelo ATTAC/Fr, a OMC (Organização Mundial do Comércio), pelo seu diretor-geral Michael Moore, tem se dedicado a gerenciar uma crise de legitimidade da instituição. Ele tem pregado as supostas "maravilhas" do livre comércio e afirma que "os últimos 50 anos testemunharam a maior ascensão no nível de vida na história humana".(6) ("*Crise na OMC*") (não-textuais)

A verdade, definitivamente, **NÃO** é essa: as estatísticas demonstram exatamente o contrário.

Nos últimos 20 anos (1980 a 2000), período de maior expansão do dito "modelo neoliberal", comparados com as duas décadas anteriores, verificamos o declínio ou a estagnação da economia global. De 1960 a 1980, o PIB na América Latina cresceu 75%; de 1980 a 1998, es-

se crescimento foi somente de 6% . Na África, a renda *per capita* cresceu 36% de 1960 a 1980; nos 20 anos seguintes, sofreu um **declínio** de 15%. (6) (não-textuais)

Mesmo nos EUA, com toda a expansão econômica, a média dos salários no ano passado era equivalente à de 1973, sendo que, de 1946 a 1973, os salários tiveram um aumento de 80%.

Ao contrário da imagem difundida pelo lema do "livre comércio", desde a sua criação, em 1995, o principal papel da OMC tem sido expandir seu poder de regulamentação da estrutura comercial de 140 países, exercendo uma grande influência no cotidiano de milhões de pessoas.

Em vez de uma maior liberdade e igualdade no comércio de bens e serviços entre os países membros, - tese principal da **globalização** - a OMC em realidade institucionalizou uma complexa estrutura de regras utilizadas na defesa dos interesses das grandes multinacionais. Ao contrário da imagem difundida pelo lema do "livre comércio", as regras da OMC defendem clara e inequivocamente as grandes multinacionais. (6) (não-textuais)

Isso acontece, por exemplo, com o acordo conhecido como o *Trips (Trade-related aspects of intellectual property rights, ou Aspectos comerciais dos direitos de propriedade intelectual)*, que regulamenta a propriedade intelectual. Esse acordo possui uma abrangência maior do que a da maioria das leis de patente dos países-membros da OMC e beneficia principalmente as grandes corporações, em especial a poderosa indústria farmacêutica norte-americana.

A concentração do controle de patentes por meia dúzia de multinacionais na área farmacológica e de biotecnologia, é denunciada por economistas e políticos como uma **"terceira fase" no processo de colonização**, iniciado no período das conquistas territoriais *manu militare*, durante os séculos 15 e 19.

Agora, nas duas últimas décadas, passamos a ficar sob o domínio dos megainvestidores dos mercados financeiros e das corporações que controlam as patentes nas áreas de tecnologia de ponta, seja nos ramos industriais, ou seja, no Setor dos Serviços, em especial informática, telecomunicações, entretenimento e financeiros.

Isso explica a especial importância e relevantíssima prioridade que os governantes dos EUA têm dado (e ainda dão) ao *Trips*, porque foram os primeiros a perceber que a hegemonia do mundo agora dependeria obrigatoriamente do domínio das INFORMAÇÕES e, para a conquista do controle sobre elas, seus diplomatas usaram sem qualquer pudor, a sua habitual técnica da "cenoura e do porrete" e – ninguém se iluda – corromperam parlamentares, dirigentes políticos e, provavelmente, até mesmo Presidentes, Ministros e governadores. Tal a importância da PROPRIEDADE INTELECTUAL, com a qual criariam uma verdadeira reserva de mercado de âmbito mundial para os novos inventos tecnológicos e para as descobertas científicas, (físicas, químicas, biológicas, etc.) em cujas pesquisas eles vêm investindo maciçamente há muitos e muitos anos.

Segundo a organização Médicos Sem Fronteiras, o controle da produção de medicamentos por grandes indústrias farmacêuticas, sob a proteção da OMC, representa um enorme retrocesso para a saúde pública mundial, atingindo principalmente as populações mais pobres. Estima-se que existam 36 milhões de pessoas infectadas pelo HIV e que **menos de 500 mil** têm acesso aos medicamentos específicos. (6) ("Crise na OMC")(não-textuais)

Além disso, cresce também o número de mortes em consequência de doenças antes consideradas sob controle, como cólera, malária, febre amarela, e tuberculose, principalmente por falta de acesso a tratamento adequado devido aos preços dos remédios tópicos, hoje inacessíveis à grande massa da população dos países do 3º e 4º mundos, cujo poder aquisitivo está em progressiva degradação.

Os acordos da OMC em matéria agrícola, representam também um grande risco para a **Segurança Alimentar** das comunidades rurais dos Países mais pobres e Secundários, não somente pela invasão dos "similares" estrangeiros (grãos, de maneira genérica) mais baratos e melhores porque fortemente subsidiados pelos Países Principais, mas ainda por causa da possibilidade de grandes empresas estrangeiras controlarem patentes de matrizes genéticas, (tri-

go, feijão, arroz, soja, etc.) e se apropriarem – e até de patentear – o conhecimento tradicional indígena quanto à produção de grãos com tecnologias nativas tradicionais.

A concorrência entre os produtos primários produzidos pelos países Periféricos e os grãos produzidos com grandes subsídios pelos Países desenvolvidos, simplesmente EXPULSA do mercado interno de países pobres os produtos nacionais, o que provoca a extinção de culturas nativas e um brutal empobrecimento dos agricultores. Tal como aconteceu no México imediatamente após a abertura do NAFTA, quando até mesmo o feijão produzido pelos agricultores mexicanos foi expulso do mercado interno pelo feijão norte-americano.

A resposta mais comum dos representantes da OMC a esse tipo de crítica é que a instituição lida com "comércio", e não com "desenvolvimento". E que questões como saúde e alimentação não são de sua responsabilidade. Mas, essa posição aética deixa evidente que o principal defeito da OMC é que – como as suas regras principais são a concorrência e a competitividade – ela acaba mesmo é beneficiando os interesses das grandes multinacionais. (6) (idem - não-textuais)

Desde o início das negociações da OMC, em 1994, durante a Rodada Uruguai, um dos temas principais foi a abertura dos setores de serviços básicos para empresas estrangeiras, por meio do acordo chamado *Gats* (*General Agreements on Trade in Services*). O resultado dessa abertura, representada principalmente pelo processo de privatização de serviços públicos, foi o aumento do desemprego e a diminuição de investimentos em setores estratégicos da economia. Talvez o exemplo mais significativo dessa desastrosa experiência esteja acontecendo hoje no Brasil, com a grave crise energética. (6) (idem, não-textuais)

A última reunião do G-7 (+1) na Itália provocou nada menos do que uma espécie de guerrilha urbana de baixa intensidade... tal o número de manifestantes das ONGs contra a “globalização”, e tal o nível de violência dos confrontos entre manifestantes e o enorme aparato policial que tentava controlá-los, resultando em inúmeros presos, feridos e até um jovem morto.

2. A globalização da economia: uma ameaça real e atual à Soberania e à Independência dos Estados Nacionais soberanos

2.1. O atual mapa do Poder mundial:

Informes: (7) (Cel. L.G .S. Castro- Revista do clube Militar – 1993 - não-textuais); (8) “*Perspectiva futura da insurreição*” (Cel. Eri Gonçalves – idem, ibidem – nov./dez./ 1995); (9) (Revista “30 Dias” – Bispo latino de Bagdá – 1995; e “Le Monde” - 14/11/99); (10) (“A verdade sobre o Plano Real” ...etc. -mimeo – Cel. RMO.- 1998)

2.1.1. A supremacia dos EUA no mundo atual:

a. O término da bipolaridade entre EUA e URSS:

Desde a implosão da URSS, instaurou-se no mundo uma situação nova na qual a já antiga hegemonia econômico-financeira dos EUA, ficou potencializada pela sua recém conquistada supremacia político/militar internacional. (7) (Cel. L.G .S. Castro- Revista do clube Militar – mar./ 1993 - não-textuais)

Assim, diferentemente do passado recente, quando as tensões geopolíticas repartiam o mundo entre o Leste e o Oeste, o que obrigava os EUA e a URSS a disputarem parceiros, hoje esse cenário do Poder mundial é perigosamente outro, marcado pela incontestável supremacia econômica/ política/ militar/ tecnológica dos EUA sobre todas as demais Nações do planeta. (7) (não-textuais)

Neste novo mapa do Poder, os princípios da “*não-intervenção*” e da “*autodeterminação dos povos*” que, por consenso universal e sólida tradição diplomática, protegiam os países periféricos das tentativas de intervenções mais ou menos frequentes dos Países Principais, perderam gradativamente a força moral e a relevância jurídica internacional que adquiriram nos anos 60/70, dando lugar ao seu verdadeiro antípoda, o “*direito (ou poder) de ingerência*”, erigido sobre as razões do mais forte, e o mais perverso de todos os frutos perversos da supostamente inexorável **globalização**.

Agora, norteiam a nova ordem mundial outros conceitos, teses e princípios de direito internacional - alguns deles totalmente vazios de qualquer conteúdo ético e altamente polêmicos - como a *interdependência* entre as Nações, a *soberania relativa (ou limitada)*, a *administração compartilhada*, etc., e entre eles, o “direito de ingerência”.

b. O direito de ingerência (ou poder, ou dever de intervenção):

Este “direito”(ou poder) polêmico, variante moderna da fábula do lobo e do cordeiro, surgiu quase sem que nos apercebêssemos, quando a Suprema Corte dos EUA, (*) ignorando solenemente a opinião pública mundial e indiferente aos valores filosóficos e elevado conteúdo ético dos tradicionais princípios de Direito Internacional reconheceu, pragmaticamente, como ato de legítima defesa a atuação policial/ militar do Governo norte-americano em território de outros países - sem autorização destes - para “combater o narcotráfico ou o terrorismo”.

No exercício desse *direito de ingerência*, foi feita a intervenção armada dos EUA no Panamá, ocasião em que foi preso sob uma oportuniíssima acusação de apoio ao narcotráfico, o Gen. Noriega, presidente reeleito daquele País com 80% dos votos, levado para o território americano onde foi julgado, condenado a 40 anos de reclusão, e lá mantido até hoje prisioneiro.

Também respaldadas por esse duvidoso “princípio”, estão as intervenções militares dos EUA em Granada e no Haiti, cujas invasões tiveram a desaprovação da maioria esmagadora dos países da OEA; além dos ataques aéreos à Líbia e, mais recentemente em 1999, ao Sudão, estes verdadeiros atos de guerra, desencadeados para *combater o terrorismo*.

Assim é que o *direito (ou poder ou dever) de ingerência* tem sido a base legal e moral invocada - não explícita, mas implicitamente - pelos três últimos Presidentes dos EUA para intervenções armadas em outros países, visando resolver algumas questões internacionais que julgaram de especial importância para os interesses dos EUA.

Dessa forma, o *direito de ingerência* já está institucionalizado mundialmente – em parte “de fato”, mas em parte “de jure” – pois o polêmico Protocolo de Washington consagrou o princípio da intervenção, “legalizado” pela ONU com a finalidade de preservar a *Democracia* e os *Direitos Humanos*. Mas sabemos que esses conceitos podem variar a critério de quem os interpreta, servindo na realidade aos interesses dos governos hegemônicos que queiram justificar suas intervenções em Países Periféricos. Assim, os mais fortes forjaram esse espúrio “princípio” de Direito Internacional, e a ele já aderiram tacitamente todos os Países Principais... contanto que ele seja usado, é claro, somente contra países *emergentes* ou do quarto mundo...

Ademais, outros acontecimentos militares recentes demonstram também que, atualmente, o governo dos EUA - quando não pode (ou não quer) invocar o *direito de ingerência* - consegue obter com facilidade Resoluções do Conselho de Segurança da ONU, autorizando-o a atuar militarmente em outros países, pretextando *interesses mundiais* ou outros valores, segundo sua própria interpretação e arbítrio. E essas Resoluções, os três últimos presidentes norte-americanos as têm ampliado impunemente, (7) (não-textuais) tal como está ocorrendo agora com o desumano bloqueio das importações e exportações do Iraque, mantido desde o término da Guerra do Golfo até hoje pelos EUA e Inglaterra, indiferentes às conseqüências dramáticas desse bloqueio sobre a escassez alimentar, a mortalidade infantil, a saúde do povo iraquiano e a degradação contínua das condições de vida no Iraque após mais de dez anos de embargo. (9) (Revista “30 Dias” – Bispo latino de Bagdá – 1995; e “Le Monde” - 14/11/99). (†*)

(*) Esta decisão da Suprema Corte de Justiça dos EUA, que ficou conhecida como doutrina Thornburg, considerava como “legítima defesa” dos EUA e, por isso, autorizava ao Poder Executivo a usar a polícia e as Forças Armadas do país para prender qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo, para julgá-lo nos tribunais americanos por “atos de terrorismo” e/ou “contra o narcotráfico”. Por força dessa jurisprudência, e em conseqüência dela, foram unilateralmente “legalizados”, o seqüestro internacional e as operações policiais/militares, em outros países, mesmo sem a autorização do Governo do Estado “infrator”.

(**) (ver Bispo latino de Bagdá Paul Dahdah - in Revista “30 Dias” - ano IX, n.º 6, de jun./95 - pg. 34) - “Vi a guerra civil que abalou o Líbano, de 75 a 83, depois a guerra entre Irã e Iraque, e enfim a guerra do Golfo: porém nunca chegamos à miséria e à pobreza que atinge hoje o povo iraquiano.” ... O arcebispo faz um apelo ao ocidente para pôr fim ao embargo ...” “O Iraque poderia levantar-se sozinho, cessando o embargo.” (n.r. - Hoje, transcorridos mais de 11 longos anos desse embargo, como estarão a fome e a escassez de remédios no Iraque ?) (Ver também Le Monde 14/11/99)

A realidade é que, agora, o Governo norte-americano pode se servir desse “*princípio*” a qualquer pretexto – sem nenhum pudor diplomático ou sem receio de reação - confiante na incontestável supremacia político/militar do seu país, tal como está fazendo agora com os novos ataques aéreos ao Iraque sem qualquer consulta ao Conselho de Segurança da ONU, indiferente às débeis reclamações da China e da Rússia e às críticas tímidas de alguns dos seus aliados (França e Alemanha).

Ou, como fez o Governo Clinton poucos dias antes do final de seu mandato, com a implementação do **Plano Colômbia** que trazia em seu bojo uma verdadeira intervenção militar dos EUA na Amazônia colombiana, supostamente para *combater o terrorismo* representado pela guerrilha das FARC e as atividades relacionadas ao *narcotráfico* na região leste desse país.

Apesar de TODOS os Ministros de Defesa da América do Sul terem reconhecido que o Plano traria implicações e conseqüências gravemente prejudiciais aos países amazônicos, Brasil, Equador, Venezuela, Bolívia e Peru, o Governo Clinton decidiu desencadeá-lo assim mesmo, enfrentando arrogantemente a oposição unânime dos ministros da Defesa sul-americanos reunidos em Manaus/AM para examinar exatamente as conseqüências desse Plano.

Dentre essas implicações, sobressai a ameaça da perpetuação da presença militar dos EUA na Amazônia colombiana, o que já poderia configurar o início ainda disfarçado de uma maciça intervenção armada na região, a ser ampliada como desdobramento provável da conduta de combate à guerrilha, ou a expansão das culturas e/ou do narcotráfico para áreas dos países vizinhos, ou sob qualquer dos pretextos já sobejamente conhecidos: como a defesa do meio ambiente ou dos direitos dos povos indígenas. (*Quem se atreverá a colocar o guizo no rabo do gato ?*).

2.1.2. A liberação do comércio mundial de bens e serviços diante da supremacia dos EUA :

Está ficando cada vez mais evidente que os EUA, além das vantagens comparativas que já o beneficiavam no comércio internacional como a mais competitiva economia do mundo, também detém já há muitos anos, praticamente desde que Nixon rompeu unilateralmente o acordo de Bretton Woods, um concreto e perverso poder de influenciar as finanças mundiais, privilégio que lhe é assegurado pelo seu controle sobre o valor, a emissão, a oferta e o câmbio das duas principais reservas de valor existentes no sistema financeiro internacional, a saber:

- o **dólar** americano , por ser a moeda de mais ampla aceitação no comércio mundial entre todos os países; e

- os **títulos públicos dos EUA**, negociados pelo seu Banco Central (o Federal Reserve - FED), como o mais seguro investimento mobiliário, pela garantia do Tesouro dos EUA e por seu irrestrito curso entre todos os entes financeiros internacionais. (10) ("A verdade sobre o Plano Real".etc. ...- 1998)

Já é impossível negar que os dois últimos governos dos EUA têm manipulado cada vez com maior desenvoltura, os juros dos títulos do FED (*), elevando-os (ou diminuindo-os) coordenadamente com a artificial valorização (ou desvalorização) do dólar, para beneficiar a economia norte-americana. E, ao fazê-lo, podem inverter num ou noutro sentido os preços relativos das suas importações/exportações, aumentar ou diminuir as dívidas dos países de que é cre-

(*) Os títulos mobiliários colocados no mercado mundial por esse “banco central” norte-americano (o FED), são os títulos do Tesouro dos EUA.

(N.R.: Em verdade **NÃO** existe nos EUA um Banco Central como nós o entendemos, isto é, no sentido de que há uma instituição estatal para fazer o controle e fiscalização bancária, como os Bancos Centrais de qualquer país (exceto Inglaterra e EUA) o fazem, – em especial regulando os fluxos financeiros de entrada e saída do país. Em verdade, esse papel nos EUA é desempenhado por um pool de 12 bancos privados, cujo controle acionário pertence a um seleto e reduzido número de pessoas (inglesas e norte-americanas), ligadas entre si por laços de parentesco e/ou por interesse econômicos/financeiros comuns, entre as quais sobressaem como maiores acionistas os Rockfeller e os Rothschilds. Os maiores acionistas do FED, além dos Rockfeller, são os seguintes: Rotschild Bank of London, Rotschild Bank of Berlin, J.P. Morgan Trust, Saudi Arabia Trust, Israel Moses Seif Bank of Italy, Warburg Bank of Hamburg, Lehman Brothers of New York ; Goldman-Sachs of New York, e Chase Manhattan.)

dor, e influenciar o fluxo de capitais financeiros nos mercados mundiais, para favorecer o seu comércio exterior ou para neutralizar os efeitos de seus gigantescos déficits comerciais e em conta corrente.

Além disso, como os EUA dominam na prática os principais organismos financeiros multilaterais, como ao FMI, Banco Mundial e BID, (e, em grande medida, o BIS), a sua capacidade de intervir na economia e nas finanças internacionais ficou multiplicada, e hoje é quase ilimitada, podendo ser usada em benefício próprio, ou do G-7 (+), ou para pressionar países subdesenvolvidos, quase sempre muito endividados.

O fato é que já é temeridade subestimar ou desconhecer que, nesse novo cenário do poder e da economia mundial, desponta indiscutível a supremacia política/econômica/militar do PRINCIPAL ARTÍFICE E MAIOR BENEFICIÁRIO dessa estratégia de **globalização** do comércio internacional, os EUA. E seria muito mais do que ingenuidade imaginar que o governo dos EUA não irá usar esse poder desproporcional de que hoje ele dispõe para impor ao Brasil (e a outros países) TODAS as concessões que lhes interessem em todos os campos de atividades. Entre elas - por exemplos - as relacionadas com a política de **globalização** da nossa economia, que indiscutivelmente beneficia aos EUA, e/ou a aceitação imediata da abertura irrestrita do nosso mercado interno aos EUA dentro da ALCA.

A tragédia econômico-social provocada no México em dez./94 pela adesão incondicional a essas políticas macro de tendência **internacionalista**, em particular a da abertura irrestrita do seu mercado interno aos bens e serviços dos EUA, levaram aquele País a um total colapso de suas Transações Correntes externas em seu balanço de pagamentos, obrigando o seu atual governo a se curvar a exigências inaceitáveis dos EUA, cujo governo condicionou o seu apoio para um mega empréstimo internacional a ser concedido em 1995 ao México, que este país se submetesse a imposições econômicas e financeiras que representaram, de fato e de direito, uma autêntica abdicação de sua soberania econômica. Entre elas, o depósito no FED de New York de todas as receitas das vendas de petróleo da PEMEX, como garantia real dos empréstimos concedidos.(10) (não-textuais)

Esse verdadeiro ato de neocolonialismo de contornos modernos, deveria ter sido mais do que suficiente para que o Governo Brasileiro fizesse uma profunda revisão nas suas atuais políticas cambial, monetária e de comércio exterior, para evitar que o mesmo viesse a acontecer com o Brasil.

Ao contrário do que aconselharia a prudência, as mesmas teses "*internacionalistas*" que causaram a ruína do México, e que foram adotadas pelo governo Collor frivolamente como o caminho para a "modernidade", têm recebido do governo FHC uma adesão incondicional, consciente e submissa.

2.2. O G -7 - um cartel a serviço do neocolonialismo econômico:

(11) (in "Economic Impact" - n.º 71 - janeiro de 1991 - " A Liberalização do Comércio entre Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento" - Autores: Bela Balassa e Constantine Michalopoulos)

Concomitantemente, nesse novo mapa do poder e da economia mundial, formou-se sob a liderança dos EUA, um superbloco político/ econômico/ militar, o Grupo dos Sete (G-7), que vem atuando claramente unido na defesa dos interesses econômicos dos próprios países do bloco, comportando-se como um autêntico cartel internacional e inaugurando um neocolonialismo já indistigável.

Para comprovar essa verdadeira "*entente*" das Nações Principais em detrimento das Nações Periféricas, basta reproduzir um resumo da Declaração dos Presidentes do G-7 (+ CEE), na 16ª Cúpula Econômica de Houston (jul./1990) que, sem dúvida, representa uma verdadeira confissão pública da **cartelização explícita** dos países desenvolvidos, em torno da decisão estratégica de criar uma Nova Ordem econômica mundial segundo seus próprios interesses.

Como documento final desta Reunião do G-7(+) consta a seguinte **Declaração Oficial**:

(*verbis*) "....." "Nós, os Chefes de Estado e de Governo das sete principais democracias industrializadas e o Presidente da Comissão de Comunidades Européias, reunidos em Houston para nossa Cúpula Econômica anual,"

"**Sobre o Comércio Internacional**""

"O sistema comercial mundial aberto é vital para a prosperidade econômica. Um Acordo Geral de Tarifas e Comércio fortalecido é essencial a fim de proporcionar uma estrutura estável para a expansão do comércio e uma integração mais plena da Europa Central e Oriental e dos países em desenvolvimento na economia global. **Rejeitamos o protecionismo sob todas as formas.**" (destaque e grifo nossos) "O resultado bem-sucedido do Ciclo do Uruguai tem a mais alta prioridade na agenda econômica internacional....".

"A vasta série de resultados substanciais, resultados esses que buscamos em todos os setores, exigirá um compromisso **para fortalecer ainda mais a estrutura institucional do sistema comercial multilateral. Nesse contexto, o conceito de uma organização de comércio internacional deve ser tratado ao ensejo da conclusão do Ciclo do Uruguai ...**" (11) (in "Economic Impact" - n.º 71 - janeiro de 1991) (destaques e grifos nossos)

É inegável que esta Declaração dos Presidentes do G-7 (+ Presidente da CEE) em Houston/EUA, na 16ª Cúpula Econômica (jul. /1990), formalizou claramente uma explícita "**cartelização**" dos países desenvolvidos, dentro do G/7(+), quanto a vários objetivos estratégicos, dentre os quais:

- eles se uniram contra o "**protecionismo sob todas as formas**", o que equivale a negarem aos países não-desenvolvidos o direito de escolherem livremente políticas de proteção à sua produção interna contra a concorrência estrangeira, mediante limitações às importações de todos, ou de alguns produtos e/ou serviços estrangeiros;

- eles decidiram "**fortalecer... a estrutura institucional**" do sistema multilateral do comércio mundial então existente (o GATT), por meio da criação de um novo organismo internacional, ou seja, da Organização Mundial de Comércio (OMC), fundada logo depois da "Rodada Uruguai" do GATT. (11) (*idem*, não-textuais - destaques e grifos nossos)

Segundo análise de alguns Chefes militares brasileiros de altos postos hierárquicos, a realidade é que o G-7 já decidiu que, no mundo atual globalizado, algumas nações serão PRINCIPAIS e outras serão SECUNDÁRIAS. A estas últimas estará reservado o papel de simples consumidoras e fornecedoras de bens primários e de matérias primas. Entre estas, estaria o Brasil. (1) (Ten. Brig. Ivan Frota - 1993 - não textuais)

2. 3. Rumo ao Governo Mundial :

Informes: (12) "Três anos para completar a globalização" - Susan George - out./99 - Le Monde Diplomatique - attac/sp) (não-textuais); (13) - Dr. Caetano Lagrasta Neto e Antônio Rulli Júnior, Juizes do TA de SP (1997); (14) "O grande vizinho do Norte" - sociólogo Alain Torraine - (FSP - "MAIS !" - 30/07/00); e (15) (Gen. Ex. Dirceu Ribas Corrêa - 1999)

a. O governo Mundial e a Rodada do Milênio:

Em 1997, comprovando o caráter antinacionalista da **globalização** e revelando um pouco mais do secreto desígnio dos seus mentores de institucionalizarem um Governo Mundial único, os seus ideólogos, depois de já terem orquestrado **ad nauseam** os conceitos da "**soberania limitada**" e da "**administração compartilhada**", etc., passaram a pregar as novas teses da "**soberania compartilhada**" e da instituição dos **Parlamentos Supranacionais** (o nosso já instalado em São Paulo para a América Latina, o Parlatino); e já propõem a criação da "**Justiça Supranacional**", do "**direito comunitário**", de **Tribunais Internacionais** (ou **Supranacionais**) com órgãos, juizes e ministério público comunitários... e advogam a prevalência da jurisprudência supranacional sobre a legislação nacional.

Até há pouco propunham isso somente dentro dos megablocos (CEE, Mercosul, ALADI, etc.) (13) (não textuais), mas agora já estão propondo essas mesmas teses *internacionalistas* em âmbito mundial, como o *Tribunal Penal Internacional*, que já foi até tema de um Seminário organizado em Brasília ao final de 1999, sob os auspícios do Itamaraty, USP e outras entidades ligadas ao governo FHC, durante o qual se usou como título do evento “**Governança Global**”, obviamente um pitoresco eufemismo para a expressão “Governo Mundial”.

No mesmo sentido, também já estava em adiantado estágio de gestação quase secreta um Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que retiraria integralmente dos Estados Nacionais Soberanos toda a sua autonomia e independência no tocante ao seu direito (e dever) natural de protegerem a economia dos seus países exercendo rígido controle sobre os capitais externos, os seus fluxos e a sua atuação dentro dos seus territórios. O esboço desse Acordo – que teve sua gestação brecada pela denúncia do governo francês - definia como delitos cominados com pesadíssimas sanções econômicas e financeiras, todas as iniciativas dos países periféricos para limitarem a liberdade dos fluxos de capitais internacionais dentro dos seus mercados internos.

No entanto, embora brecados pela França, apenas poucos meses depois o Governo dos EUA - abandonando qualquer prudência diplomática - literalmente impôs um verdadeiro *ultimatum* à União Européia, exigindo que os seus países membros aprovassem uma desregulamentação urgentíssima – no prazo máximo de 3(três) anos - de TODAS as atividades do comércio de bens e serviços para ser adotada na Conferência Ministerial da OMC (que denominaram de “Rodada do Milênio”), que teve início a 30 de novembro de 1999 em Seattle, e todos os Estados europeus estavam concordando com estes objetivos, a ponto de parecerem “*um mero comitê executivo das imposições norte-americanas*”, até que ocorreu o inesperado fracasso desta “Rodada”, por sabotagem do evento por mais de 600 ONGs oriundas de vários países, opositores radicais da **globalização** irrestrita do comércio mundial. (12) (“Três anos...” - out./99 - Attac/sp)

E o que pretendiam os EUA?

Em primeiro lugar, queriam liberalizar ainda mais o comércio dos produtos agrícolas – sem acenar para a extinção dos generosos subsídios que os EUA, a União Européia e o Japão concedem aos seus produtos agropecuários - o que teria como conseqüência imediata colocar em perigo de extinção muitas atividades do setor rural nos países em desenvolvimento e que suprimiria, sumariamente, dos países mais pobres qualquer soberania sobre sua segurança alimentar.

Queriam igualmente o reforço do acordo sobre a propriedade intelectual, conhecido pela sigla TRIPS (*Trade-related aspects of intellectual property rights*) no qual está previsto até mesmo o patenteamento de seres vivos como um dos destaques. (12) (idem, não textuais)

O Governo dos EUA queria também reforçar o Acordo Geral sobre o Comércio dos Serviços, chamado de GATS (*General Agreement on Trade in Services*). Neste ainda pouco conhecido Acordo mundial, pretendiam “obter adesões reforçadas”, as mais numerosas possíveis, de todos os países membros da OMC. E os serviços ameaçados de cair sob a autoridade das regras da OMC não eram apenas as transações comerciais (que já movimentam trilhões de dólares a cada ano), mas englobam – segundo a legislação específica norte-americana - quase todas as atividades humanas, entre elas a distribuição, o comércio de atacado e varejo; a construção e as obras públicas; a arquitetura, a decoração, o lazer; a construção civil e a engenharia; os serviços financeiros, bancários e de seguros; a pesquisa e desenvolvimento; os serviços imobiliários e a locação; os serviços de comunicação, os correios, as telecomunicações, o audiovisual, as tecnologias da informação; o turismo e as viagens, os hotéis e restaurantes; os serviços de meio-ambiente; o recolhimento do lixo, o saneamento, a proteção da paisagem e o planejamento urbano; os serviços recreativos, culturais e esportivos, entre eles os espetáculos, as bibliotecas, os arquivos e os museus; a edição, a impressão e a publicidade; os transportes por todas as vias imagináveis, inclusive espaciais. Sem esquecer a educação (os ensinamentos primário, secundário, superior e a formação permanente) e a saúde animal e humana. Ou seja, o governo dos EUA, queria impor a todos os países – em apenas três anos - um mundo desregulamentado para praticamente TODAS as atividades de serviços. (12) (idem, não-textuais)

De sua parte, o então comissário da União Européia, Leon Brittan – pouco depois substituído - falando em nome de todos os governos dos quinze países europeus, se autotransformou em porta-bandeira ultraliberal e, numa incrível demonstração de despojamento do poder nacional, já havia aderido às pretensões do governo dos EUA, dispondo-se a apoiar dentro da OMC um mundo inteiramente desregulamentado, regido tão somente pelos princípios do livre comércio de bens e serviços, entre estes uma total liberdade para os fluxos dos capitais internacionais, ou seja, uma autêntica versão maquiada do mesmo AMI que tanta revolta havia gerado... (12) (idem, não-textuais)

Afortunadamente, as citadas ONGs internacionais se mobilizaram, invadiram Seattle, ocuparam ruas e vias de acesso aos locais dos eventos da Rodada e – em meio a cenas de pastiche e atitudes rocambolescas – conseguiram literalmente impedir a realização da Rodada do Milênio infringindo uma derrota fragorosa à política externa do governo Clinton que, aparentemente, recuou das suas pretensões de impor ao mundo inteiro, inclusive aos seus próprios “aliados”, tantas novas “aberturas”, em apenas 3 (três) anos de negociações.

Não obstante, sobrevivem ainda vários indícios consistentes sugerindo-nos que os governantes dos Países Hegemônicos, o G-7(+), decidiram acelerar a **Globalização** irrestrita de todas as economias, mediante uma ampla desregulamentação do comércio de bens e serviços – em particular destes – o que equivaleria à instituição disfarçada de um Governo Mundial em condomínio, integrado por esses Países (G-7 ? G-15 ?), a ser exercido por intermédio dos entes econômico-financeiros multilaterais aos quais os Países Principais já comandam majoritariamente como a OMC, GATS, FMI, BIRD, BID, BIS, CCI, OCDE, etc., sem esquecer o FED e a banca de Wall Street estes, principais vetores e maiores beneficiários do Governo Único, em um mundo totalmente desregulamentado.

b. O Governo Mundial - variante moderna da “doutrina” de Friedrich Ratzel

O processo de **globalização** do comércio de bens e serviços, e o projeto do **Governo Mundial** – este, em evidente fase final de gestação -- parecem reviver a velha “doutrina” geopolítica de Friedrich Ratzel, que justificava a conquista dos países do Hemisfério Sul pelas Nações do Hemisfério Norte, argumentando que estas teriam o **direito natural** de se apoderar das riquezas dos seus confrontantes ao sul do Equador, ao longo dos meridianos, sob o pretexto de que esses povos não teriam nem o *know-how* nem o espírito empreendedor para explorá-los, e os recursos naturais desses países seriam indispensáveis ao pleno desenvolvimento da Civilização Ocidental. E todos nós sabemos como essa doutrina geopolítica de Ratzel, “justificou” a conquista *manu militare* e a feroz colonização empreendida pelos Países europeus na África e na Ásia.

Vale à pena recordar, pois vivia-se então (e vive-se hoje) o auge do ultraliberalismo do **“laissez-faire”**, da **“mão invisível do mercado”** e da mínima interferência do Estado na economia (pregados na época por Adam Smith), teoria econômica que contribuiu sobremaneira para construir no mundo a **“Era do Império”** da Grã-Bretanha (*); e essa “Era” deu, como fruto, no Brasil o célebre alvará emitido em 1785 pela rainha portuguesa Dona Maria 1ª (a Louca), estendendo para a Colônia o absurdo Tratado de Methuen, o que literalmente implodiu a nossa industrialização então incipiente (com queima de teares, destruição de fundições, etc.), e nos tornou reféns comerciais dos bens industriais produzidos pela Inglaterra por quase 100 anos (durante os quais até nossas privadas eram **“made in England”**).

A nossa “Era” atual é a da **globalização** e do **Estado Mínimo** (de Friederich Hayek, Ludwig Von Mises, Milton Friedman, Guy Sorman, Margareth Thatcher, do **Mont Pèlérin**, do **Washington Consense**, do **Diálogo Interamericano**, etc.), que estão construindo a Idade da

(*) (Rubens Ricúpero - 1999) : “As Grandes companhias mercantis de ontem, como a East India Company ou a Royal African Company seriam as multinacionais de hoje. E não é demais lembrar a mais infame de todas, a Companhia do Congo, propriedade pessoal do rei Leopoldo 2º da Bélgica, que se estima haver causado a morte de 10 milhões de africanos, com requintes de perversidade. Pois era essa, então, a atmosfera de cobiça e violência que acabou por gerar conflitos extremamente sangrentos na China (guerra dos Boxers) e na África do Sul (guerra dos Boers).” (não-textuais)

"*pax americana*" e da cartelização do G-7, sob a liderança consentida dos Estados Unidos, principal vetor, agente e beneficiário desse novo ciclo de ultraliberalismo.

c. A aplicação moderna da geopolítica de Friedrich Ratzel :

A aplicação de uma variante moderna da "doutrina" geopolítica de Ratzel, eis o que os países do G-7 tendo os EUA à frente, estão fazendo hoje com os países "emergentes", tornando os seus confrontantes ao Sul suas colônias econômico-financeiras. Já ninguém duvida disso, pois até mesmo Alain Torraine, (sociólogo e amigo do Sr. FHC), já reconheceu isso explicitamente, admitindo que "*o governo dos Estados Unidos prepara às claras um plano geral de incorporação de toda a América Latina à sua zona de influência direta...*". (*) É óbvio que ele usou a expressão "*zona de influência direta*" como um eufemismo delicado para não recorrer ao desgastado e cru "*neocolonialismo*". (14) ("O grande vizinho do Norte" – Alain Torraine – FSP – "MAIS !"- 30/07/00)

Já não se apossam das riquezas desses países *manu militare* como no passado. Mas o fazem pelo processo sofisticado e maquiavélico da **globalização**, impondo-lhes uma abertura irrestrita dos seus mercados internos ao comércio de bens e serviços estrangeiros, principalmente dos entes financeiros... como um dos "**sistemas mais requintados e eficientes de pressões e constrangimentos**" recomendados por Kissinger. Nem mesmo os seus pretextos mudaram: a **superioridade racial** e o seu **direito natural** estão implícitos na famosa frase atrás reproduzida, cunhada pelo próprio Kissinger - não por acaso ainda hoje o mais importante ideólogo do **Centro Acadêmico Woodrow Wilson (CAWW)** e prestigiado ex-presidente do **Conselho de Segurança dos EUA**.

Até os efeitos devastadores dessa Variante moderna tendem a ser os mesmos: engendraram nesses países uma gigantesca dependência financeira; estão se apoderando das suas principais fontes de riquezas naturais e de suas empresas estratégicas; donde o enorme e crescente desemprego, a fome, a miséria e a involução social – **como na África** – onde os países subsaarianos estão retornando à sua era pré-colonial, com seus conflitos tribais, suas epidemias e fome genocidas e maltusianas; ou - **como no Brasil** – onde estamos sendo levados em direção a uma **africanização** social pelo enorme desemprego, pelo empobrecimento agudo da população e pela **degradação premeditada** de todos os serviços essenciais (segurança, saúde, educação, vias de transportes, etc.), deixados por vários anos sem os recursos orçamentários mínimos indispensáveis, criminosamente desviados para gerar os "**superávits primários**" necessários para garantir o pagamento das gigantescas despesas financeiras estéreis resultantes dos juros devidos... aos próprios neocolonizadores...

E, como vantagem extra, esse último cenário caótico facilita aos Países Principais reintroduzirem nos países assim desorganizados, um neocolonialismo também político e institucional, colocando no Poder – na África - os **sobas africanos**; ou - no Brasil - um **Quisling** local qualquer, pré-escolhido e literalmente **produzido** pelos OCMs... (Collor, FHC, Lula, Ciro Gomes, Serra, Roseane...), que serão auxiliados em suas "**aberturas**" por tecnocratas apátridas e xenófilos adrede preparados em Universidades norte-americanas famosas, nas quais eles receberam maciças doses de lavagem cerebral e onde se tornaram cúmplices conscientes (ou não) de todo esse processo maquiavélico de dominação neocolonial.

Vem a propósito revelar que, no início da década de 1970, a doutrina geopolítica de Friedrich Ratzel era ainda ensinada nas principais Universidades européias, e até em cursos especiais como o da Escola Superior de Guerra da Itália onde, nas aulas de Geopolítica, essa tese claramente colonialista e racista era ministrada sem qualquer ressalva ou pudor, para militares brasileiros que a freqüentavam ... (receamos que ainda hoje esteja sendo ensinada). (15) (Gen. Ex. Dirceu Ribas Corrêa – 1999)

2.4. CONCLUSÃO PARCIAL:

(*) Usando como instrumento principal dessa conquista a instituição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Resumindo toda a nossa análise até aqui, podemos afirmar categoricamente que :

“A GLOBALIZAÇÃO É O NOVO NOME DO IMPERIALISMO”^(*)

(*) (Doutor Adriano Benayon do Amaral - 1997)

FIM DO CAPÍTULO - I

Fontes dos Informes (Textos de Apoio)

- (1) Ten. Brig. Ivan Frota - Rev. Aeronáutica - Mar / abr. - 1993 (não-textuais)
- (2) “*Planeta tem 1 bilhão sem emprego*” - das agências internacionais - (in FSP - 26/11/96 - 2-1) Fonte: OIT
- (3) in “*As relações promíscuas, até mesmo incestuosas das privatizações*” – (in Boletim da UNAMIBB - n.º 30 - março/abril/99 - pg. 02/03); in “*Quem é quem no Governo*” - “*Os homens do Presidente*” – (in “*Caros Amigos*” – Oficina de Informação” – n.º 02 - dez./98) ;
- (4) “Relatório Final”, do Senador Amir Lando, na CPMI da privatização - (1994) - Biblioteca do Senado Federal
- (5) “*ONU classifica OMC como ‘pesadelo’ para os países em desenvolvimento*” – in Financial Times - on line - 15/08/00 - Da agência Reuters (não-textuais) -
- (6) “*Globalização = corrupção*” (Editorial) e “*Não quero ser cúmplice*” – Prof. Marcos Coimbra – in Mensário “*Ombro a Ombro*” - agosto 2000) (não-textuais); “*Crise na OMC*” - FSp 15/06/01 - Maria Luisa Mendonça, jornalista e diretora do Centro de Justiça Global - (não-textuais)
- (7) Cel R/1 L. G. Sodrê de Castro - in Revista do Clube Militar - Mar /1993 (não-textuais)
- (8) “*Perspectiva futura da insurreição*” - Cel. R/1 Eri Gonçalves - In Revista do Clube Militar - n.º 324 de nov./dez./95
- (9) Bispo latino de Bagdá – Rvmº.º Dom Paul Dahdah - in Revista “30 Dias” - ano IX, n.º 6, de jun./95 - pg. 34 – e “*ONU denuncia efeitos devastadores de embargo ao Iraque*” – Le Monde - 14/11/99 - de Gilles Paris
- (10) “*A verdade sobre o Plano Real*” – “*Gestão Temerária FHC*” e outros – mimeos - autor Cel. RMO – 1998 (não-textuais)
- (11) in “*Economic Impact*” - n.º 71 - janeiro de 1991 - “*A Liberalização do Comércio entre Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento*” - (Autores: Bela Balassa e Constantine Michalopoulos)
- (12) “*Três anos para completar a globalização*” - Susan George - out./99 – Le Monde Diplomatique - Attac/sp (ver também “*As Empresas e a Economia Mundial*”, declaração apresentada aos chefes de Estado e de governo no Conselho Europeu de Colônia, entre 18 e 20 de junho de 99) .
- (13) “*Justiça Supranacional*” - Dr. Caetano Lagrasta Neto e Antônio Rulli Júnior, Juizes do TA Criminal de SP - (in FSP 28/06/97)
- (14) “*O grande vizinho do Norte*” – sociólogo Alain Torraine – (FSP – “*MAIS !*”- 30/07/00; e
- (15) Gen. Ex. R/1 Dirceu Ribas Corrêa – (1999)

CAPÍTULO – II

“A verdadeira ideologia do Sr. FHC ”

*“Sou Napoleão ou pulga?”
(Gustavo Corção) ^(*)*

3. O Governo FHC e a sua tendência inequivocamente *internacionalista* e obstinadamente antinacionalista

3.1. Corrigindo a biografia do Senhor FHC:

Informes e Textos de Apoio: (16) "O Dossiê da crise brasileira" (*) – documento elaborado e difundido pelo PDT em 1999 - (*) divulgado por um site do PDT (www.pdt.org.br) (não-textuais); (17) "O Complotô para aniquilar as Forças Armadas e as Nações Ibero-americanas" - (Edição brasileira -1997 - da Gráfica Distribuidora Record – RJ/RJ); e (18) "A teoria da (inter) dependência" – Dr.^a Roberta Traspadini – Editora Topbooks – 1999)

a. Antecedentes biográficos longínquos:

Depois que ficou sob os holofotes dos opositores e críticos de todos os matizes, descobriu-se que a ideologia do Sr. FHC não era exatamente aquela que a grande mídia pintava, en-deusando-o como destacado líder “socialista” e intelectual “de esquerda”, razão pela qual sua biografia, “enobrecida” artificialmente pelos OCMs, pode (e deve) agora ser retificada.

Contrariando o seu suposto “socialismo”, no seu auto-exílio no Chile ele logrou ser admitido na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), órgão da ONU sediado em Santiago, onde recebia um alto salário exercendo uma função de nível diplomático, o que lhe dava direito a privilégios como importações isentas de impostos e lhe propiciava uma vida de *nouveau riche*: tais como uma casa suntuosa no aristocrático bairro de Las Condes e um carro Mercedes Benz com motorista uniformizado. (16) (Revista “Veja” - 12/10/1994, pág. 52, - (PDT- 1998) (não-textuais)

Sabe-se hoje que – também em flagrante contradição com sua suposta ideologia “socialista” - o Senhor FHC, ainda no início de sua vida pública, foi apoiado financeiramente pela “Fundação FORD” pois, no retorno do seu auto-exílio no Chile, em 1978, ele desembarcou no Brasil com uma verba de 180 mil dólares destinada ao CEBRAP, doação que lhe fez a citada Fundação.

Informe NÃO confirmado – mas provavelmente verdadeiro - diz que o Sr. FHC também teria recebido apoio financeiro da Fundação Rockefeller, quando de seu auto-exílio na França (e/ou Chile ?).

b. A rápida carreira política do Sr. FHC :

A verdade é que o Sr. FHC, – quando todos os seus “companheiros” o veneravam como “líder socialista” e “intelectual de esquerda” - já tinha ligações no mínimo suspeitas com uma entidade representativa das altas finanças norte-americanas (Fundação Ford), antes mesmo dele ter assinado a Ata de Fundação de uma ONG ultraliberal dos EUA, o **Diálogo Interamericano**, em 1982.

Em 1983, sem nunca ter desempenhado nenhuma função política ou administrativa relevante, o Sr. FHC herdou uma cadeira no Senado Federal como suplente de Franco Montoro que fora eleito governador de SP. (16)(idem, não-textuais)

No estelionato eleitoral de 1986, quando o Plano Cruzado foi usado como moeda política, o Sr. Fernando Henrique foi eleito para o Senado por uma coligação das “esquerdas”, de onde saiu em 1994 como Presidente da República, eleito no primeiro turno.

(*) “Dois Amores - Duas Cidades” (Gustavo Corção) – “Os efeitos paradoxais do amor-próprio vêm da instabilidade interna criada pela falsa postura da alma. A posição falsa cansa, e pede outra posição falsa no extremo oposto.... “Sou Napoleão ou pulga?” pergunta-se a si mesmo Raskalnikoff (“Crime e Castigo”)...O Homem-Exterior é antes de tudo um desequilibrado, de passo incerto e incerta vontade, que vive entre Napoleão e a pulga ”.

Depois de sua chegada ao Senado, enfronhou-se no círculo de amigados do empresário Roberto Marinho, dono do complexo Globo, de quem se tornou conselheiro informal (16) (não-textuais) e cuja grande rede de televisão foi instrumento chave fundamental para a sua vitória eleitoral em 1994 para Presidente.

Por conseguinte, tudo indica que a trajetória do Sr. FHC rumo à Presidência da República não foi fruto de circunstâncias providencialmente favoráveis ou meramente fortuitas - ao contrário, é muito provável que ela tenha sido detalhadamente planejada - pois no início do governo de Fernando Collor, logo após a posse do novo presidente, o Sr. FHC tanto se insinuou que acabou sendo convidado a ocupar o Ministério das Relações Exteriores, cargo que há muito ambicionava, mas foi impedido de concretizar esse sonho devido a uma divergência interna dentro do PSDB. (16) ("O Dossiê") (não-textuais)

A partir daí, a escalada do Sr. FHC rumo ao Planalto foi direta e rápida.

Derrubado Collor, ele colou no novo Presidente, Itamar Franco, que o tornou Chanceler em outubro de 1992. No Itamaraty, onde ficou apenas 10 meses, abandonou a política independente iniciada por Jânio Quadros no início de 1960 e mantida pelos governos militares, levando o Brasil para um alinhamento automático com os EUA.

Durante a sua gestão no Ministério das Relações Exteriores, foi do Itamaraty que partiram as fortes pressões sobre o Congresso Nacional para a aprovação da lei das patentes e da propriedade intelectual (o TRIPS) (*Trade-related aspects of intellectual property rights*), vulnerando nossas riquezas naturais potenciais, inclusive as da biodiversidade. (16) (idem, não-textuais)

Como ministro das Relações Exteriores, fazendo uso das amigadas que contraiu na França, Inglaterra e Estados Unidos na época do seu auto-exílio, o Sr. FHC logo foi catapultado a Ministro da Fazenda e virtual candidato a Presidente da República. Sintomaticamente, sua indicação para ocupar o Ministério da Fazenda ocorreu durante seus contatos com banqueiros internacionais, quando estava como Chanceler em viagem oficial aos Estados Unidos, em 19 de outubro de 1993. (16) (idem, não-textuais)

Ainda Ministro da Fazenda, ele implementou em 01/07/94 o Plano Real inspirado no Plano Cavallo, caracterizado pela sobrevalorização do real frente ao dólar, por uma política monetária de juros altíssimos e por uma abertura quase irrestrita do nosso mercado interno às importações de mercadorias e serviços do exterior.

Já na Presidência, desde logo acelerou as privatizações de quase todas as nossas estatais mais importantes, e adotou políticas macroeconômicas (cambial, monetária e de comércio exterior) suicidas, provocando um extenso processo de contração (*downsizing*) em nossas cadeias produtivas internas e a desindustrialização e desnacionalização de nosso parque industrial, além de desestruturar a nossa produção agrícola. De país exportador e com uma das maiores áreas agricultáveis do mundo, o Brasil passou a importar inclusive arroz, feijão, milho e até água de coco, em apenas sete anos de governo FHC.

Além disso, essas políticas macroeconômicas incongruentes provocaram grande desequilíbrios em nossas Contas Nacionais, gerando enormes déficits na Balança Comercial e nas Transações Correntes com o exterior; e dando origem a um acelerado e gigantesco endividamento interno e externo.

Em seguida, apenas dois anos depois de sua posse na Presidência, novamente FHC teve a sua campanha à reeleição lançada numa reunião do FMI, em Washington, por dois de seus tecnocratas da área econômica: Pedro Malan, ministro da Fazenda e Antônio Kandir, ministro do Planejamento. (16) (não-textuais)

Poucos meses depois, assistimos ao degradante episódio da votação da Emenda da Reeleição, quando o próprio Presidente FHC, sofredamente interessado na sua aprovação, e/ou alguns dos seus mais chegados colaboradores, usaram despudoradamente de todas as armas possíveis - entre elas a reles compra de votos; a quebra do sigilo bancário do Banco do Brasil de alguns parlamentares mais resistentes, em débito com este Banco, vergonhosa chantagem financeira contra eles para obter os seus votos; além do já habitual tráfico de favores do "do ut des" - tudo isso com a omissão complacente e a conivência disfarçada dos grandes OCMs.

Como explicar esse conúbio incestuoso de interesses entre o Governo FHC e os grandes OCMs ? Exatamente os mesmos OCMs que, até passado recente, profligavam com orquestra-

ções e magnificações inclementes (e quase sempre injustas) os ditos governos militares por simples suspeitas de ilícitos de qualquer espécie, reais ou imaginários, confirmados ou não !

E quem se atreveria a negar que a aprovação da reeleição - até poucos meses antes unanimemente considerada inaceitável e antidemocrática - teve, inegavelmente, como único objetivo, a recondução do Presidente FHC por mais um mandato, ao que tudo indica, pela submissão do seu governo às teses *internacionalistas* que interessam ao **macro capitalismo financeiro internacional**, ator e beneficiário principal da submissão do Governo FHC às teses monetaristas da **globalização** ?

Afirmou o PDT (16) (idem, não-textuais) que, para se reeleger, o Sr. FHC talvez tenha feito em segredo um acordo com o FMI, cujas conseqüências poderão ter as mesmas dimensões catastróficas daquele que o México fez com essa mesma entidade, em 1995, e que custou àquele país o controle total do seu petróleo pelos Estados Unidos.

Nós levantamos uma outra hipótese:

É muito provável que o Sr. FHC, desde o início de sua vida pública tenha sido apoiado, promovido – e, por assim dizer, produzido - pelos líderes do Macroc capitalismo Financeiro Internacional, com a cumplicidade consciente dos OCMs, visando a que atingisse a destacada posição que agora ele ocupa, exatamente para realizar as terríveis tarefas impatrióticas que hoje ele leva a termo com tanta submissão e diligência . (*)

Não vamos analisar neste Capítulo o episódio da aprovação da Emenda da Reeleição, por já ser literalmente um caso de polícia e porque já existem indícios mais do que suficientes para justificar uma investigação pelo Ministério Público (MP) visando tipificar crimes eleitorais e/ou de corrupção ativa e passiva, que nem o MP nem o Congresso Nacional quiseram apurar, sabe Deus com quais justificativas ... e a que preço... mas que o MP poderá retomar com os dados que já possui, se assim o decidir.

c. Desnudando a verdadeira ideologia do Sr. FHC:

Informes : (18) (Texto de Apoio: “A teoria da (inter) dependência” – Dr.^a Roberta Traspardini – Editora Topbooks – 1999)

De sua obra literária, bastante extensa mas medíocre e confusa, sobressai um livro que se tornou mais conhecido: **“Dependência e Desenvolvimento na América Latina”** (1967), escrito em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto, no qual ele propunha uma nova e *sui generis* tese de economia-política, a *“teoria da dependência”*. Com ela o Sr. FHC, já àquela época, pregava o desenvolvimento do Brasil e de outros países latino-americanos sob a dependência da economia dos Estados Unidos. (18)(“A teoria...”, não-textuais)

Esta proposta verdadeiramente herética para verdadeiros socialistas, passou quase despercebida ou foi benevolmente tolerada pelos seus correligionários, não somente

(*) Celso Brandt – TI – 15/08/01 – faz uma acusação muito mais severa: **“O exemplo de Ieltsin”** “... Logo após a sua eleição, FHC tirou a máscara, mandou esquecer o que havia dito e escrito e, arregaçando as mangas, deu início ao mais abjeto plano de destruição de uma Nação de que até hoje se tem notícia. Com o passar do tempo, verificando que tudo obedecia a um projeto friamente arquitetado, o povo brasileiro foi tomando consciência de que havia sido vergonhosamente enganado e de que o plano em execução tinha por objetivo a destruição da economia nacional... o que acontecia no Brasil se repetia, com estranha coincidência, em numerosas outras nações, o que evidencia que os seus governos obedeciam ao mesmo receituário... O objetivo comum era restabelecer o colonialismo nesses países. Através de presidentes corruptos e traidores, regamente cooptados, os Estados Unidos asseguravam o seu domínio sobre o mundo. Na base de tudo estavam as privatizações, que passaram a constituir o maior espetáculo de corrupção até hoje armado na face da terra. A venda das estatais arruinou numerosas nações, mas garantiu aos seus responsáveis comissões escandalosas, que fizeram surgir novos miliardários na face da terra, Dos dois outros companheiros de aventura de Fernando Henrique Cardoso na América Latina, o primeiro, Carlos Menem, responsável pela destruição da Argentina... Na Rússia, segundo avaliações publicadas pela imprensa, os “Jovens Reformistas” lesaram o país em 500 bilhões de dólares. No Brasil, o prejuízo dado por FHC é calculado em mais de um trilhão de dólares.

porque ele era considerado um acadêmico teórico, mas também porque já existiam entre seus companheiros de ideologia, outros que esposavam teses semelhantes, que hoje poderíamos definir como teoria do “*desenvolvimento dependente*”, embora apenas ele propusesse explicitamente que esta dependência deveria ser em relação à macroeconomia norte-americana.

Abstração feita do seu vocabulário e dialética marxista usuais, se fizermos hoje uma releitura de toda a sua obra, a começar pelo seu livro principal, seguindo pelos outros dois em que ele também propõe claramente essa mesma (*inter*)dependência subordinada da economia brasileira à dos EUA (*Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* –1963; e “*As idéias e seu lugar*”- 1980); e, se compulsarmos a coletânea de seus artigos que abordam o mesmo tema - alguns deles publicados em 1995, quando ele já era Presidente da República - comprovaremos que, em vários deles, o autor defende clara e inequivocamente, um “*desenvolvimento dependente*” do Brasil e dos países latino-americanos em relação aos EUA. (18) (não-textuais)

A tese da economista/socióloga Dr.^a Roberta Traspadini, cuja análise nos serviu de Texto de Apoio, conseguiu comprovar que, muito da obra teórica do Sr. Fernando Henrique Cardoso, - se “*colocarmos as idéias em seus devidos lugares*”, como ele mesmo sugeriu - sempre apontou para aquilo que seu Governo afinal concretizou: **a inserção subordinada da economia brasileira ao capital internacional que, ao contrário das suas deduções teóricas, bloqueou qualquer possibilidade de um desenvolvimento independente do Brasil e terminou comprometendo até mesmo a nossa própria democracia.** (18)(idem, não-textuais).

Por conseguinte, essa sua “ideologia” heterodoxa NÃO pode ser interpretada como mero arroubo intelectual de um jovem e imaturo professor de Sociologia. Muito ao contrário, ela é um tema recorrente e, sem dúvida, aquele que mais sobressai como idéia original e mais importante de toda a sua obra.

Não se trata, também, de uma adesão tardia à “*modernidade*” da “*globalização*”. Quanto a isso, é suficiente ressaltar que, já desde 1963, ainda no início de sua atividade literária, - quando aconteciam os primeiros grandes êxitos da implantação da ALALC e da política industrial de “*substituição das importações*” da CEPAL - ele já pregava exatamente o oposto, ou seja, a sua teoria **dependentista** de nossa economia à dos EUA, (18) (idem, não-textuais), mais precisamente aos interesses do Macroc capitalismo Financeiro Internacional que naquele país tem sua sede principal (Wall Street), o que o coloca muito suspeitamente como um dos precursores das matrizes intelectuais remotas do *Washington Consense*, ou da origem teórica do processo de **globalização**.

Se realmente ele tiver dito a frase que lhe atribuem (“*esqueçam tudo o que eu escrevi*”) por certo o terá feito por astúcia, porque todo aquele que agora estuda os seus escritos passa a compreender com toda a clareza que o conjunto das decisões macroeconômicas do seu Governo, (as suas e as dos tecnocratas xenófilos do seu primeiro e segundo escalão), nos conduziram consciente e aceleradamente para uma **dependência subalterna** em relação ao Macroc capitalismo financeiro internacional, predominantemente de origem anglo-norte-americanas.

Convence-nos definitivamente de que essa **dependência subalterna** a que seu governo conduziu o Brasil, **NÃO** foi um equívoco involuntário e acidental mas **SIM** um erro continuado, deliberado e consciente, o simples fato de que, dentre os principais tecnocratas que ele nomeou no seu 1º Mandato para implementar o chamado Plano Real, (Pedro Malan, Pêrsio Arida, Edmar Bacha, Bresser Pereira, Eliana Cardoso, e outros), vários deles integravam o grupo que participou da reunião realizada em Washington, em novembro de 1989, organizada pelo “**Institute for International Economics**”, patrocinada pelo FMI, Banco Mundial, BID e governo norte-americano, durante o qual foi realizado o estudo do diagnóstico sobre o Brasil elaborado por Eliana Cardoso e Daniel Dantas, e onde foram estabelecidas as bases teóricas do **Washington Consense**. Nessa mesma direção, aponta o fato de que o artigo escrito por Pêrsio Arida e André Lara Resende, intitulado “*Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil*”, hoje considerado como uma das bases teóricas do Plano Real, foi originalmente apresentado em Washington,

em dezembro de 1984, num seminário também promovido pelo mesmo *Institute for International Economic* que organizou o *Washington Consense*.

Comprovada a já antiga e renitente ideologia “**dependentista**” do Sr. FHC, nos é lícito afirmar que ele – como presidente -- pôs **deliberadamente** em prática tudo aquilo que já propunha explicitamente em seus estudos teóricos pois, agora, depois 7 (sete) anos de seu Governo (1º mandato e 1999/00/01), ficou afinal evidente, sem que se necessite provar, que o Sr. FHC, auxiliado pelos principais técnicos xenófilos que ele nomeou, diligentemente implementaram tudo o que de há muito tempo ele nos confessava como sendo a sua verdadeira convicção ideológica: isto é, o “**desenvolvimento**” da economia brasileira dependente do capital estrangeiro, em particular do anglo-norteamericano. Essa sua decisão gravemente errada e teimosamente mantida, literalmente destruiu qualquer capacidade de progresso independente do Brasil a curto e médio prazo (18) (não-textuais) e, com certeza, já prejudicou gravemente o nosso futuro econômico-social por muitos e muitos anos, e talvez venha a comprometer até mesmo a nossa própria capacidade de sobrevivência como Estado Nacional Soberano.

Parece-nos lógico também, concluir que, tanto o Sr. FHC quanto os tecnocratas xenófilos que o auxiliaram na aplicação submissa e impatriótica desse receituário “**dependentista**”, todos eles estavam conscientes dos efeitos gravemente prejudiciais que seriam provocados por esse modelo de inspiração alienígena, que acabou causando uma extensa contração ao longo das cadeias produtivas internas de setores inteiros da nossa economia (trigo, têxteis, eletroeletrônicos, calçados, autopeças, finanças, etc.); que desnacionalizou importantes segmentos estratégicos antes dominados por grandes estatais (minérios, geradoras e distribuidoras de energia elétrica, telecomunicações, bancos, etc.); oligopolizou outros (petroquímica, fertilizantes, aço...), além de facilitar e viabilizar a entrada no nosso mercado interno de inúmeros entes financeiros estrangeiros que hoje já dominam amplamente os bancos de investimentos (80%) e uma grande fatia (mais de 40%) dos bancos múltiplos...

Ora, como essas autoridades, a despeito de conhecerem perfeitamente todos os graves danos econômicos e sociais produzidos no País – cujas estatísticas desfavoráveis já estavam disponíveis desde dez./1995 -- sempre enfrentaram indiferentes (e com grande arrogância e ousadia) os protestos cada vez mais amplos e irados de importantes segmentos de nossa sociedade, e ainda assim mantêm obstinadamente inalterado até hoje esse modelo *dependentista alienígena*, nos parece impositivo concluir que eles desejavam conscientemente produzir na nossa economia todos esses efeitos danosos que hoje nos afligem.

Se o fizeram por motivos ideológicos, ou por convicções intelectuais pervertidas, ou por estarem consciente (ou inconscientemente) a serviço da implantação de teorias alienígenas hegemônicas, não o sabemos. Mas a dúvida quanto à motivação que os moveu passa a ser quase acadêmica – embora muitíssimo importante para fins de Justiça – porque, em qualquer das hipóteses, os efeitos dramáticos decorrentes foram **ESPANTOSAMENTE PREJUDICIAIS** ao futuro econômico e social do Brasil e, somente por isso, já são intrinsecamente delituosos.

A nosso juízo, tudo isso configura uma clara violação dos Princípios Fundamentais da Soberania, do Desenvolvimento, da Independência Nacionais e do incentivo ao nosso Mercado Interno, prescritos pelos Art. 1º, inciso I; Art. 3º, inciso II; e Art. 4º, incisos I e II, e pelo Art. 219, todos da Constituição Federal que o Sr. FHC prometeu cumprir.

Portanto, é forçoso concluir que: ou ele cometeu um crime de perjúrio quando prometeu cumprir a Constituição Federal – que a sua confessada ideologia *dependentista* não lhe permitiria cumprir – e/ou ele deliberadamente tem violado esses mesmos preceitos de forma continuada ao longo dos 4 anos do seu primeiro mandato e de 1999/2000/2001, o que nos parece tipificar um crime de responsabilidade, definido pelo caput e inciso VII do Art. 85 da CF/88.

d. A comprovação prática da ideologia *dependentista* do Sr. FHC:

Informe e Texto de Apoio (17) “O Complô para aniquilar as Forças Armadas e as Nações Ibero-americanas” - (Edição brasileira - 1997 - da Gráfica Distribuidora Record – RJ/RJ); **(19)** (“O Globo” - 06-05-95) citado na Revista do Clube Militar (maio/99)

1) O Centro Acadêmico Woodrow Wilson (CAWW)

A adesão muito precoce do Sr. FHC, às matrizes intelectuais remotas de uma **globalização subalterna** - que ele implementou no Brasil de forma tão diligente, submissa e impatriótica - se torna ainda mais coerente, *post factum*, com a sua associação em 1982 a uma ONG norte-americana, o “**Diálogo Interamericano**” (**DI**), cujos principais líderes e inspiradores eram, na época, alguns cidadãos norte-americanos famosos (entre eles, David Rockefeller, Abraão Lowenthal, Paul Goldman, Robert Mc Namara, Cyrus Vance, etc.), quase todos financistas internacionais conhecidos, e alguns deles membros destacados do **Centro Acadêmico Woodrow Wilson (CAWW)**, este uma espécie de “**banco de cérebros**” fundado em 1968 pelo Congresso dos EUA, para dedicar-se ao estudo, investigação e documentação referentes à política externa norte-americana, com objetivos hegemônicos. (17) (“O Complô...”, não-textuais)

Em 1977, o **CAWW** estabeleceu um programa especial destinado especificamente a estudos latino-americanos, encargo para o qual passou a contar então com o financiamento de entidades não governamentais e/ou privadas dos EUA, entre as quais as Fundações Ford, Mellon e Rockefeller, o Banco Mundial e várias transnacionais norte-americanas. Este programa especial deu origem em 1982 à ONG - “Diálogo Interamericano”.

2) O Diálogo Interamericano (DI):

O **DI** – a cujo primeiro seminário o Sr. FHC compareceu, e cuja ata de fundação subscreveu no início da década de 80 – é, por conseguinte, uma ONG ligada umbilicalmente a um órgão oficial do Congresso dos EUA, o Centro Acadêmico Woodrow Wilson (**CAWW**), mas suas verdadeiras finalidades estatutárias nos são desconhecidas.

O que se sabe, com certeza, é que desde a sua criação o **DI** vem atuando diligentemente na difusão das teses da **globalização**, da **soberania limitada (ou relativa)**, do **direito de ingerência**, da **interdependência entre as Nações**, etc.. (17) idem, ibidem - não-textuais)

Congruentemente, o **DI** também vem se dedicando ao proselitismo intenso e a outras ações político/ diplomáticas/ propagandísticas, etc., visando a:

- tornar aceitável pelos países ibero-americanos uma drástica diminuição dos efetivos e dos *gastos militares*, sob a alegação de que tais gastos desfalcam as verbas para a promoção social e para o desenvolvimento; e/ou

- que seja modificada a destinação constitucional das FFAA latino-americanas que, de suas funções tradicionais de Defesa / Segurança Nacionais, passariam a atuar – supletivamente ou não - contra o terrorismo e o narcotráfico; no controle e defesa ecológica/ambiental; e nas ações de Defesa Civil e restrições de danos, nas hipóteses de grandes sinistros e desastres ambientais, etc..

Além disso, uma das teses prioritárias do **DI** é a institucionalização de uma força supranacional interamericana, apta para “ações intrusivas” dentro de países ibero-americanos - **sem a autorização destes** - nas hipóteses de “*graves violações dos direitos humanos e/ou de genocídio*”; “*combate ao tráfico de drogas ou ao terrorismo*”; “*restabelecimento da democracia*” nos seus territórios; graves “*desastres ecológicos*” ou “*crimes ambientais*”, etc., invocando-se como justificativa o *direito (ou dever) de ingerência*.

Vamos reproduzir a seguir um pequeno trecho transcrito no livro “O Complô ...” onde é citado o famoso “Memorando Bush” que determina sejam *eliminadas as Forças Armadas Ibero-americanas*. [(17) (pg. 79 e 80)] (*verbis*):

"..... o objetivo político é desmantelar as Forças Armadas de toda a Ibero-América, para deixar indefesa a região..." [mas isso encontra] "dois obstáculos importantes de tal plano: as Forças Armadas da Argentina e do Brasil, que seguem sendo baluartes de moralidade, espírito de desenvolvimento e propósito nacional e não se conformaram com o seu próprio desaparecimento." "Essa política da casta governante anglo-americana é apresentada e justificada, com todas as argúcias filosóficas, em um volume publicado em 1990 pela editora Lexington Books, intitulado "The Military and Democracy: The Future of Civil - Military Relations in Latin America" ("Os militares e a democracia: o futuro das relações cívico-militares na América Latina"), editado por Louis W. Goodman, Johanna S.R. Mendelson, e Juan Rial." [NR: todos eles membros do "Diálogo Interamericano" – DI]

As teses desse estudo, concebido e financiado pelo governo estadunidense, estão justificadas em 17 capítulos escritos por outros tantos autores diferentes, e podem ser resumidas como se segue:

I - A 'preparação para uma nova era' entre as superpotências e a 'política econômica internacionalista', tipo Fundo Monetário Internacional, exige a reestruturação total das instituições militares ibero-americanas, sob supervisão estadunidense, e a criação [nelas] de uma 'nova cultura política civil'.

II - O principal obstáculo a isso é a perspectiva imperante, ao menos entre certas facções dos militares ibero-americanos, de modo especial na Argentina e no Brasil, de que (as FFAA) têm a missão nacional de defender os valores do 'Ocidente cristão... a honra, a dignidade, a lealdade... [e] salvar e assegurar o processo de desenvolvimento.' Na opinião dos autores, tal doutrina de 'segurança nacional' é equivocada e perigosa.

III - Essa perspectiva é qualificada como 'messiânica', 'fundamentalista', 'autoritária', 'patriarcal' e 'infiltração ideológica'... e considera que, no fundo das coisas, há uma 'luta entre o bem e o mal'...

IV - Essa filosofia (de Segurança Nacional) foi 'compartilhada' e reelaborada pelas Forças Armadas do Cone Sul, [e] se disseminou pelo resto do subcontinente mediante diversas missões técnicas...

V - Deve-se extirpar essa corrente militar 'ética' e suplantá-la com o 'pragmatismo' e uma nova 'doutrina democrático-liberal... de estabilidade nacional', que defina aos militares uma nova missão mais estreita,... [n.r. formando 'militares estritamente profissionais' e/ou organizando FFAA especialmente dedicadas às suas novas "missões", tais como atuar integrando "forças de intervenção internacional", e/ou na Defesa Civil em sinistros climáticos, e/ou em controle e restrição de danos ambientais... etc.]

Eis as transformações dos militares ibero-americanos a que se propõem o Departamento de Estado e o Diálogo Interamericano... ao qual está associado o Sr. FHC.

Coerente com essas idéias pregadas pelo **DI**, está a criação de Ministérios de Defesa em todos os Países da Ibero-América, com o objetivo explícito de institucionalizar uma Chefia civil hierarquicamente superior aos Comandos Militares das suas Forças Armadas (FFAA), o que representaria desde logo uma **capitis diminutio** social e política para o segmento militar e, ademais, traria a vantagem (segundo eles) adicional de afastar a influência direta dos Ministros Militares – incuravelmente nacionalistas - sobre os Presidentes da República, medida considerada indispensável para neutralizar o arraigado "messianismo" das FFAA ibero-americanas, pois os militares desses países se julgam investidos da missão Providencial de 'Salvadores de suas Pátrias' (e os seus povos também assim os consideram)." (17) (idem, não-textuais)

Aliás, neste tema, o **DI** nem pode esconder que segue fielmente as teses do governo dos EUA pois que, em 1995 durante sua visita ao Brasil, o Secretário de Defesa William Perry declarou a "O Globo" com descarada franqueza que o seu governo "QUER CIVIS CHEFIANDO OS MILITARES NA AMÉRICA LATINA":

(*verbis*) "O primeiro esforço foi no sentido de promover a democratização de toda a América Latina. O segundo, que correu paralela mas simultaneamente, foi o de fazer com que os governos adotassem a chamada economia de mercado, abrindo suas portas ao fluxo internacional de mercadorias, capitais e serviços.

Agora, o Governo dos Estados Unidos está empenhado numa nova e delicada mudança estratégica na região: subordinar os militares a um comando civil. Ou, mais precisamente: fazer com que as Forças Armadas de cada país passem a ser lideradas por um Ministro de Defesa que seja civil. - A liderança civil do sistema de defesa fortalece tanto a democracia quanto as próprias Forças Armadas. Nós vamos incentivar isso, assim como a idéia de que haja uma transparência cada vez maior no intercâmbio de informações militares entre as três Américas” - disse ao Globo o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, William Perry. (19) (“O Globo” - 06-05-95) citado na Revista do Clube Militar (maio/99)

Somente essa interferência indevida e insolente (que pouco tempo depois foi repetida por outros personagens), já deveria ter sido mais do que suficiente para ser rejeitada a implantação do Ministério da Defesa por nossas autoridades.

Ao contrário, em junho de 1999, o Presidente FHC consumou a sua adesão a esta tese do DI, diligenciando para que esse modelo de comando civil do Sistema de Defesa Nacional fosse institucionalizado, enfrentando a resistência ostensiva e passiva de alguns chefes militares. Contudo, promulgou essa modificação mediante um instrumento legal de nível inadequado – uma Medida Provisória - o que contaminou de inconstitucionalidade a implantação da nova estrutura, que deveria ter sido precedida de uma reforma constitucional e de sua correspondente regulamentação via lei complementar, inconstitucionalidade absurda que somente foi corrigida alguns meses depois. Os Ministros Militares de então aceitaram passivamente – sem qualquer reação pública -- a extinção inegavelmente ilegal de seus Ministérios.

3.2. Os tecnocratas xenófilos – agentes da globalização :

Voltamos a repetir, para que fique bem ressaltada esta circunstância esdrúxula, essencial para se compreender com precisão como funciona o processo de **globalização** no Brasil, bem como na América Latina: aqui, já não existe a menor dúvida de que **NÃO É mera coincidência** o fato de que muitos dos titulares dos principais cargos que decidem sobre as políticas macroeconômicas em todos os países “emergentes” (no Brasil em especial) sejam sempre escolhidos exatamente entre pós-graduados das Universidades norte-americanas que engendraram e vêm difundindo orquestradamente as medidas “*globalizantes*” retro analisadas e que provocaram os mesmos efeitos perversos no México, em países da Ásia, na Rússia, no Brasil e, depois na Argentina, em seguida no Chile e, agora de novo, na Argentina - medidas que esses *tecnopols* aceitam pôr em prática com impatriótica subserviência, embora estejam cientes e conscientes de que irão reproduzir em seu país o mesmo desfecho dramático!

a. Os “Homens do Presidente” - os corifeus da globalização no Brasil :

Informes e Textos de Apoio: (3) in “As relações promíscuas, etc.” – (in Boletim da UNAMIBB - n.º 30 - março/abril/99 - pg. 02/03); (in “Quem é quem no Governo” = “Caros Amigos” – Oficina de Informação – n.º 02 - dez./98) ; e (16) “O Dossiê da Crise Brasileira” - in SITE do PDT- 1999 - www.pdt.org.br.

No Brasil, essa **coincidência** não pode nem mesmo ser questionada, pois basta transcrever o *curriculum vitae* dos principais técnicos chamados a ocupar os mais importantes cargos que decidem sobre as políticas macroeconômicas do Governo FHC, para comprovarmos que quase todos eles estão ligados desde longa data a entes financeiros internacionais e/ou são pós-graduados nas mais prestigiosas Universidades dos EUA.

Sem a pretensão de esgotar este tema, especialmente revelador do **viés internacionalista** do Governo FHC, eis alguns dos principais “Homens do Presidente”:

ARIDA, PÉRSIO - É um dos mais destacados membros do grupo de economistas-banqueiros saídos da PUC/Rio onde foi professor. Doutorou-se em economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT - EUA). Banqueiro, integra o segmento social judeu-brasileiro. No governo Sarney, ocupou uma diretoria do Banco Central; depois foi presidente do Banco

Central e do BNDES. Foi um dos fundadores do Banco BBA e hoje é um dos diretores do Banco Opportunity controlado por Daniel Dantas. Representa este banco no Conselho de Administração da Vale do Rio Doce. Integrou o conselho de administração do Unibanco. O artigo que escreveu com André Lara Resende, intitulado "*Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil*" e que foi originalmente apresentado em Washington, em dezembro de 1984, num seminário promovido pelo Institute for International Economics (o mesmo que organizou, em novembro de 1989, o encontro que estabeleceu o chamado Consenso de Washington), é considerado uma das principais bases teóricas dos planos de estabilização adotados no Brasil, principalmente o Plano Real. No começo de 1995, quando já assumira a presidência do Banco Central, passou o carnaval na fazenda do ex-sócio, o banqueiro Fernão Bracher presidente do Banco BBA, num momento em que o país passava por grave instabilidade financeira provocada pela quebra do México e o nosso Banco Central intervinha no mercado de câmbio. O BBA auferiu enormes lucros na área cambial a partir da implantação do Plano Real.

- **BACHA, EDMAR** - Ex-professor da PUC/Rio, doutorou-se em Yale (EUA). Banqueiro, integra o segmento social judeu-brasileiro. É uma espécie de decano do grupo de economistas-banqueiros fundadores do PSDB. É sócio do Banco BBA e seu economista chefe. Trabalhou no Ipea, foi presidente do IBGE e assessor especial de FHC no Ministério da Fazenda, onde teve papel proeminente na formulação e implantação do Plano Real. Foi presidente do BNDES. Foi professor nas universidades norte-americanas de Yale, Colúmbia, Harvard e MIT e um dos principais economistas brasileiros que fizeram (e fazem) ponte com o pensamento acadêmico hegemônico dos Estados Unidos e com organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI. Atraiu para a PUC/Rio economistas de peso como Rudiger Dornbusch, professor do MIT e ex-economista-chefe do FMI, e John Williamson, que foi o principal organizador do encontro realizado em Washington, em novembro de 1989, pelo Institute for International Economics, para discutir o ajuste das economias latino-americanas à chamada Nova Ordem mundial e onde foi cunhada a expressão **Consenso de Washington**.

- **BORGES, JOSÉ PIO** - Engenheiro pela PUC/ Rio, fez o mestrado em economia na New School for Social Research, em Nova Iorque (EUA). Foi Presidente, Vice-presidente do BNDES e Diretor de sua área de desestatização. Foi diretor do Banco da Bahia Investimentos e presidente da Companhia de Seguros da Bahia.

- **BRESSER PEREIRA, LUIZ CARLOS** – Economista, fez o mestrado na universidade de Michigan (EUA) e doutorou-se em economia pela USP. Foi o coordenador financeiro da campanha eleitoral de FHC. No governo Sarney foi ministro da Fazenda, e no governo FHC foi ministro da Administração e Reforma do Estado (MARE) e ministro da Ciência e Tecnologia. Foi professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (SP). Foi um dos *tecnopols* brasileiros a comparecer como convidado às reuniões que culminaram com a elaboração do conjunto de teses e doutrinas que configuraram o chamado "*Washington Consense*".

- **CALABI, ANDRÉA** – Economista, integra o segmento-social judeu-brasileiro. Foi secretário executivo do Ministério do Planejamento. Foi secretário geral do Ministério da Fazenda, na gestão Funaro, deixando esse cargo para assumir a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) criada por ele para centralizar e controlar os gastos do governo federal. Foi um dos coordenadores do programa de governo de FHC na reeleição. Foi Presidente do BB por pouco tempo, em substituição a Paulo Ximenes, depois foi por curto período Presidente do BNDES e, também por pouco tempo, parece ter integrado o Conselho de Administração da Petrobrás. Foi sócio da Consemp - Consultoria e Empreendimentos Industriais.

- **CARDOSO, ELIANA** – Economista, doutorou-se em economia pelo MIT. Foi professora das universidades norte-americanas de Yale, Boston, MIT e Tufts, e Secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda no começo do governo FHC. Atual assessora especial do Banco Mundial para a região da América Latina e Caribe. Foi casada com o banqueiro e economista do Massachusetts Institute of Technology (MIT), o consultor internacional Rudiger Dornbusch. Foi ela quem apresentou, junto com Daniel Dantas, o diagnóstico sobre o Brasil na reunião do Institute for International Economics, em novembro de 1989, patrocinada pelo FMI,

Banco Mundial, BID e governo norte-americano e que firmou o chamado **Consenso de Washington**.

- **CARVALHO, CLÓVIS** – Foi ministro-chefe da Casa Civil e figura de destaque do grupo palaciano. No governo Itamar foi secretário executivo do Ministério da Fazenda no período em que FHC era ministro. Paulista, engenheiro, ligado a José Serra. Trabalhou no Banco de Investimentos do Brasil, no Bansulvest e no Banco Safra e foi secretário de Planejamento de São Paulo, no governo Montoro.

- **DANTAS, DANIEL** - Doutorou-se em economia no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Banqueiro, principal acionista do Banco Opportunity, que opera fundos com recursos superiores a 2 bilhões de dólares e onde o especulador George Soros, é um dos grandes investidores. O Banco Opportunity, onde tem como seu sócio Pérsio Arida (ex-presidente do BACEN e do BNDES), é um dos entes financeiros que têm feito mais negócios na privatização de estatais em articulação com grandes grupos estrangeiros e que adquiriu participações na Vale do Rio Doce, Cemig e empresas do Sistema Telebrás. O Opportunity participa do controle da Vale do Rio Doce onde é representado pelo seu sócio, Pérsio Arida. Baiano, Dantas foi convocado pelo senador Antônio Carlos Magalhães para ajudar na crise do Banco Econômico (adquirido pelo Excel e depois pelo grupo espanhol Bilbao Vizcaya). Na reunião realizada em Washington, em novembro de 1989, patrocinada pelo FMI, Banco Mundial e governo norte-americano, e que estabeleceu o chamado **Consenso de Washington**, foi de sua autoria, juntamente com Eliana Cardoso, o diagnóstico apresentado sobre o caso brasileiro.

- **FRAGA, ARMÍNIO** – Economista pela PUC/ RJ, é o atual presidente do Banco Central. No governo Collor foi Diretor da área externa do Banco Central por indicação do ministro Marcílio Marques Moreira, ocasião em que introduziu grande parte dos mecanismos usados hoje pelos capitais especulativos para ingressarem e saírem sem controle eficaz do nosso país. Foi diretor-gerente do Soros Fund, do financista internacional George Soros, o mega especulador que tem derrubado a moeda de muitos países, inclusive a do Brasil, provocando verdadeiras tragédias sociais e econômicas de dimensões nacionais nos países atingidos por esses inclementes ataques especulativos. Tal como o seu ex-patrão Sr. George Soros, Armínio Fraga é de ascendência judaica-armênia. Trabalhou também no banco norte-americano Salomon Brothers. A imprensa tem afirmado que ele tem dupla nacionalidade, brasileira e norte-americana, argumentando inclusive que sua genitora seria cidadã nascida nos EUA. É possível, mas em verdade ele é – de fato e de direito – naturalizado cidadão norte-americano. Fraga foi literalmente imposto pelo FMI ao Governo Brasileiro como Presidente do Banco Central, logo em seguida à desvalorização do Real (jan./1999), acompanhada da fuga de mais de US\$ 50 bilhões de nossas reservas em divisas, e a sua aceitação tanto pelo Presidente FHC como pelo Congresso Nacional foi um gesto de repugnante submissão do nosso País ao Macroc capitalismo Financeiro Internacional e equivale a se entregar *“a proteção das galinhas à raposa”*.

- **FRANCO, GUSTAVO** - Economista, fez o doutorado em Harvard (EUA); foi presidente do Banco Central no Governo FHC. Trabalhou no Banco Garantia, onde seu pai, Guilherme Arinos Barroso Franco, era um dos sócios. O Garantia foi vendido há poucos anos para o grupo suíço Credit Suisse First Boston por US\$ 1 bilhão. Foi nomeado Diretor da área externa do Banco Central, quando Fernando Henrique assumiu o Ministério da Fazenda.

- **FRITSCH, WINSTON** - É do grupo de economistas-banqueiros cariocas saídos da PUC/Rio e ligados ao PSDB. Doutorou-se em economia por Cambridge (Inglaterra). Integra o segmento social judeu-brasileiro. Foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda quando FHC era ministro e teve papel de destaque na implementação do Plano Real. É presidente do Banco Dresdner Kleinwort Benson do Brasil, controlado pelo grupo alemão Dresdner Bank. O Dresdner Kleinwort Benson foi um dos advisers (assessores) contratados pelo governo federal no processo de venda do Sistema Telebrás. Foi secretário de Política Econômica no Ministério da Fazenda. Também assessorou o governo baiano na privatização da Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba) e o do Rio Grande do Sul na privatização na Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

- **JORGE CALDAS PEREIRA, EDUARDO** - Formado em economia, fez o mestrado em administração e finanças públicas na State University of New York at Albany (EUA). Trabalhou

com FHC durante quinze anos. Foi secretário geral da presidência da República e integrante do grupo palaciano mais próximo a FHC. Foi consultor da United States Agency for International Development (USAID), agência do governo norte-americano. Foi membro do conselho de diretores da United American Insurance Company Service (EUA). Quando estava no Governo FHC, funcionava como elo de ligação com os fundos de pensão das estatais como o Previ, que têm atuado ativamente no processo de privatização.

É apontado com insistência como suspeito de ter sido cúmplice do ex-Juiz do TRT de São Paulo, Nicolau dos Santos Neto, no desvio de mais de R\$ 150 milhões das verbas da obra do Edifício Sede desse tribunal, por superfaturamento e outros delitos. Essa cumplicidade abrangeria período em que ele ainda era Secretário Geral do Presidente FHC.

- **LAFER, CELSO** - Empresário paulista, integra o segmento social judeu-brasileiro. Doutorou-se em ciência política por Cornell (EUA) e foi professor da Faculdade de Direito da USP. Em 1982, Lafer participou do seminário que culminou com a criação da ONG norte-americana “**Diálogo Interamericano**”- **DI**, cuja ata de fundação subscreveu junto com Fernando Henrique Cardoso. Foi ministro das Relações Exteriores do governo Collor (1992). Foi embaixador do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra (Suíça). Foi ministro do Desenvolvimento Econômico de FHC por breve período. Atualmente é Ministro das Relações Exteriores.

- **LANDAU, ELENA** – Economista, foi do Departamento de Economia da PUC/RJ, onde fez seu doutoramento. É casada com o banqueiro Pérsio Arida. Foi diretora do BNDES e a principal operadora do processo de desestatização, a partir do governo Collor. Permaneceu no BNDES até junho de 1996. Atualmente é Consultora do banco norte-americano Bear Stearns para assuntos de privatização no Brasil e América Latina. O banco que a contratou, o Bear Stearns, participou da privatização da Usiminas à época em que ela era diretora do BNDES.

- **LARA RESENDE, ANDRÉ** - Banqueiro, doutorou-se em economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT); foi presidente do BNDES. Antes, era assessor especial do presidente FHC. Foi um dos fundadores do Banco Matrix junto com Luiz Carlos Mendonça de Barros. Trabalhou no Banco Garantia e foi vice-presidente executivo do Unibanco. Foi nomeado por Fernando Henrique negociador-chefe da dívida externa brasileira, em substituição a Pedro Malan. Foi diretor do Banco Central no governo Sarney.

- **LOPES, FRANCISCO** – Economista pela PUC/RJ, doutorou-se em economia pela Harvard University (EUA). Foi Diretor de Política Econômica e Monetária, e Presidente do Banco Central. Foi consultor de empresas do Banco Denasa de Investimentos e diretor-presidente da empresa de consultoria Macrométrica Pesquisas Econômicas. Antes de ser demitido da Presidência do Banco Central, foi um dos principais operadores da política monetária do governo FHC.

- **MALAN, PEDRO** - Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1965, e PhD em Economia pela Universidade de Berkeley, Califórnia, em 1973. Malan é sem sombra de dúvida o principal quadro responsável pela aplicação obstinada das políticas macroeconômicas suicidas do Governo FHC.

Malan serviu em inúmeros órgãos internacionais, como mostra o seu currículo oficial (não textual) constante do SITE do Ministério da Fazenda: foi membro de Pesquisa Sênior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, do Ministério do Planejamento; Diretor do Centro de Empresas Transnacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, no período de agosto de 1983 a dezembro de 1984; Diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais da ONU, em Nova Iorque, no período de janeiro de 1985 a outubro de 1986; Diretor Executivo junto ao Banco Mundial, no período de 1986 a 1990 e de 1992 a 1993; Diretor Executivo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no período de 1990 a 1992 (?); Consultor Especial e Negociador-Chefe para Assuntos da Dívida Externa - Ministério da Fazenda, no período de 1991 a 1993.

Titular do Ministério da Fazenda desde 1º de janeiro de 1995, ainda é o atual ministro. Antes foi presidente do nosso Banco Central. No governo Collor, foi nomeado pelo ministro Marcílio

Marques Moreira como negociador-chefe da dívida externa brasileira, quando era Diretor Executivo do Banco Mundial (pode ?). É um dos técnicos do governo FHC de maior prestígio junto a bancos internacionais e organismos multilaterais. Era Diretor Executivo do Banco Mundial quando ocorreu, em Washington, em novembro de 1989, a famosa reunião patrocinada pelo FMI, Banco Mundial e governo dos EUA que estabeleceu o chamado **Consenso de Washington**, à qual ele compareceu como diretor do Banco Mundial.

Suspeitamos de que ele tenha se naturalizado norte-americano em alguma data entre 1983 e 1993. O fato dele ter se negado teimosamente a se filiar a qualquer partido político para concorrer (como mais forte candidato do governo) à Presidência da República, robustece esta nossa suspeita.

- **MARQUES MOREIRA, MARCÍLIO** - Misto de banqueiro, diplomata e burocrata, várias vezes trocou de posições entre o setor público e o setor privado. Foi ministro da Economia, Fazenda e Planejamento no governo Collor. Já foi Executivo da Salomon Brothers e trabalha hoje para o banco de investimentos norte-americano Merrill Lynch, além de integrar os conselhos consultivos da General Electric, Hoechst e American Bank Note. Durante dezoito anos foi diretor do Unibanco. Como ministro da Economia de Collor retomou a negociação da dívida externa brasileira nos termos do Plano Brady, formulado pelo Secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady. Foi Marcílio quem nomeou Pedro Malan, – na época funcionário contratado do Banco Mundial – negociador-chefe da dívida externa junto ao comitê dos bancos credores com o qual o Brasil fechou um acordo, em fins de 1993, já no governo Itamar, e que foi a pré-condição mais importante para a implantação do Plano Real. Em novembro de 1989, a embaixada do Brasil nos EUA, da qual Marcílio era titular, se fez representar na famosa reunião que estabeleceu o chamado **Consenso de Washington**.

Em dezembro de 1991, já havia fechado acordo com o FMI comprometendo-se a realizar no país um "ajuste fiscal" respaldado em "reformas estruturais", dentro da fórmula e terminologia cunhadas pelo **Consenso de Washington**. Foi ele também quem iniciou a política monetária suicida de enorme elevação das taxas internas dos juros primários, como forma de "atrair capitais externos", garantindo super ganhos a entes financeiros nacionais e internacionais. Nesta ocasião, era Presidente do BACEN o Sr. PAULO XIMENES.

Embora nunca tenha integrado diretamente o Governo FHC, tem sobre suas decisões reconhecida influência a ponto de, em setembro de 1998, em meio à crise cambial enfrentada pelo país, ter sido o primeiro a anunciar - antes mesmo de qualquer autoridade do governo - que o Brasil estava negociando novo acordo com o FMI e disse ser contrário à adoção de qualquer medida de controle do fluxo de capitais externos como tentativa de superar a crise.

- **MENDONÇA DE BARROS, LUIZ CARLOS** – Formado em Engenharia pela USP. É banqueiro; ocupou uma diretoria no Banco Central no governo Sarney; trabalhou no Investbanco, foi dono da Corretora Patente; fundou em 1993, o Banco Matrix, com André Lara Resende, banco voltado para a captação de fundos internacionais interessados em aplicações no Brasil. Como substituto do finado Min. Sérgio Motta, foi o articulador final da privatização do Sistema Telebrás, em cujo processo ele reverteu muitas das decisões do seu antecessor para beneficiar os compradores, em detrimento do vendedor, o Estado brasileiro. Antes, como presidente do BNDES, comandou a privatização de inúmeras empresas, entre as quais a Vale do Rio Doce. Foi um dos personagens das gravações clandestinas do chamado "grampo das Teles", onde ficou claro o processo pelo qual seu grupo conseguia que as vitórias nos leilões tivessem endereço certo.

- **PULLEN PARENTE, PEDRO** – foi até há poucos meses Secretário Executivo do Ministério da Fazenda (na gestão Malan). No governo Collor foi secretário nacional de Planejamento do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e presidente do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados). É funcionário de carreira do Banco Central e integrou o quadro de consultores externos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Integra o grupo de burocratas que ocupou altos cargos nos governos Sarney, Collor e FHC. É peça importante no esquema do ministro Pedro Malan. Discutiu pessoalmente em Washington, com autoridades do FMI, o Plano de Estabilidade Fiscal proposto pelo governo FHC no final de outubro/97. É o atual Minis-

tro Chefe da Casa Civil. Recentemente passou a integrar também o Conselho de Administração da Petrobrás

- **SARDENBERG, RONALDO** - Diplomata de carreira, integra o segmento social judeu-brasileiro. Foi embaixador na Espanha e na URSS (1985-89); foi titular da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da presidência da República. Na ocasião a SAE era responsável pelo setor de informações estratégicas junto ao presidente, tendo herdado algumas funções do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI). Nos governos Collor e Itamar foi representante permanente do Brasil nas Nações Unidas, quando (de acordo com Informes consistentes) - juntamente com o então Chanceler FHC – fez as primeiras tratativas nos EUA, visando obter um financiamento para a viabilização da criação do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), em troca da adjudicação a uma empresa norte-americana quando da implantação desse importantíssimo Sistema militar.

Até recentemente era o encarregado de elaborar "cenários" sobre a situação nacional e internacional, acompanhando o presidente FHC em suas viagens ao exterior.

Atualmente é Ministro de Ciência e Tecnologia e, nesta qualidade, – sem qualquer consulta ao Conselho de Defesa Nacional - firmou com o Embaixador dos EUA, um Acordo que coloca em **“perigo de lesão”** (*) a Soberania e a Integridade Territorial do Brasil, pela cessão ao Governo norte-americano de uma grande área no Centro de Lançamento de Alcântara no Maranhão (CLA), para lançamento de mísseis daquele país e/ou de empresas norte-americanas, e/ou estrangeiras ao espaço exterior.

- **SOUZA, PAULO RENATO** - Atual ministro da Educação, foi professor de economia e reitor da Unicamp. Como economista, era especialista em assuntos de emprego e salários. Trabalhou na CEPAL e na Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foi visitante no Institute for Advanced Study da universidade de Princeton (EUA). Antes de assumir o Ministério da Educação, era vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A atuação demagógica e (no mínimo) leviana deste Ministro – submetendo os alunos dos cursos superiores a testes de aproveitamento anuais de eficácia pedagógica duvidosa, - e tornando públicos com grande destaque os maus resultados obtidos, está desacreditando nacional e internacionalmente os cursos de 3º Grau do Brasil. Suas “reformas” pretensivas do Ensino Técnico brasileiro, um dos setores da educação que melhor funcionava até que ele iniciou a sua gestão, está desorganizando também esse ensino especializado, notadamente os CEFETs, Escolas Técnicas e Senais, segundo a opinião de professores e ex-alunos.

Tudo isso tem sido feito sob o pretexto de “reformatar” o ensino brasileiro, e para isso, o MEC recebeu um financiamento de US\$ 500 milhões do Banco Mundial.

- **STEINBRUCH, BENJAMIN** – É (ou foi) **socialmente próximo da família do presidente FHC**, cujo filho, Paulo Henrique Cardoso, foi funcionário da Light e prestou assessoria à CSN, privatizadas para seu grupo. Integra o segmento social judeu-brasileiro.

É um dos empresários que mais se beneficiou com o processo de privatização de estatais durante o Governo FHC. Atualmente é Presidente dos Conselhos de Administração da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Eletropaulo Metropolitana e da Companhia Vale do Rio Doce. Sua origem é o modesto grupo Vicunha, fundado por seu pai, Mendel Steinbruch, e pelo empresário Jacks Rabinovich, na década de 50, como um grupo empresarial que, até 1990, era de nível médio e atuava somente no setor têxtil. Surpreendentemente, no processo de privatização, Benjamin Steinbruch notabilizou-se por adquirir uma participação acionária minoritária em várias Estatais, mas – mesmo como minoritário - conseguir controlar a empresa em negociação, levantando com grande facilidade recursos e financiamentos externos para realizar a operação, cujo pagamento ele tem liquidado em seguida com os próprios lucros “gerados” pelo empreendimento privatizado ou por generosos financiamentos concedidos pelo BNDES. Tem tido grande facilidade para obter com frequência algumas vantagens oferecidas pelo governo FHC como os empréstimos do BNDES e também quando recorre a recursos vultosos de sócios

(*) O que viola o Art. 1º, inciso I, combinado com o Art. 9º da Lei n.º 7170/83 (LSN). Embora ainda pendente da homologação pelo Congresso, o representante do Brasil e demais autoridades que concorrerem para a homologação desse “acordo” incorrem nos crimes do Art. 142, inciso I e III do CPM (Dec.Lei n.º 1001/69), porque esses crimes são consumados com a simples tentativa...

estrangeiros avalizados pelo Governo brasileiro. Foi assim que adquiriu o controle da CSN onde é o Presidente do Conselho Diretor; também foi assim que venceu o leilão da privatização da Light e conseguiu, mesmo como minoritário, assumir o controle da Companhia Vale do Rio Doce. No Governo FHC, durante algum tempo foi membro do Conselho de Administração da Petrobrás, cargo que transmitiu para MARIA SILVIA BASTOS MARQUES, - Presidente Executiva da Companhia Siderúrgica Nacional, (CSN) onde o próprio Steinbruch é o Presidente do Conselho....

- **XIMENES, PAULO CÉSAR** – Foi Presidente do Banco Central nos governos Collor e Itamar, quando detonou a "política monetária" suicida de juros primários excessivamente acima das taxas médias internacionais, provocando um enorme crescimento da dívida interna e um grande aumento no pagamento dos serviços dos títulos mobiliários federais, razão pela qual teve vários atritos fortes com o então Presidente Itamar Franco, que o acusava de praticar essa política monetária suicida, para beneficiar os bancos. A despeito desses atritos, conseguiu manter-se na Presidência do BACEN por longo tempo graças à influência do então Ministro da Fazenda, o Sr. FHC, junto ao Presidente Itamar.

Foi presidente do Banco do Brasil e, como presidente do nosso principal Banco estatal, foi peça importante na execução da política econômica do Governo FHC, e na atuação da Previ, o poderoso fundo de pensão dos funcionários do BB, sempre muito ativo nos processos de privatização. (16) in "O Dossiê da Crise Brasileira" - (home page de um site do PDT- 1999)

Foi em sua gestão que o BB apresentou um grande déficit anual provavelmente forjado, fruto em grande parte da mudança de critérios, parâmetros e conceitos, como a inscrição de dívidas com menos de 180 dias de atraso, como débitos de difícil liquidação, aparentemente visando que a notícia de um gigantesco déficit provocasse uma fuga de depositantes, (o mesmo fenômeno que os interventores do bacen provocaram no BANESPA divulgando notícias alarmantes) mas o que não ocorreu com o BB.

- **WELFORT, FRANCISCO** - Sociólogo, é ministro da Cultura. Foi chefe do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo, pesquisador do **Cebrap** (Centro Brasileiro de Análises e Planejamento, do qual FHC foi um dos fundadores) e pesquisador visitante do **Woodrow Wilson Center** e do **Hellen Kellogg Institute** (EUA) duas importantes entidades paraestatais dos EUA, dedicadas a atividades de inspirações hegemônicas. Foi um dos fundadores e secretário geral do Partido dos Trabalhadores. Após a vitória de FHC sobre Lula, nas eleições de 1994, afastou-se do PT para assumir o Ministério da Cultura.

- **ZYLBERSTAJN, DAVID** - Engenheiro paulista, genro do Pres. Fernando Henrique Cardoso, foi diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Integra o segmento social judeu-brasileiro.

Foi secretário de Energia do governo Mário Covas, quando coordenou o esquema de leivas privatizações das estatais paulistas da área de eletricidade. Sua nomeação para a ANP foi interpretada como uma sinalização de que o Planalto pretende privatizar a Petrobrás.

Como Presidente da ANP, promoveu – com a conivência do Presidente da Petrobrás, o cidadão francês, Sr. **HENRY PHILIPPE** – a retaliação da holding em Unidades Isoladas, num disfarçado, mas gravemente prejudicial processo de contração (*downsizing*) nesta estatal.

Em agosto de 1998, com a autorização do Sr. **David ZYLBERSTAJN** e do Sr. **Henry REICHSTUL**, seis empresas internacionais de consultoria com um total de 41 técnicos, reviraram as entranhas da Petrobrás. Foram elas: a **ROTSCHILD**, a **ROGERS WELLS**, a **GAFFNEY CLINE**, a **MERYLL LYNCH**, a **MATTOS FILHO** e a **BKR**. (64) (não-textuais) Ocuparam o décimo segundo andar do edifício sede da Petrobrás (Avenida Chile) e, com o poder de comando sobre outros técnicos e outros funcionários da estatal, que deveriam lhes fornecer os segredos da empresa em todos os seus segmentos, particularmente detalhes sobre reservas de petróleo; custos operacionais, transporte, impostos, programas de exploração e outras informações. E lhes foram fornecidos dados detalhados das reservas provadas, prováveis e possíveis; previsões futuras para essas reservas, investimentos necessários para chegar aos níveis de produção anunciados; custos operacionais; dados detalhados dos 15 maiores campos; custos de pessoal; transporte, impostos, royalties, etc.; dados históricos desde 1980 até hoje; detalhes

para os programas de exploração 1997-1998 e outros dados, normalmente resguardados pelo sigilo inclusive por exigência da Lei n.º 7170/83 (LSN).

b. Os “novos Homens do Presidente” :

Além dos técnicos já citados, participam agora do governo FHC, em funções de grande importância e destaque os seguintes:

1) NA PETROBRÁS:

- **REICHSTUL, HENRY PHILIPPE** – Formado em economia pela FEA da USP e pós-graduado na Universidade de Oxford (EUA) de 1973/76, é cidadão francês de ascendência judaica, naturalizado brasileiro. É o novo Presidente da Diretoria Executiva da Petrobrás (1999), e Presidente do seu Conselho de Administração, cargo que também acumulou (set./00) durante algum tempo, com a Chefia do Departamento de Recursos Humanos. Para que Reichstul pudesse ser presidente da Petrobrás, foi até modificada uma norma existente desde a criação da estatal, pela qual apenas brasileiros natos poderiam ocupar o cargo de presidente. Reichstul, como sabemos, é cidadão francês. Por quê ?

Quanto à sua atuação na quebra do sigilo dos dados Secretos da Petrobrás, que acima relatamos, sua responsabilidade deve ser repartida com o **David ZYLBERSTAJN** e com o Presidente do BNDES.

- **REISS, GERALD DINU** - nacionalidade ignorada por nós; provavelmente pertence ao segmento social judeu-brasileiro; é consultor paulista, especialista em energia, membro do Conselho de Administração da Petrobrás;

- **ROTSTEIN, JAYME** - nacionalidade ignorada por nós; empresário, provavelmente pertence ao segmento social judeu-brasileiro. Presidente da Sondotécnica, é especialista em energia; é o representante da União no Conselho de Administração da Petrobrás;

- **BASTOS MARQUES, MARIA SILVIA** - foi nomeada em abril/99 membro do Conselho de Administração da Petrobrás, onde foi ocupar a vaga do seu patrão, o Sr. **Benjamin Steinbruch**, atual Presidente do Conselho Diretor da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), onde a nominada é Presidente Executiva. No Conselho da Petrobrás, provavelmente deverá seguir as orientações do seu patrão, e onde deverá se comportar como autêntico *alter ego* de **Steinbruch na função**. Foi nomeada em abril/99

- **PARENTE, PEDRO PULLEN** – ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda (gestão Malan) ; ex-Consultor Externo do FMI; ex-Secretário Nacional de Planejamento do Ministério da Economia; ex-presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados, (Serpro). Agora, além das suas funções na Presidência da República é, também, membro do Conselho de Administração da Petrobrás. (VER Curriculum retro).

- **BORGES, JOSÉ PIO** - (Ver Curriculum retro). Ex-Presidente, Vice-presidente e Diretor da área de desestatização do BNDES; ex-diretor do Banco da Bahia Investimentos e ex-presidente da Companhia de Seguros da Bahia. É membro do Conselho de Administração da Petrobrás.

- **ZOROASTRO DE LUCENA, ZENILDO** – ex-Ministro do Exército durante quase 8(oito) anos, parte dos quais no Governo Itamar e ao longo de todo o 1º mandato do atual governo FHC, tendo nessa função se comportado como homem de especial confiança do Presidente FHC.

2) EM OUTROS ÓRGÃOS:

- **ZAGHEN, PAOLO** – até há poucos meses Presidente do Banco do Brasil, é cidadão italiano de ascendência judaica, naturalizado brasileiro; foi Diretor para Assuntos de Endividamento dos Estados e Municípios do BACEN, setor encarregado de estudar e preparar a privatização dos Bancos dos Estados e, nesta condição, foi quem planejou e coordenou a privatização do BANESPA; por sua procedência e atuação na venda do BANESPA, aparentemente, foi

guindado à Presidência do BB, para prepará-lo para a privatização. Recentemente foi substituído por ter entrado em conflito com vários dos Diretores e Chefes de Departamentos do Banco.

- **TÁPIA, ALCIDES** – atual Ministro do Desenvolvimento, integra o segmento social judeu-brasileiro. Durante vários anos foi o mais importante executivo do Bradesco, quando foi também Presidente da FEBRABAN; em seguida, passou a administrar o Grupo Camargo Corrêa. Foi membro do IEDI, Instituto fundado por um grupo de industriais paulistas “pesos-pesados” que eram favoráveis às privatizações maciças, e pregavam a ampla abertura do mercado interno às importações, ANTES MESMO da edição em 1990 das funestas “Diretrizes Gerais de Política Industrial e de Comércio Exterior” (Portaria Ministerial n.º 365/90) da Ministra Zélia Cardoso, que determinou a **“abertura do nosso mercado interno”** às importações estrangeiras, e tecnicamente implodiu a **“política de substituição das importações”** que guindara o Brasil da modesta posição de 52ª economia mundial, à proeminente 8ª posição (1989).

Pouco antes de assumir o Ministério era o principal Executivo de uma empresa que foi organizada especialmente para melhor participar das privatizações, a VBC, integrada pelas Votantim/ Bradesco/ Camargo Corrêa.

- **GROS, FRANCISCO** – Banqueiro e economista, foi nomeado Presidente do BNDES, em substituição a Andréa Calabi. Integrante do segmento judeu-brasileiro, GROS foi presidente do Banco Central e diretor do BNDES no Governo Sarney. Depois disso, entrou como sócio do BFC-Banco S/A (Banco Fernandes Carneiro) em 13 de novembro de 1989 comprando 33,3% das cotas do banco, e assumiu sua presidência. Em 14 de maio de 1991, GROS, quando ainda era sócio e presidente do BFC, recebeu convite do ex-ministro da Economia Marcílio Marques Moreira (governo Collor) para assumir novamente a presidência do BC. Para poder assumir esta função, simulou ter deixado a direção do BFC por meio da simples transferência de suas cotas mediante a assinatura sem data pelos seus sócios de Notas Promissórias no valor de suas cotas, expediente sem o qual não poderia ter assumido legalmente a Presidência do BC, vedada a agentes da Administração de entes financeiros. Um ano e meio depois, em 12 de novembro de 1992, GROS deixou novamente o Banco Central e, seis meses depois de sair do BC, reassumiu a presidência do BFC, banco que dirigiu até o final de 1993. Somente em janeiro de 1994, quando se mudava para os EUA para trabalhar para o Banco Morgan Stanley Dean Witter, GROS voltou novamente a ser o “dono” dos 33,3% das cotas do BFC Banco S/A que sempre lhe pertenceram. O BFC foi agente financeiro do BNDES até que entrou em situação de falta de liquidez, ficando desde então com uma dívida de R\$ 32 milhões pendente junto ao BNDES.

Em 4 de julho de 1999, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (no Rio) concedeu liminar para suspender a liquidação extrajudicial do BFC. Mas GROS ainda permaneceu como réu - junto com outros seis ex-administradores do BFC - em uma ação de responsabilidade civil, que pedia a indenização dos prejuízos causados aos clientes e credores do banco (BNDES, inclusive), cujo valor atingia R\$ 66.619.797,35 em dezembro de 95. A dívida do BFC com o BNDES, a ser atualizada a partir de dezembro de 1995, deve ser renegociada com ... o BNDES ... do qual agora é Presidente ...pode ?

c. Ligações suspeitas:

Cabe repetir aqui uma frase antológica do jornalista Hélio Fernandes dita em contexto semelhante: **“tudo e todos interligados ...”**

d. Ligações mais do que suspeitas :

(16) – “O Dossiê da crise brasileira” (*) – documento elaborado e difundido pelo PDT em 1999 - (*) divulgado por um site do PDT (www.pdt.org.br) (não-textuais)

Incluímos nesse conjunto as pessoas mais importantes que operam (ou operaram) o projeto ultraliberal do Sr. FHC, e que têm o perfil adequado a estabelecerem pontes com o mercado financeiro internacional.

Esta nossa listagem, oriunda de várias Fontes consideradas de Idoneidade Boa para cima (A, B ou C), é, evidentemente, uma enumeração sujeita a ampliações e revisões, mas que somou informações coerentes sobre todas essas personalidades públicas, no sentido de formular uma base consistente para a análise das motivações que inspiraram esse grupo de técnicos a se dedicarem com afinco à tarefa de desmontar o Estado brasileiro (16) (não-textuais) .

Dessa análise, é forçoso concluir que quase todos os membros desse conjunto são muito bem articulados com a banca mundial e com organismos internacionais multilaterais como o Banco Mundial, o FMI, o BID, etc..., para alguns dos quais muitos deles trabalharam por longos períodos. (16) (“O Dossiê...” – não-textuais)

Vários dos integrantes desse grupo originaram-se do Departamento de Economia da PUC/Rio e de seus cursos de pós-graduação, cujos pioneiros foram Edmar Bacha e Francisco Lopes, e do qual participaram Pedro Malan, Gustavo Franco, Pérsio Arida, André Lara Resende, Edward Amadeo, Winston Fritsch e outros, e alguns deles tiveram papel de destaque não somente na elaboração do Plano Real, mas ligaram-se diretamente ao grupo de economistas que formulou o chamado **Consenso de Washington**. Quase todos os integrantes desta listagem fizeram doutorado nos Estados Unidos, predominantemente Harvard e MIT. (16) (idem, não-textuais)

Os membros deste grupo também têm em comum o fato de trafegarem livre e desabridamente entre altos cargos do serviço público e do setor privado, sobretudo o financeiro. (16) Nesse tráfego, inquestionavelmente, levam informações privilegiadas para a atividade privada, – já que não lhes é exigida nenhuma “quarentena” - fato que favorece aos interesses dos entes que participam das grandes transações típicas das privatizações. Essa facilidade suspeita é prejudicial à lisura do próprio processo de desestatização pois permite que seus integrantes possam auferir, provavelmente, vantagens pessoais e/ou para o seu grupo, bem como lhes facilita o acesso a informações privilegiadas e lhes torna mais acessível o tráfico de influência dentro dos órgãos nos quais já exerceram funções de destaque ou até de chefia.

Ou vamos continuar acreditando em Papai Noel ?

e. Uma preferência anormal por técnicos oriundos de determinado segmento social e/ou pós-graduados em Universidades dos EUA, e/ou ex-funcionários de entes financeiros internacionais ou multilaterais.

Listamos acima uma boa parte dos titulares de muitos dos cargos mais relevantes do governo do Sr.FHC que exerceram funções de especial destaque, responsáveis por decisões macroeconômicas e/ou de políticas econômicas muito importantes, quase todos eles banqueiros e/ou pós-graduados em Universidades dos EUA, e/ou integrantes do segmento social judeu-brasileiro (alguns deles, judeus-estrangeiros naturalizados brasileiros) e/ou que ocuparam como técnicos assalariados, cargos de destaque em entes multilaterais financeiros internacionais durante um, ou mais, períodos longos.

O que significa essa preferência claramente anômala do Sr. FHC ? Como interpretá-la, considerada a freqüência desproporcional dessa escolha dentro de segmentos específicos – quase todos os escolhidos comprovadamente ligados a entes financeiros estrangeiros desde longa data - conhecendo-se o amplíssimo universo onde o Sr FHC poderia fazer a sua escolha: ou seja, entre os incontáveis economistas e/ou cientistas políticos de inquestionável competência e larga experiência, existentes na sociedade brasileira?

Terão sido aqueles personagens escolhidos exatamente porque o Sr. FHC os sabia ideologicamente adeptos (ou talvez permeáveis) às suas esdrúxulas teses de economia-política da “teoria da dependência” subalterna do Brasil à macroeconomia dos EUA?

É exatamente isso o que nos parece lícito deduzir, diante dessa escolha de freqüências anormais e face aos Informes idôneos confirmados, sobre a biografia de quase todas essas personalidades públicas, comprovadamente ligadas desde longa data a entes financeiros (ou multilaterais) internacionais.

As longas e repetidas vinculações de quase todos eles com entes financeiros internacionais nos fornecem uma base consistente para concluir sobre as verdadeiras motivações que

inspiraram esse grupo de técnicos que se dedicaram diligentemente à impatriótica tarefa de desmontar o Estado brasileiro (16) (não-textuais) mas que, ao final, acabaram promovendo mesmo foi a desorganização/ privatização/ desnacionalização de setores estatais inteiros, de forma no mínimo suspeita e -- por muitos motivos -- gravemente lesivas ao Brasil.

Voltamos a insistir: se esses tecnocratas o fizeram por motivos ideológicos, ou por convicções intelectuais pervertidas, ou por estarem consciente (ou inconscientemente) a serviço da implantação de teorias alienígenas hegemônicas, NÃO O SABEMOS. Mas a dúvida quanto à motivação que os moveu é muitíssimo importante para fins de Justiça, porque - em qualquer das hipóteses - os efeitos dramáticos decorrentes foram **ESPANTOSAMENTE PREJUDICIAIS** ao futuro econômico e social do Brasil e, somente por isso, já são intrinsecamente delituosos.

Além disso, a nosso juízo, todas aquelas decisões macroeconômicas gravemente erradas, obstinadamente mantidas durante mais de SETE LONGOS ANOS, configuram claras violações dos Princípios Fundamentais da Soberania, do Desenvolvimento, da Independência Nacionais e do incentivo ao nosso Mercado Interno, prescritos pelos Art. 1º, inciso I; Art. 3º, inciso II; e Art. 4º, incisos I e II, e pelo Art. 219, todos da Constituição Federal que, tanto o Sr. FHC quanto os seus tecnocratas do 1º e 2º escalões do Poder Executivo não poderiam desconhecer, menos ainda violar.

Nós temos definido a esses tecnocratas, como, (no mínimo), APÁTRIDAS e XENÓFILOS, mas o mais provável é que eles tenham adotado **CONSCIENTEMENTE** todas as inúmeras e obstinadas decisões incongruentes e suicidas que prejudicaram gravemente o desenvolvimento econômico-social do Brasil, inviabilizando-o por muitos e muitos anos... e isso, talvez tenha comprometido irreversivelmente o nosso futuro como Estado Nacional Soberano.

Algumas daquelas decisões erradas, porém, podem ser capituladas como delitos contra o Sistema Financeiro Nacional (SFN), Lei n.º 7.492 de 16/06/86, como adiante analisaremos em detalhes. Por isso, atende ao princípio da razoabilidade apresentá-las como **notícia criminis** às autoridades competentes, para propor a investigação (e o provável enquadramento) dos tecnocratas responsáveis diretos -- e do Presidente FHC, como responsável maior - por todas as incongruências macroeconômicas que levaram o Estado brasileiro a uma situação pré-falimentar talvez irrecuperável.

FIM DO CAPÍTULO - II

Fontes dos Informes - (Textos de Apoio)

- (3) - "As relações promíscuas, etc." -- (in Boletim da UNAMIBB - n.º 30 - março/abril/99 - pg. 02/03); (in "Quem é quem no Governo" = "Caros Amigos" -- Oficina de Informação -- n.º 02 - dez./98) ;
- (16) "O Dossiê da crise brasileira" (*) -- documento elaborado e difundido pelo PDT em 1999 - (*) divulgado por um site do PDT (www.pdt.org.br) (não-textuais);
- (17) "O Complot para aniquilar as Forças Armadas e as Nações Ibero-americanas" - (Edição brasileira -1997 - da Gráfica Distribuidora Record -- RJ/RJ);
- (18) "A teoria da (inter) dependência" -- Dr.ª Roberta Traspadini -- Editora Topbooks -- 1999);
- (19) ("O Globo" - 06-05-95) citado na Revista do Clube Militar (maio/99);
- (20)(Mensário - "Ombro a Ombro" - ago/2000).

CAPÍTULO – III

“Os crimes cometidos deliberadamente durante o Governo FHC contra o Sistema Financeiro Nacional”

“Os países industrializados... terão que montar sistemas mais requintados e eficientes de pressões e constrangimentos, que garantam a consecução de seus objetivos...”

(Kissinger - 1978)

3.3. A globalização vetor da desestruturação, da desindustrialização e da desnacionalização da economia brasileira

*“Se Deus não existe, tudo é permitido”
(‘Crime e Castigo’- Dostoiévski)*

A atuação do Sr. FHC, desde que passou a integrar a Alta Administração Federal pode ser sintetizada assim:

a) mesmo antes de assumir a Presidência, ainda como Ministro da Fazenda, o Sr. FHC se tornou co-responsável por manter decisões macroeconômicas equivocadas dos dois governos anteriores (agravando seriamente algumas delas);

b) depois que assumiu a Presidência, durante todos os quatro anos do seu primeiro mandato e ao longo de 1999, 2000 e 2001, o Sr. FHC passou a implementar novas medidas macroeconômicas com o mesmo **viés internacionalista** na área monetária, cambial e de comércio exterior, seguindo servilmente princípios de doutrinas alienígenas indemonstradas, geradas em matrizes estrangeiras e aconselhadas e/ou impostas pelo FMI, Banco Mundial, OMC, etc.;

c) a responsabilidade por esses erros sistemáticos, mesmo que se queira atribuir à sua “equipe econômica”, tem que ser debitada em última instância ao titular do Poder Executivo, não só porque os nomeou e manteve nos cargos, mas também porque diligenciou junto ao Congresso a aprovação de TODAS as “reformas” que tornaram possíveis as impatrióticas concessões resultantes da obediência servil ao modelo alienígena.

3.3.1. O Presidente FHC - e os erros sistemáticos e obstinados das suas políticas macroeconômicas durante todos os 7(sete) anos de seu Governo (janeiro 1995/out. 2001):

Informes e Textos de Apoio - **(10)** A “Verdade sobre o Plano Real” e outros - mimeos - Cel. RMO – 1998)(não-textuais); **(21)** (vários mimeos do Dr. Gerson P. Lima – da UFPR - 2000); **(23)**(Min. Bento José Bugarim - 1995 e 1996 (Relatório TCU sobre os exercícios de 94 e 95); **(24)** (Dr. Ricardo Bergamini – vários Estudos sobre as Contas Nacionais – 2000/2001); **(25)** - “Dívida externa vai encolher de novo, diz BC ” - jorn. LEONARDO SOUZA e NEY HAYASHI DA CRUZ - Folha de São Paulo , Dinheiro, p. B6 - 2002.

a. Os principais instrumentos das políticas macroeconômicas do Governo FHC :

Durante todos os sete anos de seu Governo, os tecnocratas do Sr. FHC utilizaram como principais instrumentos de políticas macroeconômicas para dominar a inflação e estabilizar os preços internos:

1) uma política cambial de grande valorização da moeda nacional vis-à-vis ao dólar americano, somente modificada em 1999 de maneira inteiramente improvisada e ao sabor das “exigências”do Mercado;

2) uma política monetária de juros primários excessivamente altos em comparação com as taxas médias dos juros no mercado financeiro internacional;

3) uma política de comércio exterior de abertura quase irrestrita do nosso mercado interno às importações estrangeiras, de forma não-seletiva e sem limites de quantidade ou de valor, e taxadas por alíquotas demasiadamente baixas do Imposto de Importação – muitas delas abaixo da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul.

b. As justificativas invocadas para essas políticas macroeconômicas :

A decisão de se combater a inflação por intermédio de uma política monetária de juros muito altos tem sido justificada, tecnicamente, como indispensável para:

- manter baixos índices de liquidez no mercado financeiro, restando-se dentro do Sistema Bancário grande parte dos ativos monetários que poderiam encaminhar-se para o consumo, pressionando assim a demanda e os preços (e a inflação);

- viabilizar o financiamento do governo, assegurando a rolagem de seus títulos públicos; e para atrair capitais externos visando, teoricamente, financiar a nossa economia.

Embora todos esses efeitos possam, de fato, ser obtidos mediante a utilização de uma Política Monetária de juros altos, é inegável também que - simultaneamente - uma gama de outras conseqüências gravemente prejudiciais têm sido induzidas, acarretando enormes danos à economia como um todo, e produzindo efeitos sociais extremamente perversos e agudos, além de inviabilizarem a administração pública direta nos três níveis de governo. Como veremos a seguir.

c. Danos em vários segmentos da economia, principalmente nos setores produtivos:

Ao aplicar suas políticas monetária/cambial/comercial em dosagens incongruentes, o Governo Federal provocou indiscutivelmente inúmeros e graves danos sócio-econômicos no País, provavelmente já irreversíveis, a saber:

1) os juros excessivamente altos:

- provocaram cinco surtos recessivos na economia nacional, em sete anos e meio;
- inviabilizaram numerosas empresas dos setores produtivos (predominantemente micros, pequenas e médias empresas), incapazes de sobreviver sem a intermediação financeira dos bancos, que lhes ficou inacessível pela escorchante elevação dos juros mercantis que essa política monetária altista induziu, "puxados" pelas taxas demasiadamente altas dos juros primários pagos pelo próprio governo como maior tomador de dinheiro no mercado;

2) no processo de acomodação do mercado interno ao cenário de abertura "selvagem", outros efeitos gravemente danosos foram provocados na economia nacional, a saber :

- um número muito grande de insumos, de matérias primas, de bens intermediários, de bens de consumo final e até bens de capital deixaram de ser produzidos internamente porque foram progressivamente substituídos por "similares estrangeiros", e as empresas nacionais que os produziam desapareceram, ou mudaram o seu perfil, e/ou se contraíram;

- também houve uma extensa contração (*downsizing*) em muitas empresas do Setor Secundário, mesmo entre as competitivas, que optaram por simplificar o seu processo de produção por meio de ensamblagens, (algumas passaram a fazer meras maquilagens em maior ou menor grau), multiplicando os reflexos contracionistas provocados pela acomodação do mercado interno ao novo cenário de exacerbada competitividade desigual que a concorrência de produtos estrangeiros – mais baratos e melhores – obrigava (e obriga).

d. Danos graves produzidos na sociedade:

Ademais, além de todos esses efeitos prejudiciais retrocitados, ocorreu um agravamento progressivo no já dramático índice de pobreza da maioria da população brasileira porque:

- praticamente todas as empresas foram obrigadas a promover o maior número possível de dispensas de mão-de-obra, tentando diminuir seus custos para sobreviver, expediente de que elas estão se valendo até hoje, com tal frequência e intensidade que o desemprego já atingiu nível dramático, recorde absoluto na nossa história econômica (algo em torno de 7.000.000 de desempregados);

- os juros demasiadamente elevados funcionaram (e continuam a funcionar) como um revoltante mecanismo de transferência de renda da Sociedade - via Estado - para o segmento mais rico, o setor financeiro privado, beneficiário direto dessa política monetária absurda.

e. Desequilíbrio nas Contas Nacionais :

Aplicada como um conjunto, cedo essas medidas macroeconômicas se mostraram incongruentes entre si, máxime por suas dosagens excessivas:

- as elevadíssimas taxas dos juros primários mantidas deliberadamente muito acima dos juros médios internacionais pelas nossas próprias autoridades monetárias, atraíram capitais externos caros e voláteis, grande parte dos quais de curta e curtíssima permanência no País (*smart money*).

Desta forma, a enorme diferença entre as taxas de juros pagas pelo governo no mercado interno e as taxas praticadas no mercado internacional, criou um movimento financeiro externo estimado em bilhões de dólares ao ano cujos operadores passaram a viver, basicamente, de tomar dinheiro barato no exterior e vender caro aqui dentro ao BACEN. Isto é, as operações financeiras do setor externo atuaram como principal fator de expansão monetária, e a colocação de títulos públicos no mercado financeiro também era o mais importante instrumento usado pelo governo para neutralizar as pressões expansionistas provocadas pela internalização maciça de capitais estrangeiros caros e de curto prazo.

Mas as autoridades monetárias, inexplicavelmente, não tomaram nunca qualquer medida eficaz para impedir, minimizar ou taxar, a entrada desses capitais externos caros e de curto prazo, que ficavam no país somente até realizarem seus lucros, e que retornavam em seguida aos seus aplicadores estrangeiros, acrescidos de gordos resultados, sem aqui deixarem qualquer benefício.

Em síntese, esse conjunto de medidas macroeconômicas se mostrou claramente incongruente, diante da seguinte realidade prática:

- a teimosa valorização do Real em relação ao dólar, não deveria ter sido mantida porque funcionava como um generoso incentivo às importações e um pesado entrave às exportações o que gerava um persistente, crescente e insolúvel desequilíbrio na Balança Comercial;

- a política monetária de juros excessivamente altos, que não deveria ter sido mantida depois da queda da inflação, e cujas taxas médias deveriam ter sido rapidamente reduzidas mas não o foram, foi um erro obstinado que contribuiu para o vertiginoso aumento das dívidas públicas interna e externa, e para o desaparecimento de incontáveis empresas pequenas, médias e até grandes dos Setores Primário e Secundário;

- a abertura "selvagem" do nosso mercado interno às importações, que não deveria ter sido mantida depois de constatado o processo de desindustrialização que a concorrência dos similares estrangeiros estava provocando, e diante do persistente e crescente desequilíbrio entre importações e exportações.

f. Efeitos catastróficos na Administração Pública direta, nos três níveis de governo :

A política de juros excessivamente altos teve também sobre a Administração Pública Direta nos três níveis de governo, os seguintes reflexos gravemente danosos:

1) aumentou vertiginosamente o endividamento público interno e externo da União; com isso,

2) desviou para o pagamento de despesas financeiras estéreis a maior parte das arrecadações tributárias da União, o que tornou impossível ao governo federal atender sequer satisfa-

toriamente ao custeio dos seus encargos mais prioritários, **produzindo efeitos devastadores nos serviços típicos de Estado, tais como a degradação do atendimento público à saúde, o desequipamento dos órgãos de segurança, a decomposição da malha viária do País, a decadência do ensino público,** e de tantas outras atividades essenciais, criminosamente deixadas sem os recursos mínimos necessários durante vários anos, desviados que foram pelo BACEN para gerar um perverso **“superávit primário”** a fim de cumprir os acordos com o FMI, visando garantir o pagamento das “despesas financeiras” referentes aos serviços das dívidas públicas geradas – **EXCLUSIVAMENTE**, como provamos acima - pelas políticas macroeconômicas suicidas adotadas obstinada e inexplicavelmente pelos tecnocratas xenófilos do 1º e 2º Escalões do Governo FHC – muitos deles ligados desde muitos anos aos entes financeiros internacionais que comandam os fluxos de capitais no mundo; além disso,

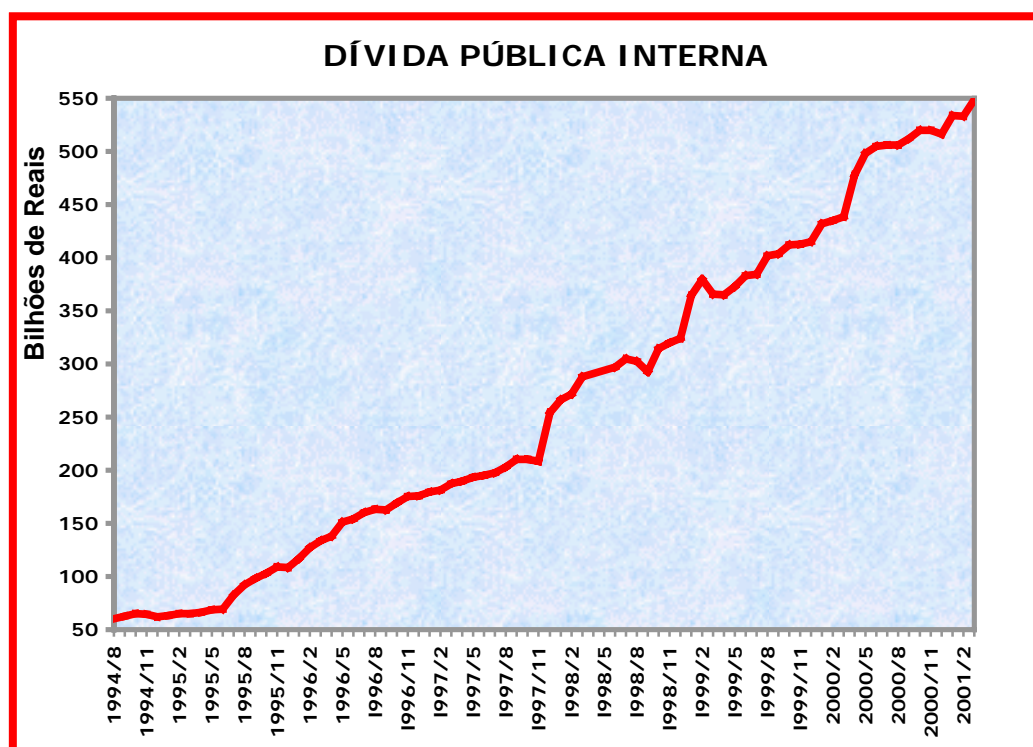
3) sempre que o BACEN aumentava deliberadamente os juros dos títulos públicos federais - induzia também um aumento proporcional da dívida pública de todos os Estados e de inúmeros Municípios, muitos dos quais já tinham também grande parte de suas receitas orçamentárias absorvidas pelas despesas financeiras referentes aos pagamentos dos serviços de suas dívidas, restando-lhes recursos tributários insuficientes sequer para o custeio das atividades essenciais da administração pública, também nesses dois níveis de governo.

3.3.2. Comprovação empírica dos efeitos devastadores das políticas macroeconômicas do Governo FHC

a. Estatísticas da política monetária suicida : - A dívida interna:

Em julho de 1994, nascimento do Real, a dívida interna estava pouco acima de **R\$ 52,00 bilhões** ; em janeiro de 1995, no início do governo FHC, a dívida interna já era de **R\$ 87, 8 bilhões**; em dezembro de 1996, em apenas dois anos de seu 1º mandato, o Sr. Fernando Henrique já fizera essa dívida crescer até à enorme quantia de **R\$ 176,2 bilhões**; ao final de 1999, essa dívida já ultrapassava **R\$ 400 bilhões**, e em fev./ 2001 já atingia mais de **R\$ 550 bilhões**. Isto é, a política macroeconômica do Governo do Sr. FHC não conseguira diminuir a dívida que havia herdado, (parte da qual ele mesmo construíra como Ministro da Fazenda) e ainda tomara emprestado quase **R\$ 450,0 bilhões** da sociedade brasileira... sem ter feito uma única grande obra ou melhorado qualquer índice social... A dívida interna mobiliária cresceu vertiginosamente como demonstra o **Gráfico “A”** abaixo:

GRÁFICO “A”



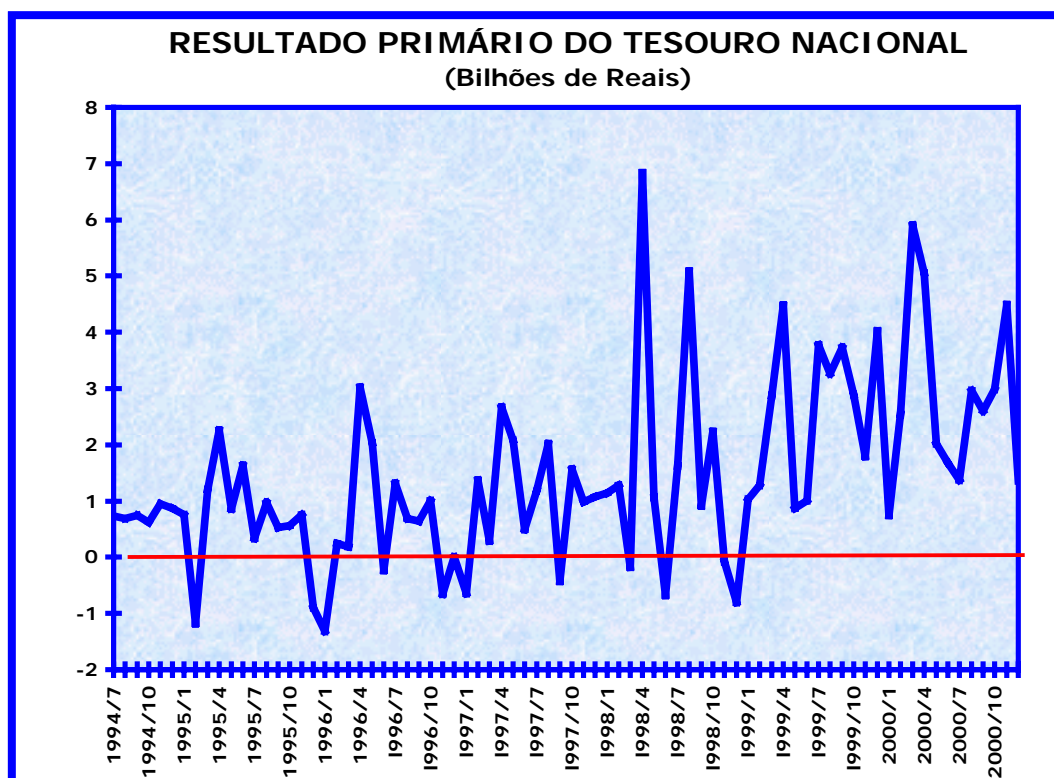
O **Gráfico “A”** acima comprova o crescimento vertiginoso da dívida pública, medida aqui pelo estoque de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central, durante o período de 06/1994 até **02/2001** no Plano Real.” (21) (Fonte: mimeo - Dr. Gerson P. Lima - 2000 – dados do BACEN atualizados até FEV./2001)

É IMPOSSÍVEL que, diante desses dados empíricos tão claramente desfavoráveis, **JÁ DISPONÍVEIS DESDE O FINAL DO ANO DE 1995**, o Governo FHC não se tenha dado conta **DESDE LOGO** que suas políticas macroeconômicas eram **incongruentes e gravemente prejudiciais à economia e à sociedade do País.**

Além disso, como deveria ser previsível, durante todo o período abrangido pelo **GRÁFICO “A”** acima, (06/1994/ 95/ 96/ 97/ 98/ 99, 2000, até 02/2001), a dívida interna gerava cada vez mais encargos financeiros, de tal forma que os orçamentos federais - embora apresentassem expressivos superávits primários - passavam a severamente deficitários depois de computadas as despesas com juros, pagas como serviço da dívida pública federal.

E o **RESULTADO PRIMÁRIO** das contas do Tesouro, desde o início do Plano Real até nov./2000, representado no **GRÁFICO “B”** abaixo, comprova esta perversão: (21) (Dr. Gerson P. Lima - 2000)

GRÁFICO “B”



Fonte: Dr. Gerson P. Lima - 2000 – dados do BACEN atualizados até out./2000

Este **GRÁFICO “B”**, revela insofismavelmente que os resultados primários dos orçamentos de jun./1994/ 95/ 96/ 97/ 98/ 99 até nov./2000, que contabilizam somente as **DESPESAS CORRENTES** (pessoal, saúde, educação, previdência e assistência social, investimentos, transferências constitucionais, etc.) – **SEM COMPUTAR OS JUROS DAS DESPESAS DE CAPITAL** - em quase todos os meses desde julho/1994 até novembro/2000, apresentaram expressivos Superávits Pri-

mários. Isso comprova definitivamente que foram sempre os JUROS das dívidas públicas federais geradas pelo próprio Governo FHC por meio de suas políticas macroeconômicas suicidas, que absorveram a maior parcela dos gastos públicos e a maior fatia das arrecadações tributárias.

3.3.3. Os Acordos com o FMI, os “ajustes fiscais” e os “superávits primários

a. Os “superávits primários” – como são gerados ?

Note-se que os expressivos **Superávits Primários** acima focalizados, são conseguidos mediante aumentos de arrecadação (e/ou de tributação) e por meio de “contingenciamentos” de TODAS as Despesas Correntes – desde pessoal, educação, saúde, segurança, Defesa, custeio da administração pública, etc., etc., -- e suprimindo-se as despesas de investimentos, etc..

Pergunta-se: então por que o Governo Federal NÃO usou esses importantes superávits Primários em programas e projetos prioritários (como saúde, segurança, investimentos em geração de energia elétrica, por exemplos) ?

SIMPLESMENTE PORQUE -- NOS “ACORDOS” QUE OS NOSSOS REPRESENTANTES VÊM FIRMANDO COM O FMI, -- o Brasil se compromete a que esses “Superávits Primários” devem ser utilizados especificamente para pagar despesas financeiras (juros e principal) das dívidas públicas – internas e externas – e que NÃO podem ser utilizados para financiar projetos estatais (como, por exemplo, a geração e a distribuição de energia hidroelétrica).

Além disso, se esses “**Superávits Primários**” forem insuficientes para honrar o pagamento dessas despesas financeiras (aliás, como já vimos, geradas rigorosa e exclusivamente pelas políticas macroeconômicas absurdas e suicidas “acordadas” com o FMI, etc.), o Brasil se compromete a fazer novos “ajustes fiscais” para poder pagar integral e PRIORITARIAMENTE essas dívidas financeiras. E, ressalte-se que entram nas receitas desse superávit, as importâncias arrecadadas nas “privatizações” que – por sinal têm METAS quantitativas e qualitativas estabelecidas nesses Acordos pelos nossos Representantes como adiante focalizaremos.

Sem podermos estudar exaustivamente essa questão, que mereceria um livro (ou mais de um), tão absurdas são as premissas e as incríveis exigências “aceitas” pelos nossos Representantes, faremos aqui uma ligeira abordagem, de tamanho adequado a figurar em um documento como o nosso, mas reconhecendo que deixaremos este importantíssimo assunto apenas marginalmente examinado.

Vamos focalizar – **ainda a título de mero exemplo** – os TERMOS e as METAS do “acordo” firmado pelo Ministro Malan em 1998 visando a sua execução em 1999, para que algumas das questões mais importantes sejam entendidas e as absurdas concessões sejam avaliadas: (*verbis*)

Memorando de Política Econômica -- 13/11/1998

“.....”

II. O Programa Econômico do Governo

“.....7. Nos próximos anos, a política econômica continuará O ajuste fiscal de médio prazo do governo e o programa de reformas visam a promover um contínuo aumento da poupança nacional, reduzir o ônus da dívida pública e facilitar o declínio sustentável das taxas de juro.

8. A perspectiva macroeconômica para 1999 fica inevitavelmente condicionada pelo atual e difícil ambiente econômico internacional. O crescimento das exportações, ao que se espera, será moderadamente vigoroso, e as importações provavelmente diminuirão, em vista da projetada redução da demanda doméstica. A conseqüente contribuição do setor externo ao crescimento deverá ser considerável, mas é improvável que supere a queda da demanda doméstica, além do que o PIB real poderá mostrar um declínio, em média, em 1999. Do quarto trimestre de 1998 até o quarto trimestre de 1999, entretanto, o PIB real deve refletir algum crescimento, pois se espera que a atividade econômica se recupere no curso do ano e se acelere até 3 por cento e 4 por cento em 2000 e 2001, respectivamente. A rigidez das políticas monetária e fiscal, bem como a manutenção do atual regime de câmbio, contribuirá para manter a taxa de inflação por volta de 2 por cento em 1999, taxa esta que se compara bem com as dos principais parceiros comerciais do Brasil. Espera-se que o déficit da conta corrente externa caia de 4,2 por cento do PIB, em 1998, para cerca de 3,5 por cento do PIB, em 1999, mantendo-se por volta desse nível nos anos seguintes, em que pese a esperada recuperação da demanda doméstica. Refletindo o padrão recente, estima-se que mais da metade do déficit em conta corrente será financiada por investimento estrangeiro direto em 1999.”

14. A privatização de várias empresas lucrativas em anos recentes limita a contribuição que este setor pode fazer ao ajuste fiscal nos futuros anos . Sem embargo, o governo tem como alvo superávits primários equivalentes a 0,4 por cento do PIB, em 1999, 0,3 por cento do PIB em 2000 e 0,2 por cento em 2001, refletindo, em particular, os esforços para aumentar a produtividade, conter custos e priorizar investimentos. O governo pretende, ainda, assegurar que as empresas federais mantenham políticas flexíveis de preços. Em relação à PETROBRÁS, que representa uma larga parcela do valor agregado dessas empresas, o governo adotou uma nova política para assegurar uma transferência automática de alterações nos preços do petróleo internacional para os preços domésticos.

15. O governo federal planeja realizar mudanças fundamentais no gerenciamento das suas finanças. Um elemento chave em tais esforços será a nova Lei de Responsabilidade Fiscal, que o governo enviará ao Congresso até dezembro. A nova lei estabelecerá um arcabouço geral para orientar o planejamento orçamentário e sua execução. Com vistas a garantir a solvência fiscal, a lei estabelecerá, entre outros, critérios de prudência para o endividamento público; proporcionará estritas regras para o controle dos gastos públicos; estabelecerá regras permanentes para limitar os déficits orçamentários, bem como proibirá quaisquer novos refinanciamentos pelo governo federal da dívida estadual e municipal ...”..” (todos os destaques são nossos)

b. Apreciação sumária sobre o Acordo firmado em 1998 para 1999 :

Em síntese, para o ano de 1999, literalmente TUDO ficou sujeito ao estipulado (“acordado”) pelo/com o FMI, quanto a:

- “ajuste fiscal” (item 7 do texto acima reproduzido);
- a “recessão “ (item 8 idem, ibidem);
- a manutenção das políticas macroeconômicas e o limite do déficit em conta corrente (item 8 idem, ibidem);
- as receitas das privatizações a serem realizadas (item 14, idem);

- a política de preços a serem praticados pela Petrobrás (item 14, idem, ibidem);
- e a promulgação de uma Lei de “Responsabilidade Fiscal (LRF) (item 15, ibidem).

E ainda foram estabelecidas **METAS QUANTITATIVAS** para: **RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES**, superávits **PRIMÁRIOS**, **DÍVIDA (interna) LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO** e **DÍVIDA EXTERNA DO SETOR PÚBLICO** (não financeiro) e outras metas que não focalizaremos. Adiante seguem algumas das METAS “acordadas”:

II. METAS QUANTITATIVAS

Tabela 2. Projeções para Variáveis Seleccionadas nos termos do Acordo (em MILHÕES DE R\$, a menos que seja especificado de outra forma)

RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES									
	Abr/99	Mai/99	Jun/99	Jul/99	Ago/99	Set/99	Out/99	Nov/99	Dez/99
Receitas de Privatização (cumul.) 1/	0	0	2.170	2.170	2.170	12.014	12.014	12.014	27.836
Federal	0	0	0	0	0	8.344	8.344	8.344	24.166
Estados e Municípios	0	0	2.170	2.170	2.170	3.670	3.670	3.670	3.670
Receitas de Concessões (cumul.) 2/	3.686	3.806	6.234	6.401	8.964	9.022	9.191	9.191	9.206
Reconhecimento de passivos não registrados (cumul.) (esqueletos) (*)	11.367	12.863	14.360	15.856	17.353	18.849	20.346	21.842	23.339
Reservas internacionais líquidas (média do período, em US\$ milhões)	22.800	21.300	20.300	20.135	20.803	21.472	22.390	23.558	24.726

1/Excluindo-se receitas de concessões

2/ **Compreende receitas das seguintes PRIVATIZAÇÕES:** Telebrás-Celular (Banda A) (Telesp, Telesudeste, Telemig, Tele-celular Sul, Tele Centro-Oeste, Tele Norte, Tele Leste, Tele Nordeste); Telebrás-Fixa (Tele Norte Leste, Tele Centro Sul, Telesp); Telebrás-Longa Distância (Embratel); empresas-espelho incluindo Celular Banda B (Área 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10), Fixa (Norte Leste, Centro Sul, São Paulo), Longa Distância (Brasil); Agência Nacional do Petróleo (“Bônus assinatura - União:TN”, Aluguel de Área 100% União: ANP”); Concessões de ferrovias; concessões de pedágio em estradas federais; “Distribuidora Sinais Multip.Multic-MMD”, “TV a Cabo”, “Outorga Serv. Radiodifusão.”

(*) “**passivos não-registrados**” são os “**esqueletos**” financeiros que ou não foram contabilizados, ou não foram pagos ... por diretorias anteriores do BACEN (ou Tesouro Nacional).

1 - Metas Fiscais (SUPERÁVIT PRIMÁRIO)

a. Critério de Desempenho para o Resultado Primário do Setor Público Consolidado	Piso 2/ (em R\$ MILHÕES)
Resultado Primário Acumulado do Setor Público Consolidado 1/	
1º Janeiro - 31 de Dezembro, 1998 (preliminar)	
1º Janeiro - 31 de Março, 1999 (preliminar)	9.365
1º Janeiro - 30 de Junho, 1999 (critério de desempenho)3/	12.883
1º Janeiro - 30 de Setembro, 1999 (critério de desempenho)4/	23.788
1º Janeiro - 31 de Dezembro, 1999 (critério de desempenho)4/	30.185

1/ Ver definição abaixo.

2/ **Superávit primário acumulado mínimo para o setor público consolidado.**

3/ Conforme especificado na primeira e segunda Avaliações nos termos da SBA (EBS/99/30; Suplemento 2).etc., etc., etc.,.

b. Meta Indicativa para a DÍVIDA (interna) LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO 1/

Saldo da Dívida Líquida do setor público consolidado (Posição em final de período)	(Teto/ 2 em R\$ MILHÕES)
Março de 1999 (preliminar)	470.492
Junho de 1999 (meta indicativa)3/	514.266
Setembro de 1999 (meta indicativa)4/	504.619
Dezembro de 1999 (meta indicativa)4/	513.519

1/ Ver definição de setor público acima. A Dívida Líquida inclui a base monetária.

2/ Estoque máximo de dívida líquida do setor público consolidado até o final do período.

3/ Conforme especificado na primeira e segunda Avaliações nos termos da SBA (EBS/99/30; Suplemento 2) etc., etc., etc.,.

**Critério de Desempenho para a DÍVIDA EXTERNA do Setor Público Não-financeiro 1/
Estoque da Dívida Externa do Setor Público Não-financeiro (Posição em final de período)
Teto (US\$ MILHÕES)**

Dezembro de 1998 (ocorrido)	85.525
Março de 1999 (ocorrido)	83.420
Junho de 1999 (critério de desempenho)2/	91.823
Setembro de 1999 (critério de desempenho)	90.407
Dezembro de 1999 (critério de desempenho)	93.778

1/ As informações desta tabela abrangem toda a DÍVIDA EXTERNA do setor público não-financeiro.

(O setor público não-financeiro inclui o governo federal, os governos estaduais e municipais, as empresas públicas e o sistema de seguridade social. São excluídas quaisquer obrigações incorridas no âmbito deste acordo através do Fundo Monetário Internacional ou das fontes bilaterais de apoio).

2/ Conforme especificado na primeira e segunda Avaliações nos termos da SBA (EBS/99/30, Suplemento 2).

Como se constata, TUDO FICOU RIGOROSAMENTE – “medido, pesado e contado” -- para permitir o monitoramento e a fiscalização do governo do Brasil pelo FMI. A esse grau impatriótico de dependência ao FMI (ou aos EUA ?) nos submeteu o Governo *dependentista* e *internacionalista* do Sr. FHC.

c. Reconhecimento de passivos não registrados (cumul.) :

Mas, por incrível que pareça, foi previsto no Acordo acima focalizado um fato que seria pitoresco (se não fosse suspeitíssimo): fixou-se com o FMI o reconhecimento de “despesas não contabilizadas” (vulgarmente definidas como “*esqueletos*”) com a seguinte definição: “*Reconhecimento de passivos não registrados (cumul.)* nas Metas das Privatizações.

Como de fato ocorreu, e pouco depois foi divulgada pelo BACEN, registrou-se a existência de um “*esqueleto*” de ... **R\$ 16 bilhões (sim Bilhões com B)**... sem que NINGUÉM tenha desconfiado disso, e nem mesmo se pensou em fazer uma auditoria para comprovar esse “*pequeno*” desajuste contábil ... nem mesmo o TCU, menos ainda o Senado Federal !

Os “homens do Presidente” estão mesmo acima de qualquer suspeita ... !

d. A comprovação prática do descontrole dos técnicos do BACEN sobre as Contas Nacionais:

Além dos **“passivos não-registrados”** (os **“esqueletos”** financeiros) que não foram contabilizados e/ou não foram pagos por diretorias anteriores do BACEN (ou Tesouro Nacional) e cujo reconhecimento o FMI “autorizou” fossem regularizados, parece que o controle sobre as Contas Nacionais é muitíssimo mais precário do que se suspeitou ao se descobrir tais **“esqueletos” de dezenas de bilhões de reais**, em 1998/99 e 2000/2001, como consta nos dois “acordos” citados.

Agora, a FSP no seu Caderno DINHEIRO, nos dá conhecimento de que a Dívida Externa – depois de “cair” **US\$ 30 bilhões (sim, com B)** – deverá “cair” ainda mais porque o BACEN mudou a forma de calcular o nosso endividamento, tendo **“descoberto”** que parte dessa dívida, já havia sido paga... (25) “Dívida externa vai encolher de novo, diz BC” - Folha de São Paulo, Dinheiro, p. B6. (não-textuais)

E, pela avaliação do diretor de Assuntos Internacionais do BC, Daniel Gleizer, ela ainda deverá sofrer uma nova queda. Segundo ele, o trabalho de revisão dos números da dívida externa deve ser concluído nos próximos meses.

As perguntas que se impõem são: **“e os juros sobre essa dívida de dezenas de bilhões de dólares, foram pagos ?”** Em quanto importa esse “pequeno” desajuste contábil ? E quem é o responsável ?

Segundo esse mesmo técnico, *“No trabalho feito até agora, o BC percebeu que muitas empresas já teriam quitado seus empréstimos, mas o sistema eletrônico da instituição não registrou os pagamentos. Essa “limpeza” nas contas resultou em uma queda de US\$ 14,1 bilhões.”*

Ainda segundo o Sr. Gleizer, uma outra mudança foi devida *“...ao tratamento dado a empréstimos concedidos por multinacionais estrangeiras a filiais instaladas no Brasil. Pelo manual do FMI (Fundo Monetário Internacional), o BC deixou de contabilizar esses créditos como dívida e passou a classificá-los como “investimento direto”. E isso reduziu em US\$ 16,2 bilhões o endividamento externo do país.”*

Ressaltamos a gravidade dos erros: estavam contabilizados em NOSSA dívida externa empréstimos concedidos por multinacionais estrangeiras à filiais instaladas no Brasil !!!

O Sr. Gleizer afirmou que: *“Com as modificações já feitas, a dívida externa caiu de US\$ 236,8 bilhões para US\$ 206,5 bilhões. Em reais, a queda de US\$ 30,3 bilhões equivale a quase o dobro dos R\$ 40,2 bilhões que o governo se comprometeu a economizar neste ano com o FMI.”*

E o repórter arriscou um comentário: *“Amigos, terei entendido mal ou devo recomendar que o senhor presidente seja retirado do cargo por traição à pátria?”*

E nós até que concordamos com ele...

e. Os Memorandos de Política Econômica “acordados” com o FMI em 1999 para 2000; e em 03/2001 para vigência até o final de 2001:

Tanto no Memorando assinado em 1999 para vigência em 2000; como no assinado em 03/ 2001 para vigência até o final de 2001, os “acordos” com o FMI contêm as mesmas exigências, com valores normalmente mais elevados.

Neste último “acordo” (2001) - com uma incrível desfaçatez poucas vezes vistas em um documento oficial, o Memorando - depois de fazer uma louvação inteiramente dissociada da realidade sobre os “bons resultados macroeconômicos” já obtidos, estabelece que:

(verbis) “O Brasil encontra-se agora no terceiro ano do Acordo “Stand-by” (SBA) do Fundo Monetário Internacional (o Fundo), aprovado pela Diretoria Executiva do Fundo em 2 de dezembro de 1998. Dois anos de implementação bem-sucedida do programa do governo ajudaram a superar a crise do final de 1998 e início de 1999, e deram vigor ao crescimento econômico, com benefícios

para a população. Este Memorando de Política Econômica para a sétima avaliação no âmbito do SBA revê o desempenho recente da economia brasileira e o quadro de referência da política que o governo se propõe a seguir, durante o período restante do SBA, que expira em 1º de dezembro de 2001, e depois.”

II. POLÍTICAS E PERSPECTIVAS PARA 2001

“A agenda econômica para 2001 objetiva promover a consolidação da retomada econômica, a continuação(?) do crescimento do emprego e uma melhora sustentável dos padrões de vida da maioria da população brasileira (??)- em particular daqueles grupos de menor renda, em um ambiente de inflação baixa e declinante. Em um ambiente internacional sujeito a grandes incertezas, a busca simultânea destes objetivos requer uma gestão flexível das políticas macroeconômicas e um firme compromisso do governo de manter uma implementação ininterrupta de sua agenda de reformas estruturais....”

“A estratégia macroeconômica está centrada na manutenção de um substancial superávit primário do setor público consolidado (3 por cento do PIB) em 2001, o que, juntamente com quedas adicionais das taxas de juros (?), deverá permitir uma ampla estabilização da dívida pública líquida (?) em relação ao PIB. A política monetária deverá concentrar-se na promoção de uma queda ainda maior da taxa de inflação...” dos preços ao consumidor (IPCA) para cerca de 4 por cento ao final do ano, com a taxa de câmbio devendo continuar a flutuar livremente.”

“A agenda das reformas estruturais deverá centrar-se nas propostas de reformas da previdência social e do sistema tributário, das instituições monetárias e financeiras e da governança societária. O governo deverá também desenvolver esforços no sentido de continuar a implementação de seu programa de privatização.”

“Em um ambiente internacional relativamente benigno, estas políticas devem facilitar a consecução de uma taxa real de crescimento do PIB de cerca de 4,5 por cento neste ano, liderada pela atividade industrial e um forte desempenho da agricultura, onde se espera uma grande safra de mais de 90 milhões de toneladas para este ano.....”

“O contínuo fortalecimento da atividade econômica (?) deverá refletir-se em um crescimento sustentável do emprego e uma queda adicional da taxa de desemprego....”

“O saldo comercial real deverá mostrar alguma deterioração em 2001, refletindo em parte o impacto de um arrefecimento da demanda externa sobre as exportações.....”

“Espera-se que as importações continuem a crescer em um ritmo sustentado e que os termos de troca melhorem moderadamente, refletindo a queda projetada dos preços internacionais do petróleo e alguma recuperação dos preços dos bens primários não relacionados ao petróleo. No geral, o saldo comercial poderá apresentar um modesto déficit em 2001. O déficit em conta corrente da balança de pagamentos também deverá aumentar um pouco, para cerca de US\$ 27 bilhões, ou 4,5 por cento do PIB. Os investimentos estrangeiros diretos, devem cobrir mais de 80 por cento do déficit em conta corrente, apesar de projetar-se uma diminuição desses influxos.

Outros fluxos líquidos de capital devem também permanecer com um saldo positivo, refletindo a melhoria da posição do Brasil nos mercados internacionais de capitais....”

“O balanço de pagamentos como um todo deverá apresentar um pequeno superávit de aproximadamente US\$ 2 bilhões em 2001, permitindo um aumento das reservas internacionais líquidas (RILs), que deverão, portanto, permanecer bem acima do piso de US\$ 25 bilhões previsto no programa para março-novembro de 2001, conforme estipulado no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) em anexo. Supondo que nenhuma outra parcela do SBA seja sacada, as reservas internacionais brutas ao final de 2001 deverão permanecer em um nível equivalente a mais de 5,5 meses de importações de bens e serviços não-fatores, e a quase dois terços do total da dívida de curto prazo com base nos vencimentos residuais.”

“O orçamento do governo central para 2001,.... prevê, por um lado, a manutenção de um saldo primário equivalente a cerca de 2 por cento do PIB,...”

“O orçamento também prevê um aumento das receitas de concessões, particularmente daquelas associadas ao uso de novas bandas de frequências hertzianas. A aprovação, em novembro de 2000, de um mecanismo trimestral automático de ajustes dos preços domésticos dos produtos de petróleo deverá também oferecer uma melhor previsibilidade do superávit da conta petróleo (PPE). O governo continuará a monitorar de perto a evolução das receitas durante o ano e a ajustar os limites de gastos mensais alocados aos diversos ministérios, a fim de assegurar um resultado compatível com os R\$ 29,45 bilhões (2,45 por cento) correspondentes ao superávit primário combinado do governo central e das empresas federais, decorrente da meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2001.

Os estados e municípios deverão também continuar a consolidação de suas finanças em 2001, produzindo um superávit primário equivalente àquele registrado em 2000, ou cerca de 0,55 por cento do PIB.....”

“Alguns estados deverão também promover esforços adicionais no que se refere à privatização de suas empresas, incluindo os setores de energia e de utilidade pública, assim como de bancos oficiais.

O superávit primário das empresas públicas deverá alcançar cerca de 0,5 por cento do PIB, provavelmente declinando em relação ao seu nível recorde de 2000,....”

“Em geral — pressupondo quedas adicionais das taxas de juros e dos "spreads" da dívida soberana do Brasil, e a estabilização da taxa de câmbio — a NFSP deverá cair para cerca de 3,5 por cento do PIB, e a dívida pública líquida deverá crescer ligeiramente para 49,7 por cento do PIB, depois dos ajustes associados às receitas de privatizações e à securitização dos passivos não registrados, conforme indicado no MTE anexo.

“O governo deverá continuar os esforços para aumentar a participação dos títulos com taxas pré-fixadas na dívida federal interna, reduzir aquela dos títulos indexados à taxa de câmbio,....”

“O governo está empenhado a avançar com as reformas estruturais em 2001, no que o governo julga ser importante para melhorar a qualidade, a equidade e a sustentação do ajuste fiscal já alcançado até o momento. Desta forma, o governo deverá continuar a trabalhar no sentido de rapidamente conseguir a aprovação junto ao Congresso de legislação já em discussão lá, relativa aos fundos de pensão, à introdução da contribuição para a previdência social por parte dos servidores públicos aposentados, e aos dois textos restantes da legislação destinada a implementação da reforma administrativa: a lei regulamentando a

demissão de servidores públicos que gozam do instituto da estabilidade em virtude de desempenho inadequado, e a emenda constitucional que fixa limites de remuneração para os servidores públicos.....”

“A política monetária deverá continuar a ser conduzida dentro do quadro de metas de inflação, com o fito de reduzir a inflação do IPCA para 4 por cento ao final do ano, em conformidade com a meta central fixada pelo governo.....”. “O BCB tem a intenção de continuar a troca periódica de apreciações, com os técnicos do Fundo, sobre a evolução da política monetária.

O BCB está planejando diversas medidas adicionais para ampliar a estrutura de regulamentação dos bancos, e o sistema de supervisão à distância (detalhadas no MTE anexo). O BCB também está considerando a possibilidade de participar do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (PASF), beneficiando-se da avaliação anterior da "Observância dos Princípios Básicos de Basileia", realizada com a assistência do FMI e do Banco Mundial.....”

“A promoção da integração regional e a coordenação de políticas no âmbito do Mercosul permanece como uma alta prioridade na agenda política do governo. Um marco importante foi alcançado com a adoção, em dezembro de 2000, de metas macroeconômicas e fiscais comuns entre os membros do Mercosul, além de Chile e Bolívia, as quais foram ratificadas pelos presidentes destes seis países.....” “Outrossim, o Brasil permanece comprometido com a liberalização multilateral do comércio, dentro do contexto de negociações de bases amplas que incluam o comércio de produtos agrícolas. O Brasil concordou, em dezembro, com os seus sócios do Mercosul, em reduzir a sobretaxa de 3 por cento sobre a tarifa externa comum do Mercosul, em 0,5 ponto percentual, no início de 2001, e de eliminá-la gradualmente até o final de 2002....”

A oitava e derradeira avaliação do programa deverá ser conduzida mais perto do final do ano, antes do término do SBA em 1º de dezembro de 2001.”

Em seguida são estabelecidas nas **Metas indicativas (MIs)**, os parâmetros estruturais (PEs) e os pressupostos que seriam aplicados para o restante do programa durante o ano de 2001:

- **SUPERÁVIT PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO consolidado** (bilhões de R\$) de 1º de janeiro de 2001 a 30 setembro de 2001 (critério de desempenho) = R\$ 29, 674 (bilhões);

- **Dívida líquida do setor público consolidado** (bilhões de R\$) - ao final de setembro de 2001 (meta indicativa) = R\$ 612, 500 (bilhões);

(O teto apresentado acima, referente ao total da dívida líquida pendente do setor público consolidado, baseia-se na trajetória estimada das receitas de privatizações);

- **“Vários passivos não registrados”** que se encontram pendentes no momento (“esqueletos”), o governo central continuará a incorporar em sua dívida registrada:

	4º Trim. 2000	1º Trim. 2001	2º Trim. 2001	3º Trim. 2001
Reconhecimento de Passivos				
Anteriores Não-registrados	19.532	5.969	13.840	18.084
E PROES (acumulados/ano)	15.333	156,33	1.56.333	156333

- **Dívida externa do setor público não-financeiro**- critério de desempenho (teto bilhões de US\$):

- estoque da dívida externa do setor público não-financeiro - final de setembro de 2001 (critério de desempenho) : US\$ 97, 500 (bilhões)

- **Receitas de privatizações e concessões** (os valores abaixo, definem as hipóteses para algumas variáveis selecionadas): (R\$ milhões)

	dez 2000	mar 2001	jun 2001	set 2001
Receitas de Privatização (acumuladas/ano) 1/				
Federal	14.784	0	4.850	9.735
Estados e Municípios	11.532	0	0	4.485
Receitas de Concessões (acumuladas/ano)	3.252	0	4.850	5.250
	5.246	1.465	5.388	5.905

1/ Excluindo receitas de concessões.

Como se pode comprovar, também nesse novo “acordo” para 2001, FICOU TUDO RIGOROSAMENTE pré-fixado, inclusive o monitoramento e a fiscalização das decisões macroeconômicas do governo do Brasil pelo FMI.

3.3.4. A Lei de Responsabilidade Fiscal: (Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000)

Texto de Apoio: (21) (Dr. Gerson Pereira Lima – UFPR - mímeos – 2000/2001) (não-textuais)

a. LRF- uma imposição do FMI ao Brasil:

Maior do que TODOS os absurdos que até aqui focalizamos, foi a votação e promulgação da LRF, “acordada” (realmente imposta) pelo FMI, para garantir **O PAGAMENTO PRIORITÁRIO DAS DESPESAS FINANCEIRAS** resultantes das dívidas interna e externa que o Governo brasileiro gera aplicando submissamente aquele elenco de medidas incongruentes e suicidas que retrofocalizamos longamente, implementadas pelas nossas autoridades monetárias e fazendárias porque impostas (ou “acordadas”) com o Fundo, que - nesses “acordos”- atua realmente como verdadeiro representante do Governo dos EUA...

Somente por ser uma imposição de um ente estrangeiro, essa LRF não deveria ter sido votada com a redação que lhe foi dada pelo Poder Executivo (e aprovada pela sua “base” parlamentar), pois teria que ser considerada INÍQUA “ab ovo”, ou seja, desde a sua origem.

“... A Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada para ser a peça principal deste aparato (legal), consolidando o princípio de que a política monetária faz a dívida, mas cabe à política fiscal a responsabilidade pelo pagamento dos juros...” “A Lei de Responsabilidade Fiscal, uma iniciativa do poder executivo federal, faz parte das condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional dentro do Acordo para a concessão de novos empréstimos ao Brasil, de forma a assegurar que o país terá condições de continuar importando do resto do mundo e também de pagar os juros dos capitais externos aplicados no mercado financeiro nacional.” (destaques nossos) (21) (Dr. Gerson P. Lima – mímeo – 2000)

Diante desse absurdo, surpreende-nos na LRF uma ausência totalmente incompreensível e anômala, posto que nela não se considera qualquer limite ou objetivo para a **política fiscal**. Esta omissão decorre da convicção **monetarista** dos técnicos do Banco Central, e do Ministério da Fazenda, (quase todos eles pós-graduados em Universidades dos EUA) segundo a qual à política fiscal deve caber apenas o encargo de equilibrar os orçamentos, já que ela é *“incapaz de influir na expansão do emprego e só causa inflação”*. Pode-se assim deduzir que foi proposital esta iniciativa de transformar em lei aquilo que lhes ensinaram em teoria em ambientes alienígenas, nas Universidades dos EUA, não por acaso, generosamente subvencionadas pelo macrocapitalismo financeiro internacional.

Pela LRF, portanto, caberá sempre à Política Fiscal **“gerar os recursos financeiros para pagar estes juros. Isto é, à política fiscal impõe-se a responsabilidade de promover o ajuste fiscal necessário para pagar os juros...”** pouco importando que isso implique em dispensa de funcionários, desemprego, recessão, contingenciamento de verbas incompressíveis (como saúde e segurança, etc..).(destaques nossos) (21) (Dr. Gerson P. Lima – mímeos – 2000/2001; não-textuais)

Este papel está previsto na LRF no artigo 9º, dispondo claramente que:

“Art. 9º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias”. (idem, ibidem)

Mas o maior absurdo dessa LRF é que, por outro lado, o § 2º desse mesmo artigo, **libera dessas regras restritivas os gastos com juros** não impoñdo a estes qualquer limite:

“§ 2º - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida”.

Foi assim que o Governo FHC, tornou PRIORITÁRIAS AS DESPESAS COM JUROS a serem pagos aos detentores de títulos mobiliários públicos federais - ou seja, ao capital financeiro nacional e internacional - colocando-os acima de qualquer outro interesse econômico, social ou político da Sociedade brasileira.

Mais contundente ainda é o Artigo 17 que regula a despesa obrigatória de caráter contínuo, estabelecendo que **“seu aumento, e até mesmo sua simples criação, deverão demonstrar a origem dos respectivos recursos, mas isentando dessa exigência as despesas com juros”**:

“Repete-se aqui a salvaguarda dos juros, pois o parágrafo 6º deste artigo estabelece que estas exigências não se aplicam às despesas destinadas ao serviço da dívida. A lei (a atual LRF) permite que, para aumentar os gastos com juros, o governo está dispensado de mostrar a origem dos recursos e pode desconsiderar a LDO e o orçamento”. (21) (Dr. Gerson P. Lima - idem, ibidem)

A liberação dos gastos com juros e o engessamento legal das políticas sociais e econômicas ficaram assim formalmente impostos aos Administradores Públicos, o que nos parece um verdadeiro ABUSO do poder de legislar deste Governo FHC, que impõe essas regras assi-

métricas e iníquas, e as anuncia (e os OCMs, servilmente o repetem orquestradamente) como se elas fossem “**exigência da seriedade e do rigor orçamentário**”.

Em realidade, as regras e normas moralizadoras estabelecidas pela LRF para que os administradores sejam sancionados duramente, quando fazem despesas sem a devida previsão de receitas orçamentárias prévias, são importantes e terão um saudável efeito profilático para corrigir a atual irresponsabilidade dos Ordenadores de Despesas da administração pública brasileira nos três níveis (federal, estaduais e municipais).

Exatamente por isso é que as normas estabelecidas na LRF para que sejam honradas com total prioridade as despesas financeiras, e para as quais nem mesmo vigora a regra universal de se exigir a provisão prévia de receita orçamentária, é o que torna esta lei repugnantemente iníqua e impatriótica...

b. As regras da LRF, passam a integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias - (LDO) e o Código Penal :

Não satisfeito em ter promulgado essas regras iníquas na nossa legislação administrativa pela LRF – imposta pelo FMI ao Brasil – o Governo FHC, fez introduzir essas mesmas regras e suas metas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para obrigar o Congresso Nacional a votar as Leis Orçamentárias, fixando ele também os mesmos parâmetros absurdos de se dar **prioridade preferencial e máxima** para o pagamento dos encargos financeiros (juros e principal) de suas dívidas públicas mobiliárias, como prescrito pela LRF.

E, ainda por cima, o Governo FHC criou uma Seção específica no Código Penal, para tipificar como delitos de caráter penal e cominá-los com penas pesadas, os ilícitos cometidos pelos Administradores Públicos contra a “**responsabilidade fiscal**”.

Conclusão sobre os “acordos” com o FMI e sobre a LRF:

Parece-nos evidente que a noção da responsabilidade no trato do dinheiro público – por mil motivos, justificável e indispensável - foi utilizada por este Governo como MERO ARGUMENTO RETÓRICO para se atingir uma outra finalidade, qual seja, a de decretar a ascendência da política monetária sobre a Política Fiscal.

Agora, pela LRF, os tecnocratas de longa data ligados ao macrocapitalismo financeiro internacional, estão autorizados a gastar com juros o quanto quiserem, ou melhor, o quanto considerarem adequado para se atingir as metas fixadas, (“acordadas”) com o FMI.

O que for gasto a mais com juros, deverá – por exigência da própria LRF -- ser objeto de um novo “ajuste fiscal”, isto é, deverá ser cortado das despesas com os serviços públicos, com a segurança, com as Forças Armadas, com as estradas, com os hospitais, com as escolas, com a pesquisa, etc. e/ou deverá provocar um novo acréscimo na tributação da Sociedade.

De tão impatriótica submissão, jamais se teve notícia na História do Brasil até hoje, mesmo da parte de governantes sabidamente xenófilos do passado.

3.3.5. As altas taxas de juros e a entrada no país de capitais voláteis, caros e de curto prazo:

Informes: (22) - ver Jorn. Elpídio Marinho de Matos - (Gazeta Mercantil -18/03/94); jorn. Celso Pinto - (in Gazeta Mercantil - 24/05/94) ; Jorn. Aloysio Biondi - (in FSP - 10/09/96); e “ACC fica US\$ 7 bi à frente da exportação “ - (in FSP - 10/11/96 - 2- 7) . (não-textuais)..

a. Os pretextos para os juros altíssimos:

Voltamos a ressaltar uma anomalia que já abordamos *en passant* folhas atrás: é inegável que as elevadíssimas taxas dos juros primários mantidas pelas nossas próprias autoridades monetárias deliberadamente muito acima dos juros médios internacionais, atraem capitais externos muito caros, em grande parte de curta e curtíssima permanência no País, cuja internalização provoca várias conseqüências prejudiciais à economia, entre elas uma forte expansão monetária, que o governo é forçado, em seguida, a contrair por intermédio da venda de mais títulos públicos, que implicarão em pagamento de mais juros futuros, que levarão à venda de mais títulos, e assim por diante.

O fato é que a enorme diferença entre as taxas de juros pagas pelo governo no mercado interno e as taxas praticadas no mercado internacional, criou um movimento financeiro de captação externa que tem vivido basicamente de tomar dinheiro barato no exterior e vender caro aqui dentro ao BACEN. É claro que, na ponta final dessas operações externas, a conta quem acaba pagando é o Estado, uma vez que o Governo vem sustentando já há vários anos uma taxa real de juros dos títulos federais acima (ou próximas) de 20% a.a. (às vezes, por longo tempo muito acima de 20%, e já chegou a pagar mais de 40% a.a. reais). Esta arbitragem anormal teve início na gestão do Min. Marcílio Marques Moreira (1991), foi um pouco freada pelo governo Itamar, mas se acelerou vertiginosamente no governo FHC.

Desta forma, tomar dinheiro barato no exterior para emprestá-lo ao governo brasileiro vem sendo ótimo negócio para vários bancos privados e para algumas grandes empresas; *"...muito desse dinheiro chega ao País atraído pelos altos rendimentos dos títulos públicos..."* provocando uma *"torrente de dinheiro estrangeiro que vem sendo despejada nos bancos, nas empresas e nas bolsas."*...

Os mecanismos de entrada desses capitais de curto prazo, são inúmeros. Entre eles as Bolsas, os ACC (Adiantamento sobre contratos de Câmbio), os financiamentos das importações, os bônus de curto prazo, *comercial papers*, *export notes*, etc., e por outros mil caminhos, alguns deles – como afirmou o Ministro Delfim Netto - *"não-traçáveis"*. *"Nas antecipações do câmbio de exportação ganham os bancos, ao tomarem dinheiro lá fora para financiar os ACC (Adiantamento sobre contratos de Câmbio) às empresas exportadoras; e ganham estas, ao aplicarem esse dinheiro barato no mercado de títulos"* (do governo federal). (22) (vários jornalistas, *não-textuais*).

Esse movimento tem atingido vários bilhões de dólares por ano, composto em parte expressiva por capitais muito caros e de curto prazo que se renovam (ou não) ciclicamente a breves períodos. Assim, no *moto-contínuo* dos leilões e resgates dos títulos federais, perde o Estado que terá de pagar os juros altos que o BACEN tem aceitado pagar e, por intermédio desse mecanismo, perde a sociedade que terá uma percentagem maior de sua carga contributiva empenhada para pagar as despesas financeiras estéreis decorrentes dos juros altos dos novos títulos públicos lançados no mercado para contrair o excesso de liquidez resultante da entrada maciça de recursos externos caros, voláteis e de curto prazo que, assim, prejudicam gravemente ao País.

A verdade é que, já há vários anos, uma boa parte dos recursos estrangeiros que entram no país acaba mesmo participando - ao menos temporariamente - da ciranda financeira do BACEN, comprando títulos da dívida pública federal, com ganhos fabulosos para os agentes do mercado e para os investidores externos e internos porque, tendo sido captados no mercado internacional pelos bancos e pelas grandes empresas a taxas entre 10 % e 12% a/a, o Governo FHC pagou durante ou últimos anos quase sempre acima de 20% a.a., além da variação cambial, como serviço dos seus títulos mobiliários, embora atualmente (out./2001) esteja pagando algo em torno de 18 % de juros reais a/a, mais variação cambial.

Esta é, sem dúvida, uma das principais geratrizes do aumento das dívidas interna e externa.

Contraditória e inexplicavelmente, as mesmas autoridades monetárias que justificam a utilização dos juros altíssimos e da contração da liquidez bancária como instrumentos de combate à inflação, não tomam qualquer medida eficaz para impedir, minimizar ou taxar, a entrada dos capitais externos especulativos, que ficam no país somente até realizarem seus lucros, e

que retornam em seguida aos seus aplicadores estrangeiros, acrescidos de gordos resultados, sem aqui deixarem qualquer benefício.

Por que será que as autoridades monetárias e fazendárias do governo FHC, não tomam qualquer iniciativa que possa ao menos controlar o afluxo desses capitais caros e de curto prazo tão prejudiciais ao país... ?

A explicação é simples e curta: os tecnocratas xenófilos do governo FHC, dóceis às exigências dos entes multilaterais que comandam os fluxos monetários internacionais, não se atrevem a tomar a única medida eficaz que poderia fazer cessar essa geratriz de encargos financeiros... ou seja, não adotam um rígido controle dos fluxos de capitais externos – principalmente os de curto prazo - submetendo-se aos interesses do Brasil... e não às teses monetaristas e suicidas do FMI, Banco Mundial, etc. .

Isto é, deveríamos estar fazendo exatamente como já fizeram a Malásia, a Coreia do Sul, a Tailândia, a Indonésia e, mais recentemente, a Rússia... mas a submissão dos nossos tecnocratas xenófilos ao modelo alienígena, não lhes permite defender as finanças do Brasil contra esse verdadeiro mecanismo maquiavélico de pirataria financeira internacional.

Dada a extrema gravidade desses fatos, voltamos a ressaltar que, em síntese, esse conjunto de medidas incongruentes entre si, máxime por suas dosagens excessivas, cria um círculo vicioso perverso e monta uma verdadeira armadilha macroeconômica – que tem funcionado com incrível eficácia como um mecanismo sofisticado de pirataria financeira internacional – gerando uma espiral de encargos financeiros (juros, principal e *spreads*) a serem pagos como serviços dos capitais externos que são internalizados, quando retornam às suas origens, acrescidos dos altíssimos juros pagos pelo nosso Banco Central aos compradores internos e externos dos seus títulos públicos mobiliários.

Por conseguinte, fica comprovado que, em grande parte por pressão da entrada desses capitais caros, voláteis e de curto prazo, o crescimento da dívida mobiliária federal se tornou vertiginoso como se verifica no Gráfico A retrofocalizado.

Mas, o mais grave disso tudo é que, desde o final de 1995, o próprio Banco Central já tinha disponível as estatísticas desfavoráveis comprovando que a verdadeira causa das dificuldades orçamentárias do Governo FHC era exclusivamente fruto do pagamento das enormes “despesas financeiras”, principalmente com os juros, e não com o pagamento do funcionalismo, nem com os seus encargos sociais, etc.... Ou seja, o Governo FHC já sabia que o desequilíbrio das suas contas decorria das enormes despesas financeiras estéreis, tal como reclamou o Ministro do TCU, Dr. Bento José Bugarin em suas Declarações de Voto em 1995 e 1996 - (23)(Min. Bento José Bugarim - 1995 e 1996 (Relatório TCU sobre os exercícios de 94 e 95)

É necessário ressaltar, outrossim, que o enorme crescimento da dívida interna mobiliária pós-Real foi alimentado também por outras medidas financeiras de efeitos expansionistas, como as liberações do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) que, até o final de 1996 já emprestara cerca de R\$ 20 bilhões para os bancos em dificuldades, além de oferecer enormes financiamentos a juros subsidiados para instituições bancárias estrangeiras que compraram nossos bancos em dificuldades.

O mesmo ocorreu com as várias securitizações das dívidas em atraso de vários bancos estaduais e de alguns Estados e Municípios, decisões que causaram expansão monetária que

obrigaram ao BC à venda de mais títulos, provocando o crescimento da dívida mobiliária interna federal, que exigia em seguida maiores pagamentos de juros, e assim por diante ...

b. As gigantescas despesas com juros:

Essas anomalias já assinaladas, nós as focalizamos sem questionarmos o montante absurdo dos pagamentos de juros da dívida interna que, **ESTAMOS CONVENCIDOS**, são muitíssimo maiores do que aqueles que o Banco Central vem informando periodicamente ao TCU.

A verdade é que, compulsando os Relatórios do TCU, verificamos que figuram nas Contas do governo despesas financeiras sob vários títulos, todas elas muito elevadas, algumas das quais nos parecem incongruentes, se considerados outros índices correlatos de outras fontes (IBGE, por exemplo). Por isso, somente mediante um levantamento interno no BACEN (talvez uma auditoria especial do TCU) seria possível se confirmar o verdadeiro total dos serviços financeiros pagos pelo Poder Público nos anos de 1995/96/97/98/99/2000/2001 aos bancos privados e a outros grandes tomadores de títulos públicos - relativos à dívida mobiliária, dívida contratada, Banco Central, Tesouro Nacional, Estados, Municípios e estatais, inclusive BNDES - dimensionando com exatidão o gigantesco e absurdo montante de juros pagos ao sistema financeiro (nacional e internacional), que o BACEN camufla atrás de vários conceitos, índices e contas, e que consegue esconder através do processo de rolagem da dívida mobiliária federal.

Referentes aos juros da sua dívida interna representada por títulos federais, o IBGE (Contas Nacionais), nos informa que **em 1995**, o pagamento de juros da dívida mobiliária foi de **R\$ 32,0 bilhões**, o equivalente a 29,8% da receita tributária da União, mas é necessário ressaltar que **essa dívida mobiliária cresceu em mais R\$ 25,3 bilhões** nesse mesmo ano. (21) (Dr. Gerson P. Lima – UFPR – não-textuais)

Entretanto, ressalte-se que esse gasto do governo com juros, **só se refere aos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional**, estejam em poder do público ou do Banco Central, pois esse montante não inclui os títulos emitidos pelo Banco Central para rolagem da dívida mobiliária. Isto é, na realidade, o pagamento total de juros do governo federal ficou camuflado no processo de rolagem da dívida mobiliária total. (21) não textuais)

Assim, para se saber exatamente quanto o Tesouro Nacional de fato gastou com juros da dívida mobiliária interna total (em 94/95/96/97/98/99/2000), seria necessário fazerem-se aproximações, pois o balancete do Tesouro Nacional de 1995, por exemplo, informa que foram gastos com juros somente R\$ 7,1 bilhões (?), embora a esse total deva ser acrescido o aumento da dívida mobiliária que foi de R\$ 25,3 bilhões. A soma das duas parcelas nos dá **R\$ 32,4 bilhões**, bastante aproximados dos **R\$ 32,0 bilhões** informados pelo IBGE.

Contudo, falta ainda acrescentar a esse custo, os juros dos títulos que o Banco Central emite; mas não existem dados a respeito destes juros. Ou seja,

(verbis) “ considerando-se então apenas os títulos referenciados à dívida pública, e usando apenas as informações constantes dos boletins mensais do Banco Central, o que se observa é que, até 1994, o BC emitia títulos num montante quase igual ao valor do estoque de títulos do Tesouro Nacional que ele tinha em sua carteira. Com relação à dívida pública, o Banco Central até aquele ano assumia um passivo quase igual ao seu ativo em títulos do Tesouro Nacional. O “excesso de emissão” naquele ano foi de apenas R\$ 2,4 bilhões. Mas, em 1995 o Banco Central emitiu R\$ 24,2 bilhões a mais do que o existente em seu ativo e, em 1996, este valor saltou para R\$ 59,8 bilhões. O que o Tesouro Nacional deixou de pagar de juros e, portanto, o que o IBGE deixou de informar, está agora sendo camufladamente pago pelo Banco Central, e não se tem informação clara nem dados estatísticos diretos sobre o que está acontecendo.” (21) (Dr. Gerson P. Lima – UFPR)

Diferença entre títulos do Tesouro constantes do Ativo do BC e os papéis colocados no mercado pelo BC

Período	Títulos públicos do Tesouro em Carteira Do BACEN (R\$ milhões) (Quadro III.8)	Títulos públicos fora do BACEN (R\$ milhões) (Quadro – III.9)	Diferença R\$ (milhões)
1994 dez.	R\$ 23.973	R\$ 26.453	R\$ 2.480
1995 dez.	25.456	49.346	23.890
1996 dez.	21.669	83.105	61.436
1997 dez.	35.461	65.238	28.726
1998 junho	87.111	121.886	34.775

Dados do BACEN - (21) (Dr. Gerson P. Lima – UFPR) - obs.: DADOS ATUALIZADOS em junho/98

Quanto pagou o BACEN de juros sobre esses bilhões leiloados a maior? Não se sabe, pois não existem dados oficiais a respeito, informa o Dr. Gerson.

Nesse mesmo Estudo do conceituado Prof. Doutor Gerson P. Lima, afirma o economista que, em 1995, o gasto total com juros foi realmente um pouco acima de **R\$ 40,0 bilhões**, valor equivalente a 38 % da receita tributária, e não conforme informado pelo IBGE. Em 1996, esse mesmo autor afirma que o total das despesas com juros referentes à dívida mobiliária federal foi cerca de **R\$ 42,0 bilhões**, valores a conferir com os números do IBGE e do TCU, que ainda não estavam disponíveis naquela ocasião. Afirma ainda o citado Estudo:

(verbis) “Segundo as Contas Nacionais do IBGE, em 1995 o pagamento de juros da dívida interna mobiliária do governo - em grande parte construída para pagar juros da dívida anteriormente existente - foi de 40 bilhões de reais, o equivalente a 52% da receita da União, líquida de transferências aos estados e municípios. Neste valor não estão incluídos os gastos com os juros da política monetária em si, referentes aos títulos do Banco Central colocados no mercado para “enxugar liquidez”, e nem os juros da dívida externa. O que é ainda mais dramático neste caso, e de difícil explicação..... é que a dívida é contraída na certeza de que não haverá recursos para o pagamento dos juros. A consequência então é a simples emissão de moeda, na forma de crédito do Banco Central aos bancos comerciais, e destes para com seus clientes, com a finalidade de pagar estes juros.....(21) (Dr. Gerson P. Lima - UFPR)

“Clientes” nacionais e estrangeiros – é indispensável ressaltar.

Embora suspeitando da precisão de alguns dados divulgados pelas autoridades monetárias e fazendárias, principalmente porque – como já nos alertou o Dr. Gerson P. Lima – não temos dados sobre o que o BACEN pagou de juros sobre os seus próprios títulos que colocou no mercado em 1995, 1996, 1997, até junho/1998, em montante muito acima dos títulos mobiliários federais que recebeu do Tesouro Nacional, não obstante isso, mesmo usando os dados oficiais do Ministério da Fazenda, eis abaixo as enormes “Despesas Financeiras” do Brasil neste Governo FHC: (24) (Prof. Ricardo Bergamini – jun./2000)

Quadro demonstrativo das “Despesas Financeiras” durante o Governo FHC: (1995/2000) (R\$ Bilhões)

Ano	Juros	Principal	Outros	Total	% PIB
1995	20,0	9,0	8,5	37,5	5,80
1996	29,7	7,9	12,7	50,3	6,46
1997	80,5	13,3	34,4	128,2	14,72
1998	99,3	24,4	42,4	166,1	18,18
1999	96,1	27,1	41,1	164,3	17,10
2000	38,8	43,9	48,8	131,5	12,40
Total	364,4	125,6	187,9	677,9	12,96

Notas: 1. Considerado apenas regime de caixa.

2. "Outros" refere-se as despesas com pessoal do Ministério da Fazenda, socorro aos bancos, despesas com privatizações, etc

(24) Prof. Ricardo Bergamini – (fonte: MF dados até dez./2000) (não-textuais)

“Cabe destacar ter sido movimentado no período um montante de R\$ 1.121,6 bilhões com pagamentos de juros e principal (1995 - R\$ 86,8 bilhões; 1996 – R\$ 108,9 bilhões; 1997- R\$ 134,6 bilhões; 1998- R\$ 196,7 bilhões; 1999 – R\$ 269,2 bilhões e 2000 - R\$ 325,4 bilhões) extra-caixa, ou seja, em regime de competência, correspondente as renegociadas da dívida, não transitadas no fluxo de caixa, aparecendo sua influência apenas no aumento da dívida.. (24) Prof. Ricardo Bergamini – (fonte: MF dados até dez./2000) (não-textuais)

Ressaltando: embora suspeitando de alguns desses totais, usando-se os dados do MF, em 1995, pagamos de “despesas financeiras” um total de R\$ 37, 5 bilhões; em 1996, elas subiram para R\$ 50, 3 bilhões ; em 1997, foram para R\$ 128 bilhões; em 1998 cresceram para R\$ 166,1 bilhões; em 1999 estacionaram na quantia astronômica de R\$ 164,3 bilhões; e, em 2000, atingiram R\$ 131,5 bilhões, perfazendo um montante somado de R\$ 677,9 bilhões (considerado apenas o regime de caixa).

Mas a despeito desse gigantesco desembolso de juros, principal e “outros”, a nossa Dívida pública (interna + externa) aumentou vertiginosamente como abaixo se verifica:

Dívida Líquida Total da União (Interna e Externa) - Fonte MF- Base R\$ bilhões.

Itens	31/dez.94	% PIB	1998	% PIB	2000	% PIB
DMIM	32,1	9,19	213,6	23,38	398,9	37,60
DS	-	-	-	-	25,5	2,40
DMIB	33,5	9,59	129,4	14,16	129,8	12,24
DMEM	16,1	4,60	55,4	6,06	100,8	9,50
DEC	6,1	1,75	21,5	2,35	36,4	3,43
TOTAL	87,8	25,13	419,9	45,95	691,4	65,17

Legenda: DMIM - Dívida Mobiliária Interna em Poder do Mercado; DS – Dívida Securitizada; DMIB - Dívida Mobiliária Interna em Poder do B. Central; DMEM - Dívida Mobiliária Externa em Poder do Mercado; DEC - Dívida Externa Contratual.

(24) Professor Ricardo Bergamini – (fonte: MF dados até dez./2000) (textuais)

c. Apreciação sobre o Estoque da Dívida Total Líquida (Interna e Externa) :

“A nossa dívida total líquida saltou de R\$ 87,8 bilhões em dezembro/94 (25,13% do PIB) para R\$ 691,4 bilhões em dezembro/00 (65,17% do PIB). Crescimento real em relação ao PIB de 159,33%. Considerando também a dívida externa do setor privado de US\$ 141,2 bilhões, ou R\$ 258,3 bilhões (24,35% do PIB), a dívida total: interna, externa, pública e privada, é da ordem de R\$ 949,7 bilhões, ou seja, o equivalente a (89,52% do PIB). (24) (Prof. Ricardo Bergamini – fonte: MF dados até dez./2000) (textuais)

Não há país que possa sobreviver com políticas macroeconômicas (monetária, cambial e de comércio exterior) suicidas como essas.

E devemos ressaltar que esses não são dados veiculados pelo PT, ou por qualquer partido ou economista da oposição, mas sim provenientes de uma fonte oficial, o Ministério da Fazenda.

Percebe-se claramente o grande absurdo decorrente do fato de que - a despeito do gigantesco pagamento anual de juros + principal ao longo de todo esse período - a **DÍVIDA PÚBLICA LÍQUIDA** do Tesouro Nacional cresceu no ritmo vertiginoso que se vê no Gráfico A, de forma tal que, ao final de 2000 (dez./00), essa dívida já aumentara quase OITO VEZES (cerca de 780% em valores absolutos)(Prof. Dr, Gerson Pereira Lima – 2000) ; e – como adiante veremos - ao final de 2001 (em out./01), já era de **R\$ 874,2 bilhões**, tendo crescido quase 1000 %, durante a Era do Sr. FHC e do REAL. (prof. Ricardo Bergamini - out./01)(não-textuais)

d. Dados estatísticos mais recentes e mais desfavoráveis ainda:

1) Visando atualizar os dados macroeconômicos até aqui focalizados, recorreremos ao Embaixador (e Dr) Adriano Benayon (*) que nos cedeu o breve estudo que se segue:

**INFORME SOBRE DÍVIDAS E PASSIVO EXTERNO
DÍVIDA EXTERNA**

dezembro 2000: **US\$ 236,15 bilhões**

maio 2001: **US\$ 236,75 bilhões**

RESERVAS CAMBIAIS

dezembro 2000: **US\$ 31,5 bilhões**

maio 2001: **US\$ 35,4 bilhões**

OBS: - De acordo com esses dados, a dívida externa líquida teria diminuído de dezembro de 2000 a maio de 2001, a saber, de **US\$ 204,65 bilhões** para **US\$ 201,35 bilhões**. Mas isso é impossível de entender, uma vez que, no período, aumentou o déficit de transações correntes com o exterior, e o ingresso de **IDEs** (investimentos diretos estrangeiros) se reduziu.

=====

PASSIVO EXTERNO BRUTO

1) Dívida externa (maio 2001) **US\$ 236,75 bilhões**

2) Títulos da dívida interna indexados ao dólar (junho 2001): (1)
(R\$ 155,7 bi, calculado a 2,1 por US\$) = US\$ 71,0 bilhões

3) Estoque dos investimentos diretos estrangeiros (IDEs):
(maio 2001) (2) = US\$ 154,7 bilhões

Total **US\$ 462,45 bilhões**

OBS.: Ao câmbio de meados de julho de 2001, de cerca de R\$ 2,5 por dólar, essa quantia equivale a **R\$ 1,156 trilhão**, ou seja, é do mesmo valor que o PIB, que, de resto, não é nosso. Cerca de 70% dele está nas mãos das empresas e bancos transnacionais em operação no Brasil.

(1) - Este item (títulos indexados ao dólar) continua crescendo muito, com as vendas de títulos indexados para tentar conter a escalada do dólar.

(2) – **IDEs** - recalculado este item com base nos dados do Boletim do Banco Centra (1995 + fluxos líquidos anuais) até maio 2001. Ele reflete o estoque computado até 1995 mais os fluxos líquidos anuais de lá para cá. Essa é a quantia líquida (oficial) dos ingressos de capital estrangeiro a título de “**investimento direto**”.

A RIGOR, as transnacionais **NÃO** investiram tudo isso, pois a maior parte desse capital retorna logo ao exterior nas contas de importação de mercadorias sobrevalorizadas e de supostos serviços. Já o patrimônio real conquistado com os **IDEs** pe-

las empresas transnacionais é muito superior àquela quantia e gera transferências de recursos cada vez maiores ao exterior. De resto, uma das finalidades de se calcular o passivo externo é estimar o potencial dessas transferências, e a esse respeito deve-se dizer que o estoque oficial dos IDEs faz subestimar esse potencial.

DÍVIDA INTERNA

Dívida total **R\$ 564,4 bilhões (1)**

DÍVIDA INTERNA (equivalente em US\$) **US\$ 282,25 bilhões**

EXTERNA + INTERNA **US\$ 519 bilhões**

(1) Desse total só **R\$ 2,4 bilhões** são dívidas de Estados e Municípios. Mas estes, devem mais de **R\$ 150 bilhões** à União (maio 2001)

(2) Apreciação sobre as Contas Nacionais: PIOR QUE A DIMENSÃO DAS DÍVIDAS, É A PERDA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO COM AS PRIVATIZAÇÕES E DEMAIS DESTINAÇÕES DOS INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS. Seria incrível, se não se conhecesse a perversidade do modelo econômico dependente, que as dívidas aumentem sempre, enquanto se dilapida o patrimônio nacional em favor do estrangeiro.

[Autor: Adriano Benayon - (*) Embaixador aposentado, (Dr. em macroeconomia pela Universidade de Hamburgo e Bacharel em Direito) (Fontes: Boletins e Resenhas do Banco Central)].

2) Também recebemos do Prof. Dr. Gerson P. Lima, uma Apreciação sobre os pagamentos de juros (1999,2000 e 2001 até março), de acordo com as Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) dos Orçamentos correspondentes:

PAGAMENTO DE JUROS – (segundo as NFSP) (em R\$ milhões)

Boletim do Banco Central do Brasil

Maio 2001

IV.16 - Necessidades de financiamento do setor público

Discriminação	1999*	2000*	2001*		
	Dezembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março
Fluxos em 12 meses em R\$ milhões					
Total nominal (a)	96 158	49 285	50 223	53 371	59 544
Superávit primário (- b)	- 31 087	- 38 160	- 39 694	- 39 098	- 39 594
Total dos juros pagos (a+b)	127 245	87 446	89 917	92 469	99 138
Governo federal e Bacen	88 881	54 930	58 813	61 897	67 161
Governos estaduais e municipais	32 694	28 947	27 681	26 600	27 413
Empresas estatais	5 670	3 569	3 424	3 972	4 563
PIB (acumulado em 12 meses) ^{2/}	960 858	1.089 688	1.104 662	1.115 641	1.127 333
Em percentagem do PIB ^{3/}					
Total nominal (a)	10,01%	4,52%	4,55%	4,78%	5,28%
Superávit primário(b)	-3,24%	-3,50%	-3,59%	-3,50%	-3,51%
Total – juros pagos (a+b) (% PIB)	13,24%	8,02%	8,14%	8,29%	8,79 %
Governo federal e Bacen	9,25	5,04	5,32	5,55	5,96
Governos estaduais e municipais	3,40	2,66	2,51	2,38	2,43
Empresas estatais	0,59	0,33	0,31	0,36	0,40

2/ PIB a preços correntes.

3/ Reflete a relação dos fluxos com o PIB a preços correntes.

Calculados pela NFSP, os pagamentos anuais de juros e principal, continuaram GIGANTESCOS, de nada valendo a propaganda do governo tentando esconder a situação pré-falimentar do Estado Brasileiro, pois **pagamos SOMENTE de JUROS:**

- em 1999, R\$ 127,245 bilhões (sim com B);
- em 2000, R\$ 87,446 bilhões;

- em março de 2001 (em 12 meses), havíamos pago de juros R\$ 99,138 bilhões; e
- as estimativas para o ano pleno de 2001 era que pagaríamos algo em torno de R\$ 120,00 bilhões somente de JUROS. A conferir.

3) Outrossim, recebemos do Prof. Ricardo Bergamini um Estudo sobre o resultado financeiro do período de jan./95 até out./ 2001 do Governo FHC, do qual extraímos a seguinte síntese que pode dar uma visão integrada das absurdas decisões que foram tomadas pelos responsáveis pelas políticas macroeconômicas durante todo o mandato do Sr. Fernando Henrique Cardoso até out.2001.

“Déficit Público no período 1995/outubro / 2001

“.....” “No ano de 2001, até outubro, o déficit fiscal nominal ficou em R\$ 24,7 bilhões (2,50% do PIB) que, acrescido do aumento da dívida pública no ano de 2001, até outubro, de R\$ 182,8 bilhões (que nada mais é do que déficit diferido), o déficit real do ano seria de R\$ 207,5 bilhões (21,04% do PIB)....”... “A dotação orçamentária inicial das despesas para o ano de 2001 foi de R\$ 418,5 bilhões, já empenhadas o montante de R\$ 350,6 bilhões, e já liquidadas o total R\$ 286,6 bilhões, não considerando refinanciamentos de dívidas no montante de R\$ 194,0 bilhões.....” (destaques nossos) (Prof. Ricardo Bergamini – fonte: MF dados até out./2001) (textuais)

“Estoque da Dívida Externa Líquida

“A dívida externa líquida, pública e privada, no ano de 94 era de **US\$ 107,4 bilhões** (19,77% do PIB). Em outubro/01 estava em **US\$ 189,3 bilhões** (37,28% do PIB), crescimento real em relação ao PIB de 88,57%....” (Prof. Ricardo Bergamini – fonte: MF dados até out./2001) (textuais) (destaques nossos)

Estoque da Dívida Total Líquida (Interna e Externa)

“A dívida total líquida saltou de **R\$ 87,8 bilhões em dezembro/94 (25,13% do PIB)** para **R\$ 874,2 bilhões em outubro/01 (73,88% do PIB)**, crescimento real em relação ao PIB de 193,99%. Considerando também a dívida externa do setor privado de **US\$ 117,2 bilhões, ou R\$ 273,1 bilhões (23,08% do PIB)**, a dívida total: interna, externa, pública e privada é da ordem de **R\$ 1.147,3 bilhões (96,96% do PIB)**.” Prof. Ricardo Bergamini – (fonte: MF dados até out./2001) (textuais)

“Cabe sempre ratificar o desprezo com que é tratada a mais grave das dívidas, a da União, no valor de **R\$ 186,0 bilhões, em poder do Banco Central (conhecida como vale de caixa)**, sendo na verdade emissão do Tesouro Nacional não absorvida pelo mercado financeiro, carregada ilegalmente pelo Banco Central do Brasil, sendo na verdade aumento disfarçado de base monetária”.....” (destaques nossos) (Prof. Ricardo Bergamini – fonte: MF dados até out./2001) (textuais)

“Quadro Demonstrativo VI - Dívida Líquida Total da União (Interna e Externa) –

Fonte MF- Base R\$ bilhões. (24) (Prof. Ricardo Bergamini- out./ 2001)

Itens	Dez./ 1994	% PIB	1998	Outubro/01	% PIB
DMIM	32,1	9,19	213,6	490,7	41,47
DMIB	33,5	9,59	129,4	186,0	15,72
DMEM	16,1	4,60	55,4	144,7	12,23
DEC	6,1	1,75	21,5	52,8	4,46
TOTAL	87,8	25,13	419,9	874,2	73,88

Legenda: DMIM - Dívida Mobiliária Interna em Poder do Mercado;
DMIB - Dívida Mobiliária Interna em Poder do B. Central;
DMEM - Dívida Mobiliária Externa em Poder do Mercado;
DEC - Dívida Externa Contratual.

Mesmo que se queira contestar qualquer dos três conceituados economistas cujos Estudos nos serviram como Textos de Apoio, duas verdades já estão sobejamente comprovadas e já dispensam demonstração:

-- **a primeira**, é que tem sido realmente **GIGANTESCO** o total das “**despesas financeiras**” do Poder Público (nos três níveis), no Governo FHC com o pagamento dos juros e encargos referentes aos serviços de suas Dívidas Internas e Externa; e

-- **a segunda**, é que o resultado primário mensal dos orçamentos federais (receitas tributárias menos despesas não-financeiras), em muitos meses tem apresentado Superávits Primários bastante expressivos, tanto em 1995/96/97/98/99/2000/2001. As contas dos governos (nos três níveis – federal, estadual e municipal) invariavelmente só se tornam severamente deficitárias depois de computados os gastos financeiros de suas dívidas interna e externa.

Isso significa que as despesas financeiras com os juros pagos aos bancos – nacionais e internacionais - foram a verdadeira causa das dificuldades orçamentárias do governo federal, da maioria dos Estados e muitos Municípios ao longo dos quase 8 anos de Governo FHC.

É impossível que as autoridades diretamente responsáveis por essas decisões - diante dos abundantes dados empíricos já disponíveis desde o final de 1995 - não se tenham convencido de que todos esses gravíssimos danos sócio-econômicos estavam sendo provocados principalmente pelos juros excessivamente altos e pela sobrevalorização do real, decisões que prejudicaram a TODOS os setores da sociedade, exceto - é óbvio – aos grandes entes do setor financeiro privado (nacionais e estrangeiros) e a grandes importadores.

Seria irracional não suspeitar de que a política monetária suicida de juros excessivamente altos e a sobrevalorização anormal da moeda nacional, tenham mesmo como um dos objetivos - (principal? acessório ? pouco importa) – esse desembolso obscuro de “despesas financeiras” para o beneficiamento consciente e deliberado de grandes bancos nacionais e, por intermédio destes, dos entes financeiros internacionais que lhes aportam os capitais de curto prazo, para especulação com títulos públicos brasileiros.

É impossível ignorar ou subestimar a extrema gravidade de todos os dados macroeconômicos até aqui alinhados, cujo ponto de ruptura tem sido adiado à custa de cada vez maior endividamento externo e interno. No entanto, a ruptura previsível para médio prazo, talvez acabe se antecipando devido à bancarrota da Argentina que terá certamente reflexos sobre a economia brasileira.

Nesta hipótese, nos parece impossível que o Governo FHC consiga adiar essa ruptura por muitos meses, tentando ganhar as próximas eleições, repetindo hoje o mesmo que fez em 1998 para se reeleger. E, pela lógica, se a situação macroeconômica se precipitar, as chances de vitória de um candidato do PT à Presidência da República, se fortalecem.

Contudo, sabem todas as pessoas não contaminadas por qualquer ideologia, que o PT não é solução. Ao contrário, um governo do PT significaria mais problemas, embora de outra natureza ... pois um governo contaminado por um viés socialista como o do PT, nos traria nada menos do que o caos, não apenas político, econômico e social, mas provavelmente também institucional.

e. A administração das nossas enormes reservas de divisas:

O Governo FHC tem mantido um nível muito alto de reservas externas (que já atingiu algo próximo de US\$ 70 bilhões). Contudo, a solidez dessas reservas nunca foi tão confortável como se pensava, porque grande parte delas estava composta por créditos comerciais de curto prazo, renováveis normalmente a cada seis meses (ou menos), e uma percentagem alta, mas não conhecida, sempre foi constituída por “*smart money*”, também de curta permanência no país que se renovam (ou não) ciclicamente a breves períodos.

Além disso, com a “abertura selvagem” do nosso mercado interno às importações, houve uma tão forte corrida para antecipar receitas de exportação e postergar dívidas com importações (para poder aplicar os financiamentos baratos obtidos no exterior, no nosso mercado de títulos federais), que se produziu uma defasagem significativa entre as contas dos embarques efetivos de mercadorias e as contas financeiras, pelo menos até 1997. Em outros termos, como houve um salto muito grande nesses financiamentos, acumularam-se muita exportação, que não se realizou, e importações que ficaram para pagar no futuro.

Essas defasagens, isto é, a diferença entre os ACC e o fechamento do câmbio comercial efetivo (embarques) foi de US\$ 4,1 bilhões em 1991; US\$ 5,2 bilhões em 1992; US\$ 3 bilhões no ano de 1993; e nada menos do que US\$ 8,1 bilhões nos cinco primeiros meses de 1994. E, “*o adiantamento de contratos de câmbio para exportação chegou a tal ritmo que, no início de setembro de 1996, o BC foi obrigado a baixar a resolução 2312, permitindo que os bancos captassem dinheiro no exterior para repasse a empresas exportadoras que não estavam conseguindo liquidar seus ACCs por falta de mercadoria para embarcar.*” (22) (*não-textuais*).

Ou seja, decodificando a revelação desses jornalistas, é provável que uma boa parte dos financiamentos externos obtidos pelos bancos e pelas empresas, supostamente para exportações e importações, não passaram mesmo de meras operações financeiras (camufladas) destinadas à especulação no mercado de títulos públicos federais. E o único benefício que esses capitais especulativos produziram foi o crescimento das nossas reservas de divisas, que o governo federal costumava esgrimir como um grande êxito de sua política econômica.

Mas existem fundadas e severas críticas contra essa excessiva acumulação de reservas externas, obtidas mediante operações financeiras muito caras. Citando:

“Os efeitos negativos da irresponsável acumulação de reservas feita à custa de enorme diferencial entre a taxa de juros interna e externa se manifestam por múltiplos canais, todos eles levando ao desemprego, à queda do salário real e à piora da distribuição de renda”..... “Por um lado deixa-se de estimular as exportações. Com isso, cai a demanda interna, reduz-se o nível do PIB e cai o nível de emprego. Por outro lado, estimulam-se as importações e, com elas, se exportam “empregos”..... “Como consequência imediata, reduz-se de um lado a receita tributária do governo e, de outro, aumenta-se a sua despesa pelo pagamento de juros da dívida interna. A acumulação de reservas gera um déficit que tem que ser coberto cortando despesas sociais como educação e saúde.....” “Nossas reservas não foram construídas com superávits financiados pela poupança interna criada pela ampliação do produto. Elas resultaram de juros absurdos. Aqui, a acumulação de reservas produziu uma redução de nível de empregos e do salário real, piorando ainda mais a distribuição de renda. E empobreceu o país pelo aumento das remessas de juros.” (26) (ver Ex-Min. A. Delfim Netto) (in Gazeta do Povo -30/03/94) - (in FSP - 17/08/94) - “Juros Assassinos” - (in O Estado o Paraná - 23/06/96) ver também “Taxas básicas de juros” - ex. Min. Antônio Delfim Netto - (in FSP - 4/09/96)

A verdade é que, na prática, estamos literalmente exportando empregos e juros vultosos durante o governo FHC.

Até meados de 1996 nossas reservas ficavam depositadas no BIS onde rendiam entre 3% e 4% a.a., provocando assim um prejuízo escandaloso às finanças brasileiras, como vamos explicar.

Ninguém poderá reclamar se definirmos como **intrinsecamente delituosa** essa incongruente política macroeconômica (monetária, cambial e de comércio exterior), que vinha permitindo aos bancos privados nacionais captarem empréstimos na banca internacional a juros médios entre 8% e 12% a/a ; recursos que, depois de internalizados quase sem pagamento de tributos, grande parte deles era aplicado em títulos públicos da União, sobre os quais o nosso próprio Banco Central vinha pagando, já há vários anos, juros reais próximos de 20% ao ano (mas já pagou por longo tempo acima de 20 % a.a., e até mais de 40% a/a reais); e - o que desnuda o total absurdo dessa política macroeconômica - as reservas decorrentes dessas (e de outras) operações financeiras, as autoridades monetárias as depositavam, até há meados de 1996, no BIS (Suíça), a juros entre 3% e 4% a/a !! (sim ! somente 4 % a/a !).

Repetiremos para que nos entendam: o nosso BACEN vinha permitindo há vários anos que os bancos brasileiros e bancos estrangeiros de investimentos com agências no Brasil, captassem na banca internacional recursos externos à média entre 8 % e 12% a/a; vinha pagando juros acima de 20 % a/a reais, mais a variação cambial (e já pagou até mais de 40 % a/a reais) sobre os seus títulos comprados com esses recursos depois de internalizados; e as reservas decorrentes eram depositadas no BIS até meados de 1976, rendendo entre 3 % e 4 % a/a ! Como definir esse absurdo? Foi, sem dúvida um autêntico assalto contra as finanças do País !

A partir de meados de 1996, nossas reservas passaram a ser “administradas” em grande parte por entes financeiros estrangeiros (escolhidos SEM licitação) de tal forma que, em ago./96, nosso saldo de divisas estava assim distribuído: US\$ 5 bilhões em ouro e títulos públicos estrangeiros e, (segundo o Banco Central), os outros US\$ 43 bilhões estavam divididos entre o BIS (cerca de 20 %) e seis instituições financeiras privadas (80 %). Portanto, estas financeiras (escolhidas SEM licitação) passaram a “administrar” cerca de US\$ 35 bilhões de nossas reservas. (27) (ex. - Ministro Antônio Delfim Netto - “Suspeitas e Provas” - Gazeta do Povo ago./ 1996)

Mas esta nova situação, que perdura até hoje, ainda é prejudicial ao País pois, hoje :

“(verbis)... as dúvidas que existem são as seguintes: quanto dos depósitos recebidos por uma instituição privada são ‘reaplicados’ no Brasil...? Ora, é óbvio que elas aplicam em mercados emergentes. Ou melhor, no mercado emergente que é o ‘baú da viúva’. Qual o risco para uma instituição financeira que recebeu US\$ 1 bilhão para administrar, se ela aplica no Brasil (por mil caminhos não-traçáveis) US\$ 400 milhões, por exemplo ? Rigorosamente nenhum”. (27)

*E quais os efeitos disso sobre o próprio montante das reservas e sobre a economia nacional? “... E qual a sua remuneração ? Pelo menos 20% , dos quais devolverá ao final talvez 8% , para compor um ‘portfólio’ que encherá de alegria o (Banco Central)...” “Essa inocente operação produz alguns efeitos: **Primeiro:** as reservas apresentam uma dupla contagem de US\$ 400 milhões. **Segundo:** os US\$ 400 milhões são, rigorosamente, ‘vento’ para o sistema produtivo nacional. **Terceiro:** aumenta a dívida interna em quase US\$ 400 milhões. **Quarto:** consome recursos do orçamento para pagamento dos juros. **Quinto:** retira do país bens e serviços equivalentes ao lucro da arbitragem (12%) e, conseqüentemente, o deixa mais pobre. **Sexto:** tende a valorizar o real e cortar empregos dos brasileiros. Que alívio saber que a suspeita não pode ser ‘provada’. “ (27) (idem, ibidem - não-textuais) destaques nossos.*

Ou seja, depois que as autoridades monetárias entregaram nossas reservas de divisas para grandes financeiras internacionais administrarem, elas passaram a render algo em torno de 8 % a/a, (mas, existem notícias de que houve casos de déficit nas aplicações!) mas a nova situação ainda acarreta graves prejuízos para o Brasil como analisado acima pelo ex-Ministro Delfim Netto.

Contudo, sobre essa mesma anomalia, o jornalista Jânio de Freitas, (28) ("Bilhões de perguntas" – FSP – 08/12/98) faz acusações muitíssimo mais graves:

(verbis) "Artigo aqui publicado em 15 de novembro definia a aplicação das dezenas de bilhões de dólares do Brasil, por corretoras no exterior, como "o mais desconhecido e mais rendoso negócio" do país e chamava a atenção para a absurda inexistência de resposta a estas perguntas:

"Não consta que haja concorrência para a escolha desses operadores privilegiados (as corretoras estrangeiras); então, como é feita a escolha? Quem participa dessa escolha tão valiosa? Mais claramente, quem a negocia? Sabendo-se, porém, que "o destino das reservas é definido nas culminâncias do governo".

Transcrição ainda conveniente: "As comissões pela aplicação dos dólares possuídos pelo Brasil (hoje US\$ 42 bilhões, que eram US\$ 75 bilhões até setembro) representam uma enormidade de dinheiro (...)"

Acaba de cair uma luz, ou melhor, uma bomba sobre as aplicações feitas entre julho de 95 e maio de 97. É um relatório do Tribunal de Contas da União com o resultado de investigações feitas no Banco Central, a pedido do senador Roberto Requião.

Para começar, dos números revelados ("O Globo" de sábado) extrai-se a curiosa informação de que o investimento das reservas, em nove meses daquele período de altíssima rentabilidade nas bolsas, para o Brasil resultou em formidável e estranho desinvestimento: prejuízo de US\$ 113 milhões.

Como e porquê, o TCU não pôde concluir. Em vez da resposta a essas questões, encontrou a inexistência dos registros correspondentes a inúmeras aplicações e de meios para acompanhamento, pelo próprio BC, do que se passou com o dinheiro entregue a corretoras.

O dinheiro assim desadministrado compôs um volume difícil até de imaginar: no período investigado "(02/07/95 a 31/05/97), as operações com depósito totalizaram US\$ 2,4 trilhões, dos quais US\$ 195 bilhões foram realizadas com a intermediação de corretoras". Para obter o privilégio de conduzir as aplicações de uma quantia razoavelmente alta, mesmo que muito longe daquelas quase duas centenas de bilhões, qualquer corretora paga, brincando, 0,5% de comissão. Quase US\$ 1 bilhão.

Esses trilhões e bilhões referem-se à época em que os dólares possuídos pelo Brasil, os tais chamados enganosamente de reservas, somavam em torno de US\$ 35 bilhões. A inspeção do TCU nada examinou, portanto, do período em que o acúmulo se torna veloz e chega a US\$ 75 bilhões, pela força de atração dos juros fabulosos pagos aos estrangeiros na ciranda financeira brasileira.

Esse período mais recente é, porém, o mais promissor para uma investigação. Também pelo imenso volume aplicado, mas não só. Se, na fase abrangida pela inspeção do TCU, uma só corretora chegou a concentrar 63% do negócio de aplicações, com outras três ou quatro recebendo boas partes do restante, a distribuição do privilégio mão parece ter mudado. Dizia o artigo de 15 de novembro: "Consta que o grosso dos dólares está em apenas cinco operadores", localizados "na Europa", como já eram os identificados pelo TCU.

Até julho de 95, os dólares brasileiros eram aplicados exclusivamente no BIS, que é uma espécie de banco central internacional. É uma aplicação com rentabilidade sem fogueatório, mas com segurança. Foi depois da posse de Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Motta, Bresser Pereira, Gustavo Franco e outros grandes inovadores, que os bilhões de dólares brasileiros passaram a ser entregues a corretoras, para jogar com eles em aplicações financeiras mundo afora, e a ser usados em aplicações conduzidas na própria direção do BC.

Como, com que métodos de escolha das corretoras e intermediários, com que critérios de aplicação financeira e com que vantagens, assim como o destino das

vantagens oferecidas pelos interessados em operar com os bilhões brasileiros - nada disso tem resposta, embora muito disso possa ser objeto de presunções, a partir das características administrativas brasileiras e de certas peculiaridades, inclusive pessoais, do governo iniciado em 95...” (28)(idem, textuais)

Se tudo isso não caracteriza uma forte evidência de “**gestão temerária**” (provavelmente fraudulenta) das nossas reservas em divisas, o que mais será preciso para que o Ministério Público, e/ou o Senado Federal, acordem e façam uma auditoria rigorosa sobre essa administração suspeita dos reservas do País?

f. A dívida externa:

Mas a política macroeconômica (monetária, cambial e de comércio exterior) suicida do Governo FHC, aumentou muito também a nossa dívida externa, que era de **US\$ 157,8 bilhões** ao final de 1994 e, ao final de 1999, já era de **US\$ 236,9 bilhões** ; e, em dez./2000, já alcançara **US\$ 229,8 bilhões** sendo **US\$ 142,2 bilhões** privadas e **US\$ 87,6 bilhões** públicas, e que agora em out./ 2001 evoluiu como assinalado abaixo:

Quadro Demonstrativo – Composição da Dívida Externa Total Líquida (US\$ Bilhões)

Itens	Dez/1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Out/001
Pública	85,2	85,2	93,6	85,7	94,9	99,9	90,3	109,6
Privada	72,6	77,6	86,3	114,3	140,2	137,0	141,2	117,2
Total	157,8	162,8	179,9	200,0	235,1	236,9	229,8	226,8
Reservas	- 50,4	- 50,4	- 59,0	- 51,4	- 43,6	- 35,6	- 32,9	- 37,5
Líquida	107,4	112,4	120,9	148,6	191,5	201,3	198,6	189,3

– Fonte MF – Base US\$ bilhões. (24) (Prof. Ricardo Bergamini -) (dados até out.2001)

Ressalte-se que, apesar de toda a movimentação de recursos externos com vendas dos patrimônios públicos, (teoricamente favoráveis para o país), os tecnocratas do Sr. FHC elevaram nossa DÍVIDA EXTERNA TOTAL LÍQUIDA (pública e privada) inexplicavelmente, de **US\$ 107,4 bilhões** (19,77% do PIB) em dez./1994, (início da gestão FHC) para **US\$ 189,3 bilhões** em out.2001 (cerca de 37,28 % do PIB), um crescimento real de quase 90% em relação ao PIB, durante seis anos e dez meses do Governo FHC. (24) (Prof. Ricardo Bergamini - maio./ 2000) (dados out./2001) (não-textuais)

Em tempo, é de se ressaltar que a astronômica Dívida Interna Líquida, bem examinada, só em teoria é totalmente “**interna**”, porque em verdade parte expressiva (mas desconhecida) dela é composta por capitais de aplicadores externos que aportam aos “bancos de investimentos” (estrangeiros, como o Chase, o City, o Boston, a Merrill Lynch, o Salomão Brothers, etc., e a alguns bancos nacionais) os capitais baratos e de curto prazo que vão alimentar a especulação desenfreada com títulos mobiliários federais, razão pela qual parte dela realmente deveria estar incluída nos “encargos financeiros externos” e, portanto, na Dívida Externa Total Líquida (ou deveria ser abatida das nossas Reservas).

Como era fácil de se prever, - e incontáveis economistas e técnicos o renunciaram repetida e insistentemente - diante de todas as “inconsistências” das políticas macroeconômicas do governo FHC, nos tornamos extremamente vulneráveis a ataques de capitais especulativos externos.

1) O ataque especulativo do final de 1997:

E foi exatamente por isso que - ao final de 1997 – os megaespeculadores (??) ATACARAM A NOSSA MOEDA, ocasião em que, tentando defender o valor do Real, perdemos em curtíssimo prazo algo próximo de **US\$ 10 BILHÕES** das nossas reservas de divisas... **ESCO- ANDO PELO RALO** (como definiu alguém) o suor e o sofrimento do povo brasileiro. Esse gigantesco prejuízo, o Governo FHC procurou recompor com o famoso **Pacote 51**, levantando os juros primários para 42% a/a, aumentando os impostos das empresas e das pessoas físicas,

e até cortando verbas sociais.... (até merenda escolar, bolsas de estudos, verbas para pesquisas, etc.) transformando-se, com essas medidas – segundo um jornalista famoso - em um autêntico HOOD ROBIN (um Robin Hood às avessas) pois, ao contrário do galante salteador inglês que roubava dos ricos para dar aos pobres, com a adoção do **Pacote 51** o Governo transferia renda dos pobres para os ricos... ou seja, da sociedade para os bancos que haviam especulado temerariamente...

2) O ataque especulativo de 1998 :

Informes: (29) “A sangria continua”- jorn. Celso Pinto -(FSP-28/08/98) e “Briga pelos dólares”(FSP - 06/09/98) ; “Da dívida interna R\$ 27 bilhões vencerão até o final do mês” - jorn. Cari Rodrigues, FSP – 06/09/98; “Saída do país supera US\$ 2,5 bi num dia” - jorn. João Carlos de Oliveira – (FSP - 05/09/98 - 2 -6) ; “Arrogância, incompetência e cinismo” - Dep. Maria da Conceição Tavares – (FSP 13/09/98 - 2- 4); “As duas altas de juros devem custar R\$ 18 bi” – (FSP – 11/09/98 – 2 - 6); “Setor público tem déficit de 7,3% do PIB” – jorn. Vivaldo de Sousa – (FSP – 11/09/98 – 2 – 6);

Mantidas as mesmas incongruências retro assinaladas, já desde jul./98 estávamos de novo sendo vítimas de um outro ataque especulativo ao Real que, também durante curto período (cerca de 30 dias) nos levou algo próximo de US\$ 16 bilhões das nossas divisas em dólar.... à média no período de quase **US\$ 0,5 bilhão** por dia. (29) “A sangria continua”- jorn. Celso Pinto -(FSP-28/08/98) e “Briga pelos dólares”(FSP - 06/09/98) (não-textuais)

No início de ago./98, já era (citando) “dramática a fragilidade da nossa situação externa: o passivo externo de curto prazo (incluindo a dívida de curto prazo e o estoque de investimentos estrangeiros de portfólio, de elevada volatilidade) somava **US\$ 79,8 bilhões**, contra um volume de reservas de divisas então ainda da ordem de **US\$ 68,6 bilhões**”. (29) (“Arrogância...etc.” - Dep. Maria da Conceição Tavares – 1998)

Nenhuma medida mais enérgica, tomaram os tecnocratas xenófilos do BACEN para sustentar essa sangria de dólares, exceto aumentar os juros básicos dos títulos mobiliários federais...

Ao final de ago./98, para a rolagem dos títulos mobiliários federais, os bancos não apenas passaram a exigir papéis pós-fixados (vinculados a taxas de juros do over), mas também queriam um prêmio adicional para renegociar essa dívida, fenômeno que o governo escondia de todos nós mas que o ataque especulativo do 2º semestre de 1998 desnudou. Nessa altura, o estoque dos papéis indexados ao dólar já estava em **R\$ 56,5 bilhões**, (**US\$ 48,6 bilhões** ao câmbio de então), equivalente a 69,2% do total das nossas reservas de divisas em dólares naquela data (conceito liquidez internacional). (29) (Dep. Maria da Conceição Tavares idem, não-textuais)

O governo mudou então a taxa básica de juros da economia (que passou a ser a Tban. - taxa de assistência do BC), cujos juros ele mesmo elevou para 49,75% a/a, na esperança de conseguir rolar a gigantesca quantidade de títulos que venciam em curto prazo, e para tentar estancar a hemorragia de dólares dos últimos trinta dias (jul./ago/98).

Até 14 set./98, o governo não conseguira nenhum dos dois objetivos: teve então que suspender o leilão habitual de títulos e, mesmo assim, a fuga de dólares continuava acima de US\$ 500 milhões diários, a despeito da absurda alta nas taxas da Tban. (29) (idem, não-textuais)

A partir daí, com a alta dos juros básicos para 49,75 % a/a, passaram a crescer EM RITMO ALUCINANTE os custos dos serviços da dívida interna da União em títulos, que o governo FHC vendera aos bancos nacionais – e por intermédio destes a tomadores internacionais - com o objetivo de financiar TODOS os déficits provocados por suas políticas macroeconômicas incongruentes.

Somente no dia 05/set./98, a montanha de dinheiro que deixou o país subiu a **US\$ 2,59 bilhões**, sendo **US\$ 1,586 bilhão** pelo dólar flutuante (um segmento do dólar-turismo) e mais **US\$ 1,004 bilhão** pelo dólar comercial. A saída total ao final desse dia ficou estimada em algo próximo de **US\$ 3 bilhões**, o que é praticamente o preço de venda de uma das jóias da coroa: a Vale do Rio Doce, privatizada em 1997 por **R\$ 3,2 bilhões !** (29) “Saída do país supera US\$ 2,5...” - jorn. João Carlos de Oliveira – (FSP - 05/09/98 - 2 -6)(não-textuais)

Em 15/set./98, as nossas reservas internacionais já estavam abaixo de US\$ 50 bilhões, limite cabalístico que, segundo a imprensa, exigiria do governo “medidas duras”. As reservas ficaram a partir desse dia abaixo de **US\$ 49,0 bilhões**, contudo - exceto a elevação dos juros da Tban para 49,75 % - nenhuma outra medida enérgica foi tomada.

Esta é a descrição sintética de COMO os tecnocratas xenófilos do Governo do Sr. FHC, acabaram por reduzir temerariamente a capacidade do nosso Banco Central de fazer política monetária, e inviabilizaram a possibilidade do Brasil decidir sozinho por uma desvalorização rápida e controlada do Real, como estava exigindo já há muitos meses a supervalorização artificial de nossa moeda frente ao dólar, e como reclamavam insistentemente inúmeros economistas e políticos das mais variadas tendências ideológicas.

A verdade é que durante todo esse período de 1998, os técnicos do BACEN não tomaram nenhuma medida eficaz tendente a sustar - drasticamente – essa gigantesca sangria de dólares, exceto aumentar os juros... **PARA NÃO PREJUDICAR A REELEIÇÃO DO SR. FHC.**

Em síntese, essa política monetária suicida, potencializada pela política cambial absurda da sobrevalorização do Real, acabaram por transformar o Brasil literalmente em refém dos capitais internacionais caríssimos, de curto e curtíssimo prazo... e nos tornaram presa fácil para os ataques especulativos.

O Deputado e economista Aloízio Mercadante, resume os efeitos deste segundo ataque especulativo assim:

*(verbis) “.....Os prejuízos causados por essa crise ainda não foram devidamente avaliados. Estima-se que as perdas decorrentes das intervenções do Banco Central no mercado futuro de dólares e no socorro aos bancos Marka e Fonte Cindam, da expansão da dívida pública interna "dolarizada" e da elevação da dívida externa e de seus custos de rolagem, para citar somente alguns de seus impactos diretos e imediatos, **tenham custado ao país mais de R\$ 60 bilhões**, ou seja, quase cinco vezes o orçamento anual da saúde pública em 1998. Na ponta oposta, os bancos, muitos deles com controle ou participação estrangeira, tiveram lucros extraordinários em 1999: até setembro foram R\$ 10,4 bilhões, mais de cinco vezes o resultado obtido em todo o ano de 1998..”. (30) “O alienista” - FSP- 23/01/00 – Dep. Aloízio Mercadante)*

E se isto não constitui mais uma evidência robusta de delito contra o SFN, tipificando uma “gestão temerária” (provavelmente fraudulenta) dos ativos financeiros do Brasil, de que mais necessitam o Ministério Público e/ou o Senado Federal para iniciarem as diligências para punir os responsáveis por esses gravíssimos prejuízos que inviabilizarão por muitos e muitos anos o progresso econômico e social do País?

Seria inadmissível ingenuidade supor e, mais ainda ACREDITAR, que tenham sido involuntários todos esses erros sistemáticos, mantidos teimosamente mesmo depois de causarem tantos danos gravíssimos à economia e à sociedade – e ainda contrariando incontáveis críticas de economistas e políticos de todas as tendências!

Também não seria razoável deixar de relacionar e confrontar esse acúmulo de erros sistemáticos e obstinados, com a ideologia confessadamente “*dependentista*” do principal titular do Governo, o Sr. FHC; e sem ressaltar - aqui enfaticamente - a inteira coerência entre a sua verdadeira ideologia e a total dependência subalterna em que ele colocou o nosso país em relação ao Macroc capitalismo Financeiro Internacional, em particular o anglo-norteamericano.

E, desde que todos esses erros violam claramente os Princípios Fundamentais da Soberania, da Independência e do Desenvolvimento Nacional prescritos pela nossa Constituição Federal, assim devem ser julgados pelas autoridades institucionalmente competentes para tipificar esses delitos.

Mas seria ainda maior ingenuidade e indesculpável omissão ignorar que todos esses erros absurdos e incongruentes - sem a menor dúvida - encheram os cofres de grandes entes financeiros nacionais e internacionais com dezenas, talvez centenas, de bilhões de dólares, sem nos lembrarmos de que os titulares

dos cargos que tomaram e mantiveram teimosamente essas decisões macroeconômicas escandalosamente tão prejudiciais, tiveram até passado recente comprovadas ligações estreitas e longas com alguns dos entes internacionais que comandam os fluxos financeiros mundiais.

A suspeita de uma cumplicidade consciente por parte desses tecnocratas vinculados estreitamente a entes financeiros internacionais se impõe - pela lógica indestrutível dos abundantes indícios veementes - dentre os quais o gigantesco endividamento decorrente e os astronômicos desembolsos anuais com pagamento de juros, são os mais gritantes.

E seria criminoso omissão e revoltante injustiça se não tentássemos promover a responsabilidade moral e/ou penal e/ou cível daqueles que são culpados (diretos e indiretos) por tamanho desastre econômico, financeiro, administrativo e social que tende a causar a “africanização” social do tão sofrido povo brasileiro.

Parece-nos óbvio que todos esses erros, como aliás muitos outros, têm sido impunemente praticados e mantidos, e ainda não geraram um verdadeiro clamor público, **primeiro**, porque o Sistema Financeiro – **grande beneficiário desses graves erros** - exerce inegável influência sobre muitos dos principais OCMs (sobre alguns deles têm provavelmente um total domínio); **segundo**, porque essas questões são realmente muito complexas e algumas até polêmicas; mas, **principalmente**, porque existem inúmeros postos da mais alta hierarquia do País ocupados por pessoas inteiramente despreparadas e incompetentes, ou por outras que, mesmo sabendo da gravidade de tais erros, ou suspeitando dessa cumplicidade, não tomam as atitudes que a sua consciência lhes dita, seja por medo, seja porque sabem das dificuldades que teriam para provar suas suspeitas, seja por pusilanimidade, seja por apego aos cargos que ocupam.

g. “Notícia criminis” sobre delitos cometidos contra o Sistema Financeiro Nacional :

Diante de todos esses fatos escandalosos, tão notórios e tão conclusivos, atende ao princípio da razoabilidade apresentá-los como uma **notícia criminis** às autoridades competentes, (inclusive à CPI do Sistema Financeiro do Senado que deveria ser re-convocada) para propor a investigação (e o provável enquadramento) dos tecnocratas responsáveis diretos por todas essas incongruências, na Lei que define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (SFN), Lei n.º 7.492 de 16/06/86, neste caso, em seu Art. 4º, § único, que pune o delito de “**gestão temerária**”:

**Art. 4º - Gerir fraudulentamente instituição financeira:
Pena – Reclusão de 3 (três) a 12 (doze) anos, e multa."**

**Parágrafo único. Se a gestão é temerária:
Pena – Reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos e multa."**

As evidências sobre a existência de um delito de “gestão temerária” (provavelmente fraudulenta) dos ativos financeiros do nosso Banco Central e do Tesouro Nacional, estão nitidamente tipificadas nas decisões macroeconômicas das autoridades monetárias responsáveis (Pedro Malan, Gustavo Franco, Francisco Lopes, Armínio Fraga, etc., etc., e do responsável maior, o Presidente FHC), pois que dessas decisões sistematicamente “equivocadas” e obstinadamente mantidas, resultaram uma elevação imprudente, em apenas 7 anos, da nossa “dívida total lí-

quida saltou de R\$ 87,8 bilhões em dezembro/94 (25,13% do PIB) para R\$ 874,2 bilhões em outubro/01 (73,88% do PIB), crescimento real em relação ao PIB de 193,99%. Considerando também a dívida externa do setor privado de US\$ 117,2 bilhões, ou R\$ 273,1 bilhões (23,08% do PIB), a dívida total: interna, externa, pública e privada é da ordem de R\$ 1.147,3 bilhões (96,96% do PIB).” (Prof. Ricardo Bergamini – fonte: MF dados até out./2001) (textuais)

Ressaltamos que a dívida interna líquida de **R\$ 87,8 bilhões em dezembro de 1994, passou para R\$ 610,8 bilhões em 2000, aumentando quase 7 vezes (680%)**, e da nossa dívida externa líquida que aumentou nesse mesmo período em cerca de **US\$ 100 bilhões**; além de terem gasto nesse mesmo período levemente dezenas de **bilhões de reais**, numa tentativa irracional de manter valorizado o Real frente ao dólar, a despeito de que INCONTÁVEIS economistas de variadas tendências alertavam insistentemente para a sobrevalorização da nossa moeda que deveria ser corrigida com urgência.

Além do que, percebe-se claramente o grande absurdo decorrente do fato de que - a despeito do gigantesco pagamento anual de juros + principal ao longo de todos os 7 anos do Governo do Sr. FHC -- a DÍVIDA PÚBLICA LÍQUIDA do Tesouro Nacional cresceu no ritmo vertiginoso que se viu atrás no Gráfico A, (Prof. Dr. Gerson Pereira Lima – 2000); e ao final de 2001 (em out./01), já era de R\$ 874,2 bilhões, tendo crescido quase 1000 %, durante a Era do Sr. FHC e do REAL. (prof. Ricardo Bergamini - out./01)(não-textuais)

Esse desastre financeiro caracteriza, sem qualquer dúvida - **SIMPLESMENTE DEVIDO AO GIGANTESCO ENDIVIDAMENTO RESULTANTE E AO ENORME PAGAMENTO DE JUROS ANUAIS** - uma **"gestão temerária"**, (provavelmente fraudulenta) dos ativos financeiros do Banco Central e do Tesouro Nacional do Brasil.

Somente a montanha absurda de **dezenas (em alguns anos centenas) de bilhões de dólares de juros reais que foram pagos anualmente ao sistema financeiro nacional e – por intermédio deste – ao internacional**, como serviço dos títulos mobiliários que o governo tem colocado no mercado para rolar sua dívida mobiliária interna e para atrair capitais de curto e curtíssimo prazo visando compensar os seus enormes déficits comercial e cambial, e para tentar equilibrar, ainda que precariamente, o seu Balanço de Pagamento, **JÁ DEVERIA TER SUSCITADO** um clamor de parte do Congresso Nacional e da mídia. E/OU detonado um ou vários inquéritos pelo Ministério Público Federal... mas nada parece abalar a omissão (no mínimo culposa) da Procuradoria Geral da República, cujos titulares são nomeados pelo principal responsável por esses claros desequilíbrios do Tesouro Nacional e do BACEN.

É inegável, portanto, que todas essas desastrosas conseqüências caracterizam claramente o delito de **"gestão temerária"** (provavelmente fraudulenta); **NADA MAIS SENDO NECESSÁRIO PARA COMPROVÁ-LO**, ou ficaremos indefesos contra os agentes do Macroc capitalismo Financeiro Internacional que se comportam como autênticos PIRATAS MONETÁRIOS GLOBAIS, auxiliados por seus secretos cúmplices internos situados em altos postos dos próprios órgãos que deveriam nos proteger dos ataques especulativos desse capitalismo selvagem.

Além disso, nos dois últimos ataques especulativos, aquelas mesmas autoridades monetárias também retardaram longamente a tomada das medidas necessárias para defender as finanças do País, deixando de adotar medidas eficazes para sustar a fuga de divisas, para não comprometerem a reeleição do Sr. FHC, fato que é do domínio público, porque também comprovado por inúmeras crônicas de políticos e economistas acusando que tais medidas **ESTAVAM SENDO RETARDADAS** para não ameaçar a reeleição do Presidente FHC. Dentre estes Delfim Netto, Aloysio Biondi, Paulo Nogueira Batista Jr., e inúmeros políticos, até mesmo pelo Presidente do FMI, Sr. Michel Candessus que, na Europa, acusou o Governo brasileiro de ter retardado a correção cambial, para garantir a reeleição de FHC.

E esse delito também está previsto no art. 23 do mesmo diploma legal:

Art. 23. Omitir, retardar.... o funcionário público ato de ofício... necessário ao regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional ...",

Por conseguinte, não é somente razoável – mas é até mesmo uma exigência legal e moral – que sejam apontados formalmente à Justiça os responsáveis por esses dois prováveis delitos contra o SFN, no mínimo para que sejam corrigidos os princípios macroeconômicos absurdos e suicidas que foram praticados durante o Governo FHC, e que literalmente **FALIRAM** o Brasil, e que **AINDA CONTINUAM EM VIGOR**.

Mas também numa tentativa de levar à Justiça os responsáveis por essa desastrosa administração financeira – cujas evidências de crimes contra o SFN são consistentes e veementes - que gerou um passivo tão enorme que levará à "africanização" social do sofrido povo brasileiro, pois é impossível de ser pago sem a ruína, a fome e a entrega de todos os outros ativos reais do País aos credores internacionais, inclusive da Petrobrás e suas reservas de petróleo, do BB, da CEF, do Banespa, Itaipu, Tucuruí, Furnas e de todas as hidroelétricas dos rios interiores (Paranaíba/Grande/Paraná e São Francisco, etc.) e que, talvez venha a forçar-nos a aceitar uma "administração compartilhada" da Amazônia brasileira... e/ou a nos submetemos à ALCA... para lucro dos verdadeiros autores intelectuais desse ato de pirataria financeira pós-moderna...

Os crimes cometidos pelos Bancos Marka e FonteCindan (e seus cúmplices do BACEN) – já comprovados pela CPI do Senado - por certo foram graves; mas têm sido usados como diversionismo tático para desviar a atenção dos investigadores e da opinião pública dos delitos muitíssimo mais graves como o golpe financeiro maquinado em janeiro/99 pelos grandes Bancos – provavelmente com a omissão ou a cumplicidade tácita de diretores do Banco Central - e do qual resultou a remessa de US\$ 10 bilhões em apenas alguns dias para paraísos fiscais, como denunciou à CPI do Senado o Dep. Aloízio Mercadante; e – pior ainda - para esconder o que seria o **maior de todos os crimes**, que foi a "**gestão temerária**" (provavelmente "fraudulenta") dos ativos financeiros do Banco Central e do Tesouro Nacional, durante os 7 primeiros anos de mandato do governo do Sr. FHC, desastre financeiro que inviabilizará o progresso econômico e social do Brasil por muitos e muitos anos.

3.4. A misteriosa paralisia de todas as Força Vivas da Nação :

a. O apoio dos OCMs, e a impunidade dos principais responsáveis:

Em primeiro lugar, os OCMs poupam e protegem ESCANDALOSAMENTE ao Chefe do Poder Executivo da União, o Sr. FHC - e de maneira muito especial aos tecnocratas apátridas e xenófilos do seu 1º e 2º escalões – que vêm executando essas políticas macroeconômicas suicidas e incongruentes que geram repetidos e crescentes déficits operacionais, o que já obrigou o Estado brasileiro a um endividamento interno e externo gigantesco, (como já comprovamos), comprometendo suas receitas tributárias com o pagamento do serviço das suas dívidas mobiliárias em montantes absurdos, incompatíveis com a capacidade contributiva da sociedade, desviando para despesas financeiras astronômicas os recursos públicos que deveriam ser alocados no atendimento das atividades essenciais.

Tais erros acabam por comprometer o Governo com pagamentos futuros sempre crescentes do serviço dessas dívidas, geradas pelo próprio mecanismo com o qual se pretende manter baixa a liquidez monetária do mercado financeiro, a rolagem da dívida interna -- tudo sob o pretexto de se defender "*a estabilidade e evitar o retorno da inflação*"...-- e nem mesmo denunciam que o "**remédio**" já levou o enfermo ao estado terminal da perda de sua Independência, de sua Soberania e, talvez, da sua viabilidade de existir como Estado Nacional Soberano, transformado-nos desde já em satélite dos EUA, (a rigor do FMI, do Banco Mundial, etc., da banca de Wall Street e – em última instância – do FED).

Depois de reeleito para o novo mandato, o Sr. FHC tomou - cada vez com maior desenvoltura, arrogância e ousadia - todas as impatrióticas decisões que se propôs adotar para implantar o seu modelo *dependentista*, sem nenhum receio de conseqüências mais drásticas, porque sabia que poderia confiar na cumplicidade disfarçada dos principais Órgãos de Comu-

nicação de Massa (OCMs) do País; porque estava seguro do apoio dos "*tolos, inocentes úteis e ambiciosos*" do Congresso Nacional; e porque imaginava que não precisaria temer as demais Forças Vivas da Nação, todas elas tomadas por uma estranha e incompreensível paralisia que lhes foi inoculada pela grande mídia, por intermédio de sofisticados mecanismos psicossociais, semelhantes a uma lavagem cerebral ... o que as manteve até agora misteriosamente imobilizadas .

Inegavelmente, os obstinados erros sistemáticos do governo FHC, com todas as suas flagrantes e escandalosas inconsistências, só tiveram viabilidade e somente foram mantidos até hoje, por terem contado com o apoio consciente da maioria dos grandes **Órgãos de Comunicação de Massa (OCMs)** na divulgação e propaganda diária e sistemática do modelo *globalizante*, como se ele fosse inevitável, adequado, correto e indiscutível. (18) (não-textuais)

Portanto, durante todo o Governo FHC, ficou patente e notório que a grande imprensa apoiou sem dificuldades, maciçamente, todas as decisões macroeconômicas impatrióticas do seu governo, seja por convicção ideológica similar à sua – hipótese mais provável - seja por interesse mais imediato de não perder as polpudas verbas públicas que lhes têm sido destinadas.

Sem dúvida, somente a cumplicidade consciente e *sine qua non* de vários dos principais OCMs da grande mídia - objetivamente responsáveis, manipuladores e coniventes - consegue explicar a estranha paralisia de todos os nossos mais representativos segmentos sociais diante dos gigantescos erros sistemáticos que têm sido cometidos repetidamente e mantidos teimosamente pelo governo FHC, aos quais quase todas as Forças Vivas da nossa Sociedade têm assistido impotentes, inertes e paralisadas, inclusive o segmento político que se faz passar por Oposição... o PT *et alii*, mas em realidade não age como tal ... misteriosamente.

A escandalosa realidade é que os OCMs vêm dando o seu apoio disfarçado mas consciente e *sine qua non*:

- à prática dessa política monetária suicida, incoerente, inconsistente e incongruente que já provocou, por várias vezes, agudos surtos recessivos na economia e gerou repetidas crises de maciças dispensas de mão-de-obra; e

- que, na área orçamentária, vem obrigando o Poder Público (nos três níveis) a pagar aos grandes tomadores de títulos mobiliários públicos - grandes bancos privados principalmente - quantias astronômicas de juros reais como serviço da sua dívida mobiliária, em montantes que ascendem a várias dezenas de bilhões de dólares por ano; quando tais despesas financeiras estéreis comprometem a maior percentagem das arrecadações tributárias em todos os três níveis de governo, impossibilitando os investimentos públicos; e gerando um processo de crescente inviabilização da administração pública direta, mediante a compressão de seus orçamentos de custeio, o contingenciamento irracional de suas verbas e o aviltamento da remuneração do seu funcionalismo.

É inadmissível supor que a Direção desses OCMs não saibam que essas despesas financeiras estéreis tornavam IMPOSSÍVEL aos Poderes Públicos (Federal, Estadual e Municipal) custearem sequer os seus encargos mais prioritários, fato que produziu efeitos devastadores nos serviços típicos de Estado, tais como a degradação do atendimento público à saúde, a ineficiência e o desequilíbrio dos órgãos de segurança, a decomposição da malha viária do País, a decadência do ensino público, e de tantas outras atividades essenciais criminosa e desastrosamente deixadas sem os recursos orçamentários mínimos indispensáveis, já há vários anos, desviados que foram para gerarem os enormes SUPERÁVITS PRIMÁRIOS e para o pagamento das gigantescas despesas financeiras do serviço da dívida pública interna e externa.

Concomitantemente, os maiores OCMs, também têm se mostrado quase indiferentes diante do revoltante processo de empobrecimento crescente da sociedade brasileira, produzido pe-

la transferência de renda da grande massa da população - via Estado - para o setor financeiro privado nacional e, por intermédio deste, para a banca internacional, ambos beneficiários da política de juros básicos altíssimos e da valorização cambial deliberadamente praticados pelas nossas próprias autoridades monetárias.

Como explicar que os OCMs assistam sem fazer as habituais DENÚNCIAS orquestradas que somente eles têm possibilidade de fazer, diante das GRAVES conseqüências da atual Política de Comércio Exterior - **internacionalista** - verdadeiro suicídio econômico, que já provocou a inviabilização de incontáveis empresas industriais brasileiras, e levou ao sucateamento de outras tantas, submetidas a uma acelerada e imprudente concorrência interna para a qual elas não foram previamente preparadas, a pretexto de se levar o País a uma ilusória e suposta *modernidade* e a participar de megablocos internacionais integrados por economias concorrentes com a nossa .

Ninguém pode negar que essa seria a função natural – MAIS DO QUE ISSO, SERIA UM DEVER - dos OCMs denunciarem que alguns dos mais importantes postos da Alta Administração Direta da União (por certo também na própria Presidência da República) provavelmente vêm sendo ocupados já há vários anos por agentes conscientes desse **internacionalismo** impatriótico de inspiração externa, ou por seus colaboradores, alguns destes talvez inconscientes.

Neste Documento, demos o *curriculum vitae* dos principais desses suspeitos... não são apenas indícios veementes, mas sim evidências claras de ligações longas da maioria desses tecnocratas xenófilos (para dizer o mínimo) com entes multilaterais e com a banca internacional.

Por que os OCMs NÃO OS DENUNCIAM e às suas ligações alienígenas ? No entanto, por não fazê-lo, tornam-se no mínimo cúmplices **a posteriori** desses prováveis crimes contra o Sistema Financeiro Nacional...

Outrossim, parece-nos indiscutível que todos esses erros, como aliás muitos outros, são impunemente praticados e mantidos, e ainda não geraram um verdadeiro clamor público, porque o Sistema Financeiro exerce inegavelmente uma fortíssima influência nos OCMs – em alguns deles ele exerce provavelmente um total domínio - sabe DEUS a que preço ! E essa sua omissão conivente é que explica a paralisia dos mais importantes entes representativos da sociedade nacional que, por falta de cultura e sem a consciência da dramática realidade dos dados que aqui alinhamos, se mantêm paralisados, embora em franca oposição e rejeição ao Sr. FHC, e ao modelo que ele implantou com tanta diligência e falta de patriotismo.

b. A anomia e o silêncio das Forças Armadas:

Essa verdadeira **lavagem cerebral** à qual parecem estar dedicados os OCMs e que tem funcionado com incrível eficiência para paralisar as reações da sociedade civil, no entanto, não deveria funcionar para os Altos Chefes das FFAA, conhecedores profundos desse tipo de recurso de guerra psicológica.

Por isso, ela não consegue explicar a anomia (ainda mais misteriosa) dos Altos Chefes Militares das Forças Armadas nos últimos anos, incompreensível face ao acendrado nacionalismo inato desse segmento social, cujos titulares não podem desconhecer tudo o que está sendo denunciado aqui, mas que nenhuma manifestação ou reação esboçaram até recentemente, a despeito das dramáticas conseqüências geradas na sociedade e na economia, e das claras violações dos Princípios Fundamentais Constitucionais da Soberania, da Independência e da Segurança Nacionais, além do gravíssimo “perigo de lesão” da Integridade Territorial do País, todos esses valores hoje seriamente ameaçados por atos de Governo do Sr. FHC, e cuja

manutenção e defesa integram o intransferível dever das Forças Armadas proteger e assegurar por TODOS os meios possíveis e necessários. **“Salus Patriae Suprema Lex”**.

O papel de “grande Mudo” que parece ter sido o escolhido pelos Altos Chefes Militares durante o período entre 1990 e 2000, seria o ideal, caso não estivesse servindo para que os Governos Civis que comandaram os destinos do País desde então, abandonassem a busca da conquista dos Objetivos Nacionais Permanentes da Independência, da Soberania, da Autodeterminação e do Desenvolvimento Nacional, pois que eles – muito ao contrário - se empenharam obstinadamente em fazer concessões que comprometeram a nossa Soberania e Independência, em suprimir os direitos trabalhistas e sociais conquistados nos últimos 50 anos, e em dilapidar um gigantesco patrimônio público construído com o sacrifício do bem estar da grande massa de nossa população nas décadas precedentes.

Diante do gravíssimo cenário descrito neste Documento, a missão institucional das Forças Armadas, certamente terá que ser compreendida em seu significado mais amplo e profundo, não podendo elas permanecer por mais tempo silentes e menos ainda inativas, diante de tantas decisões gravemente equivocadas, cujos efeitos sobre a Economia e a Sociedade têm sido muito mais destrutivos do que uma guerra; nem podem omitir-se por mais tempo diante de Governos que obstinadamente teimam em atuar com semelhantes esquemas de submissão a Poderes alienígenas, o que para as FFAA, absolutamente não pode representar os interesses maiores do povo brasileiro e do Brasil, e – ao se omitirem – estariam descumprindo a essência das suas missões Constitucionais.

O enquadramento das Forças Armadas brasileiras no modelo *soi-disant* “democrático” que nos quer impor os EUA, e já predominante em toda a América Latina, e que admite até mesmo que elas integrem Forças Multilaterais com missões que prevêem ações intrusivas em países soberanos do continente – sem a autorização do seu governo legítimo – não seria digno das tradições da nossa Diplomacia e das FFAA brasileiras que, historicamente, têm sido inflexíveis em se posicionar em defesa da autonomia, da não-intervenção e da autodeterminação das Nações Soberanas.

Afortunadamente, nestes dois últimos anos, tem sido claramente diferente a atitude dos mais destacados Chefes Militares que já têm se posicionado publicamente em questões que transbordam dos seus setores específicos e que implicam em perigo de lesão dos interesses maiores do País.

Mas não seria demais reproduzir aqui uma opinião difundida em um periódico castrense, o “Ombro a Ombro”, tão feliz em traduzir o pensamento de grande parte dos militares inativos das nossas FFAA:

“O Brasil, por suas dimensões e importância estratégica, é o país que tem as melhores condições para impor uma guinada de 180 graus na pauta dessa tendência deletéria.

*Sem que isto implique em qualquer pretensão hegemônica, temos que reconhecer a nossa responsabilidade de país-líder da América Latina, ao qual poderá caber o papel histórico de liderar uma reação a essa virtual “guerra sem meios militares”, que estamos perdendo sem lutar. A inação em assumi-la poderá ter conseqüências trágicas para o nosso futuro como Estado nacional soberano. Já foi dito um **Basta!** O **Chega!** pode ser ouvido com freqüência cada vez maior nas ruas, entre pessoas que não conseguem entender o abismo existente entre o discurso róseo dos donos*

do poder e seus áulicos, e a falta de perspectiva oferecida pela realidade. Ficam faltando as vozes que proferirão **o Fora!** “(20) (Mensário - “Ombro a Ombro” ago/2000)

3.5. CONCLUSÕES PARCIAIS :

3.5.1. É indiscutível que TODOS os fatos, atos, decisões e medidas macroeconômicas retrofocalizados e analisados, que visavam à *globalização* da nossa economia – mas paulatina e inexoravelmente destruíram incontável número das nossas empresas dos Setores Primário e Secundário, promovendo extenso e profundo processo de desindustrialização e de desnacionalização da economia brasileira - e todas as impatrióticas concessões decorrentes dessas equivocadas decisões de viés *internacionalista*, têm sido implementadas de maneira deliberada, consciente e submissa pelo Governo de FHC em clara violação dos Art. 1º, inciso I; Art. 3º, inciso II e Art. 4º, incisos I e III; e Art. 219 da CF/88.

3.5.2. É certo também que, se esse processo de *globalização* quase irrestrita implementado pelo governo FHC não for de imediato revertido, estarão **IRREME-DIAVELMENTE comprometidos, a independência econômica e o futuro do Brasil como Estado Nacional Soberano .**

Fim do CAPÍTULO - III

Fontes dos Informes (Textos de Apoio)

- (21) (vários mímeos sobre Política Macroeconômica no Governo FHC - Dr. Gerson P. Lima , da UFPR – 1997/98/99/2000);
 (22) - Jorn. Elpidio Marinho de Matos - (**Gazeta Mercantil -18/03/94**); jorn. Celso Pinto - (**Gazeta Mercantil - 24/05/94**) ; Jorn. Aloisio Biondi - (**in FSP - 10/09/96**); e “ACC fica US\$ 7 bi à frente da exportação “ - (**in FSP - 10/11/96 - 2- 7**) (*não-textuais*) - “Brasil, o vento e a vela” – Econ. Aloizio Mercadante – (FSP - julho/98);
 (23) - Min. Bento José Bugarim - 1995 e 1996 (**Relatório TCU sobre os exercícios de 94 e 95**);
 (24) - Dr. Ricardo Bergamini – (**vários Estudos sobre as Contas Nacionais no Governo FHC – 1999/2000**);
 (25) “No Vermelho” – (**Editorial - in FSP - 30/10/96 - pg.02 - Cad. 01**);
 (26) Ex-Min. A. Delfim Netto – (**in FSP - 17/08/94**) - “Juros Assassinos” - (**in O Estado o Paraná - 23/06/96**) e “Taxas básicas de juros” - (**in FSP - 4/09/96**) (não-textuais);
 (27) ex. - Ministro Antônio Delfim Netto - “Suspeitas e Provas” - (**in Gazeta do Povo - mar. 1996**) (textuais);
 (28) “Bilhões de perguntas” – jorn. Jânio de Freitas – (**FSP – 08/12/98 -1- 9**) (textuais)
 (29) “A sangria continua”- jorn. Celso Pinto -(FSP–28/08/98) e “Briga pelos dólares”(FSP - 06/09/98) ; “Da dívida interna R\$ 27 bilhões vencerão até o final do mês” - jorn. Cari Rodrigues, FSP – 06/09/98; “Saída do país supera US\$ 2,5 bi num dia” - jorn. João Carlos de Oliveira – (FSP - 05/09/98 - 2 –6) ; “Arrogância, incompetência e cinismo” - Dep. Maria da Conceição Tavares – (FSP 13/09/98 - 2- 4); “As duas altas de juros devem custar R\$ 18 bi” – (FSP – 11/09/98 – 2 - 6); “Setor público tem déficit de 7,3% do PIB – jorn. Vivaldo de Sousa – (FSP – 11/09/98 – 2 – 6);
 (30) “O alienista” – (**FSP -- 23/01/00**) – Dep. Aloizio Mercadante

FIM DO TÍTULO I

Fontes dos Informes (e Textos de Apoio)

- (1) Ten. Brig. Ivan Frota - **Rev. Aeronáutica - Mar / abr. - 1993** (não-textuais)
 (2) “**Planeta tem 1 bilhão sem emprego**” - das agências internacionais - (**in FSP - 26/11/96 - 2-1**) Fonte: OIT
 (3) in “**As relações promíscuas, até mesmo incestuosas das privatizações**” – (**in Boletim da UNAMIBB - n.º 30 - março/abril/99 - pg. 02/03**); in “**Quem é quem no Governo**” - “**Os homens do Presidente**” – (**in “Caros Amigos” – Oficina de Informação**) – n.º 02 - dez./98) ;
 (4) “**Relatório Final**”, do Senador Amir Lando, na CPMI da privatização - (**1994**) - **Biblioteca do Senado Federal**
 (5) “**ONU classifica OMC como ‘pesadelo’ para os países em desenvolvimento**” – in Financial Times - on line - 15/08/00 - Da agência Reuters (não-textuais) -
 (6) “**Globalização = corrupção**” (Editorial) e “**Não quero ser cúmplice**” – Prof. Marcos Coimbra – in Mensário “Ombro a Ombro” - agosto 2000) (não-textuais); Entrevista difundida pelo SITE de (“**JUBILEE + ” Supporting Economic Justice Campaigns Worldwide**”, em 29 th april, 2001 - by Gregory Palast – tradução e adaptação de Ed Bitencourt); e “**Crise na OMC**” - FSp 15/06/01 - Maria Luisa Mendonça, jornalista e diretora do Centro de Justiça Global - (não-textuais)
 (7) Cel R/1 L . G. Sodrê de Castro - **in Revista do Clube Militar - Mar /1993** (não-textuais)

- (8) **"Perspectiva futura da insurreição"** - Cel. R/1 Eri Gonçalves - In Revista do Clube Militar - n.º 324 de nov./dez./95
- (9) Bispo latino de Bagdá – Rvm.º Dom Paul Dahdah - in Revista "30 Dias" - ano IX, n.º 6, de jun./95 - pg. 34 – e "ONU denuncia efeitos devastadores de embargo ao Iraque" – Le Monde - 14/11/99 - de Gilles Paris.
- (10) **"A verdade sobre o Plano Real"** – **"Gestão Temerária FHC"** e outros – mímeos - autor Cel. RMO – 1998 (não-textuais)
- (11) in **"Economic Impact"** - n.º 71 - janeiro de 1991 - **"A Liberalização do Comércio entre Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento"** - (Autores: Bela Balassa e Constantine Michalopoulos)
- (12) **"Três anos para completar a globalização"** - Susan George - out./99 – Le Monde Diplomatique - Attac/sp (ver também "As Empresas e a Economia Mundial", declaração apresentada aos chefes de Estado e de governo no Conselho Europeu de Colômbia, entre 18 e 20 de junho de 99) .
- (13) **"Justiça Supranacional"** - Dr. Caetano Lagrasta Neto e Antônio Rulli Júnior, Juizes do TA Criminal de SP - (in FSP 23/06/97)
- (14) **"O grande vizinho do Norte"** – **sociólogo Alain Torraire** – (FSP – "MAIS !" - 30/07/00); e
- (15) Gen. Ex. R/1 Dirceu Ribas Corrêa – (1999)
- (16) **"O Dossiê da crise brasileira"** (*) – documento elaborado e difundido pelo PDT em 1999 - (*) divulgado por um site do PDT (www.pdt.org.br) (não-textuais);
- (17) **"O Complô para aniquilar as Forças Armadas e as Nações Ibero-americanas"** - (Edição brasileira -1997 - da Gráfica Distribuidora Record – RJ/RJ);
- (18) **"A teoria da (inter) dependência"** – Dr.ª Roberta Traspadini – Editora Topbooks – 1999);
- (19) **"O Globo"** - 06-05-95- citado na Revista do Clube Militar (maio/99);
- (20) (Mensário - **"Ombro a Ombro"** - ago/2000).
- (21) (vários mímeos – Prof. Dr. Gerson P. Lima – UFPR - 2000 – dados do BACEN atualizados até FEV./2001
- (22) - ver Jorn. Elpidio Marinho de Matos - (Gazeta Mercantil -18/03/94); jorn. Celso Pinto - (in Gazeta Mercantil - 24/05/94) ; Jorn. Aloysio Biondi - (in FSP - 10/09/96); e "ACC fica US\$ 7 bi à frente da exportação " - (in FSP - 10/11/96 - 2- 7) . (não-textuais)..
- (23) (Min. Bento José Bugarim - 1995 e 1996 (Relatório TCU sobre os exercícios de 94 e 95);
- (24) (Dr. Ricardo Bergamini – vários Estudos sobre as Contas Nacionais – 2000/2001);
- (25) **"Dívida externa vai encolher de novo, diz BC"** - jorn. LEONARDO SOUZA e NEY HAYASHI DA CRUZ - FSP , Dinheiro, p. B6.;
- (26) (ver Ex-Min. A. Delfim Neto) (in Gazeta do Povo -30/03/94) - (in FSP - 17/08/94) - "Juros Assassinos" - (in O Estado o Paraná - 23/06/96) e "Taxas básicas de juros" - ex. Min. Antônio Delfim Netto - (in FSP - 4/09/96)
- (27) (ex. - Ministro Antônio Delfim Netto - "Suspeitas e Provas" - Gazeta do Povo ago./ 1996)
- (28) **"Bilhões de perguntas"** – (Jânio de Freitas - FSP – 08/12/98)
- (29) **"A sangria continua"**: jorn. Celso Pinto -(FSP–28/08/98) e **"Briga pelos dólares"**(FSP - 06/09/98); **"Da dívida interna R\$ 27 bilhões vencerão até o final do mês"** - jorn. Cari Rodrigues, FSP – 06/09/98; **"Saída do país supera US\$ 2,5 bi num dia"** - jorn. João Carlos de Oliveira – (FSP - 05/09/98 - 2 –6); **"Arrogância, incompetência e cinismo"** - Dep. Maria da Conceição Tavares – (FSP 13/09/98 - 2- 4); **"As duas altas de juros devem custar R\$ 18 bi"** – (FSP – 11/09/98 – 2 - 6); **"Setor público tem déficit de 7,3% do PIB"** – jorn. Vivaldo de Sousa – (FSP – 11/09/98 – 2 – 6);
- (30) **"O alienista"** – (FSP -- 23/01/00) – Dep. Aloizio Mercadante.
- =====

Curitiba, 12 de outubro de 2001

Festa de Nossa Senhora da Aparecida, Padroeira e Rainha do Brasil

(Lei Federal n.º 6802, de 30 de junho de 1980)

Cel Ref. EB FREDERICO SOARES CASTANHO
Presidente da ASMIR/PR

Cel. Ref. EB ROBERTO MONTEIRO DE OLIVEIRA
Relator do "Projeto Gansos"

=====

NOVOS TEXTOS DE APOIO

1. POLÍTICA MACROECONÔMICA NO GOVERNO LULA (maio de 2003)

a. Palocci aprofunda Malan, diz centro petista :

GUSTAVO PATÚ

da Folha de S.Paulo, em Brasília

As diretrizes de política econômica apresentadas pelo ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) significam mais que um "mero continuísmo" -trata-se, na verdade, de um "aprofundamento" da linha seguida por seu antecessor, Pedro Malan.

A análise, em tom que nada tem de raivoso ou panfletário, é do boletim de maio da Fundação Perseu Abramo, centro de estudos políticos mantido pelo PT. Com um apelo por mais debate, o texto aborda premissas e conseqüências das opções abraçadas pelo "companheiro Palocci".

O tema principal é o já célebre documento "Política Econômica e Reformas Estruturais", calhamaço de 95 páginas divulgado pela Fazenda no mês passado que, contrariando a visão histórica do PT, traça o caminho do desenvolvimento pelo "ajuste definitivo das contas públicas".

"É simplificador classificar de mero continuísmo a estratégia apresentada em relação à política econômica do governo anterior. O mais rigoroso é dizer, como o próprio ministro Palocci tem indicado, que se trata de um aprofundamento e mudanças no interior de uma mesma racionalidade", diz o boletim petista.

Por "mesma racionalidade", leia-se a política do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em que o objetivo principal foi deter o crescimento da dívida pública por meio de sucessivos superávits fiscais primários (sobras de caixa para o pagamento de juros).

Palocci, de fato, se comprometeu a manter os superávits em nível ainda mais elevado (de 4,25% do PIB, contra 3,75% no final do período FHC) até o final do mandato do presidente Lula.

Ortodoxia definitiva

Mesmo com a ressalva de que Palocci, ao contrário de Malan, não rejeita iniciativas como uma política industrial mais intervencionista, o texto evidencia algo que é tratado a meias palavras no governo: mais do que uma estratégia transitória ou emergencial, a ortodoxia de Palocci parece definitiva - e ideológica.

O ideário liberal, aponta-se, embasa o documento da Fazenda, seja no "teor argumentativo", seja na "bibliografia utilizada e citada": "Ele passa por alto pelos grandes diálogos críticos, pelas grandes tradições interpretativas do Brasil, clássicas e recentes, por escolas as mais variadas do pensamento econômico internacional e nacional".

"O seu grande diálogo é, na verdade, consigo mesmo", conclui o boletim, que cobra um debate mais aberto por alternativas. "Os primeiros meses do governo Lula mostraram algumas atitudes, felizmente não dominantes no debate partidário, que negam a própria possibilidade do debate."

Critica-se a omissão da Fazenda em relação a compromissos de campanha de Lula, como dobrar o salário mínimo, melhorar saúde e educação, ampliar a reforma agrária. "O documento deveria deixar claro que tais objetivos não seriam alcançados no período abarcado ou teriam suas metas fortemente reduzidas."

Conclui-se que o governo busca "um caminho de baixa intensidade de conflito com as forças políticas e econômicas que sustentaram o governo FHC". Em tom de advertência, aponta-se que foi comum, nas últimas décadas, "o fracasso de governos eleitos com promessas de mudanças profundas e que foram progressivamente imobilizados por racionalidades continuístas".

O texto não retrata a visão oficial do PT, nem esse é o papel da Fundação Perseu Abramo, apesar de sua importância no partido -basta dizer que até março a entidade era

presidida pelo ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência), substituído pelo deputado estadual paulista Hamilton Pereira.

Mas o estudo explicita que o mal-estar em relação à política de Palocci não atinge apenas um grupelho de radicais: "Há uma polêmica pública na sociedade, nas bases do governo e no próprio PT", diz o boletim mensal, elaborado pelo cientista político Juarez Guimarães, companheiro de Dulci no PT mineiro.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u49205.shtml>

(Um comentário: eis como funciona o torpe “do ut des” do balcão político em que se transformou o Brasil):

b. Contribuição previdenciária maior dará R\$ 820 milhões a Estados :

JULIANNA SOFIA

da **Folha de S.Paulo**, em Brasília 19/05/2003 - 07h50

Uma medida que tem passado praticamente despercebida na discussão da reforma da Previdência deverá assegurar a 14 Estados um aumento de arrecadação de R\$ 820 milhões/ano, segundo levantamento obtido pela Folha.

Os recursos adicionais virão da elevação das atuais alíquotas de contribuição previdenciária cobradas por esses Estados. A proposta de reforma da Previdência enviada ao Congresso prevê que nenhum Estado ou município nem o Distrito Federal poderá instituir alíquota de contribuição inferior à da União - hoje 11%.

De acordo com o levantamento enviado pelo Ministério da Previdência para os Estados, das 27 unidades da federação, 14 têm alíquotas de contribuição previdenciária inferiores a 11%. A receita atual desses governos com a cobrança dos servidores é de R\$ 1,615 bilhão. A elevação das alíquotas, portanto, representará um acréscimo de receita de 50,7% para os caixas.

São Paulo

Os dados encaminhados aos governadores pela Previdência não consideram a cobrança dos servidores inativos. O levantamento se refere apenas à contribuição previdenciária dos funcionários em atividade.

O Estado de São Paulo será o mais beneficiado com o novo piso para as alíquotas. Hoje, os servidores estaduais de São Paulo (ativos e inativos) contribuem com 6%, apenas para o custeio das pensões. Não há contribuição para as aposentadorias.

A receita da contribuição dos ativos chega a R\$ 720,6 milhões por ano. Com a nova alíquota, de acordo com o estudo da Previdência, a arrecadação crescerá R\$ 600 milhões/ano.

Segundo o chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo, Arnaldo Madeira, com base na mudança constitucional proposta ao Congresso, o governo estadual enviará nos próximos dias à Assembléia Legislativa do Estado um projeto de lei elevando para 12% a alíquota de contribuição dos servidores estaduais.

"Pelos nossos cálculos, isso representará um aumento de R\$ 500 milhões na arrecadação da contribuição previdenciária dos ativos", disse Madeira, acrescentando que o déficit do regime previdenciário do Estado foi de R\$ 7,5 bilhões no ano passado.

Para Estados como Rio Grande do Sul (cujo sistema previdenciário do setor público está quebrado), Pará e Paraíba, o aumento das alíquotas de contribuição também terá um impacto expressivo nas contas públicas.

Para o governo gaúcho, que arrecada anualmente cerca de R\$ 164 milhões com a contribuição de seus servidores ativos, o aumento de arrecadação será de R\$ 80 milhões. No Pará, a elevação de receita será de R\$ 21,5 milhões, e na Paraíba, de R\$ 20,3 milhões (anuais).

O secretário de Administração do Rio Grande do Sul, Jorge Celso Gobbi, esclareceu que atualmente os servidores do Estado contribuem com 11%, mas 3,6% são referentes à assistência médica.

Como a proposta de emenda constitucional estabelece que a alíquota mínima de 11% é destinada ao sistema previdenciário, o Rio Grande do Sul terá que adequar a contribuição. "Se a reforma for aprovada como está, teremos um ganho de receita total de R\$ 130 milhões", avalia Gobbi.

O secretário de Administração de Santa Catarina, Marcos Vieira, afirma que o Estado não terá ganho com a mudança.

"Para nós, haverá, pelo contrário, um aumento nas despesas do Estado porque o governo também aumentará sua contribuição. Atualmente, é de 3,5% e passará para 22%", declarou Vieira. Na avaliação dele, no entanto, esse efeito negativo será revertido em um prazo de 15 anos.

Os servidores de Santa Catarina hoje não contribuem para as aposentadorias. A contribuição financia apenas as pensões para o funcionalismo.

=====

2. A MACROECONOMIA DE LULA

Perfil das Despesas da União Março de 2003

Base: Março de 2003

- Fonte MF

Ricardo Bergamini

Até março de 2003 o governo Lula obteve uma receita total de 27,00% do PIB (tributárias, contribuições e capitais), tendo aplicado 27,34% como segue: 13,34% (Administração Financeira); 6,34% (Previdência Social); 1,62% (Saúde); 1,38% (Defesa); 0,98% (Educação); e 3,68% com as demais atividades da União, gerando déficit fiscal nominal de 0,34% do PIB.

Apenas com Administração Financeira (R\$ 50,3 bilhões) e Previdência Social (R\$ 23,9 bilhões) foram comprometidas 72,89% das receitas totais (correntes e de capitais) até o mês, no valor de R\$ 101,8 bilhões

O autor é Professor de Economia. rberga@tutopia.com.br

www.angelfire.com/sc3/ricardobergamini

=====

Governo Lula

Estoque da Dívida Total Líquida da União (Interna e Externa) - Fonte MF

Base: Julho de 2003

Quadro Demonstrativo VII- Dívida Líquida Total da União (Interna e Externa) - Fonte MF- Base R\$ bilhões.

Itens	1984	% PIB	2002	% PIB	Julho/03	% PIB
DMIM	32,1	9,19	558,9	42,29	657,1	45,37
DMIB	33,5	9,59	282,1	21,35	303,2	20,94
DET	22,2	6,35	262,9	19,89	222,9	15,39
TOTAL	87,8	25,13	1.103,9	83,53	1.183,2	81,70

Legenda: DMIM - Dívida Mobiliária Interna em Poder do Mercado; DMIB - Dívida Mobiliária Interna em Poder do Banco Central; DET - Dívida Externa Total.

A dívida total líquida saltou de R\$ 87,8 bilhões em dezembro/94 (25,13% do PIB) para R\$ 1.103,9 bilhões em dezembro de 2002 (83,53% do PIB). Crescimento real em relação ao PIB de 232,39%.

Em julho de 2003 migra para R\$ 1.183,2 bilhões (81,70% do PIB). Redução real em relação ao PIB de 2,24% comparando com dezembro de 2002. Basicamente explicado pela valorização do real.

Considerando também a dívida externa do setor privado de US\$ 115,1 bilhões, ou R\$ 366,8 bilhões (25,33% do PIB), a dívida total: interna, externa, pública e privada é da ordem de R\$ 1.550,0 bilhões (107,03% do PIB).

Em julho de 2003 o Banco Central carregava ilegalmente R\$ 303,2 bilhões da dívida da União, por falta de tomadores em mercado, ou seja: a dívida era maior do que o mercado.

Do quadro da dívida líquida cabe destacar ter o Tesouro Nacional haveres de R\$ 396,6 bilhões junto aos Estados e Municípios e de R\$ 123,1 bilhões junto à Autarquias, Fundos e Fundações.

No conceito de liquidez internacional (inclui empréstimos ponte com FMI) as reservas em dezembro de 1996 eram de US\$ 60,1 bilhões (não havia dívidas com FMI). Em julho de 2003 estavam em US\$ 47,6 bilhões (com US\$ 33,2 bilhões em dívidas com o FMI), ou seja: as reservas ajustadas eram de apenas US\$ 14,4 bilhões. Redução de 317,36% em relação ao ano de 1996.

=====

a. Dívida pública sobe R\$ 16 bi em maio :

SÍLVIA MUGNATTO
da Folha de S.Paulo, em Brasília

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u69007.shtml>

O impacto da taxa de juros básica na dívida do governo em mercado foi de R\$ 7 bilhões em maio, quando foi mantida em 26,5% ao ano. No total, a dívida subiu R\$ 16,35 bilhões entre abril e maio, chegando a R\$ 660,76 bilhões.

A taxa básica pesa muito na dívida porque corrige 50,98% do total. Em maio, devido a desvalorização do real de 2,77%, a parcela da dívida corrigida pelo dólar também cresceu R\$ 2,8 bilhões.

Mas uma parte do aumento foi causada pela ação direta do governo, que vem aproveitando a tranquilidade atual do mercado financeiro para alongar os prazos de vencimento da dívida. Isso gerou uma emissão de títulos públicos de R\$ 3,2 bilhões em maio. Essa foi a emissão líquida, ou seja, acima da rolagem dos papéis que venceram no período.

O coordenador da Dívida Pública, Paulo Valle, disse que o mercado financeiro está aos poucos voltando à normalidade após a crise do final do ano passado.

Ele destacou que, em junho, pela primeira vez desde setembro de 2001, o Tesouro Nacional conseguiu vender títulos com vencimento superior a quatro anos.

De acordo com o chefe do Departamento de Mercado Aberto do Banco Central, Sérgio Goldenstein, os fundos de investimento já captaram cerca de R\$ 30 bilhões neste ano após uma perda de R\$ 70 bilhões no ano passado.

Outro sinal positivo é o aumento das atividades no mercado secundário, que são as transações de títulos do governo entre as instituições. Foram vendidos R\$ 10,4 bilhões em títulos, o maior volume desde junho de 2000.

Como o mercado vem apostando em uma queda acentuada da taxa de juros no futuro, há muita negociação em torno dos títulos prefixados (que têm correção previamente acertada).

Por exemplo, existem títulos prefixados com vencimento em janeiro de 2004 com taxas de 26,8% ao ano. Mas a taxa básica baixou para 26% ao ano.

A negociação dos títulos prefixados no mercado secundário aumentou 43% em maio em relação a abril.

=====

b. Governo LULA já gastou mais de R\$ 65 bilhões com juros neste ano :

SANDRA MANFRINI

da **Folha On line**, em Brasília **27/06/2003 - 12h35**

Os gastos com pagamento de juros pelo setor público consolidado (Tesouro, BC, Previdência, Estados, municípios e estatais) somaram R\$ 65,311 bilhões no período janeiro a maio deste ano, o equivalente a 10,12% do PIB (Produto Interno Bruto). No mesmo período do ano passado, esses gastos somaram R\$ 39,263 bilhões (7,74% do PIB).

Com essa despesa, o superávit primário (receitas menos despesas sem incluir gastos com juros) de R\$ 36,980 bilhões obtidos no ano, até maio, não foi suficiente para cobrir os pagamentos de juros. Dessa forma, o setor público consolidado atingiu, de janeiro a maio, um déficit nominal de R\$ 28,331 bilhões, o que é equivalente a 4,39% do PIB do período.

No mesmo período de 2002, o déficit nominal foi de R\$ 15,762 bilhões, ou 3,11% do PIB.

No fluxo de 12 meses, terminados em maio, o déficit nominal atingiu R\$ 74,183 bilhões (5,08% do PIB), o que foi resultado de despesas com juros de R\$ 140,052 bilhões menos o “superávit primário” do período de R\$ 65,869 bilhões (4,51% do PIB).

3. “OS HOMENS DO PRESIDENTE LULA” na área macroeconômica :

1) HENRIQUE MEIRELLES – um autêntico “Homem do FED”

“com a verdade vós os vencereis” - 1

Henrique de Campos Meirelles tem 57 anos, é goiano de Anápolis, e casado há dois anos com a psiquiatra alemã Eva Missini.

Deputado federal eleito com mais de 180.000 votos pelo PSDB de Goiás, é formado em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e fez pós-graduação em Engenharia de Produção na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nessa mesma Universidade, obteve mestrado em Administração de Empresas, e depois foi completar o Programa de Gerenciamento Avançado da Harvard Business School, na Universidade de Harvard, onde adquiriu o “pedigree” indispensável para ser o Presidente do Banco Central do Brasil....

Meirelles presidiu o Banco de Boston no Brasil por 12 anos e nesse período o Boston obteve um lucro FABULOSO – cerca de US \$ 22 bilhões (?) e, depois, foi presidente do FleetBoston Global Bank, e pela sua atuação anterior foi guindado a presidente mundial do BankBoston (desde outubro de 1996) até o ano passado (2000), quando se aposentou da instituição e voltou a morar no Brasil com o “modesto” salário de cerca de US\$ 750.000 anuais

Como presidente do Banco de Boston mundial e do FleetBoston's Global Bank, Meirelles liderou os esforços estratégicos da instituição imprimindo notável crescimento da sua posição no ranking bancário mundial.

Como Presidente do Boston internacional tornou-se membro do conselho do Sloan School of Management do MIT; da Harvard Business School Initiative on Global Corporate Governance; do Boston College Carroll School of Management; do Centro para Assuntos da América Latina da Universidade George Washington, da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos em Nova York e da Universidade Adolfo Ibañez, em Santiago do Chile.

Meirelles é presidente emérito da seção brasileira da Associação Internacional de Bancos. Ele também fez parte do comitê executivo do Conselho de Negócios Brasil - Estados Unidos e da Câmara de Comércio Americana em São Paulo.

Meirelles também é integrante do Diálogo Interamericano, entidade fundada, em 1982, nos Estados Unidos, para promover os interesses hegemônicos dos EUA em relação à América Latina. (Fonte: Monitor Financeiro, página 6, 12/12/2002); e, assim, Meirelles completava o curriculum indispensável para ser o “homem do FED”, à frente das finanças brasileiras... e, um dado mais do que necessário para que o PT e LULA o adotassem como o presidente financeiro do país Brasil, repetindo aqui, com uma variante tupiniquim, o famoso “golpe DeLa Rua /Cavallo”, que todos nós acompanhamos escandalizados na Argentina... e que aqui ninguém parece ter se dado conta (!!!???)...

(Fontes: FSP 13/12; 12/12; 14/12 – não-textuais)

Henrique Meirelles tem sido participante habitual do Fórum Econômico Mundial de Davos.

Em 1993 Meirelles organizou uma reunião com executivos de multinacionais com Lula e Aloízio Mercadante. Este ano agendou encontros de Lula e Dirceu nos EUA com integrantes dos meios financeiros. Meirelles é muito admirado por José Dirceu, e amigo muito chegado desde 95 a Ricardo Berzoini, atual Ministro da Previdência Social

Para o jantar na Embaixada em Washington em que foi apontado (informalmente) como futuro presidente do BACEN, foi convidado de última hora; mas chegou 40 minutos adiantado e reuniu-se a sós com Lula. A esse banquete compareceram Otto Reich (do Diálogo Interamericano), Christopher Dodd senador de Connecticut, William Rhodes vice-presidente do Citibank, Lally Weimouth herdeira do Washington Post, Mário Garnero do antigo BrasillInvest.

No dia seguinte, Antônio Palocci em almoço do Federal Reserve de New York anunciou oficialmente aos representantes de 7 instituições financeiras que Meirelles seria o presidente do Banco Central do Brasil;

Compareceram William Rhodes vice-presidente do CitiGroup, Steve Volk presidente do Credit Suisse First Boston, Brian O'Neill chefe para América Latina do JP-Morgan Chase e William Mac Donough presidente do Federal Reserve de New York e o vice-presidente para Mercados Emergentes do Fed de Nova York, Terence Checky, (entre outros).

"com a verdade vós os vencereis" – 2

- Meirelles – é literalmente um verdadeiro homem de confiança do Federal Reserve dos EUA (o FED) ("banco central" privado dos EUA) – pois **4 DIAS ANTES** de ter sido noticiado pela mídia nacional e internacional que ele fora escolhido por Lula e Palocci para a Presidência do nosso BACEN, - houve uma reunião do "board" do FED, para examinar se Meirelles poderia ou não aceitar a escolha de Lula, pois durante os longos anos em que fora Presidente do Boston, ele tomara conhecimento de muitas informações privilegiadas, não apenas do Boston, mas também do FED e das finanças internacionais. O "board" decidiu que ele poderia aceitar, pois seria fiel e manteria o sigilo sobre as informações sensíveis que tomara conhecimento ...

Meirelles é homem de confiança do Sr Piva (Presidente da FIESP – ex - Klabin) e de Sr. Steinbruch (Vicunha – CVRD – Light, etc.); já era amigo de Furlan, novo Ministro de Desenvolvimento e de Ricardo Berzoini da Previdência;

Meirelles manteve a maioria dos "tecnocratas xenófilos" Diretores do BACEN, que herdou de Arminio Fraga, mas trouxe consigo alguns novos tecnocratas:

- **Cássio Casseb**, novo Presidente do BB, (ex-City Bank), foi sócio de Andréa Calabi num escritório de Consultoria; trabalhou para os grupos Inepar e Vicunha (Steinbruch); trabalhou para Sayad e Reichstul (engenheiro francês, ex-Presidente da Petrobrás) em um Banco de Investimento;

- **Marcos Lisboa**, Secretário de Política Econômica, PHd em economia pela Universidade de Pensilvânia;

- **Otaviano Canuto**, Secretário de Assuntos Internacionais, mestre em economia pela Universidade de Concórdia (Canadá);

- **Joaquim Levy**, Secretário do Tesouro, PHd pela Universidade de Chicago (portanto é um dos "chicagos boys", pupilos do Sr. Milton Friedmann); **foi funcionário do FMI de 1992 até 2001**;

Vários desses personagens são, portanto, interligados por interesses passados comuns e quase TODOS são pós-graduados em Universidades dos EUA, sustentadas pelas Fundações criadas pelo "*macrocapitalismo financeiro internacional*" (Ford, Rockefeller, Mellon, etc.).

Vários deles já trabalharam para grandes bancos internacionais e/ou para entes multilaterais que controlam as finanças internacionais (FMI, Bird, BID, BIS, etc.)

Portanto, até aqui só temos pessoas ligadas ao macrocapitalismo financeiro internacional, além dos "tecnocratas xenófilos" do FHC...

O que poderíamos nós esperar senão a mesma política macroeconômica... ? Pior ainda, porque acompanhada de INFLAÇÃO... e de GREVES !!

Saudações nacionalistas

Cel. Ref. EB Roberto Monteiro de Oliveira

=====

a. Ex-economista do FMI é indicado para diretoria do BC; veja perfil :

SANDRA MANFRINI

da **Folha de S.Paulo**, em Brasília 22/05/2003 - 08h09

O recém-indicado diretor de Política Econômica do Banco Central, Afonso Bevilaqua, é doutor em economia pela Universidade da Califórnia e professor da PUC do Rio de Janeiro.

Bevilaqua foi economista do FMI (Fundo Monetário Internacional) e nos últimos anos tem trabalhado como consultor do Bird (Banco Mundial), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Cepal (Comissão Econômica para América Latina) e instituições financeiras públicas e privadas.

A indicação de Bevilaqua foi feita hoje pela manhã, pelo ministro Antônio Palocci (Fazenda), com a concordância do presidente do BC, Henrique Meirelles, depois que o **diretor Ilan Goldfajn** pediu demissão alegando motivos pessoais.

Palocci também indicou o nome de **Eduardo Loyo** para ocupar a oitava diretoria do BC, de Estudos Especiais. Essa diretoria estava vaga e foi ocupada por um curto período de tempo, na transição do cargo de Política Monetária do ex-diretor Luiz Fernando Figueiredo para o atual Luiz Augusto de Oliveira Candiota.

De acordo com nota divulgada hoje pelo Ministério da Fazenda, o objetivo do governo ao ocupar essa diretoria é "intensificar os estudos e contribuir na formulação macroeconômica no Banco Central".

Eduardo Loyo é doutor em economia pela Universidade de Princeton (EUA) e professor visitante da Universidade de Columbia (EUA), além de ser professor licenciado da Universidade de Harvard (EUA).

Em 07/11/2003, um novo diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Alexandre Schwartzman, assumiu o cargo em plena visita da missão do FMI.

=====

b. Em visita ao Brasil Anne Krueger (FMI) não poupa elogios ao governo de Luis Inácio :

Estreitando progressivamente o relacionamento com o governo do presidente Luis Inácio da Silva, na 2ª feira, dia 19 de maio de 2003, a vice-gerente do FMI, Anne Krueger, o diretor para o Hemisfério Ocidental, Anoop Singh, e o diretor de Relações Externas, Thomas Dawson, chegaram ao Brasil para uma permanência de dois dias. Além das esperadas reuniões com o presidente Luis Inácio, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e representantes do empresariado, o trio se encontrou com a ministra Benedita da Silva, da Assistência e Promoção Social. Na 3ª feira, ao deixar o país, depois de elogiar o presidente Luis Inácio da Silva e o ministro Antonio Palocci, já chamado em certos círculos como Malan II, dizendo que "a condução da política macroeconômica e as reformas economia é exemplar", Anne Krueger voltou a alertar ao governo de que "para preservar esse quadro positivo, é preciso avançar com as reformas da Previdência e tributária". Dizem que, com os olhos marejados de felicidade com o elogio do FMI, Palocci jurou se empenhar o máximo possível para aprovar as "reformas" que Anne Krueger desejava.

O país dos banqueiros

c. Governo Luis Inácio opta pelos banqueiros e mantém juros na estratosfera

Na 4ª feira, 21 de maio de 2003, ao fim da reunião iniciada dois dias antes, refletindo a vontade do governo do presidente Luis Inácio da Silva, que manifestamente optou por preservar o modelo pró-banca que vem prevalecendo no país há muito tempo, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) decidiu manter a taxa de juros em 26,5%, sem viés. A vitória dos monetaristas que mandam no governo descontentou os desenvolvimentistas, entre os quais estão o senador Aluizio Mercadante, o ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, e o vice-presidente, o empresário José Alencar, que classificou as atuais taxas de juros como "um assalto". Tristeza para os industriais e operários, alegria para os banqueiros. Refletindo esta situação, os índices da economia financeira deram pulos positivos e, em contraste, os indicadores da economia real recuaram ainda mais. Horas mais tarde, indicando que já cumprira sua parte no acórdão que está transformando o primeiro ano do governo Luis Inácio da Silva no nono ano do governo Fernando Henrique Cardoso, o economista Ilan Goldfajn, pediu demissão do cobiçado cargo de diretor de Política Econômica do Banco Central. Para o lugar de Goldfajn, o sistema indicou Afonso Beviláqua.

Economia financeira em alta

Juros ao consumidor alcança 325% ao ano.

Segundo mensal da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), que monitora a evolução das taxas de juros no Brasil, divulgada na 4ª feira, 22 de maio de 2003, a verdadeira taxa de juros para pelo consumidor brasileiro é muito superior à taxa básica estipulada pelo COPOM. Segundo o levantamento, a depender do tipo de crédito escolhido, o consumidor pode acabar desembolsando até 11 vezes a mais do que a taxa básica do país. Em abril, as taxas de juros cobrados sobre empréstimos pessoais em financeiras custaram cerca de 12,81% ao mês, o que representa a absurda taxa anual de 324,79%. Em 2003, até agora, a média mensal das taxas de juros praticadas por essas instituições é de 302,35%. Em algumas financeiras, os juros podem atingir 22% ao mês, o equivalente a 987,22% ao ano. Depois das financeiras, no ranking dos tubarões, aparecem os cartões de crédito, que praticam taxas anuais de juros de cerca de 232%. Na seqüência vêm os cheques especiais, com uma taxa média anual de 209,03% e, finalmente, os juros do comércio, que atingem, em média 116,61% ao ano.

Assalariados pagam cinco vezes mais Imposto de Renda do que bancos.

Levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, divulgado na 3ª feira, dia 20 de maio de 2003, pela Folha On-line, mostrou que, em 2002, enquanto os trabalhadores – que são tributados diretamente na fonte – pagaram R\$ 26,94 bilhões de Imposto de Renda, os bancos – campeões de lucratividade no Brasil – só pagaram R\$ 5,70 bilhões. Em valores nominais, a diferença é de 372,63%. Que coisa, heim?

Economia Real em baixa

Quarto mês seguido de alta: nível de desemprego é o maior nos últimos 12 meses.

Relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado na 4ª feira, dia 21 de maio de 2003, apontou entre março e abril que a taxa de desemprego no Brasil cresceu de 12,1% para 12,4%, o maior nível nos últimos 12 meses. As pesquisas do IBGE indicam que, depois que o presidente Luis Inácio assumiu e resolveu aprofundar a política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso, a taxa de desemprego só fez aumentar. Abril foi o quarto mês seguido de alta. Mas, fazendo a alegria de Palocci e sua turma, os banqueiros estão achando que o país está no rumo certo.

Demissões em alta.

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada na 3ª feira, dia 20 de maio de 2003, apontou que, em março, o nível de emprego na indústria caiu 0,5%. No mês anterior a redução tinha sido de 0,3%. Segundo especialistas, esses resultados refletem a queda de demanda provocada pelos efeitos dos juros elevados e dos salários achatados.

Salários em baixa.

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada na 3ª feira, dia 20 de maio de 2003, apontou que, em março, o valor da folha de pagamentos na indústria apresentou queda real (descontada a inflação) de 1,7% em relação ao mês anterior. **Em relação a março de 2002, o recuo foi ainda maior, alcançando 6,3%. No trimestre – o primeiro trimestre do governo do presidente Luis Inácio – a queda na massa salarial da indústria é de 5,8%.**

Inadimplência cresce 3,2% no primeiro quadrimestre.

Levantamento do SERASA divulgado na 3ª feira, dia 20 de maio de 2003, aponta que, se comparada com resultado de igual período do ano passado, no primeiro quadrimestre do ano – o primeiro quadrimestre do governo do presidente Luis Inácio – inadimplência cresceu 3,2% no Brasil. Esse indicador fica mais severo se considerada a situação das pessoas físicas. Nesse período, a inadimplência da pessoa física cresceu 7%. Vale destacar os estudos que revelam que, nos últimos tempos, as pessoas físicas têm pedido recorrido ao crédito para saldar dívidas passadas. Ou seja, tomam um empréstimo para saldar outros empréstimos. Se essa não fosse uma situação trágica, se poderia brincar dizendo "vai ver elas aprenderam com o governo".

4. MANTENDO OS JUROS MUITO ALTOS, E AUMENTANDO O “SUPERÁVIT PRIMÁRIO”

Necessidades de financiamento do setor público

Boletim do Banco Central do Brasil					
IV.20 - Necessidades de financiamento do setor público					
Com desvalorização cambial sobre estoque da dívida mobiliária interna					
Discriminação	Em milhões de reais por ano				
	1998	1999	2000	2001	2002
Total nominal	72 490	96 158	49285,3	61970,0	138275,6
Governo federal e Bacen	49 361	66 209	34495,7	44454,7	86691,1
Governos estaduais e municipais	18 416	30 589	22921,4	24256,9	51493,0
Empresas estatais	4 713	- 640	-8131,8	-6741,6	91,5
Total primário	- 106	- 31 088	-38156,9	-43655,0	-52390,1
Governo federal e Bacen	- 5 042	- 22 672	-20430,6	-21979,8	-31919,1
Governos estaduais e municipais	1 731	- 2 105	-6025,9	-10471,1	-10633,1
Empresas estatais	3 204	- 6 310	-11700,5	-11204,2	-9837,9
Total de juros pagos	72 596	127 245	87 442	105 625	190 666
Governo federal e Bacen	54 402	88 881	54 926	66 435	118 610
Governos estaduais e municipais	16 686	32 694	28 947	34 728	62 126
Empresas estatais	1 508	5 670	3 569	4 463	9 929
PIB (acumulado em 12 meses)2/	913735	960858	1089688	1184769	1337652
2/ PIB a preços correntes.					
3/ Reflete a relação dos fluxos com o PIB a preços correntes.					

Estimativa para 2003:

“Embora seja difícil fazer-se uma estimativa consistente para 2003, este ano não deve ser muito melhor do que 2002, ou seja, o Governo Federal deverá gastar mais com juros (mais de 120 bilhões de reais) e, na soma do federal com estados e municípios, o total deve girar também em torno de 190 bilhões de reais.”

Dr. Gerson Pereira Lima (*)

(*) Doutorado em Teoria Econômica pela Universidade de Paris; e pós-doutorado pela USP

CONFIRMADA A ESTIMATIVA PARA 2003

NFSP - Necessidade de financiamento do setor público –Ago/2003					
Fonte: Boletim do BCB				Outubro de 2003	
(Em milhões de reais ao ano, com desvalorização cambial sobre estoque da dívida mobiliária interna)					
					De set/02 a
Discriminação	1999	2000	2001	2002	Ago/03
Total nominal	96 158	49 285	61 970	138 276	97 696
Governo federal e Bacen	66 209	34 496	44 455	86 691	49 459
Governos estaduais e municipais	30 589	22 921	24 257	51 493	51 582
Empresas estatais	- 640	- 8 132	- 6 742	92	- 3 345
Total primário	- 31 087	- 38 157	- 43 655	- 52 390	- 64 320
Governo federal e Bacen	- 22 672	- 20 431	- 21 980	- 31 919	- 42 831
Governos estaduais e municipais	- 2 105	- 6 026	- 10 471	- 10 633	- 12 258
Empresas estatais	- 6 310	- 11 700	- 11 204	- 9 838	- 9 231
Total dos juros pagos	127 245	87 442	105 625	190 666	162 017
Governo federal e Bacen	88 881	54 926	66 435	118 610	92 291
Governos estaduais e municipais	32 694	28 947	34 728	62 126	63 840
Empresas estatais	5 670	3 569	4 463	9 929	5 886

Fonte: BACEN - (por Dr. Gerson Pereira Lima) (*)

Obs. do Relator do Projeto Gansos:

Vejam que somente de "superávit primário" o Governo LULA teve que gerar mais do que os R\$ 64,320 bilhões gerados até ago/03, isto é, terá de reter da receita tributária arrecadada (arrancada da sociedade), desviados das despesas correntes (educação, saúde, segurança, equipamento territorial, previdência, etc.) para o pagamento de juros ao sistema financeiro nacional e - por intermédio deste - para o internacional... mais do que gerou até agosto; e ainda vamos ter que "financiar" o restante, o que faltou (em ago/03) para completar os R\$ 162 bilhões; E em dez/03 quanto será necessário ?? algo em torno de R\$ 200 bilhões ?? ... UM CRIME ... , um verdadeiro crime contra o povo brasileiro...!!!

BRASIL ACIMA DE TUDO, SOB A PROTEÇÃO DE DEUS !!!

Cel. Ref. EB Roberto Monteiro de Oliveira

(*) quatro anos de doutoramento em Teoria Econômica pela Universidade de Paris e pós-doutorado pela USP.

ESSA É A VERDADEIRA FACE DO PT – isto é, em macroeconomia, em verdade no governo do PT o discurso é exatamente o CONTRÁRIO do que a práxis... ou seja, o PT não apenas nos engana; ele FAZ exatamente o OPOSTO do que prega e do que sempre pregou,,,

Mas em relação à IDEOLOGIA, ele vem fazendo exatamente o que SEMPRE PREGOU: nos encaminha aceleradamente para um socialismo marxista leninista. Quem viver verá !!

=====

A VERDADEIRA FACE DO PT – E DO “BONECO DE VENTRÍLOQUO” – LULA - LÁ !!!

“DESNACIONALIZANDO O BRASIL”

“Chegou-se a imaginar que a passagem do bastão governamental fosse suficiente para estancar a desnacionalização da economia brasileira, quase consumada nos dois mandatos em que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso atuou como "Feitor" do Império. Ledo engano!

O novo governo, contrariando a retórica do "Partido dos Trabalhadores", adotou rumo igual ao do anterior, uma vez que até para decidir sobre a oportunidade de fazer o país crescer implora a ajuda da chefia do "Império".

E as coisas vão acontecendo...

Logo no primeiro semestre de 2003, por exemplo, os "oligarcas de plantão" deixaram escapar oportunidade áurea para fincar, com firmeza, a bandeira nacional no mastro da "Companhia Vale do Rio Doce", empresa vital para o Brasil, entre outras razões por ser o "portal de acesso à Amazônia".

Os governantes simplesmente assistiram, com indiferença, a transferência das ações da "LILI RIVER", pertencentes ao "Bank of America", para a japonesa "MITSUI" que, desta forma, passou a deter 11,6% do controle da "VALEPAR", esta uma sociedade que possui 53,3% das ações com direito a voto da "Jóia da Coroa".

Note-se que, no conjunto das ações ordinárias da "CVRD", 26,5% aparecem sob a forma de "American Depository Receipts", sob a guarda do banco "Morgan Trust", e 2,5% pertencem a investidores institucionais estrangeiros. Como a "Vale" ainda tem sócios estrangeiros em suas filiais, a exemplo do que ocorre na "Mineração Rio do Norte", a incorporação da fatia da "LILI RIVER" seria de grande valia para assegurar o comando nacional em toda a linha da empresa.

Por que não agiram, mesmo sendo alertados? Um pouco adiante, a "ELETROPAULO" foi mantida nas mãos de uma empresa norte-americana, em estágio pré-falimentar, pela absorção da metade do que devia ao "BNDES", todavia sob a forma de ações sem direito a voto. Indo além, o credor da dívida, o próprio "BNDES", ainda parcelou generosamente a outra metade, quando poderia ter absorvido a empresa de distribuição de energia, iniciando a correção da entrega do patrimônio dos brasileiros aos estrangeiros, crime de lesa pátria perpetrado pelos "neoliberais".

Entrementes, o empobrecimento dos brasileiros, acentuado no ano passado, favoreceu a aquisição da indústria de chocolates "GAROTO", do Espírito Santo, pela "NESTLÉ", suíça de origem, com o que foi extinta a presença nacional no setor.

Enquanto isso, o comércio varejista de alimentos foi sendo absorvido, sutilmente, por empresas sediadas no exterior: o "GRUPO CASINO", francês, misturou-se com o "GRUPO PÃO DE AÇUCAR"; o novo conglomerado, já despido da camisa verde-amarela, avançou no "GRUPO SÊNDAS" absorvendo-o e, ainda, a poderosa empresa "WALLMART", norte-americana, incorporou ao seu patrimônio o "GRUPO BOMPREÇO", de presença conspícua na região nordeste.

Em futuro próximo, pois, o abastecimento de gêneros alimentícios dos lares brasileiros ficará sob a responsabilidade maior de três gigantes estrangeiros: "CARREFOUR", "CASINO" e "WALLMART". Que bela dependência!

Como se não bastassem essas amarrações aos de fora, eis que numa manobra cavilosa um grupo belga adquire, de uma só tacada, duas marcas tradicionais do setor de refrigerantes e cervejas, as afamadas "ANTÁRTICA" e "BRAHMA".

Apesar das notícias divulgadas pelos "marqueteiros", de que o comando das duas empresas não seria alterado, a verdade é que o capital da nova empresa controladora ficará sob a tutela da "INTERBREW", sediada na Bélgica, que manterá em seu poder 75% das ações com direito a voto.

Nesse caso específico, os atuais dirigentes do país não devem ter sido surpreendidos, na medida em que um dos responsáveis pela operação, o banqueiro Jorge Paulo Lemann, é "companheiro" do atual Presidente da República, tanto no "Partido dos Trabalhadores" quanto na organização "globalizante" denominada "**INTERAMERICAN DIALOGUE**".

Daí a razão pela qual os chefes do novo conglomerado foram recebidos, de pronto, no Palácio do Planalto, merecendo até uma solicitação do próprio Presidente: "levem o guaraná para a Europa".

Como a produção e comercialização das águas minerais já haviam sido "capturadas" por grupos estrangeiros, pode-se afirmar agora que até ao beber os brasileiros pagam "royalties" aos alienígenas ! Como atestado definitivo do descaso dos oligarcas em relação ao domínio do compartimento econômico por estrangeiros, pode-se apontar a decisão de manter a 6ª licitação para registro de blocos potencialmente produtores de petróleo, já anunciada pela "AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO".

A justificativa original para a "entrega" de áreas de prospecção às empresas privadas, inclusive grupos transnacionais, foi a de abreviar a conquista da auto-suficiência na produção dos hidrocarbonetos.

Agora, quando já é sabido que as reservas comprovadas, em poder da "PETROBRÁS", são capazes de assegurar a auto-suficiência a curto prazo, altera-se a justificativa para anunciar que a nova rodada de licitações tem como escopo aumentar as reservas, de modo a garantir que a exaustão demore uns 18 anos, ao invés dos 10 anos já confirmados.

Ora, no horizonte de uma década a "PETROBRÁS", com certeza, disporá de tempo suficiente para ampliar as reservas nacionais, caso a natureza o permita.

Enquanto isso, a entrada de empresas estrangeiras na pesquisa e prospecção não renderá dividendos ao país.

Caso tenham elas o mesmo nível de sucesso da PETROBRÁS, três cenários poderão ser delineados:

1. autorizar a exportação do excedente produzido por tais empresas;
2. remunerar, a título de lucros cessantes, as empresas estrangeiras e manter os campos petrolíferos, por elas descobertos, na situação de "reserva estratégica nacional", e
3. bloquear campos petrolíferos da "PETROBRÁS" como "reserva estratégica nacional", permitindo que as empresas estrangeiras comercializem a sua produção no mercado interno.

Qualquer um dos cenários apresenta-se inadequado para atingir os objetivos propostos.

No primeiro, as reservas, obviamente, não seriam aumentadas, já que o excedente destinar-se-ia à exportação.

No segundo, garantir-se-ia o aumento das reservas, todavia a custos inaceitáveis, pois parte da remuneração seria desviada para as matrizes das empresas, como "remessa de lucros".

No terceiro cenário, quebrar-se-ia a PETROBRÁS, caso não fosse ela remunerada pelos lucros cessantes, impedindo a empresa de cumprir a sua tarefa que é a de "abastecer o Brasil com hidrocarbonetos extraídos do próprio subsolo pátrio".

Então, governantes do Brasil, os senhores que já estão patrocinando o melancólico "espetáculo do empobrecimento" da nossa população, tratem de abrir os olhos para poupar os compatriotas da desgraça que seria a perda total do domínio da economia nacional, ocorrência até mesmo pior do que uma ocupação do território brasileiro por tropas estrangeiras."

ROBERTO GAMA e SILVA
Almirante Reformado

Rio de Janeiro, em 20 de abril de 2004.
Aniversário do falecimento do Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês
de
Tamandaré e Patrono da Marinha (1897).

DADOS ESTATÍSTICOS DE MAIO DE 2004

(Palestra feita pelo Cel. RMO no Rotary de Curitiba e parcialmente publicada no I&C do PR)

Transcorrido o primeiro terço do mandato do governo PT, todos aqueles que têm um certo grau de conhecimentos sobre a real situação econômica, financeira e social do país, já estão convencidos de que fomos vítimas de um gigantesco estelionato eleitoral.

Somos todos levados a tirar essa revoltante conclusão por que, consideradas as estatísticas eleitorais divulgadas pelo TSE em 2002, ficou mais do que comprovado que a maciça votação do candidato LULA decorreu exclusivamente das promessas que fez durante a sua campanha eleitoral, quando nos garantiu repetidamente mudar o modelo monetarista, internacionalista e antinacionalista do Governo FHC, prometendo dar prioridade especial para a solução dos graves problemas sociais que nos afligiam.

Tanto isso é verdade que, enquanto o candidato LULA obteve uma amplíssima votação, o PT mal conseguiu fazer 3 governadores em Estados eleitoralmente secundários; e perdeu fragorosamente no seu principal reduto, o RGS. Logo, a conclusão que se impõe é a de que o eleitorado votou maciçamente CONTRA o modelo FHC, e não a favor do PT...

Agora, muito mais cedo do que imaginávamos, estamos descobrindo que o PT não apenas vem deixando de cumprir TODAS as suas mais atraentes promessas de campanha (criar 10 milhões de empregos; dar prioridade especial para políticas sociais; empreender uma total reformulação da política macroeconômica do governo FHC, etc, etc); agora estamos constatando que, ao CONTRÁRIO, seu governo não somente vem mantendo, mas literalmente AMPLIOU e APROFUNDOU todos aqueles MESMOS erros *"incompreensivelmente cometidos e obstinadamente mantidos"* pelo governo que o antecedeu – a despeito dos efeitos DEVASTADORES que prejudicaram talvez irreversivelmente o futuro do Brasil - e que penalizaram de forma repugnante e injusta toda a massa da nossa sociedade, em particular os segmentos menos favorecidos... E isso, enquanto beneficiava escandalosamente o setor financeiro, a ponto de fazer crescer astronômicamente as dívidas públicas (internas e externa) do país e obrigando-nos a um desembolso gigantesco das nossas receitas tributárias com pagamentos de juros aos sistemas bancários nacional e ao internacional.

O PT tem justificado que essa desastrosa realidade decorre da “herança maldita” que recebeu do seu antecessor. Desculpa nada menos do que esfarrapada e improcedente, pois as estatísticas macroeconômicas desses 400 dias, comprovam que esses danosos erros do tucanato foram AMPLIADOS e APROFUNDADOS, enquanto existiam alternativas concretas para minimizá-los e/ou corrigi-los, ao menos em boa medida.

É o que pretendemos provar neste nosso primeiro artigo.

Segundo a FOLHA DE São Paulo, de 31 de janeiro 2004 (citada pelo Grupo Guarapés), o “superávit primário” em 2003 foi superior àquele que fora imposto pelo “acordo” feito com o FMI - e essa decisão desastrosa nos obrigou a gerar o maior “supe-

rávít" desde 1994 que atingiu **nada menos do que R\$ 66,2 bilhões, (4,32% do PIB)**, totalmente destinados a pagar JUROS ao sistema financeiro nacional e/ou internacional.

E isso explica como, em 2003, o Governo LULA gastou somente com juros o total absurdo de **R\$142,5 bilhões** e, ainda assim, - a dívida pública (interna e externa) aumentou em **R\$ 32 bilhões**, chegando a incríveis **R\$ 913,145 bilhões**.

Portanto o PT nesses 500 dias, ampliou e aprofundou o mesmo erro sistemático cometido pelo Governo FHC, durante o qual este (FHC) pagou somente de juros ao sistema financeiro, a inacreditável quantia de mais de **R\$ 800 bilhões**.

Mas o PT fez ainda pior, porque nem assim a dívida pública deixou de crescer, pois em 1994 ela representava **30% do PIB**; ao final de 2002, passou a **55,5%**; **em 2003, atingiu nada menos do que 58,2% do PIB**.

Além disso, é importante que o povo saiba que esse "superávít" não foi obtido com ECONOMIAS, mas sim foi desviado da tributação paga pela massa da sociedade brasileira mediante o "contingenciamento" dos tributos JÁ ARRECADADOS, que permaneceram no "caixa único do Tesouro" exatamente para garantir o pagamento desses juros gigantescos ao sistema financeiro – nacional e internacional.

Mas isso não é tudo pois, como o Banco Central vem mantendo no seu Caixa a importância de **R\$277 bilhões de títulos do Tesouro**, que o mercado não aceitou - (permanecendo como "vale de caixa", o que é ilegal), a dívida pública real perfaz de fato um total de **R\$1,190.145 TRI** (mais de um trilhão de reais!).

Entretanto ainda existe a dívida externa privada (que também paga juros, dos quais o BC é o intermediário e o fiador), e que em novembro 2003 era de **R\$ 333,7 bi** de reais. Assim, a dívida total, do Brasil pública e privada – interna e externa – atingiu em janeiro 2004 a incrível quantia de **R\$1.523.845.000.000,00, ou seja, quase R\$ 1,6 TRILHÕES de reais**.

Agora imaginem como seria o Brasil se pudesse ter usado essas gigantescas quantias em educação, saúde, segurança, equipamento territorial e investimentos... Essa é a dimensão TERRIVEL da traição de FHC e LULA...

Usurpação de competências

(Fonte: "A QUESTÃO BÁSICA E O PIB" – 19/04/2004 (não textuais), autor Dr. Adriano Benayon ^(*) Publicado na *Tribuna da Imprensa*, de 20.04.2004)

^(*) Doutor em Economia pela Universidade de Hamburgo, Alemanha; bacharel em direito, ministro de 1ª classe do Itamaraty, reformado.

Desafortunadamente, porém, essa realidade é ainda muito mais grave e frustrante, pois alguns autores altamente credenciados denunciam, com verdadeira ira santa, que na **área econômica o poder está sendo exercido ilegalmente** por pessoas comprovadamente obedientes a decisões tomadas fora do País, ressaltando que a Constituição determina que o Brasil é um País soberano, o que é negado diariamente por decisões do "poder público" em detrimento dos mais altos interesse nacionais e em obediência a imposições ditadas por entes internacionais multilaterais.

E explica que a política econômica, que é da competência do Presidente da República e do Senado Federal (Art. 52 incisos V, VI e VII da CF), mas (tanto o Presidente como o Senado) se limitam a aceitar o que o presidente e a diretoria do Banco Central - 2º escalão do Poder Executivo - decide em assuntos vitais, como o nível das taxas de juros e a emissão de títulos de dívida pública, obrigando-nos a desembolsos gigantes-

cos para pagamentos dos serviços das dívidas públicas nacionais, pois o Tesouro tem mantido vultosos recursos em caixa, sem a menor necessidade.

A sociedade em peso já deveria, há muito tempo, ter dado um basta a essas políticas suicidas, mas - como não o fez, terá que fazê-lo agora, inadiavelmente - mesmo porque no Governo PT a situação não pára de se agravar, enquanto o presidente da República todos os dias dá sua aprovação à política econômica dos detentores ilegais do poder, que obedecem à mesmas decisões macroeconômicas do seu deplorável predecessor - erros que o PT mantém e aprofunda e pela qual o Brasil teve que:

1) alienar graciosa e criminosamente vultosíssima parcela do patrimônio público estratégico do País construído pelas gerações que nos antecederam;

2) facilitou a extração dos recursos nacionais em proveito de oligarquias estrangeiras;

3) fez alastrar o desemprego e a miséria em nível somente comparável com o da África subsaariana.

E isso a ponto da queda do PIB ter atingido em 2003, como difundido pela mídia em **0,2%**, (segundo o IBGE). Mas, se essa queda tivesse sido calculada atualizando-se os valores correntes do PIB a cada trimestre de 2002, para valores do trimestre respectivo de 2003, **o PIB em verdade teria caído 1,9%** pelo índice de preços ao consumidor ampliado (IPCA do IBGE), e **8,4% pelo índice geral de preços** (IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas). Portanto uma verdadeira calamidade, cavilosamente escondida pelas nossas lideranças políticas e sociais, inclusive pela mídia cúmplice (consciente ou inconsciente) mas **sine qua non** dessa verdadeira tragédia nacional.

E todos sabemos que a verdadeira causa desse desastre é o modelo econômico e a estrutura por ele formada, na qual as empresas estrangeiras dominam a nossa produção e os nossos mercados.

E isso sem atentarmos para o mais importante: pois o PIB que interessa é aquele **que fica com os “residentes”** do País. Ora, deduzindo-se, ainda, o que fica com as transnacionais e descontados os impostos diretos pagos, a percentagem do PIB que fica com os “residentes” **não passa mesmo de 24% do PIB.**

Uma calamidade que o governo do PT, traíndo todas as suas promessas eleitorais vem mantendo, agravando e aprofundando...

E não haverá solução para problema algum no Brasil, enquanto não substituirmos esse modelo dependente por um autônomo.

Realidade ainda mais grave e comprometedora

Mas, dirão (os “inocentes úteis”, os “mais úteis do que inocentes” e aqueles que se perguntam “quanto posso ganhar com isso”) que invocamos opiniões de técnicos formados em centros de tendências mercantilistas e/ou socialistas...

Isso não é verdade, como comprovaremos.

Pois bem, vamos recorrer à opinião (não-textual) de um monetarista de carteirinha, o Dr. André Franco Montoro Filho * (FSP – 27/04/04)

(*) Doutor em macroeconomia pela Universidade de Yale - EUA).

Ele faz uma acusação ainda mais grave, pois comprova que – se a "ekipeconômica" – se limitasse a atingir somente o “superávit primário” imposto pelo FMI, com taxas menores de juros (menos dois pontos percentuais, por exemplo) haveria uma economia com a redução no pagamento dos serviços das nossas dívidas públicas da ordem de **R\$ 9 bilhões** no ano de 2003. E, além disso, esses juros menores levariam a um maior crescimento do PIB – dois efeitos bastante favoráveis.

E, supondo que, com os juros de dois pontos percentuais a menos, o PIB teria crescido de 1% a mais (estimativa bastante modesta); isso significaria uma produção de bens e serviços da ordem de **R\$ 15 bilhões** a mais, dos quais no mínimo um terço representaria arrecadação tributária do governo, ou seja, as receitas públicas seriam **R\$ 5 bilhões maiores** do que foram.

Ora, com o PIB crescendo 1% a mais, o “superávit primário”, necessário para manter constante e até declinante a relação entre dívida e PIB, cairia em **R\$ 7,5 bilhões**.

E o Dr André conclui que, somando-se esses três efeitos, o setor público disporia de cerca de **R\$ 21,5 bilhões** a mais para realizar seus investimentos e para programas sociais. E ele conclui que *“Esse não é um valor banal. Para comparação, os recursos disponíveis para investimentos no Orçamento federal, para este ano de 2004, somam um pouco mais de R\$ 9 bilhões, e o total realizado em 2003 foi R\$ 6,5 bilhões.”*

Em adição a esse expressivo efeito positivo sobre as finanças públicas, devemos considerar que, menores taxas de juros, estimulariam o emprego. É difícil quantificar esse efeito, mas certamente o aumento do desemprego ocorrido no último ano, certissimamente não teria se verificado. E é provável que teríamos tido até uma pequena redução.

E o Dr. André aconselha que, considerados todos esses resultados e a nossa situação atual - tanto da economia brasileira como da economia internacional - *“não podemos perder tempo com filigranas, mas sim exigir uma postura mais responsável de redução da taxa de juros Selic.”*

TERRÍVEL INCÓGNITA – Quem nos pode explicar todos esses *“erros incompreensivelmente cometidos e obstinadamente mantidos”* pelo Governo do PT durante mais de 1/3 de seu mandato ?

EU POSSO, MAS NÃO VOU DIZER ! Talvez o faça em outra palestra, e em outro artigo....

Voltaremos a este assunto – se DEUS quiser !!!

Saudações nacionalistas
Cel Roberto Monteiro de Oliveira

NOVOS TEXTOS DE APOIO – 2005

“A PROPAGANDA E A REALIDADE”

Adriano Benayon - 23.01.2005 (*)

(1) Brasil e Argentina

A propaganda oficial repete, sem cessar, que a economia brasileira avançou muito em 2004. Mas basta olhar a escalada da pobreza e da violência à nossa volta para perceber que a realidade não é o que aparece na TV e nas cifras manipuladas pelos arautos do sistema de poder. Um exame aprofundado dos próprios dados oficiais mostra que o Brasil, como um todo, e os assalariados, em especial, continuam tendo seus patrimônios liquidados e seus meios de sobrevivência solapados.

Ao mesmo tempo, movida pelos bastiões da concentração financeira, de Nova York, Londres e outras praças, a mídia mundial e local faz sórdida campanha contra a Argentina, cujo exemplo temem seja seguido no Brasil.

Diminuir a extorsão de que se é vítima não constitui "calote", a palavra usada como slogan da campanha. O presidente Kirchner tenta apenas renegociar a dívida pública.

Embora o governo argentino gere superávit primário para pagar juros, ele o faz de modo menos submisso aos banqueiros do que no Brasil. Assim, os governos federal e provinciais da Argentina têm empregado modestos recursos na infra-estrutura e na recuperação parcial de perdas salariais. Isso são heresias para os porta-vozes da agiotagem.

Kirchner ainda não fez muito, mas o suficiente para que a economia de seu país tivesse grandes melhoras, apesar de desgastada pela predação das empresas transnacionais. Comparado ao zero absoluto do PT, o exemplo argentino é uma réstia de sol a espriar luz sobre as trevas da malvadeza.

Para os gerentes petistas, o País e seu povo não passam de abstrações, das quais não tomam o menor conhecimento. Tanto é assim, que, em 2004, o governo federal arrecadou tributos no valor de 27% do PIB (produto interno bruto) e investiu risíveis 0,2% do PIB, incluído o avião "aerolula".

Destruir o País suscita profusos elogios dos centros financeiros mundiais.

(2.1) Desemprego

Aqui, a suspeita taxa oficial de desemprego teve, em 2004, média igual à de 2002: variação igual a zero, típica de um governo zero, que discursa, enquanto se esmaga o povo. Na Argentina o desemprego diminuiu 36% (de 22% em 2002 para 14% em 2004), com a criação líquida de 2 milhões de empregos. Como a proporção das populações é 1 para 5, isso equivaleria a 10 milhões de empregos no Brasil.

O que conseguiram aqui foi piorar a situação, embora isso parecesse impossível após 10 anos de deterioração. Segundo a otimista Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, o número de desempregados quase dobrou: de 4,4 milhões em 1993 para 8,5 milhões em 2003: mais 4,1 milhões de pessoas desempregadas. Não há dados da PNAD para 2004, mas outros indicadores mostram que o flagelo continua agravando-se.

As 12,7 milhões de vagas criadas entre 1993 e 2003 foram insuficientes para absorver a mão-de-obra. Dessas, só 5,5 milhões foram de assalariados com carteira assinada. 7,2 milhões foram contratados a título precário, sem direitos trabalhistas. Se isso ainda é pequena desgraça, há mais: De cada dez novos postos de trabalho, só um paga mais que três salários mínimos (R\$ 780).

(2.2) A manipulação estatística do desemprego

O Ministério do Trabalho anunciou novos 645 mil empregos formais líquidos em 2003, e 1,52 milhão em 2004, o que perfaz 2,17 milhões. Entretanto, 4 milhões, no mínimo, entraram na "população economicamente ativa" (PEA). Desses, portanto, os empregos com carteira assinada só absorveram pouco mais da metade.

Segundo a mesma fonte, de janeiro de 2003 a setembro de 2004, foram registrados, em ações de fiscalização, 1,06 milhões de trabalhadores que estavam na informalidade. Portanto, para que o desemprego não tivesse aumentado, teriam de ter sido criados quase três milhões de empregos informais líquidos (1,83 milhões, mais os 1,06 milhões de empregos informais substituídos por empregos com carteira assinada). Ora, a média de criação líquida de empregos informais de 1993 a 2003 foi de 520 mil por ano, sendo que 2003 ficou muito abaixo dessa média. Que mágica explica a taxa de desemprego do IBGE, que segundo este, teria diminuído em 2004? Com os dados oficiais tenta-se, mas não se consegue encobrir a calamidade que é o estado do emprego no País.

Em 2000, já havia 44% do total de idosos do País respondendo por mais da metade do orçamento de suas famílias, pois tal é a deterioração do mercado de trabalho, que os mais jovens, em sua esmagadora maioria, não conseguem emprego ou o obtêm com paga insuficiente para sobreviver. As conseqüências disso são terríveis e não apenas as sociais. Com efeito, que futuro tem a economia de um país onde os jovens não se estão qualificando pela prática de uma profissão e onde, à medida que os idosos se aposentam ou morrem, se deteriora a qualidade dos recursos humanos?

(3) Salários abaixo do chão

O rendimento médio dos salários correspondeu em 2004 à metade do seu valor em 1998, em preços constantes, atualizados pelo IGP-DI (índice geral de preços, disponibilidade interna, da Fundação Getúlio Vargas). Mesmo usando como corretor dos preços o IPCA (índice de preços ao consumidor, ampliado, do IBGE), a erosão da média salarial foi superior a 30%.

Mais: a participação dos salários no PIB afundou para 29,4% em 2004, acelerando seu declínio nos dois anos do PT. Ela vinha caindo há decênios, tendo-se reduzido para 45,4% em 1990 e para 36,1% em 2002.

Logo, o alardeado avanço do PIB, em 2004, de nada serviu aos assalariados. Ele decorre das elevações dos juros e dos tributos sobre bens e serviços, itens que são contados no PIB. (Vejam como é bruto mesmo esse indicador!) . Provém também de lucros de bancos e grandes empresas e, ainda, do crescimento das exportações, favorecidas pela demanda no exterior e por preços menos ruins.

(4) Índices de preços

Tentam justificar os horrores praticados contra a economia e a produção no Brasil, dizendo serem as altas taxas de juros e o arrocho da política fiscal necessários para deter a inflação. Ora, os juros foram altíssimos em 2003 e 2004, e a inflação recrudesc-

ceu, com o IGP-DI subindo para 12,14% (7,7% em 2003). No modelo regido pelo FMI, o Brasil é permanentemente triturado, a pretexto de reduzir a inflação, e ela sempre volta a subir. O IPCA subiu 7,6% em 2004 e 9,3% em 2003.

Há índices de reajustes de preços que favorecem as empresas poderosas, e há outros índices para os salários (os de "preços ao consumidor"). Pior: nem mesmo estes são aplicados à remuneração dos trabalhadores. Compare-se a variação acumulada do IGP-DI e do IPCA. Para o índice 100 em 1994, o primeiro atingiu 356,2 em 2004, enquanto o segundo ficou em 299.

O Índice de Preços por Atacado, que prenuncia elevações nos outros índices, elevou-se em 14,67% em 2004 (havia subido 6,26% em 2003). Esse índice tem peso importante no IGP-M, também da FGV, o qual é aplicado na correção de financiamento imobiliário, de serviços e tarifas públicas e privadas. O IGP-M subiu 12,41% em 2004.

Os Planos Cruzado, Collor, Real e outros foram impingidos ao Povo com a desculpa de que a desindexação era indispensável para evitar a crescente alta de preços. Esse foi o golpe que, a pretexto de desindexar a economia, só atingiu os salários. Estes perderam a pouca proteção de antes.

Ao contrário, por meio de contratos do "governo" com as concessionárias foram indexadas as tarifas públicas dos serviços públicos indecentemente privatizados. Ademais, os preços dos bens e serviços dominados pelas grandes empresas sempre foram majorados à vontade, mediante o simples exercício do poder que elas têm sobre o mercado.

(5) PIB, juros, investimento público

O suposto crescimento do PIB em 2004 é calculado em relação a um fundo de poço atingido em 2003, ano em que houve queda de 1,3%, em relação a 2002, a preços corrigidos pelo IPCA, e uma degringolada de 8,2%, a preços corrigidos pelo IGP-DI. Sem exportações, os declínios foram de 2,4% e 9,2%, respectivamente.

Ademais de superestimar o propalado êxito de 2004, O governo federal havia ocultado o desastre de 2003. Além disso, em 2004, o PIB é 4,7% menor que o de 2002, cujo índice já era baixo. Excluindo-se as exportações (e assim considerando só os bens produzidos para uso ou consumo no País) a queda foi de quase 8% (7,74%).

Enquanto isso, na Argentina, o crescimento acumulado nos dois anos foi 17,9%. Diante dos 4,7% negativos no Brasil, a diferença é de 22,6 pontos percentuais.

Atualizando o PIB de 2003, pelo IGP-DI, trimestre a trimestre, em comparação com os preços de 2004, o PIB desse ano cresceu menos de 4% em relação ao fundo de poço que foi 2003. Esses resultados são lastimáveis, mesmo acolhendo as embelezadas cifras de 2004, quando, ainda por cima, a economia foi irrigada de dinheiro pela campanha eleitoral e ajudada pela conjuntura externa favorável.

(5.1) PIB é uma coisa; produção e consumo, outra

Tudo que se refere à economia é objeto de enorme mistificação. Uma das maiores é a que se faz sobre o PIB. Associa-se, pela repetição, uma variação positiva do PIB a, por exemplo, crescimento da economia, crescimento do País etc. Mas o PIB não passa de um "agregado" de contas, que inclui não só os bens e serviços efetivamente produzidos, mas rendas artificiais, como que de proxenetas, obtidas por meio de abuso de poder e/ou fraude.

Entre outras, estão os juros e os impostos incidentes sobre produtos e serviços. Além disso, devem ser incluídos nessa categoria os lucros decorrentes de oligopólio e de outras posições de poder sobre os mercados. Esses ganhos, acrescidos ao patrimônio de empresas concentradoras e depois transferidos para o exterior, representam mais de 30% do PIB.

(5.2) Impostos

Grande parte do "crescimento" da economia desaparece quando se verifica a elevação da carga tributária. Segundo a Receita Federal, o tributo de maior arrecadação, a saber, a COFINS, teve, a partir de maio de 2004, crescimento real da ordem de 40% em relação aos meses respectivos de 2003. De fato, a supressão da cumulatividade não foi, nem de longe, suficiente para compensar a elevação da alíquota de 3% para 7,6%. Outros tributos cujas arrecadações tiveram vultosos incrementos em 2004 são o Imposto de Importação e do IPI vinculado à importação.

A perversidade do sistema, agravada por FHC, e agora por Lula, é ilustrada pela contínua tendência de aumento da receita tributária, concomitante com o declínio da produção e da renda dos cidadãos. Com efeito, a arrecadação de tributos federais, além de injusta socialmente, não cessa de crescer, tendo, em 10 anos, subido de 16,8% para 27% do PIB (1993 a 2004). Não decresceu sequer em 2003, apesar do agudo declínio do PIB nesse ano.

(5.3.1) Juros e o debilitamento da economia

Os juros pagos pelo setor público, em 2004, estão sendo estimados em R\$ 182 bilhões, soma que excede a de 2003 (R\$ 145 bilhões) em R\$ 37 bilhões. Essa diferença, igual a 2,1% do PIB, ou seja, mais de 10 vezes o investimento federal, deve ser deduzida dos supostos 4% de crescimento do PIB em 2004 ou de seus 2%, descontadas as exportações.

Além disso, há os juros pagos pelo setor privado, tendo o presidente da FIESP, Sr. Skaf, lembrado que as pessoas físicas e jurídicas pagam R\$ 120 bilhões ao ano em taxas de juros. Desse total, R\$ 73 bilhões referem-se a spread bancário - diferença entre as taxas de captação e as dos juros cobrados nos empréstimos. Diz ele: "Se o spread brasileiro fosse igual à média dos países latino-americanos, nós pagaríamos R\$ 16 bilhões e teríamos uma economia de R\$ 57 bilhões, ou 3,5% do PIB. Esses recursos poderiam ser direcionados para investimentos e consumo".

Somando-se R\$ 182 bilhões do setor público aos R\$ 120 bilhões do privado, resultam R\$ 302 bilhões de juros, i.e., 17% do PIB.

Em resumo, o que resta do "crescimento do PIB", abatidos os crescimentos de: 1) juros excessivos; 2) impostos sobre bens e serviços; 3) exportações; 4) rendas abusivas?

(5.3.2) Recorde mundial de juros extorsivos

Não satisfeito com tanta desgraça, o Executivo Federal, comandado pelo executivo do Banco do Boston, à frente do Banco Central, tem decretado sucessivos aumentos da taxa básica de juros, a da SELIC, aplicada aos títulos da dívida mobiliária interna.

Desde setembro de 2004, quando estava em 16% aa., essa taxa foi majorada em cinco ocasiões, chegando a 18,25% a.a., em janeiro de 2005. Antes da subida mais recente, de mais 0,5 pontos, a taxa básica de juros, descontada da inflação presumida para os 12 meses subseqüentes, já havia suplantado a da Turquia. Por obra de um governo dito de trabalhadores, o Brasil ocupa o 1º lugar mundial em matéria de taxa real de juros, ou, melhor, na agiotagem oficialmente patrocinada.

No modelo esposado por FHC/Lula, a única coisa que melhora sempre é a pecúnia que o governo dá aos bancos. Os juros líquidos pagos pela União cresceram (juros nominais entre parêntesis) de R\$ 86,1 bilhões em 2001 (105,6), para R\$ 113,2 bilhões em 2002 (190,6), para R\$ 145,2 bilhões em 2003, e a conta esperada para 2004 é da ordem de R\$ 182 bilhões.

Ao mesmo tempo, o superávit primário teve a seguinte escalada em bilhões de reais. 2001: 43,7; 52,4: 2002; 66,2 (2003). Em 2004, de janeiro a setembro, chegou a R\$ 78,9 bilhões.

A diferença entre os juros e o superávit nominal equivale ao déficit orçamentário (nominal). Ou seja: o Brasil poupa para pagar juros (superávit primário) e faz dívida para pagar juros, pois se trata de uma dívida decorrente do financiamento do déficit provocado pela conta dos juros.

(5.4) Investimentos federais

Para uma idéia da total falta de compromisso do governo do Sr. Lula com o País e seu Povo, a União fez, em 2003, investimentos equivalentes a 0,4% do PIB, a cifra mais baixa de toda a História, abaixo mesmo da do pior ano da administração anterior (1999), quando fora de 0,7% do PIB. O governo do PT preferiu agradar o FMI com um superávit primário maior do que o já absurdo a que se comprometera com essa instituição procuradora dos banqueiros. Foram então destinados a investimentos só 16% dos pífios 2,5% do PIB, votados no Orçamento.

Essa foi uma contribuição significativa para o desastroso desempenho da economia em 2003. Já a suposta melhora em 2004, se existiu, não se deveu a qualquer ação do governo federal, uma vez que este investiu, de janeiro a novembro, o equivalente a 0,2% do PIB, ou seja, a metade da proporção de 2003. No 1º semestre de 2004 investiu 0,09% do PIB, i.e., 5,57% da previsão orçamentária de R\$ 12,544 bilhões, igual a cerca de míseros 0,7% do PIB.

(6) Dívida pública federal

A dívida mobiliária interna chegou, em novembro de 2004, a R\$ 784,9 bilhões. Essa quantia, em termos reais, supera em 5,5% a de dezembro de 2002, a saber, R\$ 747,8 bilhões, a preços de 2004, pelo IGP-DI (R\$ 623,2 bilhões, a preços correntes). É 82,6% maior que a de dezembro de 1996, corrigida para R\$ 432,1 bilhões (R\$ 176,2 bilhões a preços correntes).

Em 2004 os números foram favorecidos pela apreciação do real em relação ao dólar. Mesmo assim, a dívida interna de novembro de 2004 supera, em termos reais, que a de dezembro de 2002. Na comparação 2003/2004, a redução é quase nula (2,6%). Ademais, revertida a atual tendência do câmbio, haverá substancial aumento do valor em reais, tanto da dívida externa, como da interna.

As dívidas continuam, pois, crescendo, embora "reduzir as dívidas" seja a desculpa esfarrapada e repetida, há mais de 20 anos, segundo a qual os tributos têm de ser aumentados para pagar juros e amortizações da dívida. Mas as próprias "autoridades" que fizeram os tributos chegar a quase 40% do PIB, são as mesmas que determinam os juros exorbitantes que o Brasil paga na dívida pública, sob outro falso e desgastado argumento, o de conter a inflação.

(*) - Adriano Benayon, Doutor em Economia pela Universidade de Hamburgo, Alemanha. Autor de "Globalização versus Desenvolvimento" benayon@terra.com.br.

(Publicado em "A Nova Democracia, nº 23, fevereiro de 2005, sob o título "Monopólios e Entreguismo")

Política de Desenvolvimento

Adriano Benayon * - 25.04.2005

A imprensa noticiou no início de abril: "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o Produto Interno Bruto (PIB) em 2004, que atingiu R\$ 1,769 trilhão, 52% maior que o do ano anterior. O Produto Interno Bruto (PIB) representa o total de riquezas produzidas num determinado período num país."

Parece bom, não?. Em primeiro lugar, há que calcular corretamente o valor real do PIB. O IBGE aplicou deflator de 8,5% para a variação dos preços 2003/2004. Entretanto, deveria ter usado o índice geral de preços (IGP-DI) da fundação Getúlio Vargas. Como o IBGE só divulga os resultados trimestrais do PIB, mas não, os mensais, corrigi os valores do PIB de cada trimestre em relação ao respectivo trimestre de 2003, utilizando a média trimestral dos índices mensais do IGP-DI.

Em preços correntes, os valores foram R\$1,77 trilhão em 2004, e R\$1,56 trilhão em 2003 (alta nominal de 13,7%). Feita a correção pelo método exposto, o crescimento real não foi os 5,2% dos dados oficiais, mas, sim, 3,3%. Disso se infere o deflator de 10,4%, de resto, menor que a variação do IGP-DI entre dezembro de 2003 e dezembro de 2004, i.e., 12,14%. Excluindo-se as exportações, o "crescimento" real do PIB fica ainda mais acanhado: 1,4%.

Outra coisa: em 2003, houve queda brutal, de sorte que a mirrada elevação de 2004 ainda deixou o PIB 2,4% inferior ao de 2002. Sem exportações, 4,9% menor. Para uma idéia de como a economia brasileira está sendo manietada pela política econômica, a Argentina teve, nesses dois anos, crescimento acumulado de 17,9%.

Ademais, o PIB não é sinônimo de “total de riquezas produzido”. Além da produção de bens e serviços, ele inclui os impostos incidentes sobre ambos. Conta também os juros, o que não é razoável. De fato, o grosso da renda dos juros excede o valor resultante de taxas compatíveis com a contribuição do capital para a produção, acrescida da correção monetária. A conclusão é que, se os impostos e os juros têm subido, o produto real cresceu ainda menos do que dizem os números oficiais.

Se é verdade que a economia brasileira foi estabilizada, por que o Tesouro Nacional tem que pagar as taxas reais de juros mais altas do Mundo? E por que o Banco Central não pára de elevá-las? Com o novo aumento em 20 de abril, elas já são o dobro das da Turquia, Segunda colocada, e quase três vezes as da África do Sul, terceira. Ora, no Mundo há cerca de 200 países!

Essa política faz crescer as despesas públicas improdutivas e torna mais pobres as empresas produtivas e as pessoas físicas, as quais são dessangradas por taxas de juros anuais de três dígitos.

A classe média, que já encolheu para 31% da população (a média alta, para apenas 3,4%), vem sendo desgastada por taxas anuais de juros dez vezes, e até mais, maiores que as toleráveis sem causar danos à economia do País.

Tenho mostrado muitas razões pelas quais altas taxas de juros fomentam a inflação, em lugar de contê-la, ao contrário do que diz o Banco Central e a “equipe econômica”. Aduzo mais uma: os juros excedentes da razoável remuneração do capital geram renda em favor de seus receptores sem correspondentes acréscimo na oferta de bens e serviços.

É pertinente também considerar quem fica com a renda. No Brasil cerca de 50% do PIB toca às transnacionais e outras grandes empresas, inclusive bancos. Já a participação dos assalariados caiu para menos de 30% em 2004, tendo-se acelerado a queda sob o governo petista. Já os lucros dos grandes bancos tiveram incremento real de 14,5% aa. (2002 a 2004), superando o enorme crescimento médio anual de 11,7%, de 1994 a 2002.

O PT aplica, com ainda maior ardor, a política econômica “collorida” e “tucana”, a qual restringe os investimentos e o emprego. Ela faz com que as empresas produtivas e, em geral, os trabalhadores tenham escassas possibilidades de ganhar dinheiro. Mais: o que conseguem ganhar lhes é retirado por meio de impostos, dos juros e dos outros mecanismos que acentuam a concentração.

* - Adriano Benayon, Doutor em Economia pela Universidade de Hamburgo, Alemanha. Autor de “Globalização versus Desenvolvimento” benayon@terra.com.br

“COM OU SEM ACORDO COM O FMI: COLÔNIA DO SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL”

Adriano Benayon* – 11.05.2005

1. Após o término do acordo com o FMI, os banqueiros mundiais estão tirando mais ou menos dinheiro do Brasil? A resposta é: muito mais.

Com gordas verbas e esquecimento de dívidas, o governo federal alimenta fábricas de ilusões, i.e, emissoras de televisão e demais meios de comunicação que tentam criar uma “realidade virtual”, como se empregos e produção pudessem ser substituídos por propaganda.

O marketing oficial caracterizou a não-renovação do acordo com o FMI como um ato de independência. Passando ao terreno da realidade, o cenário é tipicamente colonial. O fato de o Tesouro Nacional não contrair novos empréstimos junto ao FMI em nada modifica a total subordinação da política econômica às diretivas predatórias do sistema financeiro mundial. Vejamos se não é assim.

1) A quem serve que o Brasil pague, nos títulos da dívida pública federal, as taxas de juros reais mais altas do Mundo, havendo nele cerca de 200 países? Com o aumento da SELIC, em 20 de abril, para 19,5% aa. nominais, a taxa real de juros sobre a dívida pública do Brasil é o dobro da da Turquia, segunda colocada, e quase três vezes a da África do Sul, terceira.

2) Depois dos colossais lucros dos bancos em 2003 e 2004, com crescimento real de 14% por ano, alguém imaginou que esses ganhos iam ser reduzidos? Se imaginou, enganou-se: no 1º trimestre de 2005, os lucros de quatro grandes (Bradesco, Itaú, UNIBANCO e BANESPA) cresceram 50%. A soma dos quatro foi R\$ 3 bilhões, em apenas um trimestre, com a rentabilidade subindo de 21,8% para 27% em comparação com o 1º trimestre de 2004.

3) A política econômica é, cada vez mais, servil à oligarquia financeira mundial, superando na vil submissão as mais desqualificadas republiquetas do Planeta. Não fosse assim, não seria o País privado de investimentos produtivos e da possibilidade de desenvolver tecnologias. De fato, a produção e os mercados são controlados pelas transnacionais, e a política econômica é determinada por bancos estrangeiros e por entidades teleguiadas, como a FEBRABAN.

4) As transferências ao exterior dos ganhos no mercado interno e no comércio exterior, combinadas com os juros altos e com os impostos extorsivos, tornam mirrada a demanda interna. Isso, por sua vez, leva as transnacionais e as empresas nacionais sobreviventes a se voltarem para as exportações, aproveitando-se da pletera de recursos naturais do País, transferidos para o exterior, por meio do agronegócio e da extração de minérios.

5) Nos últimos tempos, a demanda externa tem crescido, em função de: a) crescimento apreciável em alguns países de porte, como a China e outros da Ásia, Argentina, etc.; b) a emissão irresponsável de dólares por parte dos Estados Unidos, que permite a esse país importar à vontade, sem qualquer ônus, enquanto o dólar for moeda mundial de reserva. Resultam expressivos saldos positivos no comércio exterior brasileiro.

6) As taxas de juros propiciadas pela deletéria (para o Brasil) política do Banco Central (BACEN) atraem especuladores mundiais para os títulos da dívida interna, o que, juntamente com os superávits nas transações (conta corrente) com o exterior, provoca extraordinária apreciação do real. Esta, por sua vez, faz com que os especuladores se locupletem, fruindo, ao mesmo tempo, a maior taxa de juros do mundo e a valorização do real.

7) De 10 de agosto de 2004 a 10 de maio de 2005, (nove meses) essa apreciação foi 23%, ou seja, 2,3% ao mês, ou 31,8% (taxa anualizada). Quem adquiriu títulos em agosto de 2004 e os liquida agora, lucra, portanto, **50% aa.**, já que à apreciação cambial se soma a taxa SELIC (mais de 18%). Nada mau: no exterior, com muita sorte, obter-se-ia 3% aa. aplicando em títulos públicos.

8) Não admira que afluam “investimentos” estrangeiros ao BACEN e que as reservas tenham aumentado, a ponto de serem dispensados novos créditos do FMI. Em outras palavras, o Tesouro Nacional trocou esses créditos, inúteis e prejudiciais ao País, por capital especulativo estrangeiro, ainda mais nocivo, com a diferença de que este nos custa 50% aa., e nos empréstimos do FMI os juros eram 6% a 7% aa.) Alguém observará que estes acarretam a imposição de condições políticas. A isso cabe responder: **“a política econômica colonial cumpre todas essas condições, com ou sem acordo com o FMI”.**

2. Superávit primário e juros pagos pela União

O FMI quer que o Tesouro Nacional brasileiro despenda cada vez mais em juros e cada vez menos em qualquer coisa que possa melhorar o bem-estar ou a capacidade produtiva do País. Isso é cumprido à risca, com ou sem acordo formal, com o Banco Central à frente, falando em nome do Império. A ideologia oficial reza que as decisões são do mercado, mas este só funciona a favor dos interesses plutocráticos.

Em 2002, ainda sob o príncipe dos entreguistas, a conta oficial dos juros foi R\$ 114 bilhões, embora a despesa efetiva tenha sido muito maior, por causa dos títulos públicos indexados ao dólar, pois houve grande desvalorização cambial. Em 2003, já sob a administração petucana, a conta oficial chegou a R\$ 145,6 bilhões. Em 2004, essas despesas, camufladas na contabilidade oficial, caíram para R\$ 128,3 bilhões. Mas o BACEN já cuidou de assegurar que, em 2005, os juros cheguem, no mínimo, a R\$ 200 bilhões.

Uma exigência tradicional do FMI é o superávit primário, um conceito fraudulento. Em 2002 o FMI queria 3,75% do PIB, e o resultado foi 3,9%. Para 2003 e 2004, já com o acordo “negociado” sob o atual governo, a meta, aumentada para 4,25%, foi ultrapassada: 4,4% e 4,6% do PIB. Já os investimentos do governo federal, em 2003, caíram de ridículos 0,8% do PIB, para ainda mais vergonhosos 0,5% do PIB em 2003/2004.

Tal é a subordinação, que, por mais de ano, na vigência do acordo com o FMI, Meirelles, Palocci e Lula (nessa ordem, em termos de poder, como diz Sebastião Nery) ficaram, por mais de ano, pedindo autorização ao FMI para o Brasil gastar US\$ 2,8 bilhões em obras de infraestrutura (saneamento, estradas, portos). Anunciaram como ‘grande vitória negociada com o FMI’, que ‘afinal consentiu’.[...] Com isso, o Orçamento de 2005 foi aprovado com R\$ 21 bilhões para investimentos. Relatou Nery, em fevereiro: *“O jornalista Kennedy Alencar, da ‘Folha’, acabou com a mentira: ‘O presidente Lula deverá ceder aos argumentos do ministro Palocci e promover um corte grande, e sem maquiagem, no Orçamento da União. Valor: cerca de R\$ 15 bilhões (para investimentos e área social só vão sobrar R\$ 6 bilhões).’ ”*

3. O governo opera os instrumentos da colonização

O estatuto colonial não está somente no torniquete orçamentário, que comprime toda e qualquer despesa produtiva ou favorável à economia do País, nem só nos juros absurdos, nem só no furor tributário. Continuam em franca operação todos os mecanismos instituídos pelos interesses contrários aos do País de 1995 a 2002. Continuam em vigor:

1) a famigerada **Lei de Responsabilidade Fiscal**, que pune, até criminalmente, agentes públicos que ousem aumentar gastos que não se destinem a juros ou a amortizações de dívida;

2) a **isenção da CPMF em favor das transações financeiras**, inclusive as de natureza especulativa, como as de derivativos, e as mais propícias à lavagem de dinheiros de tráficos ilícitos;

3) os contratos dos **serviços públicos privatizados**, com cláusulas absurdas, entre as quais o **reajuste de preços pelo IGP-DI**, enquanto os salários, exceto o mínimo, não são reajustados nem pelo INPC, nem há emprego para mais de 20 milhões de brasileiros;

4) a **desvinculação das receitas da União**, que permite desviar os recursos das contribuições (COFINS, CPMF, CIDE, etc.) para o serviço da dívida;

5) a **alienação do grosso das ações da Petrobrás**, que agora paga mais de 2/3 de seus dividendos a acionistas privados, na maioria estrangeiros;

6) as **licitações das jazidas de petróleo** em áreas prospectadas pela Petrobrás, as quais são adquiridas a preços ridículos nos leilões da Agência Nacional do Petróleo, ficando as transa-

cionais com a propriedade do petróleo e **sem a obrigação de pagar qualquer royalty, taxa ou imposto** pela extração; pior: o governo obteve do STF a legitimação dos despautérios da inconstitucional Lei nº 9.478 de 1997, pondo o Brasil em situação inferior à de países desprovidos de tecnologia de exploração de petróleo, os quais, cobram royalties significativos em compensação pelo esgotamento de seus recursos naturais;

7) a criação de parques nacionais e de reservas indígenas em extensas áreas da Amazônia e de outras regiões, nos quais brasileiros são impedidos não só utilizar terras, mas até mesmo de transitar por elas;

8) a presença dominante das ONGs, financiadas do exterior, no Ministério do Meio Ambiente, na SEMA, na FUNAI e outras entidades;

9) a presença imperante nos ministérios da área econômica e no BACEN, de teleguiados do Banco Mundial, do FMI e de outros organismos ditos internacionais.

4. Novos atos de submissão

Além de executar todos os itens do programa de colonização acima resumidos, o governo adiciona novas medidas na mesma direção.

- 1) Obteve a aprovação de **mais uma reforma da previdência** na qual, entre outras façanhas:
 - a) abriu espaço para que a **previdência privada** obtenha lucros com as economias dos segurados, **sem lhes dar garantia alguma quanto ao valor da aposentadoria**;
 - b) estabeleceu a **bi tributação sobre os aposentados**, os quais ficam pagando, além do Imposto de Renda de pessoa física, uma absurda “contribuição previdenciária” sem contrapartida, na realidade, um confisco – também inconstitucional – a título de reduzir um suposto déficit da previdência proveniente do desvio das contribuições sociais para o pagamento de juros da dívida pública.
- 2) Além de preservar os efeitos das viciadas **privatizações** feitas por FC-I e FC-II, fez o Congresso aprovar a Lei das PPPs (**parcerias público-privadas**), determinada pelo FMI: mais um modo de arranjar lucros sem risco para empresas favorecidas pelo Estado, o qual entra com o capital, arrancado dos contribuintes, e o põe nas mãos dos “parceiros” privados.
- 3) Fez aprovar a **Lei de Falências**, tal como o FMI, de há muito, desejava, i.e., fazendo os bancos ter preferência nos créditos devidos pela empresa falida ou concordatária, preterindo o Estado e os trabalhadores, cuja preferência fica reduzida a um teto que a torna irrisória.
- 4) Fez aprovar a **Lei dos transgênicos**, danosa à agricultura, à economia e à saúde dos brasileiros, mas proveitosa para a Monsanto e para outras transnacionais que estendem seu controle totalitário sobre os produtores e os consumidores.
- 5) Acaba de propor ao Congresso projeto de lei, que permite à União **alienar terras, em concessões por 60 anos**, nas áreas de florestas, o qual, se aprovado, concluirá a entrega da Amazônia e de outras regiões à sanha extrativa de transnacionais estrangeiras.
- 6) Determinou a demarcação, como terra indígena, de enorme região contínua, no Estado de Roraima (Raposa do Sol), constituindo assim **mais um enclave escassamente povoado, para ser controlado por ONGs e entidades estrangeiras**, e inviabilizando a economia daquele Estado, onde restam muito poucas áreas em que não se veda a ocupação normal pelos brasileiros.

5. Profissões de fé infracoloniais

O presidente da República, em falação recente, deitada na Volkswagen do Brasil (ele sempre gostou de empresas multinacionais), não contente em defender as “reformas” já feitas e as que estão em andamento, prometeu derrubar a legislação trabalhista e sindical, qualificada por ele como cópia fiel da Carta Del Lavoro, do regime de Mussolini. Ou seja, se for para prejudicar os assalariados, vale condenar o fascismo em discurso. Na prática, entretanto, imitar o fascismo, ou até superá-lo, faz-se como? Favorecendo a concentração e executando a política dos banqueiros. De quebra, eliminando os últimos resquícios das políticas de bem-estar social.

Para completar, o ministro da Fazenda declara que o Brasil precisa de mais 10 anos de políticas de aperto monetário e fiscal. Como afora episódios anteriores, como em 1964-66, estamos sob arrocho desde 1980, ou seja, há 25 anos, o Sr. Palocci, quer assegurar que o subdesenvolvimento se torne irreversível. Nessa marcha, as pretensões do ministro se ombream com os 1.000 anos sonhados por Hitler para o Terceiro Reich.

* - Adriano Benayon, Doutor em Economia pela Universidade de Hamburgo, Alemanha.
Autor de “Globalização versus Desenvolvimento” benayon@terra.com.br.

=====

“A QUEM INTERESSA O CAOS ?”

Tribuna da Imprensa 15/08/2005

Para Requião, todo o caos vem da economia

Governador paranaense acredita que a reforma política não vai pôr fim à corrupção no Congresso

Roberta Araújo

O esquema de corrupção no qual afunda o governo Lula foi montado para sustentar a política econômica. E quem pensar que a economia brasileira pode vir a ser vítima da confusão política, está enganado. Pelo na visão do governador Roberto Requião (PR), ela é a causadora da crise em que mergulhou o PT e que corrompeu o Congresso.

Para ele, financiamento público de campanha e reforma política de nada adiantarão se não houver mudança no modelo econômico. "Acho que a origem da crise é a política econômica do governo. Não se vê uma crítica à política econômica, não se vê um aprofundamento de nada. O José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil) fazia, Marcos Valério (publicitário) fazia, mas faziam para quê? Estavam colecionando corruptos? Ou estavam sustentando pela corrupção uma política econômica? Esse esquema todo era para sustentar a política econômica do governo. A reforma política não vai resolver rigorosamente nada".

TRIBUNA DA IMPRENSA - Sobre as denúncias de Roberto Jefferson, o senhor vê algum exagero ou acredita em tudo?

ROBERTO REQUIÃO - Eu acho que elas não pecam pelo exagero, pecam pela omissão. Mas é evidente que o Jefferson está protegendo certos setores, ligados a ele e ao PTB.

TI - O ex-ministro José Dirceu desmentiu todas as acusações de Jefferson? Na sua opinião, quem está omitindo mais informações?

RR - Acho que as acusações são verdadeiras. Não acredito que o Dirceu tenha ficado com um tostão para ele, mas no andamento do processo é evidente que isso tudo que está sendo denunciado ocorreu.

TI - Para o senhor, onde está a origem da crise? Pode estar na partilha de cargos nas estatais?

RR - A origem da crise é a política econômica do governo. Ninguém compra um deputado para fazer uma galeria de deputados corruptos na sala de estar da sua casa ou do seu escritório. A pergunta que tem que ser respondida é a velha pergunta do rei Salomão, que é repetida por qualquer juiz inteligente, quando apura um fato. Ou seja: a quem aproveita? E essa corrupção no Congresso aproveita a sustentação da política econômica, a manutenção dos juros altos, a tentativa de transformar o Banco Central numa entidade independente, a manutenção das agências de controle de tantos serviços públicos e concessionárias de serviços públicos.

TI - A quem aproveita? Aproveita aos bancos com lucros de R\$ 2,6 bilhões, R\$ 2,4 bilhões, além da manutenção da política econômica com uma taxa de juros que, hoje, é a maior do mundo. Então, esse esquema todo era para sustentar a política econômica do governo. Eu não vejo motivo para se colocar tudo isso nas contas das estatais. Isso é um contra-senso.

RR - Na verdade, toda essa corrupção deriva da tentativa de privatização de todas as empresas, de toda a economia brasileira e de sustentação da política entreguista. É uma tentativa de inversão. Então, recebe R\$ 3 mil dos Correios e qual é a solução? Privatizar os Correios? Não. Quem pagou essa conta são os interesses. Tudo isso é facilmente entendido pela vinculação da corrupção com as rotações de sustentação do programa neoliberal.

TI - Na sua opinião, qual é a origem dos R\$ 55 milhões que foram emprestados ao PT por Marcos Valério?

RR - Esse dinheiro vem do capital financeiro, dos bancos, dos interesses internacionais sem a menor sombra de dúvida. Talvez uma coisa ou outra de alguma estatal para sustentar uma campanhazinha eleitoral de interesse partidário. Mas os recursos vêm da resposta à pergunta que citei anteriormente: a que aproveita? Aproveita o capital financeiro, aproveita a política neoliberal.

TI - Lula sabia ou não do mensalão?

RR - Eu não sei até onde o Lula sabia disso ou não. Mas que não tomou a atenção devida com isso tudo, não tomou. Há uma contradição entre uma política afirmativa a nível internacional do Lula. As suas viagens que foram instrumentos de colocação dessa política para o mundo e a política interna de sustentação dos interesses neoliberais.

O discurso do Lula externamente nada tem a ver com a prática interna da política econômica. Lula tem um discurso de política externa e uma prática interna completamente incompatíveis. A prática interna é uma política neoliberal. Em que o governo se sustenta hoje? Está com a mesma fórmula do governo Collor, que era procurar sustentação nos descamisados. Só que diferentemente do governo Collor, os programas sociais do Lula atingem uma parte da população pobre.

Mas será que no auge dessa crise Lula tem condições de convencer esse eleitorado?

O problema não é se vai convencer. Ele está se dirigindo a um eleitorado que teve um apoio até então inexistente na história dos governos anteriores. Os programas sociais do governo, sem sombra de dúvida, atingem um número muito grande de pessoas, embora diante dos lucros dos bancos seja inexpressivo. Mas para uma população que

não tinha apoio algum, é expressivo num País onde apenas 5% dos brasileiros ganham mais de R\$ 800 por mês.

Lula tem apoio entre os mais pobres, mas, ao mesmo tempo, a política econômica é uma política que não atende aos interesses do País e, a médio e longo prazo, aos interesses dos pobres também. E isso se explicita quando os investimentos sociais chegam a R\$ 10 bilhões e a transferência para os bancos no ano passado foi de R\$ 150 milhões.

TI - Com o avanço da crise, o senhor acha que Lula está a cada dia mais se despedindo do sonho da reeleição?

RR - Isso é evidente. Ele só conseguiria se recuperar com a mudança da política econômica e não vejo sinais disso.

TI - O senhor acha que a política econômica sobrevive mais quanto tempo sem ser atingida pela crise?

RR - Não é atingida pela crise, ela é beneficiária da crise. Os setores de interesses que dominam a economia brasileira é que estão tentando se valer da crise para privatizar o resto. Ou seja, assaltada a sua casa duas, três vezes, você resolve o problema dando para o ladrão.

TI - O Congresso está parado devido às CPIs. Para o senhor, que tipo de estrago essa paralisação causará ao País?

RR - O Congresso Nacional, na falta de um projeto para o Brasil, que empolgue a população e os deputados, foi há muito tempo instado a votar contra os interesses das suas próprias bases. Era a política do Fernando Henrique da privatização - uma grande campanha na mídia - que acabou convencendo o País da modernidade e desaguou naquela corrupção brutal. Agora, como é que o Congresso votava? Pressionado, ele votava contra os interesses das suas bases e perdia o discurso. Tendo perdido o discurso, se dedicava então a tarefa de legítima defesa do mandato.

Ou seja, se beneficiando de emendas e de liberações para campanhas. Porque as emendas tradicionalmente são também acertos dos quais participavam os empreiteiros, dando comissões para os autores das emendas. E o governo liberava emendas para os municípios, que satisfaziam pequenos objetivos provinciais e davam sustentação ao processo eleitoral. Era um jogo alienado.

TI - O PMDB pretende criar alguma medida para diminuir os cargos comissionados, já que este foi um dos principais deflagradores desta crise?

RR - Acho que diminuir cargo comissionado é uma bobagem. Temos uma eleição nacional, o povo vota contra uma determinada política e a favor de outra. E a política só pode ser implementada se o partido que ganhou a eleição assumir a condução do Estado. E não me consta que os cargos comissionados sejam os responsáveis pela corrupção.

Eu estou na política e na administração pública há muito tempo e é muito mais fácil que antigos funcionários, com a convivência duradoura e com setores empresariais interessados em obter vantagens do Estado, se corrompam. Não vejo por que necessariamente os cargos comissionados devam ser responsabilizados pela corrupção. Não é assim, não é verdade isso. Essa história do ataque aos cargos comissionados, Banco Central independente, agências reguladoras, faz parte da intenção de tirar do processo democrático a possibilidade de gerir o País. É a consolidação do modelo.

TI - Para o senhor, qual lição essa crise traz aos demais partidos?

RR - É uma lição permanente. A lição é o País que tem que entender. A lição é que tudo deriva da manutenção do modelo. Os partidos estão sendo corrompidos na sua base congressual. Essa corrupção não contamina as bases sociais dos partidos. Ninguém acredita que o PT seja um partido de corruptos, embora a sua base parlamentar tenha em parte se corrompido.

TI - O financiamento público de campanha dá mais transparência ao processo eleitoral?

RR - Financiamento público de campanha é uma tolice. Estamos num Estado capitalista e não vai se criar um sistema eleitoral financiado de uma maneira socialista. O financiamento público de campanha é incompatível com o poder das grandes redes privadas de comunicação. Restringe a possibilidade de reação, por exemplo, de um grupo de empresários nacionais, mas se entrega para a Globo a possibilidade de construir e destruir imagem numa rede de audiência magnífica.

O que nós temos é que exigir é o registro claro da origem dos recursos para que, no debate eleitoral, eu pudesse dizer, por exemplo, que meu adversário ao governo do Paraná está sendo financiado por estes e aqueles interesses. E traduzir a significação disso com clareza para a opinião pública. A transparência é muito mais importante do que o financiamento público. O financiamento público é uma utopia, uma ilusão numa sociedade capitalista.

TI - O senhor acha que os trabalhos das CPIs conseguirão ter êxito quanto à clareza da origem dos recursos do PT, como todos esperam?

RR - Não sei. Eu acho que a CPI consegue é expor para a opinião pública o que está acontecendo. Isso ela já conseguiu. Qual é o fim que todos esperam? A punição? Eu estou achando que a punição dos responsáveis não é um fim desejável. O fim desejável é a exposição dos interesses que estão atrás desse processo de corrupção. A opinião pública hoje se satisfaria com a cassação de 20, 30 deputados. Mas os interesses que corromperam o Congresso Nacional estão completamente abrigados na grande mídia.

TI - E as discussões em torno da reforma política. Qual é o seu entendimento?

RR - Nós temos uma crise que deriva do modelo. A reforma política não vai resolver rigorosamente nada. Pelo contrário, ela maldosamente vem na linha da consolidação de um modelo que cristaliza a dominação do País. Voto distrital, o que é? É a desideologização da política brasileira. Nós passaríamos a não ter mais os grandes temas nacionais discutidos. A independência do Banco Central, o pagamento da dívida jamais seriam objetos de uma eleição. Ela se resumiria a uma política de associação de moradores, uma escola, uma creche, uma ambulância.

TI - Quais são seus planos para as próximas eleições? O senhor é um dos pré-candidatos do PMDB à Presidência.

RR - Olha, eu estou preocupado é com o País e não com as próximas eleições. Estou preocupado com a discussão de um projeto econômico alternativo, com a conscientização do Brasil porque estamos sendo liquidados como nação. O projeto nacional está desaparecendo. Eu combato essa tendência imposta pelos interesses internacionais e dos grandes interesses econômicos nacionais de tirar os dentes da política.

A grande pergunta é: o que somos nós? Nós somos uma nação? Somos um cidadão com direitos e deveres? Ou somos consumidores do mercado? E o que vale é o mercado, que não tem território, que não admite a cidadania, que não respeita as pessoas, que não tem história. Mas funciona exclusivamente com objetivo de lucro, com as movimentações de somas fabulosas e com a velocidade da Internet e das bolsas. Eu acho que o fundamental é o Brasil se convencer que está perdendo um projeto, está se transformando num mercado e tem que reagir em relação a isso.”

FIM DAS CITAÇÕES DOS NOVOS TEXTOS DE APOIO

Cel. Ref. EB ROBERTO MONTEIRO DE OLIVEIRA
Relator do “Projeto Gansos”